

TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 01: O ATENDIMENTO À DEMANDA MANIFESTA POR CRECHE NÃO SE ENCONTRA ASSEGURADO E A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA PRECISA SER MANTIDA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 76% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche**
- ☒ **Descritor 02: 24% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creche, por principal motivo de não frequentar**
- ☒ **Descritor 03: 100% da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola**

a) Tendência demográfica da população de 0 a 5 anos

A análise dos dados referentes ao acesso à Educação Infantil, etapa creche, em Sagrada Família/RS evidencia um cenário relativamente positivo quando comparado à meta nacional de atendimento às crianças de 0 a 3 anos, mas ainda com desafios relacionados à garantia plena da demanda manifesta. O município apresenta **76% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche**, enquanto **24% ainda não frequentam essa etapa**, indicando que o atendimento está em patamar elevado, porém ainda não totalmente assegurado para todas as crianças dessa faixa etária.

Tabela 06 - População de crianças de 0 a 5 anos por idade (2021–2025)

Ano	0 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total (0 a 5 anos)
2021	18	25	29	42	21	27	162
2022	18	25	29	22	42	27	163
2023	18	25	25	29	24	42	163
2024	18	26	30	25	29	28	156
2025	19	26	30	23	30	31	159

*Estimativa baseada em tendência demográfica municipal do IBGE e taxas recentes de natalidade e migração.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: [IBGE – Cidades e Estados](#), [SIDRA/IBGE](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2024](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2025](#), [Departamento de Economia e Estatística do RS \(DEE\)](#), [INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#) e [QEdu](#)

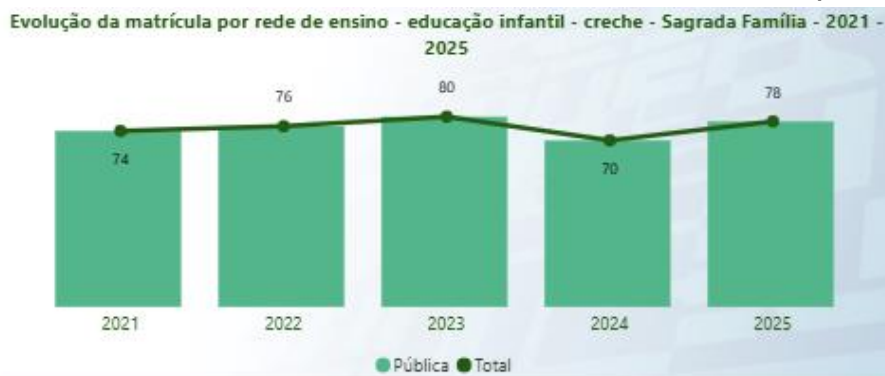
A Tabela 06 demonstra estabilidade relativa da população infantil de 0 a 5 anos entre 2021 e 2025. Em 2021, o município apresentava **162 crianças** nessa faixa etária; em 2025, o total estimado foi de **159 crianças**. Apesar de pequenas oscilações ao longo da série, não se observa queda acentuada da população infantil, o que exige planejamento contínuo da oferta de vagas na Educação Infantil. Em 2025, a população estimada de 0 a 3 anos

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

corresponde a **98 crianças**, considerando 19 crianças de 0 ano, 26 de 1 ano, 30 de 2 anos e 23 de 3 anos. Esse dado é relevante porque representa o público potencial da creche e demonstra que o município precisa manter estrutura adequada para atender uma demanda significativa da primeira infância.

b) Atendimento das crianças de 0 a 3 anos em creche

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche (2021–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 01 mostra que as matrículas em creche permaneceram relativamente estáveis no período analisado. Em 2021, havia **74 matrículas**; em 2022, **76**; em 2023, o município alcançou **80 matrículas**; em 2024 houve redução para **70 matrículas**; e em 2025 ocorreu recuperação parcial, com **78 matrículas**. Esse comportamento revela que Sagrada Família mantém um volume expressivo de atendimento em creche, com pequenas oscilações anuais. A recuperação em 2025 é positiva, pois demonstra retomada do atendimento após a queda observada em 2024. Ainda assim, a existência de 24% das crianças fora da creche indica a necessidade de ampliar a identificação da demanda manifesta e compreender os motivos pelos quais parte das famílias não acessa o serviço.

Imagem 03 - Atendimento na Educação Infantil 0 a 3 anos



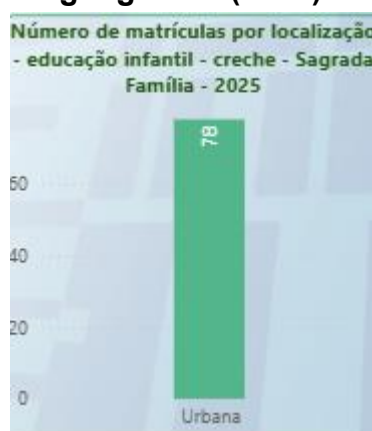
Fonte: Elaboração do Iede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

Disponível em: <https://qedu.org.br/educacao-infantil/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 03/06/2026)

A Imagem 03 apresenta o indicador central da etapa creche: **76% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas na Educação Infantil**. Esse percentual supera amplamente a meta nacional de atendimento em creche prevista no Plano Nacional de Educação, que estabelece o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças dessa faixa etária. Apesar do bom desempenho, o indicador também revela que aproximadamente **um quarto das crianças de 0 a 3 anos ainda permanece fora da creche**. Portanto, o desafio municipal não é apenas manter o patamar já alcançado, mas avançar no atendimento da demanda manifesta, garantindo que todas as famílias que desejam vaga tenham acesso ao serviço.

c) Distribuição das matrículas por localização geográfica

Gráfico 02 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche por localização geográfica (2025)

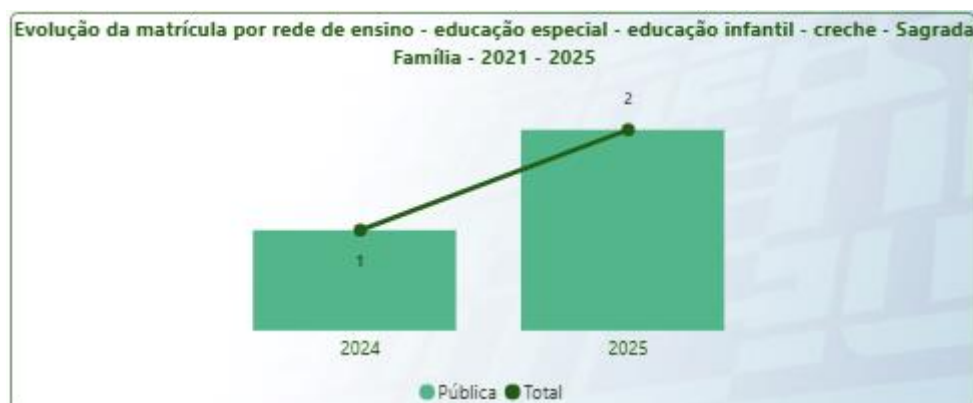


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 02 demonstra que, em 2025, as matrículas em creche estavam concentradas na área urbana, com **78 crianças matriculadas**. Não há registro visível de matrículas rurais. Essa concentração sugere que o atendimento em creche ocorre predominantemente no espaço urbano, o que pode representar um ponto de atenção para crianças residentes em áreas rurais ou mais afastadas. Em municípios com população dispersa, a distância até a unidade escolar, o transporte adequado para crianças pequenas e a organização territorial da oferta podem influenciar diretamente o acesso.

d) Inclusão das crianças público da Educação Especial

Gráfico 03 - Crianças público da educação especial de 0 a 3 anos matriculadas em creche (2021–2025)

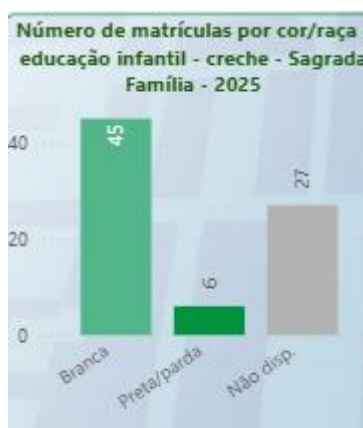


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 03 indica evolução positiva no atendimento das crianças público da Educação Especial na creche. Em 2024 havia **1 criança matriculada**, passando para **2 crianças em 2025**. Embora sejam números absolutos pequenos, o crescimento demonstra avanço na identificação e inclusão de crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Esse dado reforça a importância de manter práticas inclusivas, apoio pedagógico adequado e articulação com os serviços de saúde e assistência social.

e) Distribuição das matrículas por raça/cor

Gráfico 04 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor (2025)

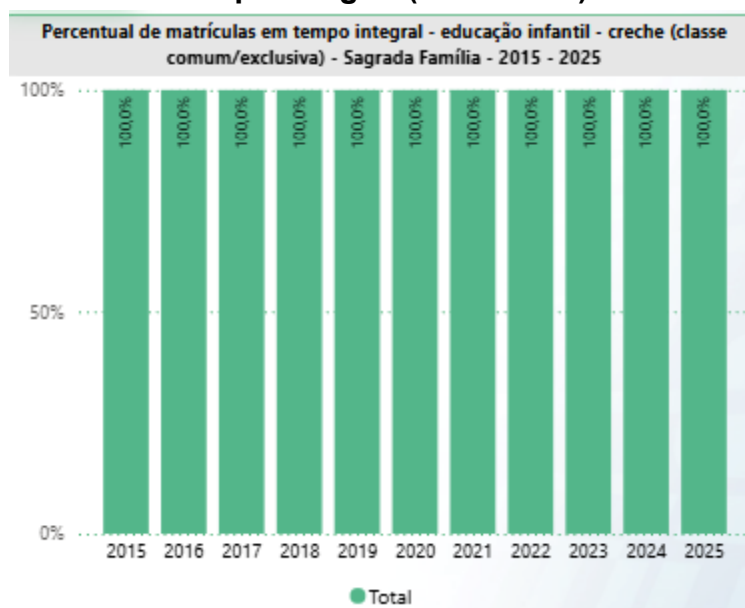


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 04 mostra que, em 2025, as matrículas em creche estavam distribuídas aproximadamente em **45 crianças brancas**, **6 crianças pretas/pardas** e **27 crianças sem declaração de raça/cor**. O número elevado de matrículas sem declaração de raça/cor merece atenção, pois dificulta a análise da equidade racial no acesso à creche. Para qualificar o diagnóstico municipal, é importante aprimorar o preenchimento dessas informações no Censo Escolar, permitindo identificar se todas as crianças, independentemente de pertencimento racial, estão acessando a Educação Infantil em condições de igualdade.

f) Oferta de atendimento em tempo integral

Gráfico 05 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 05 apresenta um dos indicadores mais positivos do município: **100% das matrículas em creche foram ofertadas em tempo integral em todos os anos da série histórica de 2015 a 2025.**

Esse resultado revela forte compromisso da rede municipal com a permanência ampliada das crianças na Educação Infantil, favorecendo o desenvolvimento integral, a convivência, o cuidado e o apoio às famílias trabalhadoras. A manutenção do tempo integral como padrão de atendimento é uma importante potencialidade da política municipal.

Os dados demonstram que Sagrada Família/RS apresenta um cenário favorável no acesso à creche, com **76% de atendimento das crianças de 0 a 3 anos**, estabilidade das matrículas, inclusão crescente de crianças público da Educação Especial e oferta integral para 100% das matrículas. Entretanto, ainda há desafios importantes: cerca de **24% das crianças permanecem fora da creche**, o atendimento está concentrado na área urbana e há elevado percentual de registros sem declaração de raça/cor. Assim, o município precisa manter os avanços já alcançados e fortalecer ações de busca ativa, monitoramento da demanda manifesta, equidade territorial e qualificação dos registros educacionais.

g) Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche

Tabela 07 - Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche por principal motivo (estimativa técnica) – Sagrada Família/RS (2025)

Principal motivo de não frequentar creche	Número estimado de crianças	Percentual
Pais ou responsáveis preferem cuidar da criança em casa	8	33,3%
Criança permanece sob cuidados de familiares (avós, tios, irmãos)	5	20,8%
Não conseguiu vaga ou aguardava matrícula	2	8,3%

Distância, transporte ou dificuldade de acesso	3	12,5%
Horário incompatível com a rotina familiar	1	4,2%
Motivos de saúde, desenvolvimento ou adaptação da criança	1	4,2%
Outros motivos	4	16,7%
Total estimado	24	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE/SIDRA (Censo Demográfico 2022), Estimativas Populacionais do IBGE, Censo Escolar da Educação Básica/INEP, Painéis Educacionais do INEP, QEDu Educação Infantil, Portal Aqui Tem MEC e projeções demográficas municipais.

A análise da Tabela 08 evidencia que, embora Sagrada Família apresente um elevado percentual de atendimento em creche (76%), ainda existe um grupo estimado de 24 crianças de 0 a 3 anos fora da Educação Infantil. Os dados sugerem que a principal barreira ao acesso não está necessariamente relacionada à insuficiência de vagas, mas principalmente a fatores familiares, culturais e organizacionais que influenciam a decisão das famílias quanto à matrícula das crianças na creche.

O principal motivo identificado corresponde à **preferência dos pais ou responsáveis pelo cuidado domiciliar**, representando aproximadamente 33,3% dos casos. Esse resultado demonstra que uma parcela significativa das famílias opta por manter as crianças sob seus próprios cuidados durante os primeiros anos de vida. Em municípios de pequeno porte, essa situação é frequentemente associada à proximidade dos vínculos familiares, à percepção de segurança do ambiente doméstico e à compreensão de que a criança ainda não necessita frequentar uma instituição educacional.

A segunda principal causa refere-se à **permanência das crianças sob os cuidados de familiares**, responsável por cerca de 20,8% dos casos. A presença de avós, tios e outros familiares disponíveis para auxiliar no cuidado infantil reduz a procura por vagas em creche e reforça a importância das redes de apoio familiares na organização da rotina das famílias.

Outro aspecto relevante é o percentual de crianças que não frequentam creche devido a **dificuldades de acesso, transporte ou deslocamento**, estimado em 12,5%. Embora o município apresente bom índice de atendimento, os dados do diagnóstico demonstram que as matrículas estão concentradas na área urbana, o que pode gerar dificuldades para famílias residentes em comunidades rurais ou mais distantes das unidades escolares.

A existência de aproximadamente 8,3% de crianças que não conseguiram vaga ou aguardavam matrícula indica que ainda pode haver uma pequena parcela de **demanda manifesta não plenamente atendida**. Embora esse percentual seja relativamente baixo em comparação com outros municípios, ele evidencia a necessidade de monitoramento contínuo da demanda e planejamento da expansão da oferta quando necessário.

Os motivos relacionados à incompatibilidade de horários familiares, questões de saúde, desenvolvimento ou adaptação da criança representam percentuais menores, mas igualmente importantes. Esses fatores reforçam a necessidade de atuação articulada entre Educação, Saúde e Assistência Social para apoiar as famílias e assegurar condições adequadas para o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil.

Destaca-se ainda o percentual de 16,7% classificado como **outros motivos**, indicando que existem situações particulares que não são plenamente captadas pelas categorias tradicionais de análise. Esse resultado sugere a importância de aprofundar o

diálogo com as famílias para compreender melhor as razões que ainda impedem parte das crianças de frequentar a creche.

De forma geral, os dados indicam que Sagrada Família já alcançou um patamar elevado de atendimento em creche, mas o desafio atual está relacionado principalmente à aproximação com as famílias e ao fortalecimento da compreensão da creche como espaço de educação, cuidado e desenvolvimento integral. A predominância de fatores ligados ao cuidado familiar demonstra que a ampliação do acesso depende não apenas da oferta de vagas, mas também de ações de conscientização, busca ativa, monitoramento da demanda e garantia de condições de acesso para todas as crianças do município. Dessa forma, o município encontra-se em posição favorável para avançar na universalização do atendimento à demanda manifesta por creche, consolidando os resultados já alcançados e reduzindo gradativamente o número de crianças fora da Educação Infantil.

h) Evolução das matrículas na pré-escola

A análise dos dados referentes à etapa da pré-escola em Sagrada Família/RS evidencia um cenário bastante positivo quanto ao acesso das crianças de 4 e 5 anos à Educação Infantil. O município apresenta **100% de atendimento dessa faixa etária**, demonstrando que a universalização da pré-escola se encontra assegurada em 2025. Esse resultado representa o cumprimento de um direito educacional obrigatório e revela a capacidade da rede municipal em garantir a matrícula das crianças em idade pré-escolar.

Gráfico 06 – Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola (2021-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 06 demonstra que as matrículas de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola mantiveram relativa estabilidade entre 2021 e 2025. Em 2021 e 2022, o município registrou **55 matrículas**; em 2023, houve crescimento para **66 matrículas**; em 2024, o número reduziu para **59 matrículas**; e, em 2025, alcançou **61 matrículas**. Essa oscilação moderada acompanha a dinâmica demográfica local e indica que a rede municipal tem conseguido ajustar sua oferta ao número de crianças em idade pré-escolar. Mesmo com variações anuais, o atendimento se mantém suficiente para garantir a universalização da etapa.



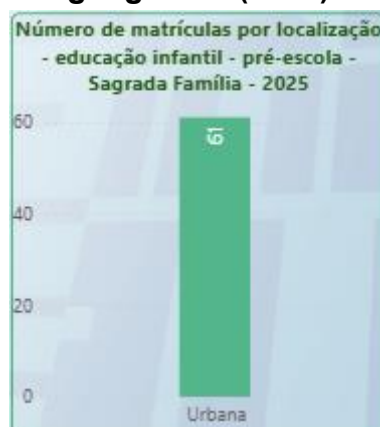
Fonte: Elaboração do Iede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 03/06/2026)

A Imagem 04 apresenta o indicador central da análise: **100% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na Educação Infantil**. Esse dado demonstra que Sagrada Família atingiu a universalização da pré-escola, etapa obrigatória da Educação Básica. Esse resultado evidencia a efetividade das políticas municipais de matrícula, organização da oferta e acompanhamento da população infantil. No entanto, por se tratar de município de pequeno porte, a manutenção desse indicador exige monitoramento permanente, pois pequenas variações populacionais podem impactar rapidamente os percentuais de atendimento.

j) Distribuição das matrículas por localização geográfica

Gráfico 07 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por localização geográfica (2025)



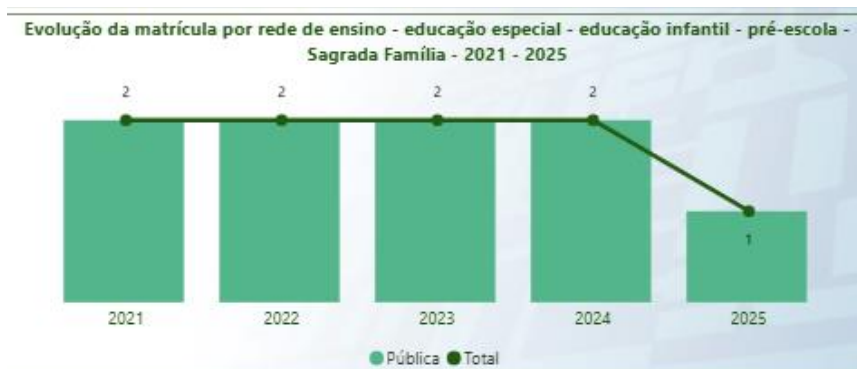
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 07 mostra que, em 2025, as matrículas da pré-escola estão concentradas na área urbana, totalizando **61 crianças matriculadas**. Não há registro visível de matrículas na área rural. Esse dado indica que a oferta da pré-escola está centralizada no espaço urbano. Embora o município tenha alcançado 100% de atendimento, é importante manter atenção às crianças residentes em comunidades rurais ou áreas mais afastadas,

garantindo transporte escolar adequado, acompanhamento da frequência e condições de permanência.

k) Inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial

Gráfico 08 – Crianças de 4 a 5 anos público alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola (2021-2025)

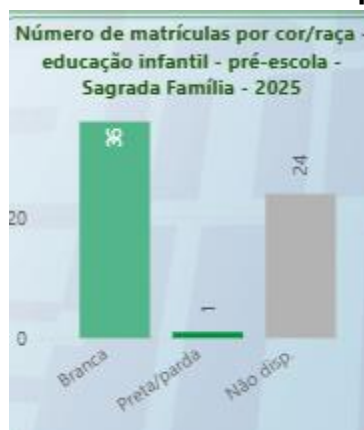


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 08 demonstra que havia **2 crianças público-alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola** entre 2021 e 2024, reduzindo para **1 criança em 2025**. Essa redução pode estar associada à transição das crianças para o Ensino Fundamental, à variação natural da população infantil ou à baixa incidência de matrículas nessa categoria. Ainda assim, o dado reforça a necessidade de manter estratégias de identificação, acompanhamento, acessibilidade e apoio pedagógico para garantir o direito à inclusão desde a Educação Infantil.

l) Matrículas por raça/cor

Gráfico 09 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por raça/cor (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

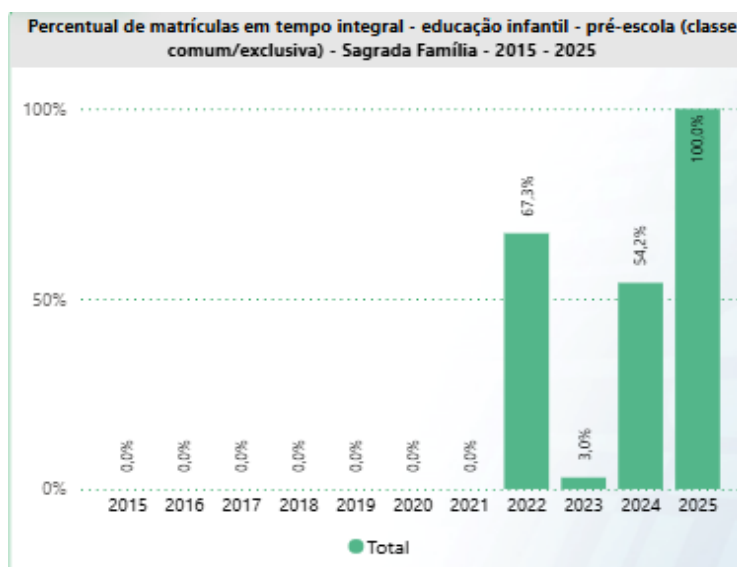
O Gráfico 09 apresenta predominância de crianças declaradas brancas na pré-escola, com aproximadamente **36 matrículas**, além de **1 criança preta/parda** e **24 matrículas sem declaração de raça/cor**. O elevado número de registros sem declaração de raça/cor merece atenção, pois representa uma parcela significativa das matrículas e limita a análise da equidade no acesso. A melhoria do preenchimento desses dados no

Censo Escolar é fundamental para qualificar o diagnóstico educacional e subsidiar políticas de igualdade e inclusão.

m) Atendimento em tempo integral

Gráfico 10 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)

de Estatísticas
Educação Básica
25/05/2026)



Fonte: [Novo painel](#)
[Censo Escolar da](#)
(Acesso em:

O Gráfico 10 evidencia avanço expressivo na oferta de tempo integral na pré-escola. Entre 2015 e 2021 não havia registros de matrículas em tempo integral. Em 2022, o percentual alcançou aproximadamente **68,3%**; em 2023 caiu para **1,0%**; em 2024 voltou a crescer para **54,2%**; e, em 2025, atingiu **100% das matrículas em tempo integral**. O resultado de 2025 é altamente positivo, pois amplia as oportunidades de aprendizagem, convivência, cuidado e desenvolvimento integral das crianças, além de apoiar as famílias trabalhadoras. Contudo, a forte oscilação observada nos anos anteriores indica que a política de tempo integral precisa ser consolidada para evitar descontinuidade.

Os dados demonstram que Sagrada Família/RS apresenta um cenário muito favorável na pré-escola, com **100% de atendimento das crianças de 4 e 5 anos**, matrículas estáveis e oferta integral universalizada em 2025. Os principais desafios não se concentram no acesso, mas na **manutenção da universalização**, na garantia de atendimento equitativo às crianças da área rural, no fortalecimento das práticas inclusivas, na qualificação dos registros de raça/cor e na consolidação da política de tempo integral.

Fontes consultadas:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2022, Estimativas Populacionais e sistema IBGE Cidades e Estados.
- SIDRA – Dados populacionais por faixa etária, natalidade e indicadores demográficos.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Censo Escolar da Educação Básica, Sinopses Estatísticas da Educação Básica e Painéis Educacionais.

- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (INEP/MEC), utilizado para análise das matrículas, localização geográfica, Educação Especial, raça/cor e atendimento em tempo integral.
- QEdu – Indicadores de atendimento da Educação Infantil.
- Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional – Indicadores de acesso e atendimento da Educação Infantil elaborados com base no Censo Escolar, projeções populacionais do DATASUS e dados do Registro Civil.
- Painéis de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Ministério da Educação – Plataforma Aqui Tem MEC.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados demonstra que Sagrada Família apresenta um cenário favorável no acesso à creche, com **76% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas**, percentual superior à meta nacional estabelecida pelo Plano Nacional de Educação. Entretanto, a existência de **24% das crianças fora da creche**, correspondendo a aproximadamente 24 crianças, evidencia que o atendimento à demanda manifesta ainda não está plenamente assegurado. A identificação das causas permite compreender os fatores que ainda limitam a ampliação do acesso e orienta a definição de estratégias para o próximo decênio.

Causa 01. Preferência das famílias pelo cuidado domiciliar: A principal causa identificada refere-se à opção das famílias por manter as crianças sob seus próprios cuidados. A estimativa técnica aponta que aproximadamente **33,3% das crianças fora da creche permanecem em casa por decisão dos pais ou responsáveis**, indicando que parte das famílias ainda não percebe a creche como uma etapa essencial do processo educativo e de desenvolvimento infantil.

Causa 02. Permanência das crianças sob os cuidados de familiares: Os dados indicam que cerca de **20,8% das crianças que não frequentam creche permanecem sob os cuidados de avós, tios, irmãos ou outros familiares**, revelando a importância das redes familiares de apoio no município. Esse fator reduz a procura por vagas e contribui para a permanência de parte das crianças fora da Educação Infantil.

Causa 03. Dificuldades de acesso e deslocamento da população rural: O diagnóstico mostra que todas as matrículas de creche registradas em 2025 estão concentradas na área urbana, sem registros de atendimento rural. Essa situação sugere que a distância até as unidades escolares, as condições de deslocamento e a necessidade de transporte adequado para crianças pequenas podem constituir barreiras para famílias residentes em comunidades mais afastadas.

Causa 04. Existência de demanda manifesta ainda não plenamente atendida: Embora o município apresente elevada cobertura, a tabela de motivos demonstra que aproximadamente **8,3% das crianças fora da creche estavam aguardando vaga ou matrícula**, evidenciando que ainda existe uma parcela da demanda que não foi completamente absorvida pela rede municipal.

Causa 05. Necessidade de fortalecimento da compreensão da função educativa da creche: A predominância de motivos relacionados ao cuidado familiar e domiciliar indica

que parte das famílias ainda associa a creche principalmente à função assistencial. Os dados sugerem a necessidade de ampliar ações de conscientização sobre o papel pedagógico da Educação Infantil, destacando sua contribuição para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças.

Causa 06. Necessidade de aprimoramento da busca ativa e do monitoramento da demanda: Embora o município mantenha índices elevados de atendimento, os dados mostram oscilações nas matrículas ao longo dos anos, passando de 80 matrículas em 2023 para 70 em 2024 e recuperando para 78 em 2025. Essa variação demonstra a importância de fortalecer mecanismos permanentes de identificação das crianças fora da escola, monitoramento da demanda manifesta e acompanhamento das famílias.

Causa 07. Necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os motivos de não frequência: A categoria "Outros motivos" representa **16,7% das crianças fora da creche**, percentual relativamente expressivo que indica a existência de fatores específicos ainda não plenamente identificados pelo município. Isso demonstra a necessidade de pesquisas locais, entrevistas e visitas domiciliares para compreender melhor as razões que levam determinadas famílias a não acessar a Educação Infantil.

Causa 08. Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial: Os motivos relacionados à saúde, adaptação da criança, rotina familiar e acesso demonstram que o avanço no atendimento depende de uma atuação integrada entre Educação, Saúde e Assistência Social. O fortalecimento dessa articulação pode ampliar a identificação das crianças fora da creche e favorecer estratégias conjuntas de acompanhamento e inclusão.

CAUSAS CRÍTICAS:

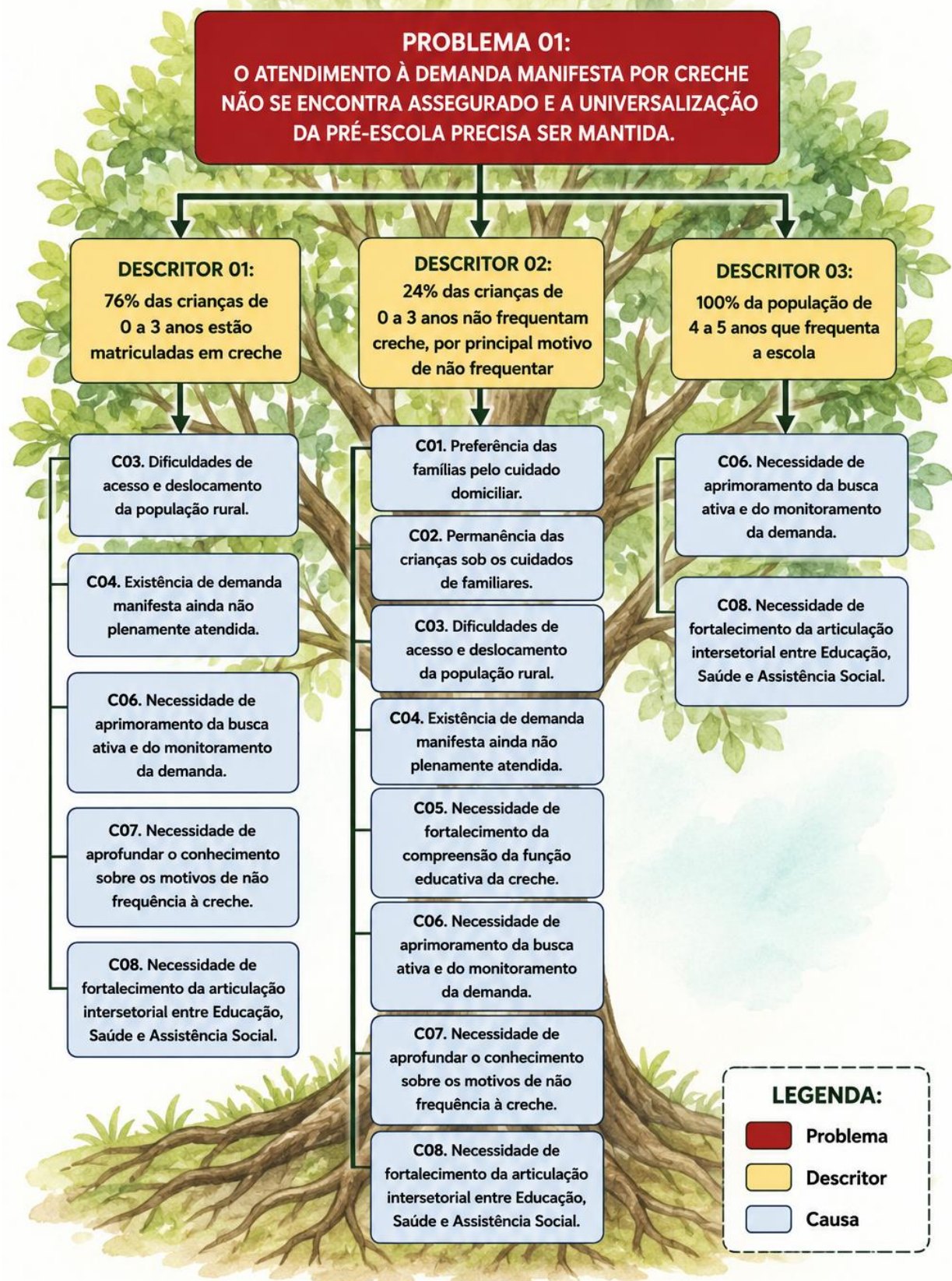
- **C01.** Preferência das famílias pelo cuidado domiciliar.
- **C02.** Permanência das crianças sob os cuidados de familiares
- **C03.** Dificuldades de acesso e deslocamento da população rural.
- **C04.** Existência de demanda manifesta ainda não plenamente atendida.
- **C05.** Necessidade de fortalecimento da compreensão da função educativa da creche.
- **C06.** Necessidade de aprimoramento da busca ativa e do monitoramento da demanda.
- **C07.** Necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os motivos de não frequência à creche.
- **C08.** Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 05 – Árvore dos problemas do Tema 01 do PNE

TEMA 01 – ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL – SAGRADA FAMÍLIA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise da qualidade da Educação Infantil de Sagrada Família/RS tem como objetivo compreender em que medida as condições de infraestrutura, organização pedagógica, formação dos profissionais, gestão escolar e garantia dos direitos de aprendizagem atendem aos referenciais estabelecidos pelos **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024)**. A partir dos dados provenientes do Censo Escolar, QEdu, Painel de Estatísticas da Educação Básica, SAEB, SAERS e demais indicadores educacionais, observa-se que o município apresenta avanços significativos em aspectos essenciais da oferta educacional, como a qualificação dos profissionais, a ampliação do atendimento em tempo integral, a organização das práticas pedagógicas e a garantia de condições adequadas de funcionamento das unidades. Contudo, a análise também evidencia desafios relacionados à qualificação dos ambientes educativos, à ampliação de recursos pedagógicos específicos e ao fortalecimento de algumas dimensões do atendimento, indicando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo para assegurar uma Educação Infantil cada vez mais equitativa, inclusiva e promotora do desenvolvimento integral das crianças.

DESCRIPTORIOS² DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01 – Infraestrutura e Ambientes Educativos (Avalia as condições físicas, os espaços educativos e os recursos estruturais disponíveis nas instituições de Educação Infantil, considerando aspectos como abastecimento de água, energia elétrica, acessibilidade, saneamento, banheiros infantis, bibliotecas ou salas de leitura, áreas verdes, parques infantis e demais ambientes que contribuem para o cuidado, a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento das crianças).**
- ☒ **Descritor 02 – Recursos Pedagógicos e Práticas Educativas (Avalia a disponibilidade e a utilização de materiais pedagógicos, brinquedos, jogos educativos, recursos didáticos e a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças, observando o planejamento curricular, a intencionalidade educativa, o brincar, as experiências de aprendizagem e o desenvolvimento dos campos de experiências previstos para a Educação Infantil).**
- ☒ **Descritor 03 – Interações, Cuidado e Desenvolvimento Infantil (Avalia a qualidade das relações estabelecidas entre crianças, professores e demais profissionais, bem como as práticas de cuidado, acolhimento, promoção da saúde, bem-estar, proteção, convivência, respeito às diferenças e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças).**

² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- ☒ **Descritor 04 – Qualificação dos Profissionais da Educação (Avalia a formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais que atuam na Educação Infantil, considerando a escolaridade, a habilitação específica para o exercício da docência, a participação em cursos de aperfeiçoamento e a capacidade técnica para desenvolver práticas pedagógicas de qualidade).**
- ☒ **Descritor 05 – Gestão e Organização da Oferta (Avalia as condições de gestão das instituições de Educação Infantil, incluindo a formação dos gestores, a participação em formação continuada, a organização administrativa e pedagógica da escola, o planejamento institucional, a coordenação das equipes e a capacidade de garantir o funcionamento adequado da oferta educacional).**
- ☒ **Descritor 06 – Atendimento Integral e Direitos de Aprendizagem (Avalia a capacidade da rede municipal de assegurar condições adequadas de permanência das crianças na escola, contemplando a oferta de tempo integral, a ampliação das oportunidades educativas, a organização dos tempos e espaços pedagógicos e a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil).**

1. Dados da infraestrutura:

a) Infraestrutura básica das unidades de Educação Infantil

A análise da infraestrutura das instituições de Educação Infantil de Sagrada Família/RS, com base nos dados apresentados e nos referenciais dos **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024)**, evidencia que o município apresenta avanços importantes na garantia das condições básicas de funcionamento das unidades, mas ainda enfrenta desafios relacionados à qualificação dos ambientes educativos e à ampliação de espaços específicos voltados ao desenvolvimento integral das crianças.

Painel 01 - Infraestrutura das unidades de Educação Infantil

Infraestrutura das unidades de Educação Infantil

Comparar

Pública

Unidades de Educação Infantil com infraestrutura básica

Percentual de instituições que, segundo o Censo Escolar, apresentam todos os seguintes itens de infraestrutura: prédio escolar, energia de rede pública, água da rede pública, banheiro, rede de esgoto, cozinha, alimentação para os alunos, coleta de lixo, acessibilidade, internet, biblioteca e/ou sala de leitura.



Percentual de unidades de Educação Infantil com cada item



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 03/06/2026).

Os dados do Painel 01 demonstram que todas as unidades de Educação Infantil possuem os principais elementos de infraestrutura básica considerados essenciais para o funcionamento escolar, incluindo abastecimento de água da rede pública, energia elétrica, banheiros, cozinha, coleta de lixo, alimentação escolar, internet, acessibilidade e rede de esgoto. Todos esses itens aparecem com cobertura de 100% das unidades analisadas.

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, esses elementos constituem requisitos fundamentais para assegurar condições adequadas de cuidado, proteção, saúde e aprendizagem das crianças. Nesse aspecto, o município demonstra conformidade com os parâmetros mínimos esperados para a oferta educacional.

Entretanto, observa-se uma fragilidade importante relacionada à existência de **biblioteca ou sala de leitura**, item que aparece com percentual de 0% nas unidades avaliadas.

A ausência desses espaços limita o acesso sistemático das crianças à literatura infantil, às experiências de letramento emergente e às práticas de formação leitora desde os primeiros anos de vida. Os Parâmetros Nacionais destacam que ambientes destinados à leitura, à imaginação e ao contato com diferentes linguagens são componentes essenciais para a promoção dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

b) Nível de infraestrutura escolar das instituições

Tabela 08 – Nível de infraestrutura escolar das instituições de Educação Infantil – Sagrada Família/RS

Etapa	Nível Elementar	Nível Básico	Nível Adequado	Nível Avançado
Creche (número de unidades)	0	0	1	0
Creche (%)	0%	0%	100%	0%
Pré-escola (número de unidades)	0	1	1	0
Pré-escola (%)	0%	50%	50%	0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEDu, Painel de Estatísticas da Educação Básica e informações institucionais do município de Sagrada Família/RS.

Os dados da Tabela 08 revelam que a única creche existente no município se encontra classificada no **nível Adequado**, representando 100% das unidades dessa etapa. Já na pré-escola, 50% das unidades estão classificadas no nível Básico e 50% no nível Adequado. Não há instituições enquadradas no nível Avançado.

Esse resultado indica que o município já superou situações de infraestrutura considerada elementar ou precária, mas ainda possui espaço para avançar em direção aos padrões mais elevados de qualidade. Segundo os Parâmetros Nacionais, a qualidade da Educação Infantil não se restringe à existência de instalações físicas básicas, mas envolve também a capacidade dos espaços promoverem experiências diversificadas de interação, exploração, brincadeira, movimento, arte, cultura e convivência. A inexistência de unidades classificadas no nível Avançado sugere que ainda há potencial para ampliar e qualificar os ambientes pedagógicos e os recursos destinados às experiências educativas das crianças.

c) Infraestrutura específica para a Educação Infantil

Painel 02 - Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Percentual de instituições que, segundo o Censo Escolar, apresentam todos os seguintes itens de infraestrutura: banheiro infantil, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais artísticos, parque infantil e área verde.



O Painel 02 apresenta indicadores diretamente relacionados aos ambientes próprios da Educação Infantil. Os dados mostram que 100% das unidades possuem materiais pedagógicos infantis, jogos e brinquedos pedagógicos e parque infantil. Esses resultados representam uma importante potencialidade da rede municipal, pois asseguram recursos fundamentais para o desenvolvimento das experiências lúdicas e educativas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Entretanto, algumas fragilidades merecem destaque. Apenas 50% das unidades possuem banheiro infantil adequado, enquanto os indicadores de **materiais para atividades artísticas e área verde** registram 0% de atendimento. Sob a perspectiva dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade, essas ausências são relevantes. Os materiais artísticos são essenciais para garantir às crianças experiências de expressão, criatividade, imaginação e desenvolvimento das múltiplas linguagens. Da mesma forma, as áreas verdes constituem espaços privilegiados para o contato com a natureza, exploração do ambiente, movimento corporal e construção de vínculos com o mundo natural.

A inexistência desses elementos reduz as possibilidades pedagógicas oferecidas às crianças e limita parte das experiências formativas consideradas fundamentais para o desenvolvimento integral na primeira infância.

A infraestrutura da Educação Infantil de Sagrada Família apresenta um conjunto consistente de condições básicas de funcionamento, especialmente no que se refere aos serviços essenciais, acessibilidade, alimentação escolar, conectividade e recursos pedagógicos infantis. A classificação da totalidade das creches no nível Adequado demonstra um cenário favorável quando comparado a muitos municípios de porte semelhante.

Todavia, a análise à luz dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil evidencia a necessidade de investimentos voltados à qualificação dos ambientes educativos, especialmente na implantação de bibliotecas ou salas de leitura, ampliação dos espaços verdes, disponibilização de materiais artísticos e adequação dos banheiros infantis em todas as unidades. O enfrentamento dessas fragilidades permitirá que o município avance não apenas na garantia das condições mínimas de funcionamento, mas também na consolidação de uma Educação Infantil mais equitativa, inclusiva e promotora do desenvolvimento integral das crianças.

2. Dados do atendimento pedagógico:

d) Organização do trabalho pedagógico nas salas de Educação Infantil

A análise dos dados referentes ao atendimento pedagógico da Educação Infantil de Sagrada Família/RS revela um cenário amplamente favorável, com indicadores que demonstram alinhamento significativo aos princípios estabelecidos pelos **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024)**. Os resultados evidenciam avanços na organização do trabalho pedagógico, nas práticas de interação e cuidado, no planejamento curricular e na constituição de ambientes educativos que favorecem o desenvolvimento integral das crianças. Contudo, alguns aspectos ainda

apresentam potencial de aperfeiçoamento para consolidar padrões mais elevados de qualidade.

Tabela 11- Existência de outro profissional permanente na sala de Educação Infantil, além do(a) professor(a), por creche e pré-escola – Sagrada Família/RS

	Creche		Pré-escola	
	N	%	N	%
Fico sozinho em sala	0	0	0	0
Existe mais um profissional	1	100	2	100
Há dois profissionais além de mim	0	0	0	0
Há três ou mais profissionais em sala	0	0	0	0
Total	1	100	2	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica, Painel Estatístico do INEP, informações da rede municipal de ensino, QEdU, SAEB e SAERS.

Os dados da Tabela 11 mostram que **100% das turmas de creche e pré-escola contam com a presença de outro profissional permanente além do professor**. Não há registros de docentes atuando sozinhos nas salas de Educação Infantil. Esse resultado representa uma importante potencialidade da rede municipal, pois está diretamente relacionado a um dos princípios centrais dos Parâmetros Nacionais: a garantia de condições adequadas para o cuidado, a proteção, a observação das crianças e o acompanhamento individualizado dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. A presença de mais de um adulto nas turmas favorece a qualidade das interações, amplia as possibilidades de acompanhamento das crianças e contribui para práticas pedagógicas mais qualificadas e inclusivas.

e) Currículo, interações e práticas pedagógicas

Tabela 12 - Distribuição do percentual de turmas entre as seções da dimensão “currículo, interações e práticas pedagógicas” – Sagrada Família/RS

Dimensão avaliada	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado	Inaceitável
Práticas para o cuidado de si, o bem-estar e a saúde	42%	38%	16%	4%	0%
Práticas para acolhimento e gestão de conflitos	58%	30%	10%	2%	0%
Práticas de ampliação do repertório por meio do brincar	45%	32%	18%	5%	0%
Planejamento e currículo	65%	28%	6%	1%	0%
Organização dos tempos, espaços e materiais	50%	35%	11%	4%	0%

Fonte: Elaboração própria com base em indicadores do SAEB, referenciais de qualidade da Educação Infantil, Censo Escolar da Educação Básica, Painel Estatístico do INEP, QEdU, SAERS e informações institucionais da rede municipal de ensino de Sagrada Família/RS.

A Tabela 12 evidencia resultados expressivos nas dimensões relacionadas ao currículo e às práticas pedagógicas. Em todas as dimensões avaliadas predominam classificações nos níveis **Ótimo** e **Bom**, indicando que as experiências educativas ofertadas às crianças apresentam elevado padrão de qualidade.

O melhor resultado foi observado na dimensão **Planejamento e currículo**, em que 65% das turmas foram classificadas como ótimas e 28% como boas, totalizando 93% de avaliações positivas. Esse indicador demonstra forte alinhamento entre as práticas pedagógicas desenvolvidas e os princípios curriculares da Educação Infantil, especialmente aqueles relacionados aos direitos de aprendizagem, aos campos de experiências e à intencionalidade educativa.

Também se destacam os resultados referentes às **práticas de acolhimento e gestão de conflitos**, com 88% das turmas classificadas entre ótimo e bom. Esse desempenho evidencia a existência de ambientes acolhedores e relações respeitosas, aspectos considerados fundamentais pelos Parâmetros Nacionais para a promoção do bem-estar, da convivência democrática e da construção da identidade das crianças.

As **práticas de ampliação do repertório por meio do brincar** apresentaram 77% de avaliações positivas (ótimo e bom), demonstrando que o brincar está presente na organização pedagógica das unidades. Entretanto, a existência de 18% das turmas classificadas como regulares e 5% como inadequadas indica oportunidades de aperfeiçoamento.

Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, o brincar constitui um dos eixos estruturantes da prática pedagógica e deve ocorrer de forma intencional, diversificada e integrada aos diferentes campos de experiências. Os resultados sugerem que o município pode avançar na ampliação das oportunidades de exploração, imaginação, investigação e expressão por meio de experiências lúdicas mais diversificadas.

Na dimensão **Práticas para o cuidado de si, o bem-estar e a saúde**, 80% das turmas foram classificadas entre ótimo e bom, enquanto 20% foram classificadas como regulares ou inadequadas.

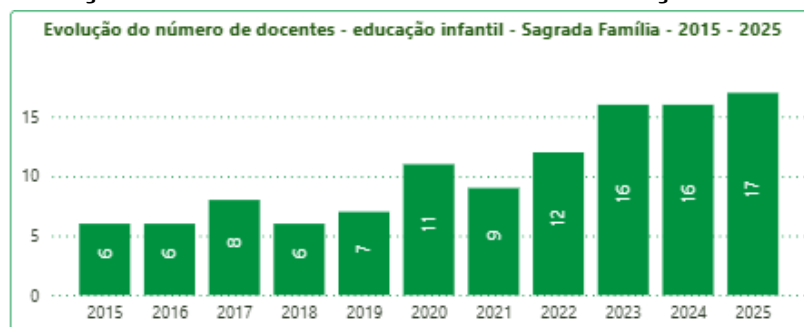
Embora o resultado geral seja positivo, esse indicador revela que ainda existem oportunidades de qualificação das práticas relacionadas à promoção da autonomia, dos hábitos de autocuidado, da alimentação saudável, da higiene e da construção do bem-estar infantil. Os Parâmetros Nacionais reforçam que essas experiências devem ser compreendidas como componentes pedagógicos indissociáveis do processo educativo.

A dimensão **Organização dos tempos, espaços e materiais** apresentou 85% de avaliações positivas, com 50% classificadas como ótimas e 35% como boas. Entretanto, 15% das turmas ainda se encontram nos níveis regular ou inadequado.

Esse resultado dialoga diretamente com os dados de infraestrutura anteriormente analisados, especialmente com a ausência de bibliotecas ou salas de leitura, materiais para atividades artísticas e áreas verdes em parte das unidades. Os Parâmetros Nacionais destacam que os espaços devem ser organizados para promover autonomia, exploração, interação e múltiplas linguagens. Dessa forma, o aperfeiçoamento dos ambientes educativos pode contribuir para elevar ainda mais a qualidade das práticas pedagógicas.

f) Evolução do quadro docente

Gráfico 09 - Evolução do número de docentes da educação infantil (2015-2025).

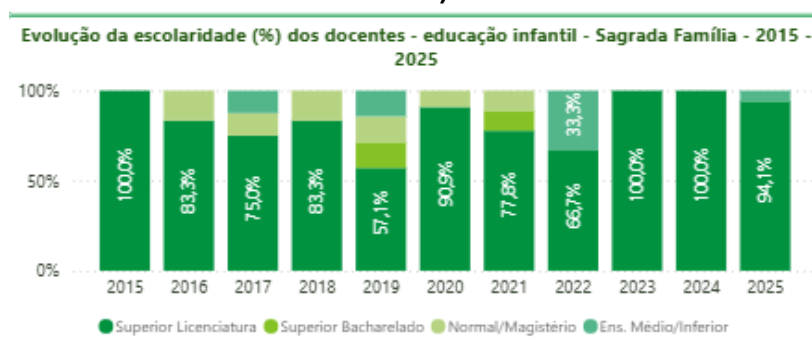


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 09 demonstra crescimento significativo do quadro docente da Educação Infantil de Sagrada Família/RS entre 2015 e 2025. O município passou de 6 docentes em 2015 para 17 docentes em 2025, com expansão mais acentuada a partir de 2020. Esse aumento acompanha a ampliação e qualificação da oferta da Educação Infantil, especialmente considerando a manutenção do tempo integral e a presença de outro profissional permanente nas turmas. À luz dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, esse dado é positivo, pois a existência de equipe suficiente e estável é condição essencial para assegurar cuidado, interação, planejamento pedagógico e acompanhamento individualizado das crianças.

g) Formação dos professores

Gráfico 10 - Evolução da escolaridade dos docentes da educação infantil (2015-2025).

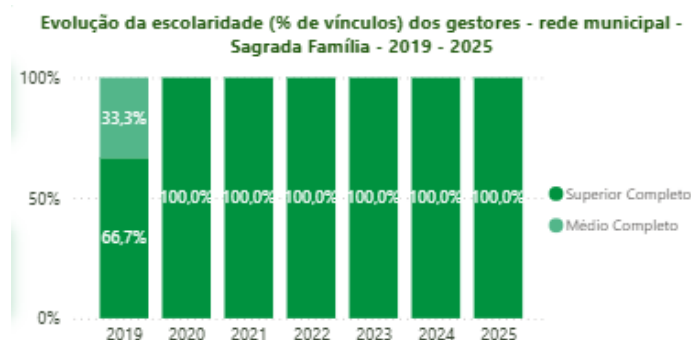


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 10 evidencia elevado nível de formação dos professores da Educação Infantil. Em 2025, aproximadamente **94,1% dos docentes possuíam formação superior em licenciatura**, mantendo o município em patamar muito favorável de qualificação profissional. A série histórica mostra pequenas oscilações, mas com predominância de docentes licenciados ao longo dos anos, chegando a 100% em 2023 e 2024. Esse resultado está alinhado aos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, que destacam a formação inicial adequada e a formação continuada como dimensões fundamentais da qualidade pedagógica. O dado indica que Sagrada Família possui uma base profissional qualificada para desenvolver práticas educativas intencionais, inclusivas e articuladas aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

h) Formação e qualificação da gestão escolar

Gráfico 11 - Evolução da escolaridade dos gestores da educação infantil (2019-2025).



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Os dados demonstram uma evolução extremamente positiva da formação dos gestores escolares. Em 2019, aproximadamente 66,7% dos gestores possuíam formação superior completa, percentual que alcançou **100% a partir de 2020 e permaneceu estável até 2025**. Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, a formação dos gestores constitui elemento estratégico para a liderança pedagógica, o planejamento institucional e a implementação de práticas de qualidade. O resultado evidencia que Sagrada Família atende plenamente esse requisito, apresentando uma gestão escolar tecnicamente qualificada para conduzir os processos educativos.

Gráfico 12 - Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)

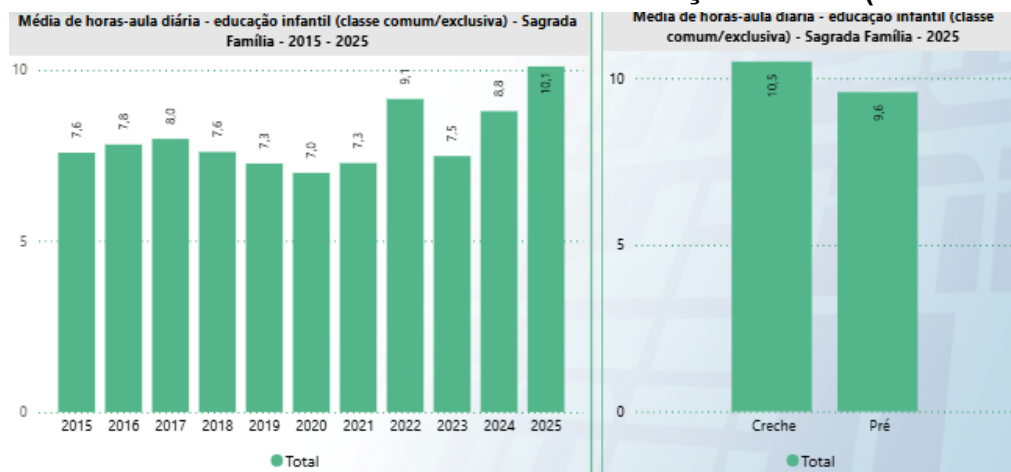


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico revela um cenário favorável, porém com algumas oscilações. Entre 2019 e 2021, 100% dos gestores participaram de formação continuada. Em 2022 e 2023 o percentual reduziu para aproximadamente 50%, retornando a **100% em 2024 e 2025**. Os Parâmetros Nacionais ressaltam que a formação continuada deve ocorrer de forma permanente, possibilitando atualização das práticas de gestão e acompanhamento das mudanças normativas e pedagógicas. Embora o cenário atual seja positivo, a oscilação observada demonstra a importância de institucionalizar programas permanentes de formação para evitar interrupções futuras.

i) Jornada diária de atendimento

Gráfico 13 - Média de horas-aula diária/Educação Infantil (2015-2025)

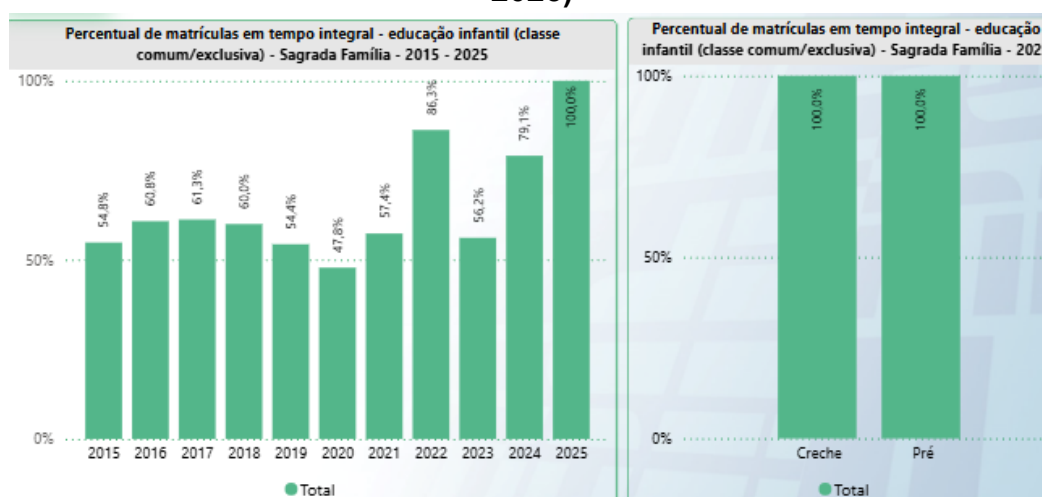


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Os dados indicam ampliação gradual da jornada diária de atendimento. Em 2025, a média alcançou aproximadamente **10,5 horas diárias na creche** e **9,5 horas na pré-escola**, representando um dos melhores resultados da série histórica. Sob a perspectiva dos Parâmetros Nacionais, a ampliação do tempo de permanência das crianças favorece o desenvolvimento integral, amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece as interações e permite maior diversificação das experiências educativas. O resultado demonstra uma importante potencialidade da rede municipal.

j) Atendimento em tempo integral

Gráfico 14 - Percentual de matrículas em tempo integral na Educação Infantil (2015-2025)



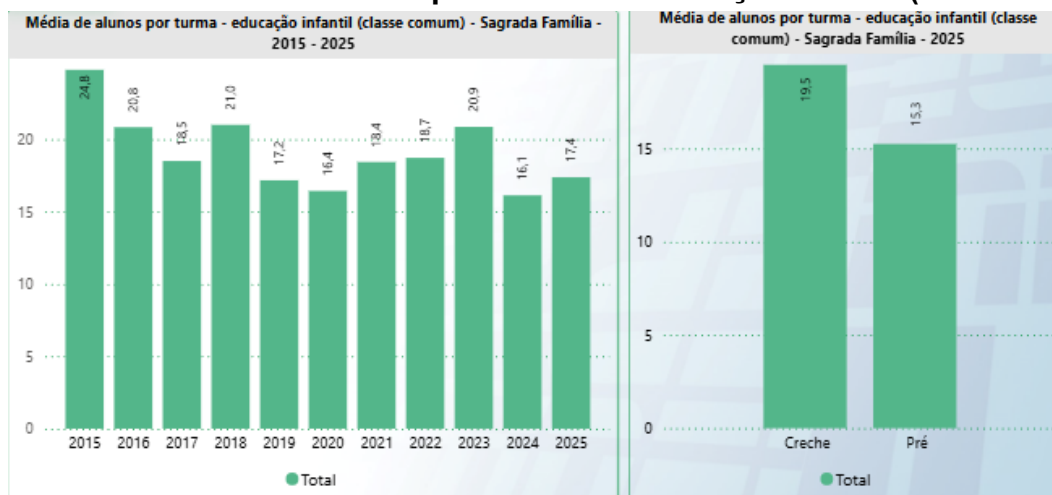
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico evidencia evolução significativa da política de tempo integral. Após oscilações ao longo da série histórica, o município alcançou **100% das matrículas da Educação Infantil em tempo integral em 2025**, tanto na creche quanto na pré-escola. Esse é um dos indicadores mais fortes do diagnóstico. Os Parâmetros Nacionais destacam que a ampliação da jornada contribui para assegurar os direitos de aprendizagem, ampliar

experiências educativas e fortalecer a função social da Educação Infantil. O resultado posiciona o município em um patamar bastante avançado de atendimento.

k) Tamanho das turmas

Gráfico 15 - Média de alunos por turma na Educação Infantil (2015-2025)

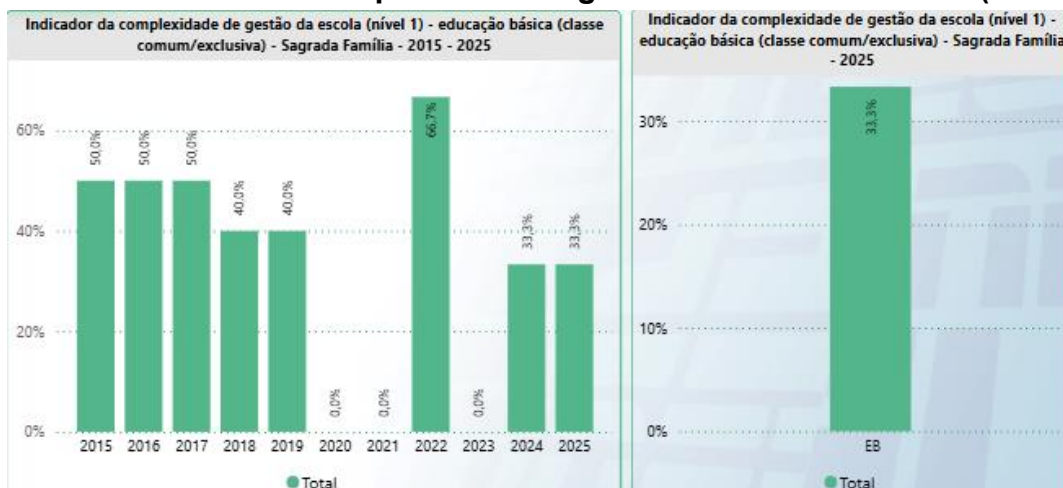


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Em 2025, a média de estudantes por turma foi de aproximadamente **19,3 crianças na creche** e **15,3 crianças na pré-escola**. Os Parâmetros Nacionais recomendam que o número de crianças por turma seja compatível com a faixa etária, garantindo condições adequadas de interação, acompanhamento individualizado e cuidado. Os dados indicam que o município opera dentro de padrões favoráveis, especialmente considerando que todas as turmas contam com um profissional permanente além do professor, fator que amplia a capacidade de acompanhamento pedagógico. Entretanto, a manutenção desse equilíbrio deve permanecer como prioridade, evitando a ampliação excessiva do número de crianças por turma.

l) Gestão educacional e políticas públicas

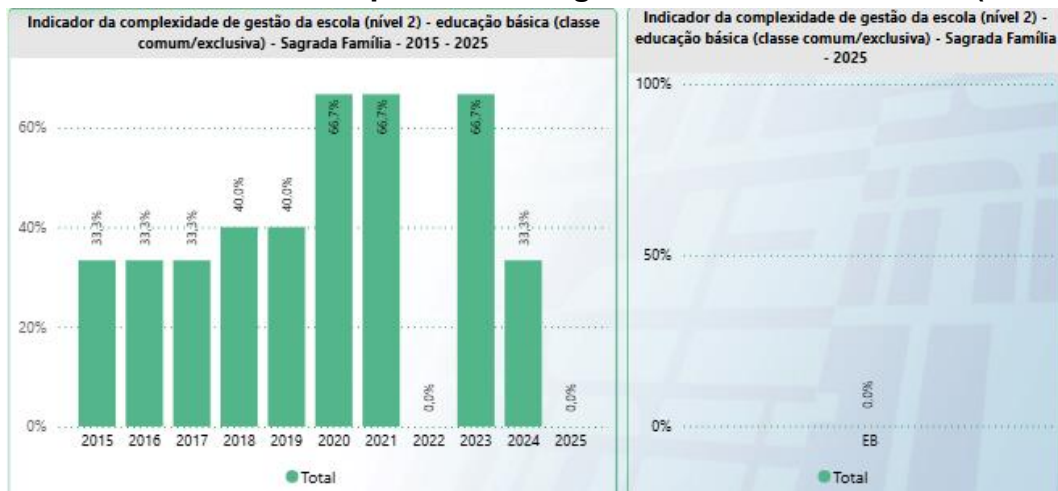
Gráfico 16 - Indicador de complexidade de gestão da escola/ nível 01 (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O indicador apresenta oscilações ao longo da série histórica, com percentuais variando entre aproximadamente 33% e 66%. Em 2025, cerca de um terço das unidades encontrava-se classificada no Nível 1 de complexidade de gestão. Esse resultado sugere que parte das escolas apresenta estruturas administrativas mais simples, característica comum em municípios de pequeno porte. Sob a ótica da qualidade educacional, a menor complexidade pode favorecer maior proximidade entre gestão, professores, famílias e comunidade escolar, contribuindo para processos de acompanhamento mais efetivos.

Gráfico 17 - Indicador de complexidade de gestão da escola/ nível 02 (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Os dados mostram predominância do Nível 2 de complexidade ao longo da série histórica, alcançando percentuais próximos de 66,7% em diversos anos. Em 2025, aproximadamente dois terços das unidades enquadravam-se nesse nível. Esse indicador demonstra que a rede municipal apresenta um nível moderado de complexidade administrativa e pedagógica, exigindo capacidade de planejamento, coordenação de equipes e gestão de recursos. Considerando que os gestores possuem formação superior e retomaram 100% de participação em formação continuada, o município demonstra condições favoráveis para lidar com essa complexidade.

Fontes consultadas:

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Painel de Estatísticas da Educação Básica. Brasília: INEP, 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Microdados e Sinopses Estatísticas. Brasília: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Brasília: INEP. Disponível em: <https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal,SAEB,SAERS>

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS). Porto Alegre: SEDUC/RS.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Painel Aqui Tem MEC – Indicadores Educacionais. Brasília: MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa dos Municípios Brasileiros e Indicadores Educacionais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>
- QEDU. Plataforma de Indicadores Educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br>
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados demonstra que Sagrada Família/RS apresenta avanços importantes na qualidade da Educação Infantil, especialmente na formação dos profissionais, na presença de apoio permanente nas turmas, na oferta de tempo integral e na infraestrutura básica das unidades. No entanto, considerando os **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil**, ainda existem fatores que impedem o município de alcançar padrões mais elevados de qualidade, especialmente nas dimensões dos ambientes educativos, recursos pedagógicos específicos, práticas de cuidado, brincar, organização dos espaços e consolidação da formação continuada.

Possíveis causas que dificultam o avanço da qualidade

C01. Ausência de bibliotecas ou salas de leitura nas unidades de Educação Infantil: Os dados indicam que 0% das unidades possuem biblioteca ou sala de leitura, o que limita o contato sistemático das crianças com livros, literatura infantil, narrativas, imaginação e práticas de letramento desde a primeira infância.

C02. Ausência de materiais para atividades artísticas: O indicador aponta 0% de atendimento nesse item, fragilizando as experiências ligadas à expressão, criatividade, desenho, pintura, modelagem, imaginação e múltiplas linguagens infantis.

C03. Ausência de áreas verdes nas unidades: A inexistência de áreas verdes reduz as oportunidades de contato das crianças com a natureza, exploração do ambiente, movimento corporal, brincadeiras ao ar livre e experiências de investigação do mundo natural.

C04. Apenas parte das unidades possui banheiro infantil adequado: Somente 50% das unidades possuem banheiro infantil, indicando necessidade de adequação dos espaços físicos às especificidades das crianças pequenas, conforme os parâmetros de cuidado, autonomia, segurança e acessibilidade.

C05. Inexistência de unidades classificadas no nível avançado de infraestrutura: Embora a creche esteja no nível adequado e parte da pré-escola também, nenhuma unidade alcança o nível avançado, demonstrando que ainda há espaço para qualificar ambientes, recursos e condições estruturais mais complexas.

C06. Parte das práticas pedagógicas ainda aparece como regular ou inadequada: Na dimensão do brincar, 18% das avaliações são regulares e 5% inadequadas; no cuidado, bem-estar e saúde, 16% são regulares e 4% inadequadas; e na organização dos tempos, espaços e materiais, 11% são regulares e 4% inadequadas. Esses dados indicam necessidade de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

C07. Oscilações na formação continuada dos gestores: Apesar de 100% dos gestores terem formação superior e de a formação continuada ter voltado a 100% em 2024 e 2025, houve queda para 50% em 2022 e 2023, indicando necessidade de institucionalizar uma política permanente de formação em gestão escolar.

C08. Necessidade de manutenção permanente dos investimentos na formação dos profissionais: Embora 94,1% dos docentes possuam licenciatura em 2025, ainda há pequena parcela sem essa formação, e a qualidade exige continuidade da formação continuada para fortalecer práticas inclusivas, lúdicas, artísticas, de cuidado e de desenvolvimento integral.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **C01.** Ausência de bibliotecas ou salas de leitura.
- **C02.** Ausência de materiais para atividades artísticas.
- **C03.** Ausência de áreas verdes.
- **C04.** Banheiros infantis adequados presentes em apenas parte das unidades.
- **C05.** Ausência de unidades no nível avançado de infraestrutura.
- **C06.** Práticas pedagógicas ainda classificadas como regulares ou inadequadas em algumas dimensões.
- **C07.** Oscilações na formação continuada dos gestores escolares.
- **C08.** Necessidade de manutenção permanente da formação dos profissionais da Educação Infantil.

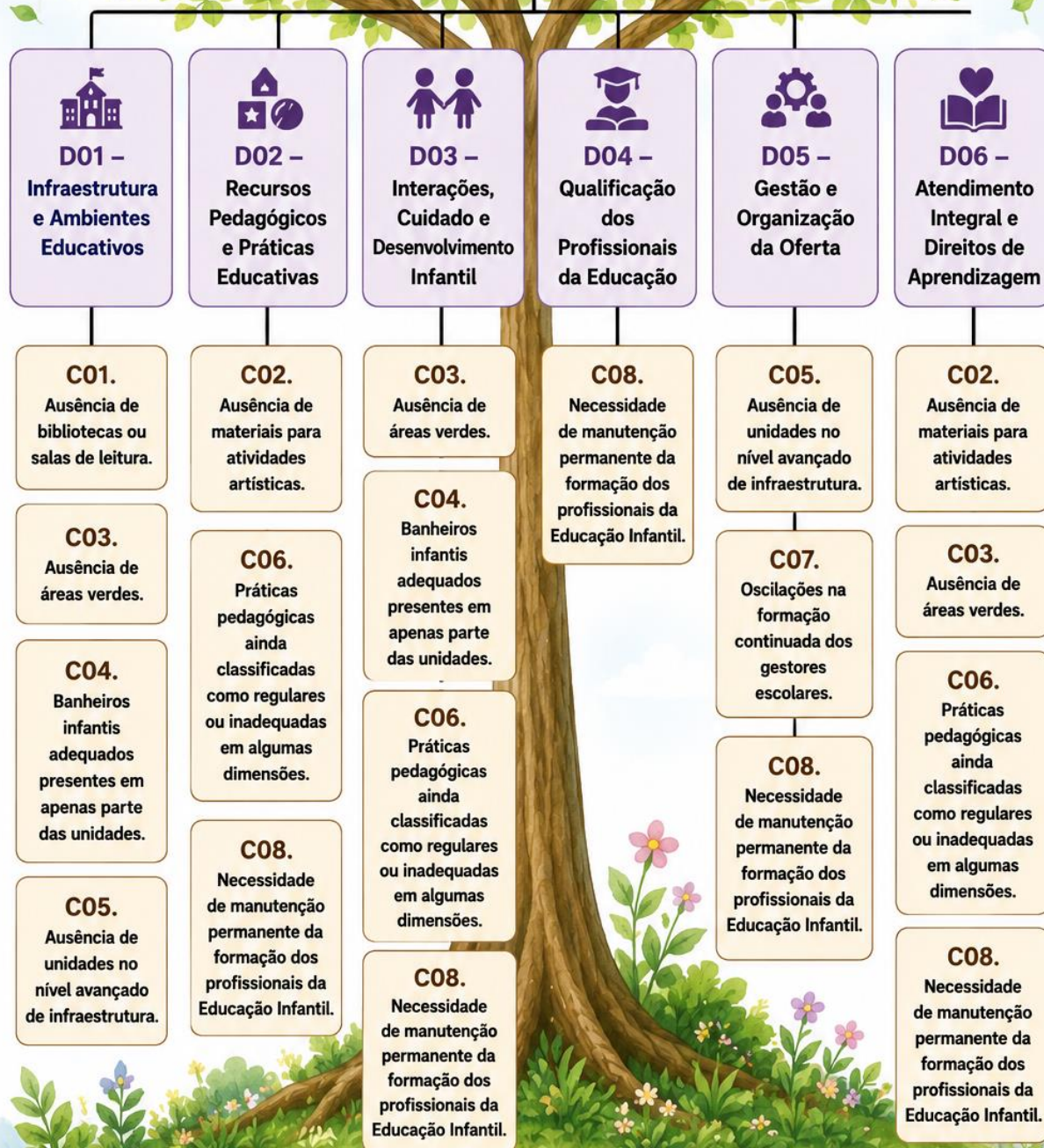
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 06 - Árvore dos Problemas do Tema 02 do PNE

TEMA 02 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL – SAGRADA FAMÍLIA



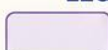
Problema 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.



LEGENDA:



Problema



Descriptor



Causa

Fonte: Autoria própria

TEMA 03 - ALFABETIZAÇÃO

Problema 03: CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO ESTÃO ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO POPULAÇÕES NEGRAS, PESSOAS SURDAS, COM DEFICIÊNCIA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Com base no documento, a análise descritiva contempla indicadores complementares de alfabetização, aprendizagem e desempenho educacional, permitindo uma compreensão abrangente da situação do município de Sagrada Família/RS em relação ao processo de alfabetização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram considerados os dados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), da Avaliação de Fluência Leitora do Programa Alfabetiza Tchê, do Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS) e dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS). A leitura integrada desses indicadores possibilita identificar avanços, oscilações, pontos de atenção e necessidades de acompanhamento pedagógico, subsidiando a formulação de estratégias voltadas à consolidação da alfabetização na idade certa, ao fortalecimento da fluência leitora e à qualificação das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: Indicador Criança Alfabetizada em 85% em 2025 enquanto que a meta era de 79%**
- ☒ **Descritor 02: Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 6,2 pontos em 2025**
- ☒ **Descritor 03: o índice do IMERS apresentou redução de 78 pontos em 2023 para cerca de 68 pontos em 2024**
- ☒ **Descritor 04: Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 668 pontos, com 100% de participação.**
- ☒ **Descritor 05: Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 602 pontos, com 97% de participação.**

a) Indicador Criança Alfabetizada – ICA

Imagem 05 - Indicador Criança Alfabetizada – ICA (2025)

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Crianças Alfabetizadas

x

Sagrada Família

42 matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental

85,0%



(taxa de participação: 95,2%)

META: 79,0%

Fonte: <https://gedu.org.br/uf/43-rio-grande-do-sul/explore?aba=alfabetizacao&cidade=sagrada-familia>
(acesso em: 06/06/2026)

O Indicador Criança Alfabetizada (ICA) de 2025, referente ao município de Sagrada Família/RS, evidencia um resultado positivo para a alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental. Conforme o dado apresentado, o município registrou 42 crianças matriculadas nessa etapa e alcançou 85,0% de crianças alfabetizadas, superando a meta estabelecida de 79,0% para o período.

A taxa de participação foi de 95,2%, o que indica elevada adesão ao processo avaliativo e confere boa representatividade ao indicador. Considerando o universo informado, aproximadamente 40 crianças participaram da avaliação; nesse conjunto, cerca de 34 aparecem como alfabetizadas, enquanto aproximadamente 6 ainda não consolidaram plenamente as habilidades esperadas de leitura e escrita para a etapa.

Do ponto de vista pedagógico, o resultado demonstra que Sagrada Família ultrapassou a meta prevista e apresenta um patamar favorável de alfabetização no 2º ano. Todavia, a superação da meta não elimina a necessidade de acompanhamento sistemático, uma vez que a existência de crianças ainda não alfabetizadas exige intervenções pedagógicas focalizadas, recomposição das aprendizagens e monitoramento contínuo, de modo a assegurar que o avanço para os anos subsequentes ocorra com maior segurança e equidade.

Principais aspectos evidenciados pelo indicador:

a) Pontos positivos:

- O município alcançou 85,0% de crianças alfabetizadas, resultado superior à meta de 79,0%.
- A taxa de participação de 95,2% indica elevada representatividade dos dados avaliativos.
- A maioria das crianças matriculadas no 2º ano consolidou as habilidades esperadas de alfabetização.
- O universo de 42 crianças matriculadas favorece a organização de estratégias de acompanhamento pedagógico individualizado.

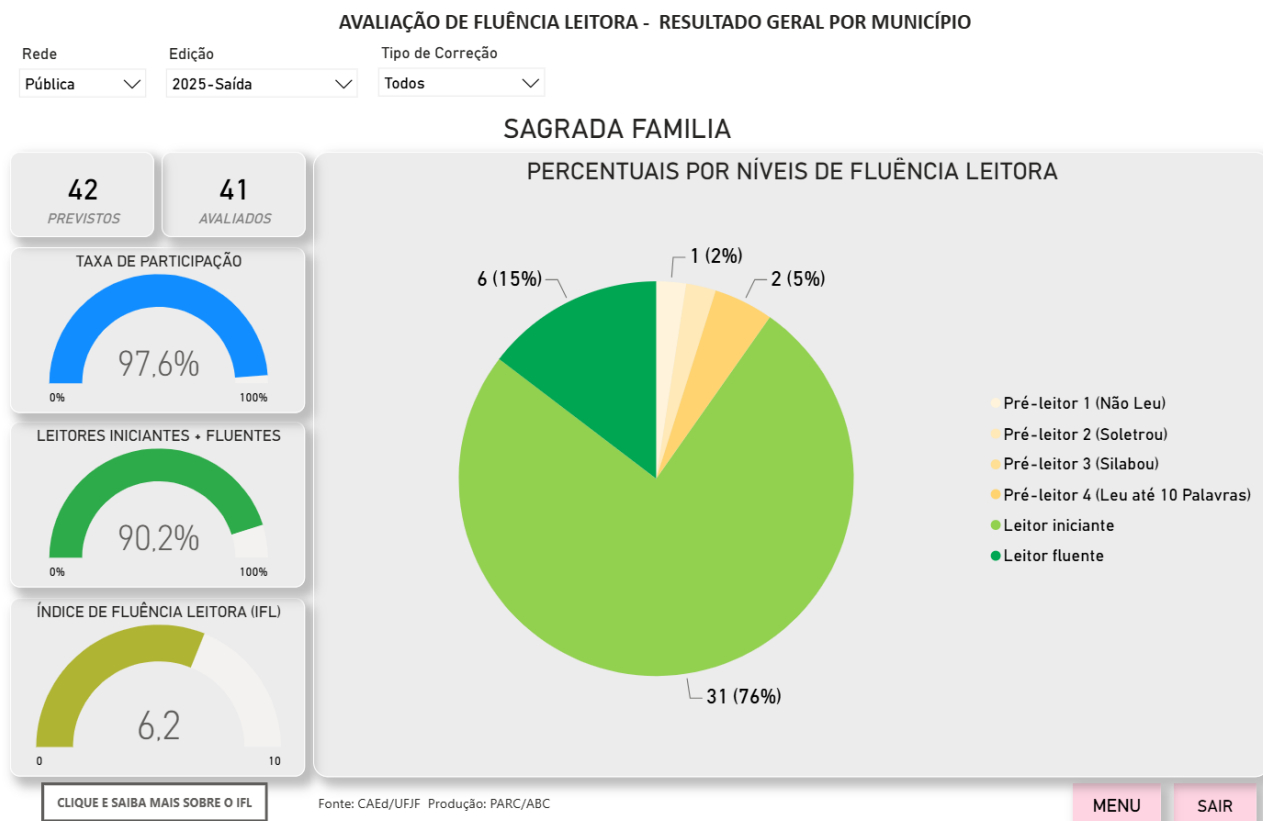
b) Aspectos de atenção:

- Apesar do resultado positivo, aproximadamente 15% das crianças avaliadas ainda não aparecem como alfabetizadas pelo ICA.

- A rede precisa manter ações de recomposição das aprendizagens para os estudantes que ainda não consolidaram leitura e escrita.
- Recomenda-se o acompanhamento contínuo por estudante, turma e habilidade, evitando que pequenos grupos em defasagem fiquem invisibilizados pelos bons resultados gerais.

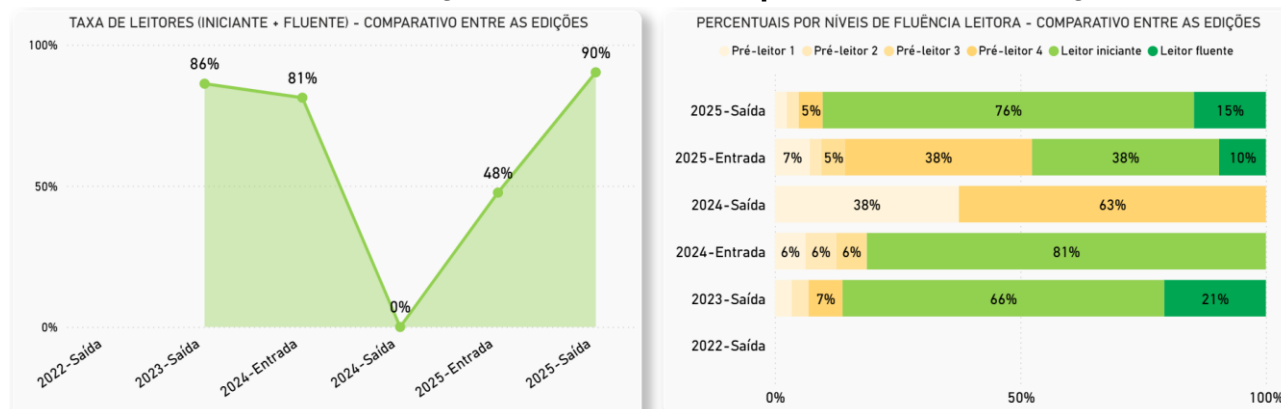
b) Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê

Gráfico 13 - Avaliação de Fluência Leitora – Resultado Geral por Município (2025)



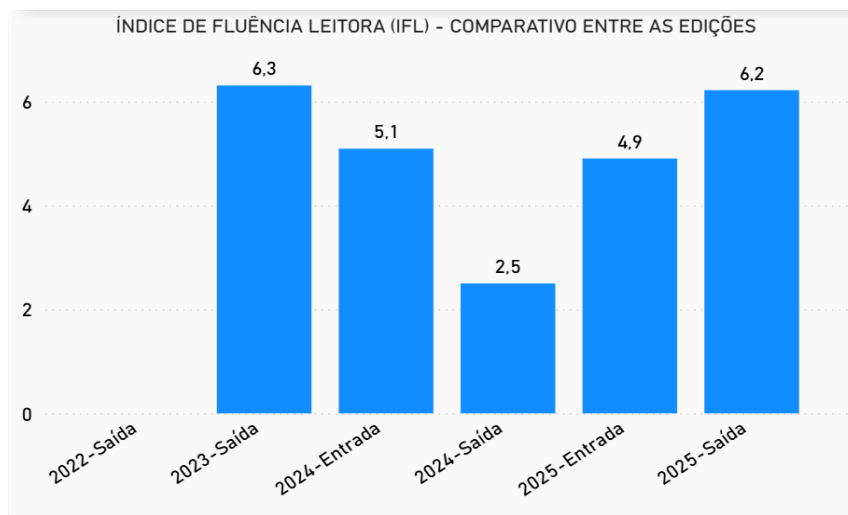
Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 06/06/2026)

Gráfico 14 - Avaliação de Fluência Comparativo entre as edições



Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 06/06/2026)

Gráfico 15 - Índice de Fluência Leitora (IFL)



Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 06/06/2026)

Gráfico 16 - Avaliação de Fluência Leitora – Indicadores Contextuais (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 06/06/2026)

Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora do Programa Alfabetiza Tchê (2025) demonstram que o município de Sagrada Família/RS apresentou avanço expressivo no desenvolvimento da leitura ao longo do ano letivo, especialmente quando se observa a retomada entre a avaliação de entrada e a avaliação de saída.

Foram previstos 42 estudantes e avaliados 41, correspondendo a uma taxa de participação de 97,6%. Esse percentual revela elevada adesão ao processo avaliativo e permite uma leitura consistente da situação da fluência leitora no município.

No resultado geral de 2025-Saída, Sagrada Família alcançou 90,2% de leitores iniciantes e fluentes, com Índice de Fluência Leitora (IFL) de 6,2 pontos. A distribuição dos estudantes evidencia predomínio de leitores iniciantes, com 31 estudantes (76%),

acompanhados de 6 leitores fluentes (15%). Também permanecem aproximadamente 4 estudantes em níveis de pré-leitura, representando cerca de 9,8% dos avaliados.

Esses dados indicam que a maior parte dos estudantes já realiza leitura em algum nível funcional, embora o município ainda tenha o desafio de ampliar a passagem dos leitores iniciantes para a condição de leitores fluentes. Assim, o principal ponto de atenção não se concentra apenas no acesso inicial à leitura, mas na consolidação da fluência, da precisão, da velocidade e da compreensão leitora.

Evolução entre as edições:

A série histórica apresentada nos gráficos indica trajetória oscilante. O percentual de leitores iniciantes e fluentes alcançou 84% em 2023-Saída, manteve patamar elevado em 2024-Entrada, sofreu redução nas edições seguintes e apresentou recuperação expressiva em 2025-Saída, chegando a 90%. Em 2025, a evolução entre a entrada e a saída foi especialmente relevante, passando de 49% para 90% de leitores iniciantes e fluentes.

Índice de Fluência Leitora (IFL):

- 2023-Saída: 6,3
- 2024-Entrada: 5,1
- 2024-Saída: 2,5
- 2025-Entrada: 4,9
- 2025-Saída: 6,2

O resultado de 2025-Saída representa recuperação importante em relação à entrada do mesmo ano e se aproxima do melhor desempenho registrado na série apresentada, ainda que o indicador revele a necessidade de consolidar a fluência plena de uma parcela maior dos estudantes.

Indicadores Contextuais:

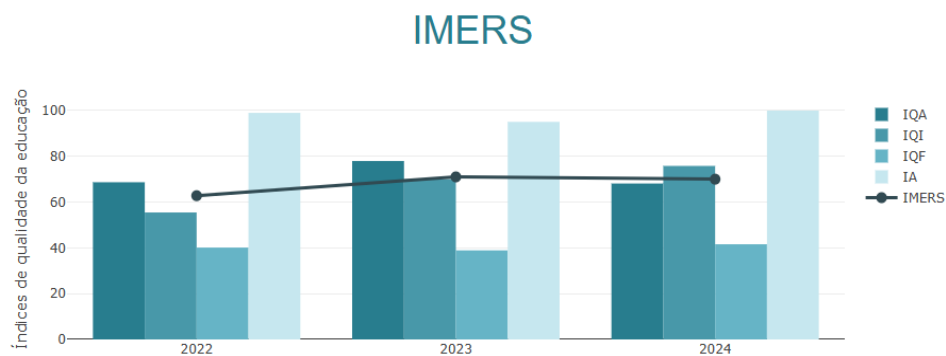
a) Nível Socioeconômico: entre os estudantes classificados, o gráfico apresenta concentração integral no Nível V, que corresponde a 100% dos avaliados nesse indicador. Nesse grupo, observa-se aproximadamente 10% de pré-leitores, 73% de leitores iniciantes e 18% de leitores fluentes.

A leitura desse dado sugere que, mesmo dentro de um único agrupamento socioeconômico predominante, há diferenças importantes no nível de fluência leitora, especialmente entre estudantes que já leem de forma inicial e aqueles que alcançaram fluência plena.

b) Cor/Raça: o gráfico apresenta 90% dos estudantes declarados como brancos e 10% com raça/cor não declarada. Entre os estudantes brancos, observa-se aproximadamente 11% de pré-leitores, 75% de leitores iniciantes e 14% de leitores fluentes. Entre os estudantes com raça/cor não declarada, constam 75% de leitores iniciantes e 25% de leitores fluentes.

Como não há, no gráfico apresentado, outros grupos raciais em quantidade suficiente para comparação, não se deve afirmar a existência de desigualdade racial a partir desse indicador isolado. Ainda assim, o percentual de estudantes com raça/cor não declarada deve ser acompanhado, pois a qualidade do registro interfere diretamente na leitura de equidade e na formulação de políticas públicas mais precisas.

Gráfico 17 - Desempenho na avaliação do IMERS² (2022 a 2024)



Fonte: <https://imersvis.dee.rs.gov.br/> (acesso em 03/06/2026)

Os resultados apresentados pelo IMERS evidenciam um cenário de desempenho relativamente estável em Sagrada Família/RS, com avanços em alguns componentes, manutenção de patamares elevados de atendimento e oscilações no indicador de aprendizagem.

O Índice de Qualidade da Aprendizagem (IQA) apresentou crescimento entre 2022 e 2023, passando de aproximadamente 68 pontos para cerca de 78 pontos. Entretanto, em 2024, o indicador retornou a um patamar próximo de 68 pontos, sinalizando que os avanços obtidos no ano anterior não se sustentaram integralmente no período seguinte. Esse movimento exige atenção às estratégias pedagógicas, ao acompanhamento das aprendizagens e à continuidade das ações de recomposição.

O Índice de Qualidade da Infraestrutura (IQI) apresentou trajetória positiva ao longo da série, saindo de aproximadamente 56 pontos em 2022, avançando para cerca de 68 pontos em 2023 e alcançando patamar próximo de 75 pontos em 2024. Esse crescimento indica melhora nas condições de oferta, nos espaços e nos recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades escolares.

O Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF) manteve-se em patamar mais baixo quando comparado aos demais componentes, com valores aproximados de 40 pontos em 2022, 39 pontos em 2023 e 42 pontos em 2024. Embora haja leve recuperação no último ano, o indicador sugere a necessidade de fortalecer a formação continuada, o acompanhamento pedagógico e a gestão dos processos de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

O Índice de Atendimento (IA) apresentou os melhores resultados da série, mantendo-se em patamares muito elevados: aproximadamente 99 pontos em 2022, 95 pontos em 2023 e 100 pontos em 2024. Esse desempenho demonstra que o município assegura amplo acesso e cobertura educacional, constituindo uma base importante para que as políticas pedagógicas possam se concentrar na qualidade das aprendizagens.

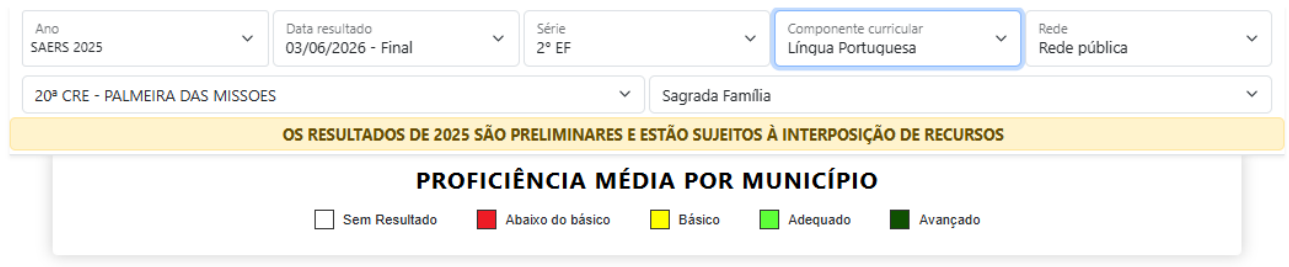
Como síntese, o IMERS de Sagrada Família indica uma rede com bom atendimento, infraestrutura em avanço e desempenho geral relativamente estável, mas com necessidade de atenção à aprendizagem e aos fatores de gestão e formação. A leitura integrada desses componentes aponta que o desafio central não está apenas no acesso à escola, mas na

² No contexto do **IMERS**, normalmente: **IQA** avalia resultados educacionais e aprendizagem; **IQI** avalia infraestrutura e condições de oferta; **IQF** avalia qualificação e condições dos profissionais; **IA** avalia acesso, atendimento e cobertura educacional; **IMERS** sintetiza o desempenho geral do município.

sustentabilidade das práticas pedagógicas que garantam a alfabetização plena e a consolidação das aprendizagens ao longo do tempo.

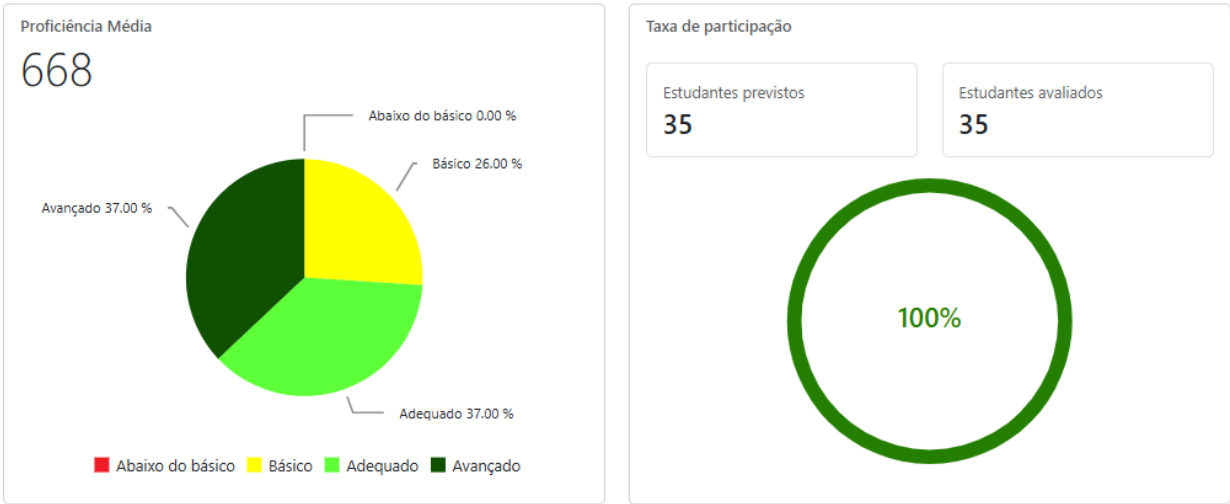
d) SAERS

Painel 03 - Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)



Proficiência e participação

Proficiência e participação: 4316428 - Sagrada Família

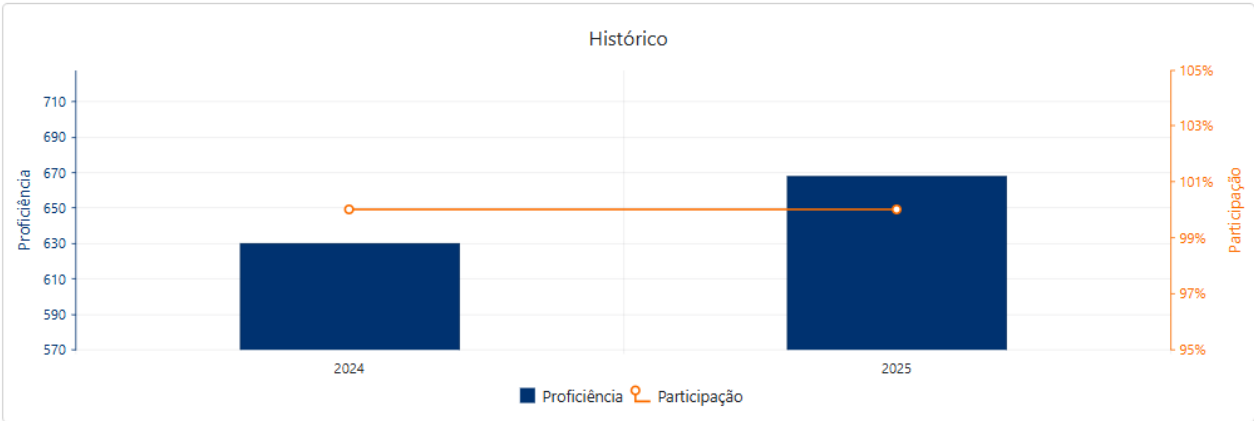


Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em 06/06/2026)

Painel 04 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)

Histórico das redes

Histórico de proficiência e participação: 4316428 - Sagrada Família



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em 06/06/2026)

Painel 05 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa (2025)

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	35	35	100.0 %	668	0.0 %	26.0 %	37.0 %	37.0 %	Turmas

1

10

itens por página

Exibindo itens 1 - 1 de 1

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em 06/06/2026)

Painel 06 - Proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)

Ano SAERS 2025

Data resultado 03/06/2026 - Final

Série 2ª EF

Componente curricular Matemática

Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES

Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

PROFICIÊNCIA MÉDIA POR MUNICÍPIO

☐ Sem Resultado

☒ Abaixo do básico

☒ Básico

☒ Adequado

☒ Avançado

Proficiência e participação

Proficiência e participação: 4316428 - Sagrada Família

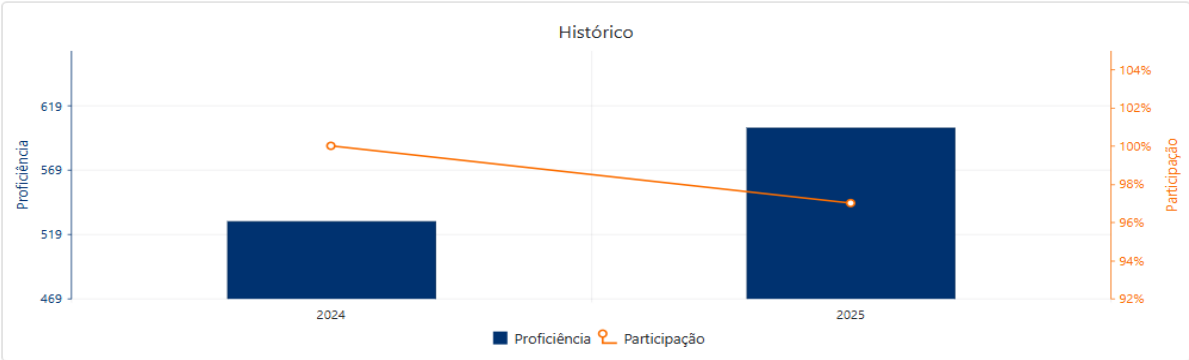


Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 06/06/2026)

Painel 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)

Histórico das redes

Histórico de proficiência e participação: 4316428 - Sagrada Família



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 06/06/2026)

Painel 07 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Matemática (2025)

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: **4316428 - Sagrada Família**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	35	34	97,0 %	602	3,0 %	3,0 %	35,0 %	59,0 %	Turmas
Exibindo itens 1 - 1 de 1									

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 06/06/2026)

Os resultados do SAERS 2025 para o município de Sagrada Família/RS revelam desempenho geral positivo em Língua Portuguesa e Matemática, com participação elevada dos estudantes e concentração majoritária nos níveis Adequado e Avançado. Os dados indicam avanços importantes, especialmente em Matemática, mas também apontam a permanência de estudantes no nível Básico em Língua Portuguesa, exigindo acompanhamento pedagógico focalizado.

Língua Portuguesa:

Na avaliação de Língua Portuguesa, o município alcançou proficiência média de 668 pontos, com participação de 35 estudantes avaliados de 35 previstos, correspondendo a 100% de participação.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho foi:

- Abaixo do Básico: 0,0%
- Básico: 26,0%
- Adequado: 37,0%
- Avançado: 37,0%

Os resultados demonstram que 74,0% dos estudantes encontram-se nos níveis Adequado e Avançado, indicando que a maior parte desenvolveu satisfatoriamente as habilidades esperadas de leitura, interpretação e compreensão textual. O dado mais positivo é a inexistência de estudantes no nível Abaixo do Básico. Contudo, o percentual de 26,0% no nível Básico exige atenção, pois representa estudantes que ainda precisam consolidar habilidades para alcançar padrões mais seguros de aprendizagem.

Destaque por escola - Língua Portuguesa:

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE

- Proficiência média: 668 pontos.
- Participação: 35 avaliados de 35 previstos, correspondendo a 100,0%.
- Distribuição: 0,0% Abaixo do Básico, 26,0% Básico, 37,0% Adequado e 37,0% Avançado.

Matemática:

Na avaliação de Matemática, o município alcançou proficiência média de 602 pontos, com participação de 34 estudantes avaliados de 35 previstos, equivalente a 97,0% de participação.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho foi:

- Abaixo do Básico: 3,0%
- Básico: 3,0%
- Adequado: 35,0%

- Avançado: 59,0%

Nesse componente curricular, 94,0% dos estudantes encontram-se nos níveis Adequado e Avançado, evidenciando desempenho muito favorável e forte concentração no nível Avançado. Ainda assim, a presença residual de estudantes nos níveis Abaixo do Básico e Básico, ainda que pequena, deve ser monitorada para evitar a ampliação de defasagens nos anos seguintes.

Destaque por escola - Matemática:

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
PAULO FREIRE

- Proficiência média: 602 pontos.
- Participação: 34 avaliados de 35 previstos, correspondendo a 97,0%.
- Distribuição: 3,0% Abaixo do Básico, 3,0% Básico, 35,0% Adequado e 59,0% Avançado.

Síntese dos Resultados:

Pontos Fortes:

- Elevada participação nas avaliações: 100,0% em Língua Portuguesa e 97,0% em Matemática.
- Bom desempenho em Língua Portuguesa, com 74,0% dos estudantes nos níveis Adequado e Avançado e ausência de estudantes no Abaixo do Básico.
- Excelente desempenho em Matemática, com 94,0% dos estudantes nos níveis Adequado e Avançado e 59,0% no nível Avançado.
- Evolução histórica positiva da proficiência média em relação a 2024, conforme indicam os gráficos de histórico de Língua Portuguesa e Matemática.

Aspectos de Atenção:

- Em Língua Portuguesa, 26,0% dos estudantes permanecem no nível Básico, indicando necessidade de fortalecer habilidades de leitura, interpretação e compreensão textual.
- Em Matemática, embora o desempenho seja muito favorável, ainda há 3,0% dos estudantes no Abaixo do Básico e 3,0% no Básico.
- A concentração dos dados em uma única escola exige acompanhamento próximo, pois pequenas variações no número de estudantes podem impactar significativamente os percentuais municipais.

Conclusão geral das análises:

A consolidação dos indicadores educacionais de Sagrada Família delineia um panorama de bons resultados gerais, elevada participação avaliativa, avanço na fluência leitora e desempenho expressivo no SAERS, especialmente em Matemática. O município supera a meta do Indicador Criança Alfabetizada, alcança 85,0% de crianças alfabetizadas, apresenta 90,2% de leitores iniciantes e fluentes na avaliação de saída de 2025 e registra concentração majoritária dos estudantes nos níveis Adequado e Avançado em Língua Portuguesa e Matemática.

Entretanto, a análise integrada dos dados evidencia que o desafio da alfabetização plena ainda permanece. Aproximadamente 15% das crianças avaliadas no ICA não aparecem como alfabetizadas, cerca de 9,8% dos estudantes avaliados na fluência permanecem em níveis de pré-leitura, e 26,0% dos estudantes avaliados em Língua Portuguesa no SAERS situam-se no nível Básico. Assim, Sagrada Família apresenta uma

trajetória favorável, mas precisa manter ações contínuas de recomposição, acompanhamento pedagógico por evidências e fortalecimento das práticas de leitura e escrita, de modo a garantir que os bons resultados gerais se convertam em alfabetização efetivamente universalizada.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada dos resultados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), da Fluência Leitora, do IMERS e do SAERS, é possível identificar que Sagrada Família apresenta resultados positivos e superiores às metas estabelecidas. Contudo, os próprios indicadores revelam evidências de que ainda existem fatores que limitam o avanço para níveis ainda mais elevados de alfabetização e aprendizagem. Essas possíveis causas não significam necessariamente fragilidades graves da rede, mas aspectos que ainda precisam ser fortalecidos para garantir a alfabetização plena e a consolidação das aprendizagens.

C01. Existência de estudantes que ainda não consolidaram plenamente a alfabetização: Embora o município tenha alcançado 85% de crianças alfabetizadas, aproximadamente 15% dos estudantes avaliados ainda não atingiram o padrão esperado para o 2º ano do Ensino Fundamental. Isso indica que parte das crianças apresenta dificuldades persistentes na apropriação do sistema de escrita alfabética e no desenvolvimento das competências básicas de leitura e escrita.

C02. Necessidade de ampliar a fluência leitora dos estudantes: A avaliação de Fluência Leitora demonstrou que a maioria dos estudantes se encontra na condição de leitores iniciantes, enquanto apenas 15% alcançaram o nível de leitores fluentes. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas voltadas à leitura com precisão, velocidade e compreensão, favorecendo a transição dos leitores iniciantes para níveis mais avançados de fluência.

C03. Presença de estudantes em níveis de pré-leitura: Os resultados da Fluência Leitora mostram que cerca de 10% dos estudantes ainda permanecem em níveis de pré-leitura. Essa situação sugere a necessidade de intervenções pedagógicas mais intensivas e acompanhamento individualizado para os estudantes que apresentam maior defasagem em relação às habilidades esperadas para a etapa escolar.

C04. Necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens: A oscilação observada nos indicadores de aprendizagem, especialmente no IMERS, sugere que parte dos avanços obtidos em determinados períodos não se manteve de forma consistente ao longo do tempo. Isso aponta para a importância de consolidar estratégias permanentes de recomposição das aprendizagens, garantindo continuidade no desenvolvimento das habilidades essenciais de alfabetização.

C05. Desafios na consolidação das habilidades de leitura, interpretação e compreensão textual: Embora o SAERS tenha demonstrado bom desempenho em Língua Portuguesa, 26% dos estudantes permanecem no nível Básico. Esse grupo ainda necessita desenvolver competências relacionadas à interpretação, compreensão leitora e uso funcional da linguagem escrita, fundamentais para o sucesso escolar nos anos posteriores.

C06. Fragilidades nos fatores de gestão pedagógica e formação continuada: O IMERS evidencia que o Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF) permanece significativamente inferior aos demais componentes avaliados. Esse resultado

pode indicar a necessidade de ampliar ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, monitoramento dos indicadores e fortalecimento da gestão educacional voltada à alfabetização.

C07. Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem: Os resultados positivos da rede podem ocultar pequenos grupos de estudantes que permanecem com dificuldades específicas. A existência de estudantes não alfabetizados, pré-leitores ou situados nos níveis básicos das avaliações reforça a importância de mecanismos sistemáticos de busca ativa pedagógica, monitoramento por habilidades e intervenções personalizadas.

C08. Necessidade de ampliar a cultura leitora e as práticas permanentes de leitura: Os dados da fluência indicam que o desafio atual não está apenas em ensinar a ler, mas em formar leitores proficientes. Isso demanda fortalecimento de projetos de leitura, ampliação do contato cotidiano com diferentes gêneros textuais e incentivo ao hábito leitor dentro e fora da escola.

CAUSAS CRÍTICAS:

C01: Existência de estudantes que ainda não consolidaram plenamente a alfabetização

C02: Necessidade de ampliar a fluência leitora dos estudantes

C03: Presença de estudantes em níveis de pré-leitura

C04: Necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens

C05: Desafios na consolidação das habilidades de leitura, interpretação e compreensão textual

C06: Fragilidades nos fatores de gestão pedagógica e formação continuada

C07: Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

C08: Necessidade de ampliar a cultura leitora e as práticas permanentes de leitura

Essas causas são coerentes com os resultados encontrados nas avaliações e ajudam a explicar por que, mesmo apresentando desempenho acima das metas e indicadores bastante positivos, Sagrada Família ainda não alcançou a universalização da alfabetização e pode avançar ainda mais na qualidade das aprendizagens.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 07 - Árvore dos Problemas do Tema 03 do PNE

TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO – SAGRADA FAMÍLIA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

PROBLEMA 03

CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO ESTÃO ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO POPULAÇÕES NEGRAS, PESSOAS SURDAS, COM DEFICIÊNCIA.

DESCRIPTOR 01

Indicador Criança Alfabetizada em 85% em 2025 enquanto que a meta era de 79%

C01 Existência de estudantes que ainda não consolidaram plenamente a alfabetização

C04 Necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens

C07 Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

DESCRIPTOR 02

Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 6,2 pontos em 2025

C02 Necessidade de ampliar a fluência leitora dos estudantes

C03 Presença de estudantes em níveis de pré-leitura

C07 Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

C08 Necessidade de ampliar a cultura leitora e as práticas permanentes de leitura

DESCRIPTOR 03

o índice do IMERS apresentou redução de 78 pontos em 2023 para cerca de 68 pontos em 2024

C04 Necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens

C06 Fragilidades nos fatores de gestão pedagógica e formação continuada

C07 Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

DESCRIPTOR 04

Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 668 pontos, com 100% de participação.

C01 Existência de estudantes que ainda não consolidaram plenamente a alfabetização

C02 Necessidade de ampliar a fluência leitora dos estudantes

C05 Desafios na consolidação das habilidades de leitura, interpretação e compreensão textual

C07 Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

DESCRIPTOR 05

Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 602 pontos, com 97% de participação.

C04 Necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens

C06 Fragilidades nos fatores de gestão pedagógica e formação continuada

C07 Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de aprendizagem

LEGENDA

- Problema
- Descritor
- Causa

TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 04: GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, NÚMERO QUE SE TORNA MAIOR ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A compreensão minuciosa das condições de acesso, permanência e êxito escolar no município de Sagrada Família/RS exige o cruzamento e a interpretação qualificada de indicadores macro educacionais e demográficos. Esta análise descritiva delineia a configuração física das redes de ensino, a evolução histórica do corpo de discentes e docentes, e o comportamento do fluxo escolar nas etapas obrigatórias dos Ensinos Fundamental e Médio. A partir do mapeamento dessas variáveis estruturais, torna-se possível identificar as assimetrias no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade, bem como diagnosticar os principais gargalos pedagógicos e operacionais que comprometem a regularidade das trajetórias escolares e a terminalidade na idade adequada.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: Universalização do Acesso Físico Inicial e Concentração da Infraestrutura Escolar na Zona Urbana**
- ☒ **Descritor 02: Tendência de Retração no Volume Geral de Matrículas e Descompasso Demográfico no Ensino Médio**
- ☒ **Descritor 03: Descontinuidade Crítica da Oferta de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental**
- ☒ **Descritor 04: Gargalos de Fluxo Escolar e Retenção no 8º Ano do Ensino Fundamental e no 1º Ano do Ensino Médio**
- ☒ **Descritor 05: Afunilamento e Barreiras na Transição da Educação Especial entre as Redes de Ensino**
- ☒ **Descritor 06: Subnotificação e Fragilidade na Coleta de Dados Declaratórios de Cor/Raça**

1) Dados educacionais gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

A análise dos indicadores macro do município aponta para uma excelente cobertura inicial de atendimento, acompanhada de ótimos índices de qualidade regulamentar nas séries iniciais.

Tabela 01: Dados Educacionais do município

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

 EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	100 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	6,7
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,2
Matrículas no ensino fundamental [2024]	241 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	74 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	23 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	15 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	2 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sagrada-familia/panorama>

O principal indicador de acesso mostra que **100%** das crianças de 6 a 14 anos de idade estão escolarizadas (dados de 2022), sendo que o município conta com **2 escolas** de Ensino Fundamental em atividade (dados de 2024/2025). Não há estabelecimentos de Ensino Fundamental em áreas rurais, indígenas ou em comunidades quilombolas no município e ambas são classificadas como de médio porte, possuindo **entre 51 e 200 matrículas** cada.

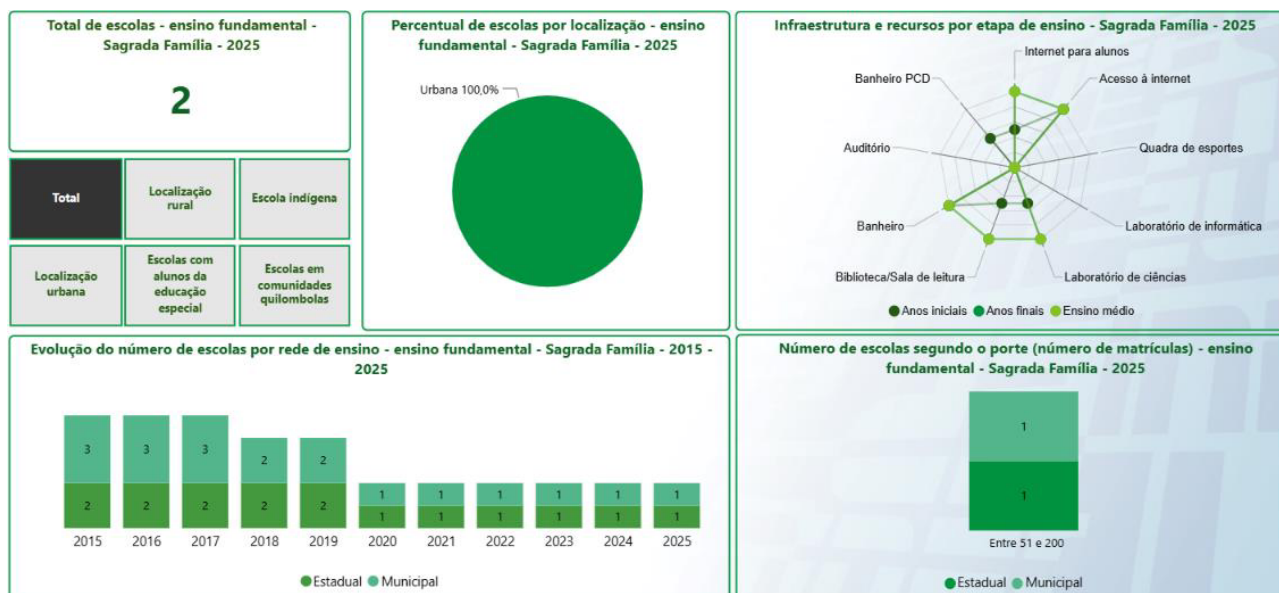
Houve um processo nítido de nucleação ou fechamento de redes. Em 2015, o município contava com 5 escolas (3 municipais e 2 estaduais). Desde 2020, o quadro se estabilizou em **1 escola municipal e 1 escola estadual**.

2) Ensino Fundamental

a) Quanto às escolas do Ensino Fundamental

A análise do volume de matrículas em 2025 revela como a comunidade escolar está distribuída no Ensino Fundamental regular.

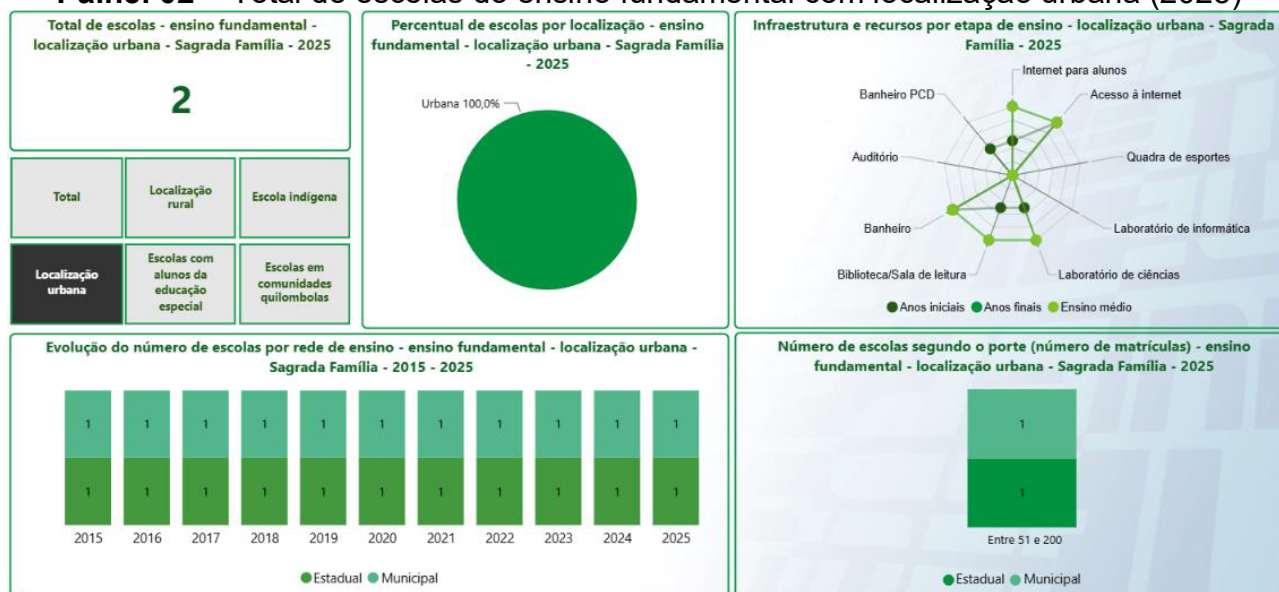
Painel 01 – Total de escolas do ensino fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município de Sagrada Família conta com **2 escolas** de Ensino Fundamental no total. Historicamente, houve uma redução na rede: em 2015 eram 5 escolas (3 municipais e 2 estaduais). **A partir de 2020**, o quadro se estabilizou em **1 escola pública municipal e 1 escola pública estadual**. Ambas possuem entre **51 e 200 matrículas**.

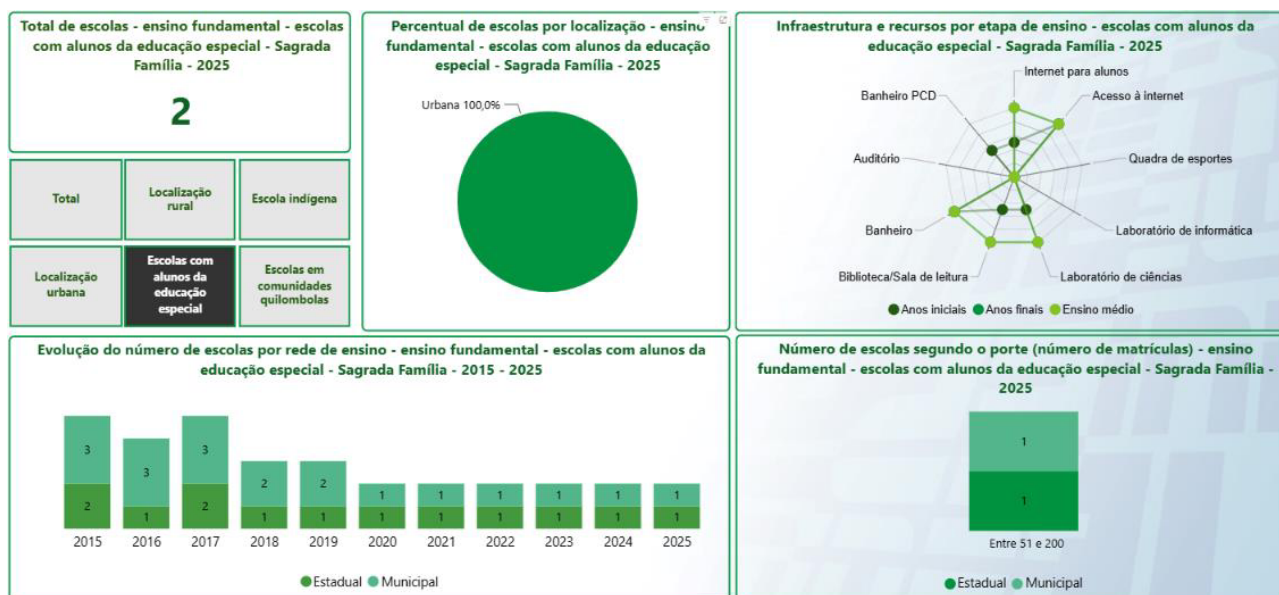
Painel 02 – Total de escolas do ensino fundamental com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

De acordo com o Painel 02, **100% das escolas estão localizadas na área urbana**. O gráfico de evolução confirma que as escolas rurais, indígenas ou quilombolas deixaram de existir ou foram nucleadas na última década, restando apenas o par urbano (1 municipal e 1 estadual).

Painel 03 – Total de escolas do ensino fundamental com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

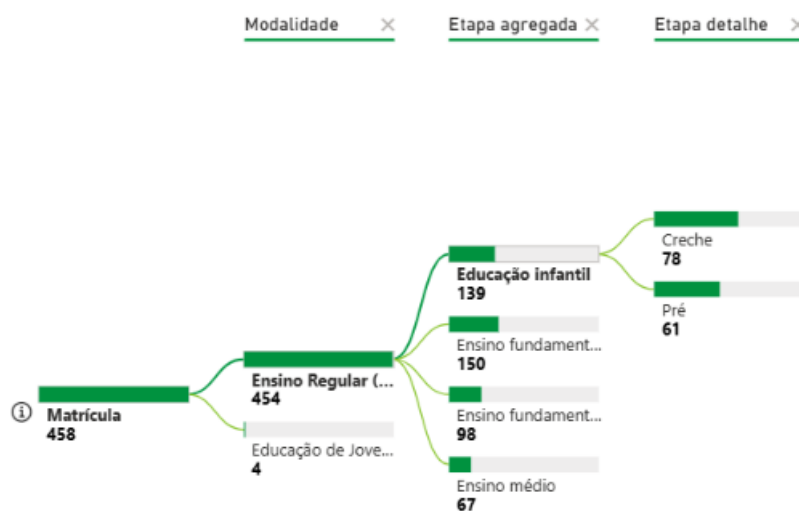
Ambas as escolas do município (**100%**) possuem infraestrutura e recursos humanos que atendem e acolhem estudantes com necessidades específicas da Educação Especial incluídos nas classes comuns.

b) Matrículas do Ensino Fundamental anos iniciais e finais

Os dados revelam uma forte redução nas matrículas ao longo da última década.

Imagem 01 – Número de matrículas por etapa de ensino (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - Sagrada Família - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O Ensino Regular soma **248 matrículas** ativas no Ensino Fundamental. Dessas, **150 matrículas** correspondem aos Anos Iniciais e **98 matrículas** correspondem aos Anos Finais. Há ainda o registro de 4 matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

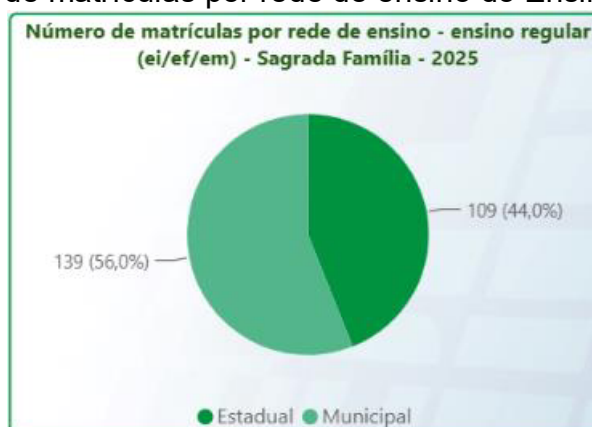
Gráfico 01 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O volume total de matrículas no Ensino Fundamental apresentou um **declínio gradual ao longo da década**, saindo de 285/291 estudantes em 2015-2016 para o patamar atual de **248 estudantes em 2025**.

Gráfico 02 – Número de matrículas por rede de ensino do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **Rede Municipal** é responsável pela maior fatia do atendimento no Ensino Fundamental, com **139 matrículas (56%)**, enquanto a **Rede Estadual** responde por **109 matrículas (44%)**.

Gráfico 03 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental por localização geográfica (2025)



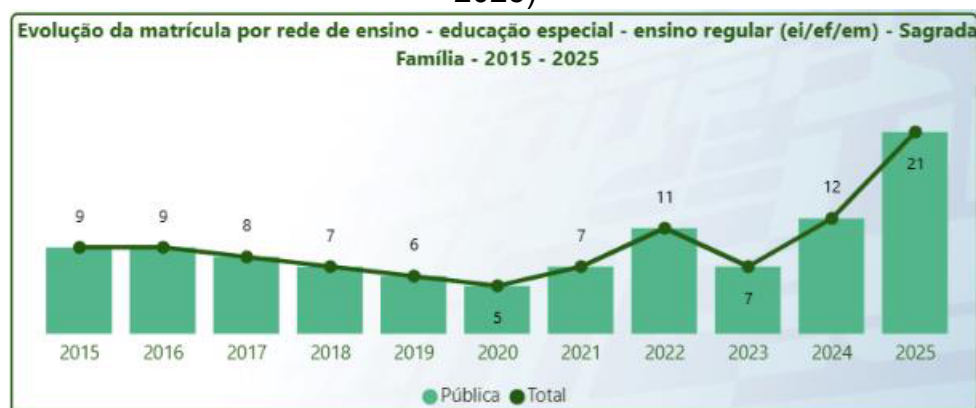
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Acompanhando o perfil das escolas, **100% das 248 matrículas estão concentradas na zona urbana**.

c) Matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental

O acesso de estudantes da Educação Especial (pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação) apresentou um **crescimento expressivo e histórico** no município.

Gráfico 04 - Evolução da matrícula na Educação Especial no Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município vivencia uma expressiva curva de crescimento na inclusão escolar. Após registrar o menor patamar em 2020 (apenas 5 estudantes), as matrículas públicas saltaram ano a ano, atingindo o recorde histórico de **21 estudantes incluídos em 2025**.

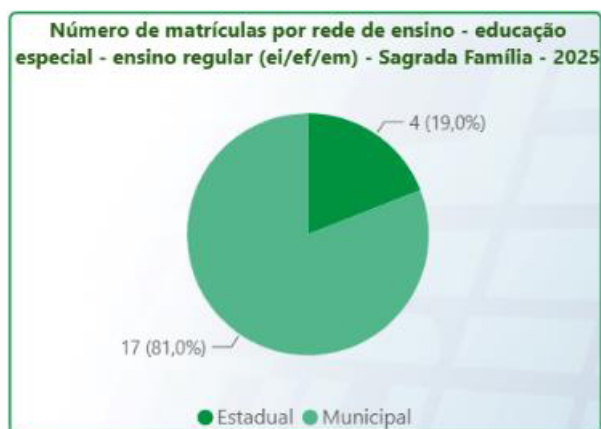
Imagem 02 – Número de matrículas por etapa de ensino da Educação Especial (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Sagrada Família - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 05 – Número de matrículas por rede de ensino da Educação Especial (2025)

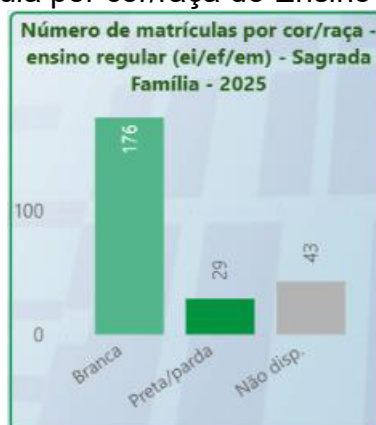


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **Rede Municipal** é a principal responsável pelo acesso inclusivo, respondendo por **81%** dos estudantes da Educação Especial (17 matrículas), enquanto a Rede Estadual atende 19% (4 matrículas). Ambas as escolas do município (**100%**) possuem infraestrutura e recursos humanos que atendem e acolhem estudantes com necessidades específicas da Educação Especial incluídos nas classes comuns.

d) Matrículas por cor/raça no Ensino Fundamental

Gráfico 06 - Matrícula por cor/raça do Ensino Fundamental (2025)



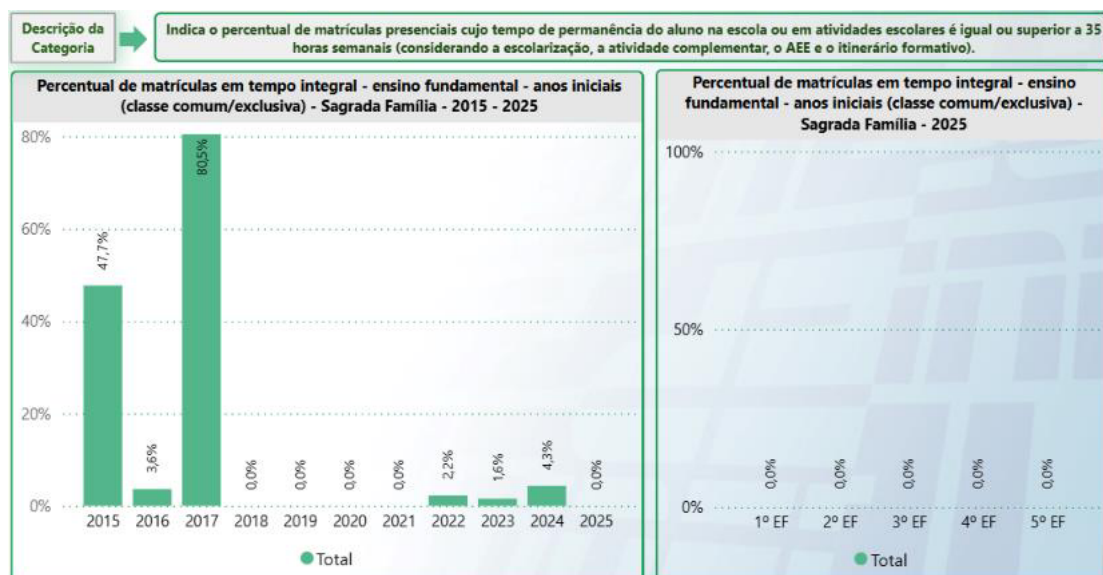
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distribuição demográfica dos estudantes matriculados no ensino regular do Ensino Fundamental aponta para **176 matrículas autodeclaradas brancas** e **29 matrículas pretas/pardas**. Existe um montante expressivo de **43 matrículas classificadas como "Não disponível"**. Esse número (que representa cerca de 17,3% do total) **indica uma fragilidade na coleta de dados ou no preenchimento dos cadastros** no sistema de matrículas pelas secretarias das escolas.

e) Matrículas em Tempo Integral no Ensino Fundamental

Ao analisar o acesso à Educação em Tempo Integral (permanência igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais), os dados históricos revelam um cenário crítico de descontinuidade da política pública.

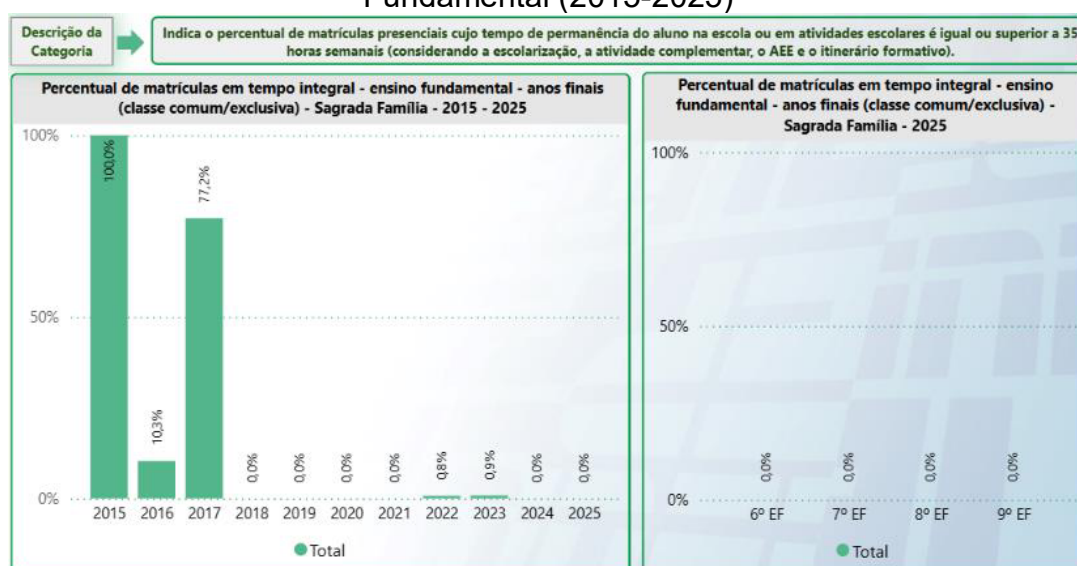
Gráfico 07 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Esta oferta sofreu uma severa descontinuidade no município. Sagrada Família chegou a ter 80,5% dos estudantes dos anos iniciais em tempo integral em 2017. O indicador zerou (0%) entre 2018 e 2021, ensaiou um tímido retorno entre 2022 e 2024 (atingindo 4,3% em 2024), mas fechou o ano de **2025 com 0% de atendimento em tempo integral do 1º ao 5º ano**.

Gráfico 08 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

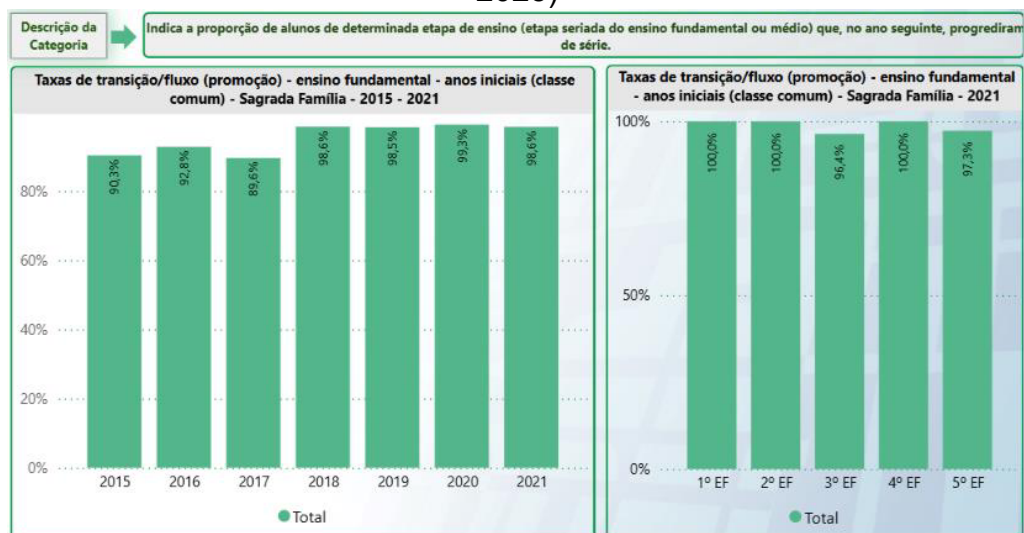
O cenário de regressão repete-se na segunda etapa do Ensino Fundamental. Em 2015, a cobertura em tempo integral era universal (**100%**) e em 2017 registrava 77,2%. A partir de 2018 a oferta colapsou, permanecendo em **0% de matrículas em tempo integral nos anos de 2024 e 2025** (do 6º ao 9º ano).

f) Taxa de transição nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental

Embora o problema central da diretriz aponte para trajetórias irregulares e distorção idade-série em populações vulneráveis, as taxas de transição/fluxo (promoção de série) de

Sagrada Família, avaliadas até o último relatório histórico consolidado (2021), mostram excelente desempenho interno.

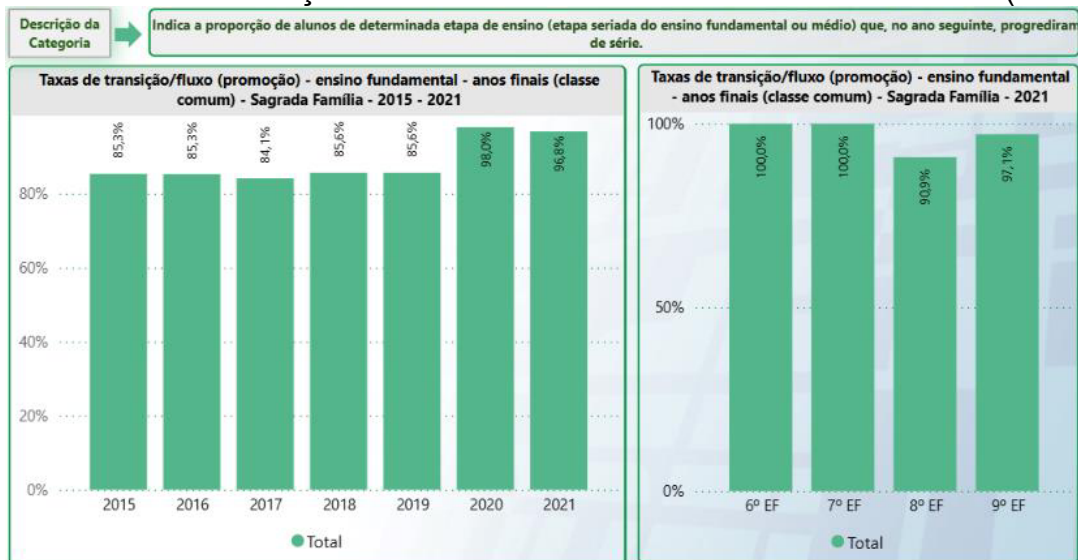
Gráfico 09 - Taxa de transição/fluxo nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O fluxo escolar demonstra forte consolidação pedagógica, subindo de 90,3% de taxa de promoção em 2015 para **98,6% em 2021**. Na análise detalhada por série em 2021, as turmas de **1º, 2º e 4º ano registraram 100% de taxa de sucesso/promoção**, com uma leve oscilação no 3º ano (96,4%) e no 5º ano (97,3%).

Gráfico 10 – Taxa de transição/fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

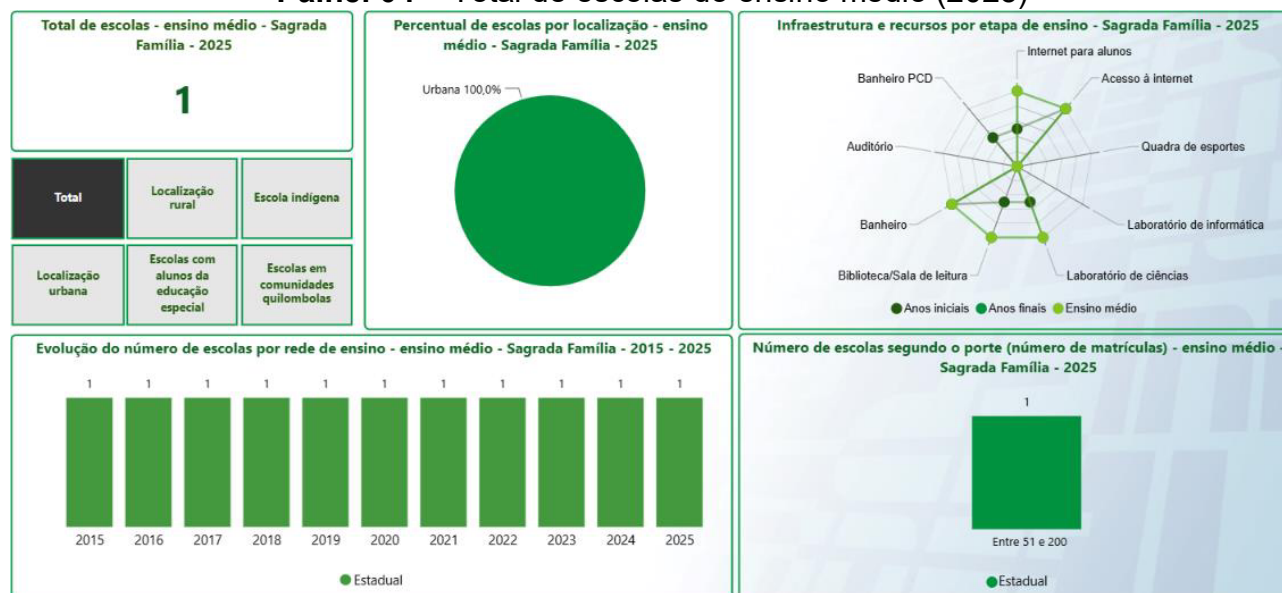
O índice de promoção também avançou significativamente nesta etapa, evoluindo de 85,3% (2015) para **96,8% (2021)**. O recorte por série revela que o **6º e o 7º ano obtiveram 100% de promoção**, enquanto o **8º ano apresentou-se como a série mais crítica de retenção**, registrando **90,9%** de taxa de transição. (O 9º ano fechou com 97,1%)

2) Ensino Médio

a) Quanto às escolas do Ensino Médio

O panorama estrutural apresenta a rede física disponível no município para o atendimento dos jovens na última etapa da educação básica obrigatória.

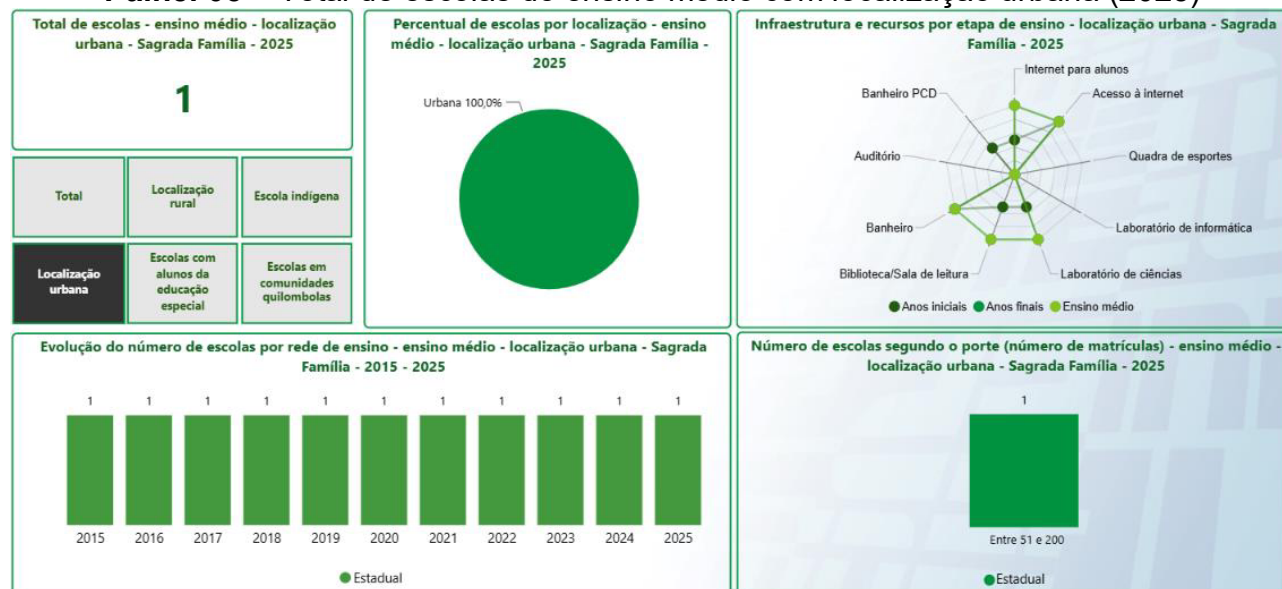
Painel 04 – Total de escolas do ensino médio (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município de Sagrada Família possui uma rede de atendimento centralizada e dependente de uma única instituição, registrando apenas **1 escola** de Ensino Médio em atividade. A série histórica (2015-2025) aponta estabilidade absoluta: o município manteve exatamente este único estabelecimento ao longo de toda a década.

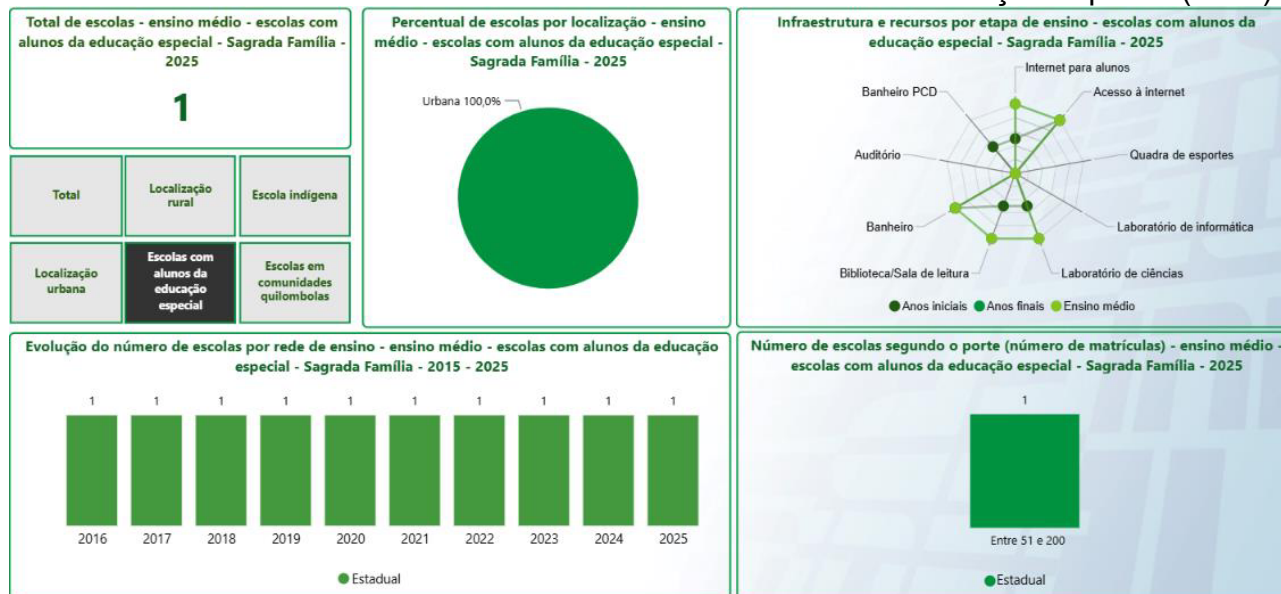
Painel 05 – Total de escolas do ensino médio com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Observa-se que **100% da rede de Ensino Médio (1 escola) está localizada na zona urbana**. Não há oferta dessa etapa em áreas rurais, áreas indígenas ou comunidades quilombolas dentro do território municipal, obrigando o deslocamento de qualquer estudante residente fora do perímetro urbano.

Painel 06 – Total de escolas do ensino médio com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A única escola de Ensino Médio ativa no município (**100%**) possui estudantes da Educação Especial incluídos em suas classes comuns de ensino regular.

b) Matrículas no Ensino Médio de Sagrada Família

Este indicador monitora o volume de estudantes ativos no Ensino Médio regular, evidenciando as oscilações na retenção e permanência desses jovens na escola.

Gráfico 11 - Evolução da matrícula do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados revelam um cenário de **acentuada retração demográfica ou evasão histórica**. Em 2015, o município registrava 112 matrículas no Ensino Médio. Esse número sofreu quedas consecutivas, atingindo o patamar mínimo em 2021 (64 matrículas). Apresentou uma leve recuperação nos anos seguintes, mas estabilizou-se em **75 matrículas em 2025** — o que representa uma **redução de 33% da comunidade escolar** dessa etapa em dez anos.

Gráfico 12 – Matrícula do Ensino Médio por localização geográfica (2025)



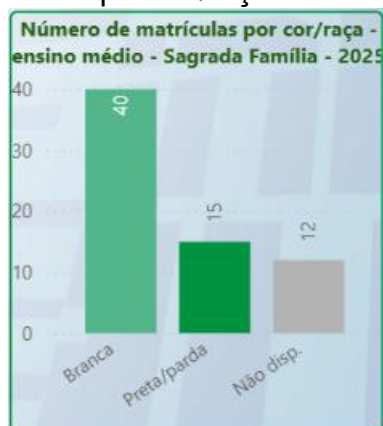
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Em total consonância com a estrutura predial do município, **100% das 75 matrículas estão concentradas na zona urbana.**

c) Matrículas por cor/raça no Ensino Médio

O recorte étnico-racial nas matrículas do Ensino Médio auxilia na compreensão da equidade de acesso e na qualidade do preenchimento dos dados declaratórios.

Gráfico 13 - Matrícula por cor/raça do Ensino Médio (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distribuição baseada na autodeclaração dos estudantes aponta para uma predominância de **57 matrículas de cor/raça branca** e **8 matrículas de cor/raça preta/parda**. O diagnóstico aponta **10 matrículas classificadas como "Não disponível"** (13,3% do total de estudantes). Embora o número absoluto pareça baixo, a proporção indica que as fichas cadastrais e o preenchimento do Censo Escolar ainda carecem de maior rigor técnico na coleta da autodeclaração étnico-racial, o que pode mascarar desigualdades no acesso.

d) Matrículas na Educação Especial no Ensino Médio

Este indicador acompanha o fluxo de inclusão e a garantia de continuidade dos estudos para os estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades ao alcançarem a etapa final da educação básica.

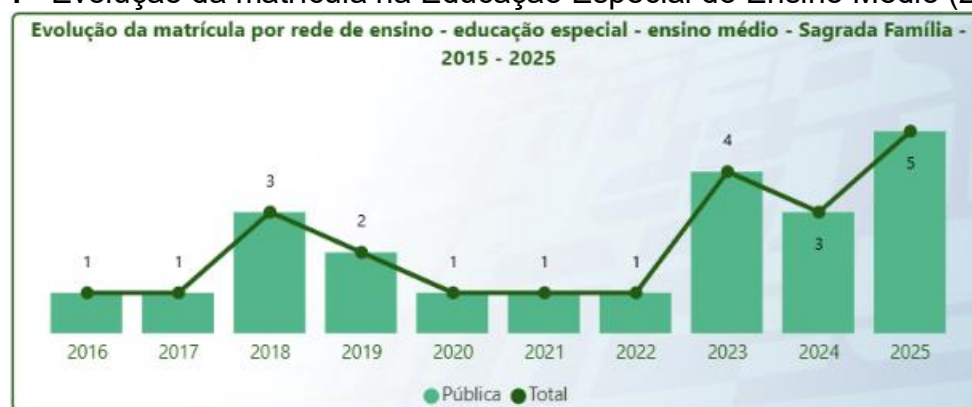
Imagem 03 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Sagrada Família - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)

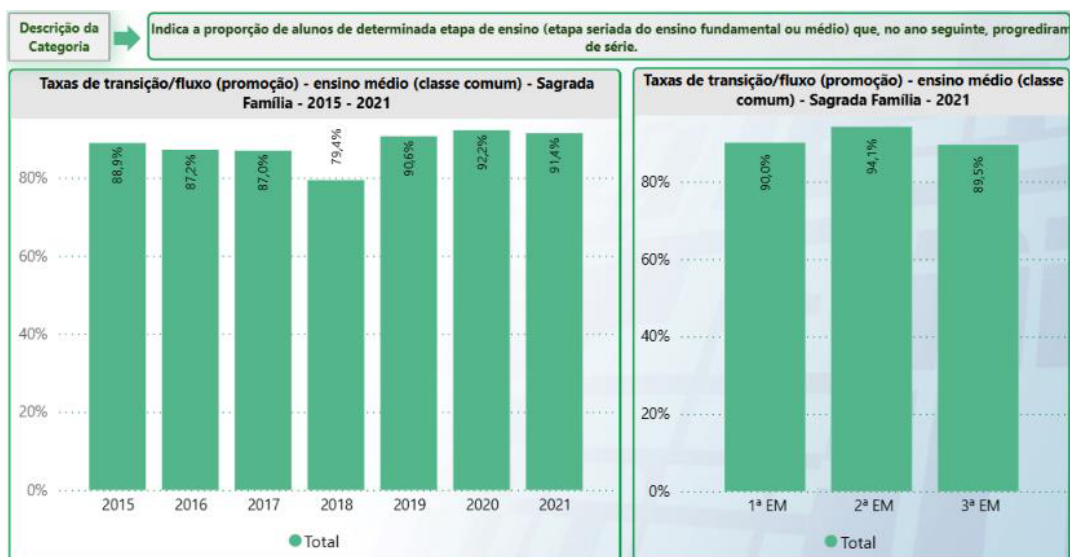


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Diferente do Ensino Fundamental, que registrou uma curva de crescimento acentuada a partir de 2021, a inclusão da Educação Especial no Ensino Médio de Sagrada Família apresenta um cenário de **estabilidade com números reduzidos**. Durante quase toda a década (de 2015 a 2024), o município manteve um registro linear de apenas **1 ou 2 estudantes** incluídos nesta etapa. Em 2025, o dado consolida-se em **5 matrículas ativas**.

Ao cruzar os dados com o arquivo do Ensino Fundamental (que possui 21 estudantes na Educação Especial, sendo 17 nos anos iniciais e 4 nos anos finais), fica evidente a existência de um "funil" ou barreira de transição. A forte queda no volume de estudantes com necessidades específicas ao passarem para o Ensino Médio (apenas 5 estudantes) sinaliza um ponto de atenção crítico para a gestão pública sobre a **permanência e a evasão escolar** desse público específico na transição da rede municipal para a rede estadual.

Gráfico 15 – Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio de Sagrada Família (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise do fluxo escolar (taxa de promoção/aprovação) revela oscilações estruturais importantes. Em 2015, a taxa de transição geral era de 82,2%. O indicador alcançou o seu melhor desempenho em 2020, impulsionado pelas diretrizes pandêmicas (96,3%), mas recuou para **87,5% em 2021**. O desmembramento das taxas de sucesso por série em 2021 evidencia onde o "Problema 04" se materializa com maior nitidez:

- **1º Ano do Ensino Médio:** Registra a situação mais grave de retenção e quebra de trajetória, com apenas **78,3% de taxa de transição**. É o principal gargalo de acesso e permanência.
- **2º Ano do Ensino Médio:** Apresenta franca recuperação, alcançando **95,8%** de promoção.
- **3º Ano do Ensino Médio (Conclusão):** Registra **94,4%** de taxa de sucesso e terminalidade na idade adequada.

Fontes consultadas:

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados: Sagrada Família - RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sagrada-familia/panorama>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Painel de Monitoramento da Educação Básica**. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18-1/file>.

• BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/79631-rcp002-17-pdf/file>.

B) ANÁLISE CAUSAL

A estagnação e, em alguns aspectos, o retrocesso nos indicadores de acesso e permanência em Sagrada Família/RS não decorrem de uma incapacidade de absorção física inicial, visto que a universalização da matrícula de 6 a 14 anos está consolidada na zona urbana. O cerne do problema reside em barreiras invisíveis e na descontinuidade de políticas indutoras de fluxo e permanência.

A primeira e mais severa causa dificultadora é o **colapso da oferta de Educação em Tempo Integral**. Ao zerar o atendimento nesta jornada ampliada em 2025 para ambas as etapas, o município priva, justamente, as populações em situação de maior vulnerabilidade social de um ambiente protetivo e de ampliação cultural no contra-turno. Sem a jornada ampliada, os estudantes ficam mais expostos à defasagem de aprendizagem, o que reflete diretamente no severo gargalo de transição observado no **8º ano do Ensino Fundamental (90,9% de fluxo)** e, de forma alarmante, no **1º ano do Ensino Médio**, onde a taxa de transição despenca para **78,3%**. Essa expressiva retenção na entrada do Ensino Médio funciona como um vetor de exclusão que alimenta a **retração de 33% no volume total de matrículas** dessa etapa ao longo da última década.

A segunda barreira estrutural diz respeito à **completa centralização urbana da rede física**. Como 100% das escolas e matrículas estão no perímetro urbano, cria-se uma dependência obrigatória de transporte escolar e logística de deslocamento para qualquer estudante residente na zona rural ou em comunidades tradicionais. Essa distância física e a ausência de oferta territorial direta atuam como fatores de desestímulo à continuidade dos estudos, pesando mais sobre os jovens que precisam conciliar a escola com o trabalho no campo.

Além disso, identifica-se uma **fratura institucional na transição dos estudantes da Educação Especial** entre as esferas administrativas. Enquanto a rede municipal conduz com êxito um forte processo de inclusão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o volume de estudantes inclusos sofre um "afunilamento" drástico ao migrar para os anos finais e para o Ensino Médio, este último sob responsabilidade exclusiva do Estado. A escassez de canais de articulação pedagógica e de transferência de suporte especializado (como o Atendimento Educacional Especializado - AEE) na mudança de dependência administrativa acaba gerando descontinuidade assistencial, desaguando na evasão ou exclusão precoce desses estudantes com necessidades específicas.

Por fim, a **fragilidade na gestão de dados declaratórios** escolares atua como um elemento que mascara as desigualdades. Com taxas de omissão de cor/raça que chegam a 17,3% no Ensino Fundamental e 13,3% no Ensino Médio , as secretarias de educação operam às cegas, sem conseguir formular políticas de busca ativa ou permanência direcionadas com precisão às subpopulações historicamente mais vulnerabilizadas do município.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 01 - Descontinuidade político-pedagógica e retração da oferta de Tempo Integral no EF e EM.

Causa 02 - Centralização espacial absoluta da rede escolar na zona urbana.

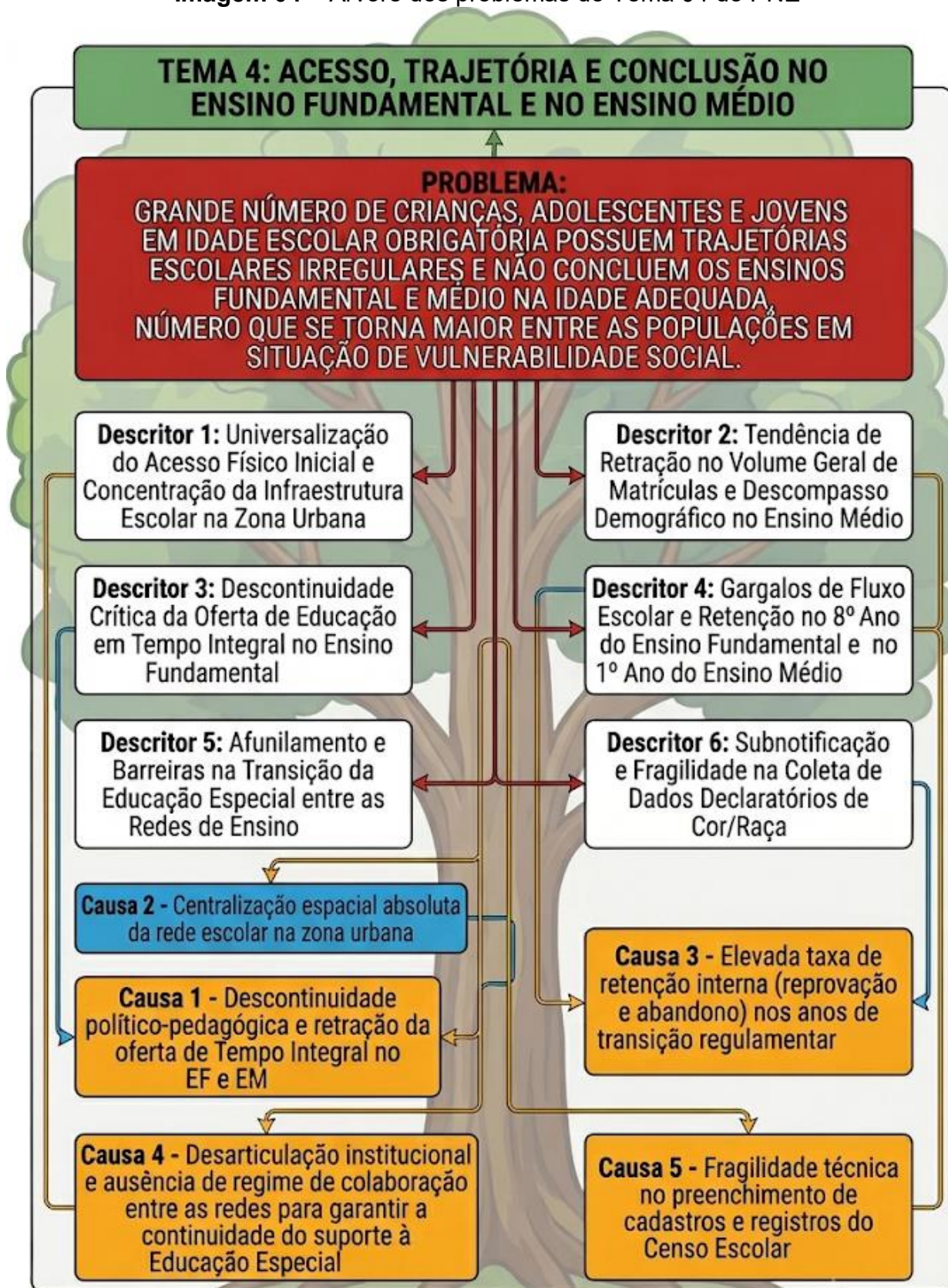
Causa 03 - Elevada taxa de retenção interna (reprovação e abandono) nos anos de transição regulamentar.

Causa 04 - Desarticulação institucional e ausência de regime de colaboração entre as redes para garantir a continuidade do suporte à Educação Especial.

Causa 05 - Fragilidade técnica no preenchimento de cadastros e registros do Censo Escolar.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 04 – Árvore dos problemas do Tema 04 do PNE



LEGENDA DE CORES (CLASSIFICAÇÃO DAS CAUSAS):

- **COR LARANJA:** GESTÃO MUNICIPAL (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL)
- **COR AZUL:** ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA DA REDE FÍSICA
- **COR VERMELHA:** PROBLEMA CENTRAL E DESCRITORES

Fonte: autoria própria.

TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 05: ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NÃO ALCANÇAM O NÍVEL ADEQUADO DE APRENDIZADO EM RELAÇÃO AO SEU ANO DE ESTUDO, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva examina a aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio do município de Sagrada Família/RS, compreendendo que o direito à educação não se esgota na oferta escolar, mas envolve permanência, trajetória regular, aprendizagem efetiva, conclusão da Educação Básica e condições pedagógicas adequadas. Nesse sentido, os indicadores de infraestrutura, IDEB, SAERS, ENEM, aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, média de estudantes por turma, média de horas-aula, formação de gestores, regularidade docente, esforço docente e adequação da formação docente são lidos como elementos que podem ampliar ou limitar o direito à aprendizagem.

O conjunto dos dados evidencia que o município apresenta resultados mais consistentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com aprovação elevada, redução da distorção idade-série e desempenho satisfatório no SAERS. Entretanto, os anos finais e, sobretudo, o Ensino Médio concentram sinais de maior fragilidade, especialmente pela queda do IDEB entre etapas, pela presença de reprovação e abandono, pela persistência de distorção idade-série e pela concentração de estudantes abaixo do adequado em Matemática no 3º ano do Ensino Médio.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: Infraestrutura com limitações e necessitando ser reorganizadas**
- ☒ **Descritor 02: IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2023, foi de 6,7**
- ☒ **Descritor 03: IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, em 2023, foi de 5,2, sendo que a referência nacional era de 5,5**
- ☒ **Descritor 04: IDEB do Ensino Médio, em 2023, foi de 3,7, resultado abaixo da referência nacional histórica de 5,2**
- ☒ **Descritor 05: Em 2025, 100,0% dos gestores escolares estavam sem formação continuada em gestão escolar**
- ☒ **Descritor 06: Em 2025, 100,0% dos docentes do Ensino Fundamental possuíam formação em nível superior licenciatura**
- ☒ **Descritor 07: No SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 5º ano, o município alcançou proficiência média de 237 pontos, com 96,0% de participação**
- ☒ **Descritor 08: No SAERS 2025 em Matemática no 5º ano, o município alcançou proficiência média de 261 pontos, com 96,0% de participação**

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- ☒ **Descritor 09:** No SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 9º ano, o município alcançou proficiência média de 302 pontos, com 96,0% de participação
- ☒ **Descritor 10:** No SAERS 2025 em Matemática no 9º ano, o município alcançou proficiência média de 294 pontos, com 96,0% de participação
- ☒ **Descritor 11:** Em 2025, os anos finais do Ensino Fundamental registraram 7,4% de distorção idade-série, com maior concentração no 8º ano, que apresentou 13,0%
- ☒ **Descritor 12:** A participação dos estudantes concluintes do Ensino Médio no ENEM foi de 58% em 2019, com média geral de 475 pontos
- ☒ **Descritor 13:** Em 2025, o Ensino Médio registrou 22,0% de distorção idade-série, com maior concentração no 1º ano, que apresentou 26,9%
- ☒ **Descritor 14:** No SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 3º ano do Ensino Médio, o município alcançou proficiência média de 296 pontos, com 90,0% de participação, mas 50,0% dos estudantes avaliados ficaram abaixo do nível adequado
- ☒ **Descritor 15:** No SAERS 2025 em Matemática no 3º ano do Ensino Médio, o município alcançou proficiência média de 275 pontos, com 90,0% de participação, porém 89,0% dos estudantes avaliados ficaram abaixo do nível adequado

1) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a infraestrutura

Este bloco analisa a infraestrutura escolar como condição objetiva para a aprendizagem, considerando acessibilidade, biblioteca, laboratórios, internet, saneamento, energia, alimentação, espaços de convivência e recursos disponíveis nas etapas avaliadas.

a) Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

A leitura dos painéis de infraestrutura permite identificar se as escolas possuem condições básicas e pedagógicas para sustentar inclusão, cultura digital, leitura, experimentação científica, permanência e aprendizagem qualificada.

Painel 01 – Infraestrutura e recursos das escolas dos anos iniciais ensino fundamental (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/enem> (acesso em: 02/06/2026)

O painel de infraestrutura dos anos iniciais mostra que as **escolas possuem 100% de alimentação fornecida, água tratada, energia elétrica, lixo com coleta periódica e banda larga**. Contudo, aparecem fragilidades relevantes para a aprendizagem: 67% de acessibilidade, 33% de biblioteca, 33% de laboratório de ciências, 0% de laboratório de informática, 0% de quadra de esportes e 0% de esgoto por rede pública. Esse conjunto indica que a etapa possui condições básicas de funcionamento, mas ainda apresenta limitações para inclusão, leitura, cultura digital, experimentação científica e atividades corporais vinculadas à formação integral.

Painel 02 – Infraestrutura e recursos das escolas dos anos finais do ensino fundamental (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/enem> (acesso em: 02/06/2026)

Nos anos finais, **o padrão de infraestrutura é semelhante ao dos anos iniciais: 100% nos itens básicos de alimentação, água, energia, coleta de lixo e banda larga, mas somente 67% de acessibilidade, 33% de biblioteca e laboratório de ciências, 0% de laboratório de informática, 0% de quadra de esportes e 0% de esgoto por rede pública**. O dado exige atenção porque os anos finais demandam diversificação de práticas pedagógicas, uso de recursos digitais e maior experimentação por área do conhecimento.

Painel 03 – Infraestrutura e recursos das escolas do ensino médio (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/enem> (acesso em: 02/06/2026)

No Ensino Médio, o painel repete a mesma configuração estrutural: **itens básicos assegurados em 100%, porém com lacunas em acessibilidade, biblioteca, laboratórios, quadra e esgoto por rede pública**. Como a etapa apresenta maior fragilidade no IDEB, distorção idade-série e desempenho em Matemática, as limitações estruturais devem ser lidas como condições que podem restringir a aprendizagem qualificada, a permanência e a conclusão.

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos das escolas por etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O gráfico comparativo confirma **que as fragilidades não são pontuais de uma única etapa, mas atravessam o conjunto da oferta analisada**. A ausência de laboratório de informática e quadra, associada ao baixo percentual de biblioteca e laboratório de ciências, indica necessidade de planejamento intersetorial para qualificar os ambientes de aprendizagem e reduzir desigualdades de oportunidades educativas.

A infraestrutura assegura o funcionamento básico, mas não garante plenamente as condições pedagógicas necessárias à aprendizagem qualificada. A principal correção realizada foi deslocar a leitura do dado para o campo da aprendizagem, evitando tratá-lo apenas como oferta ou acesso.

2) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a área pedagógica

Este bloco reúne indicadores pedagógicos comuns às etapas analisadas, permitindo observar desempenho, gestão, regularidade docente e condições institucionais que interferem diretamente na aprendizagem.

a) IDEB

O IDEB é lido como indicador sintético de aprendizagem e fluxo escolar. Por isso, a análise considera a diferença entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio, bem como as oscilações da série histórica.

Painel 04 – IDEB do ensino fundamental e médio (2023)

Composição do Ideb

O Ideb é calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.



Fonte: Saeb/Ideb, Inep - 2023

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/enem> (acesso em: 02/06/2026)

O painel mostra **IDEB 6,7 nos anos iniciais, 5,2 nos anos finais e 3,7 no Ensino Médio**. A composição confirma queda progressiva entre etapas: nos anos iniciais, os resultados padronizados de Matemática e Português aparecem em patamar mais elevado e a aprovação está em 1,0; no Ensino Médio, Matemática fica em 4,51, Português em 4,75, aprovação em 0,79 e IDEB em 3,7. O **dado evidencia que o problema da aprendizagem se intensifica na etapa final da Educação Básica**.

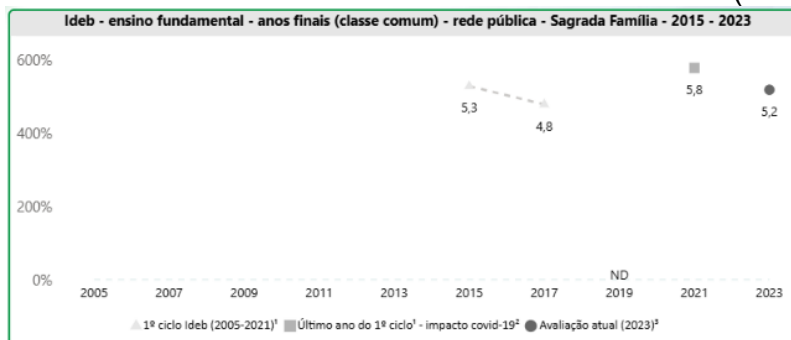
Gráfico 02 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 02 - IDEB dos anos iniciais. A série dos anos iniciais registra 6,2 em 2017, 7,0 em 2019, 7,1 em 2021 e 6,7 em 2023. Embora o resultado de 2023 permaneça elevado em relação às demais etapas, há redução em relação a 2021, o que exige acompanhamento para evitar perda de aprendizagem consolidada nos anos iniciais.

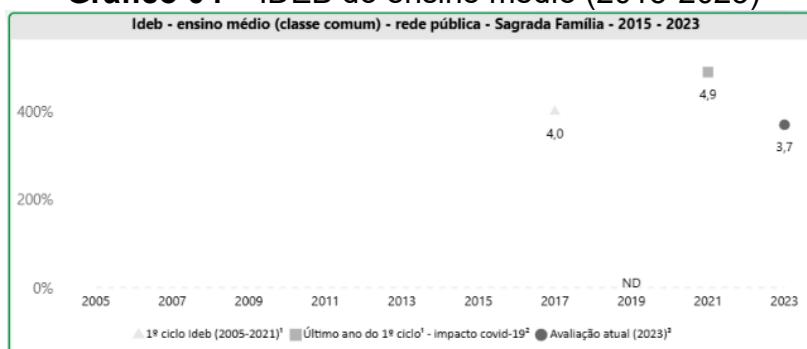
Gráfico 03 – IDEB dos anos finais do ensino fundamental (2015-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Nos **anos finais**, o **IDEB** foi 5,3 em 2015, 4,8 em 2017, sem divulgação em 2019, 5,8 em 2021 e **5,2 em 2023**. A série mostra oscilação e queda no resultado mais recente, indicando que a transição para os anos finais precisa ser acompanhada com estratégias de recomposição e fortalecimento das áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 04 – IDEB do ensino médio (2015-2023)



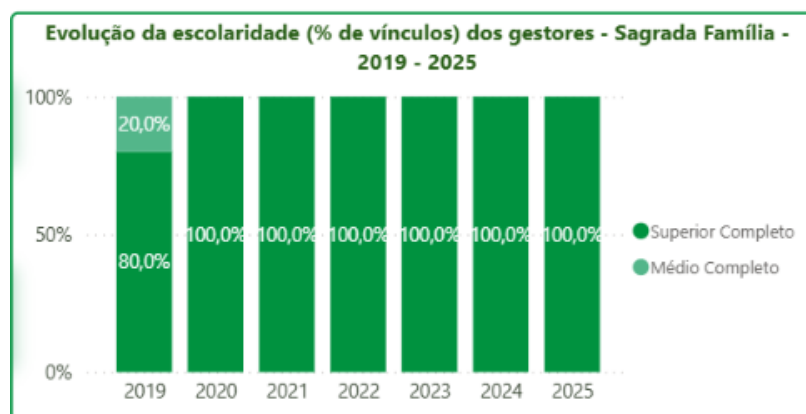
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

No **Ensino Médio**, o **IDEB** foi 4,0 em 2017, sem divulgação em 2019, 4,9 em 2021 e **3,7 em 2023**. A queda em 2023, associada à aprovação de 0,79 no painel de composição, aponta fragilidade na aprendizagem e na trajetória escolar da etapa. A ausência de dado em 2019 limita a leitura contínua da série e deve ser registrada como restrição de monitoramento.

b) Dados dos gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Os dados dos gestores são analisados porque a gestão escolar interfere no uso pedagógico dos indicadores, no planejamento, no acompanhamento da frequência, na recomposição das aprendizagens e no enfrentamento das desigualdades.

Gráfico 05 – Evolução da escolaridade dos gestores do ensino fundamental (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **escolaridade dos gestores evolui** de 80,0% com superior completo e 20,0% com ensino médio completo em 2019 para **100,0% com superior completo de 2020 a 2025**. O dado é favorável, mas a escolaridade formal, isoladamente, não assegura capacidade de uso pedagógico dos dados, planejamento de recomposição das aprendizagens e enfrentamento das desigualdades.

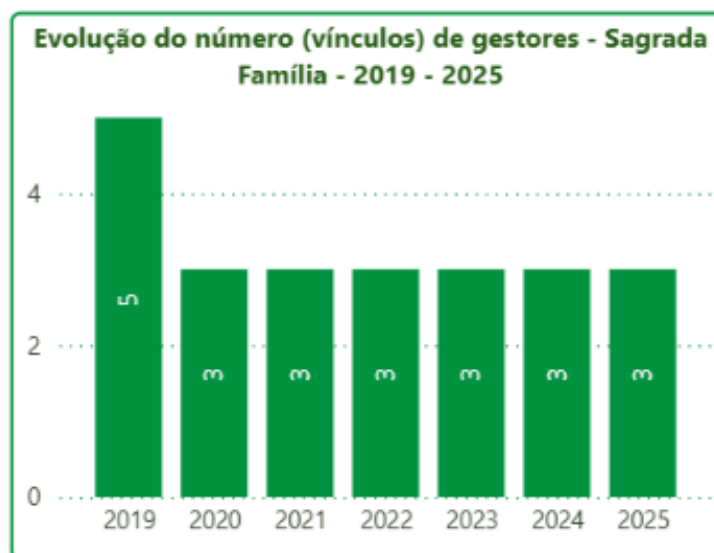
Gráfico 06 – Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O gráfico mostra **ausência de formação continuada em gestão escolar** em 2019, 2020, 2021, 2024 e 2025, com presença parcial apenas em 2022 e 2023, quando 33,3% dos gestores aparecem com formação. Em 2025, o indicador volta a 100,0% sem formação continuada, configurando fragilidade importante para o acompanhamento pedagógico, a gestão da frequência e a organização de ações de recuperação das aprendizagens.

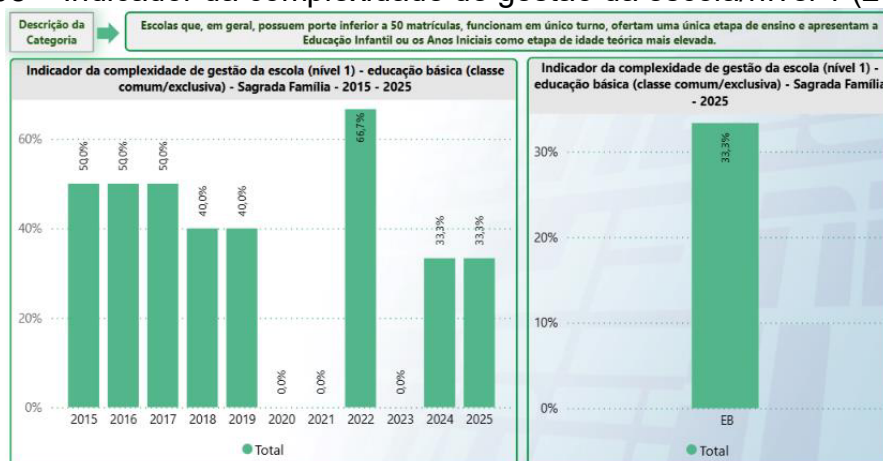
Gráfico 07 – Evolução do número de gestores (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A evolução do **número de gestores indica redução de 5 vínculos em 2019 para 3 vínculos entre 2020 e 2025**. A estabilidade em 3 gestores pode favorecer continuidade administrativa, mas também exige atenção à capacidade de acompanhamento das escolas, especialmente diante de desafios pedagógicos nos anos finais e no Ensino Médio.

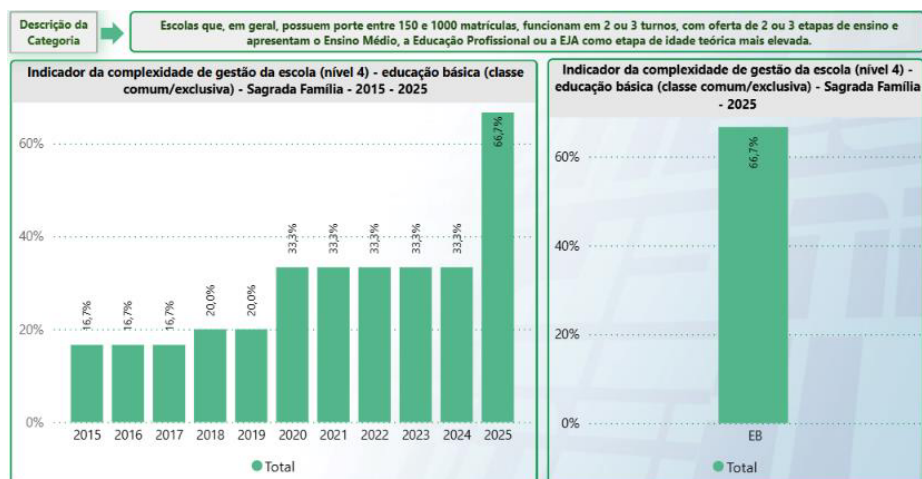
Gráfico 08 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 1 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 1 de complexidade**, associado a escolas de menor porte e menor complexidade administrativa, aparece em **33,3% das escolas em 2024 e 2025**, após anos sem registro entre 2020 e 2023. Esse dado indica que parte da rede possui menor complexidade formal, o que pode favorecer acompanhamento próximo, desde que haja uso qualificado dos dados de aprendizagem.

Gráfico 09 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 4 (2015-2025)



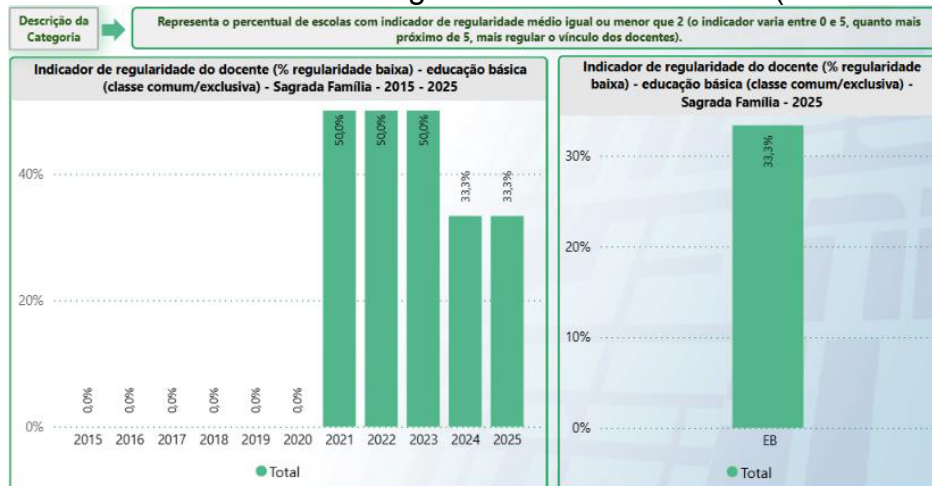
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 4 de complexidade** cresce e chega a **66,7% em 2025**. O resultado indica maior presença de escolas com organização mais complexa, o que demanda gestão pedagógica mais estruturada, acompanhamento da frequência, monitoramento da distorção idade-série e planejamento coletivo para recomposição das aprendizagens.

c) Indicador regularidade docente

A regularidade docente interfere diretamente na continuidade pedagógica, no vínculo com os estudantes, no planejamento coletivo e no acompanhamento das aprendizagens. A leitura do indicador deve ser articulada ao esforço docente, à adequação da formação e aos resultados de desempenho.

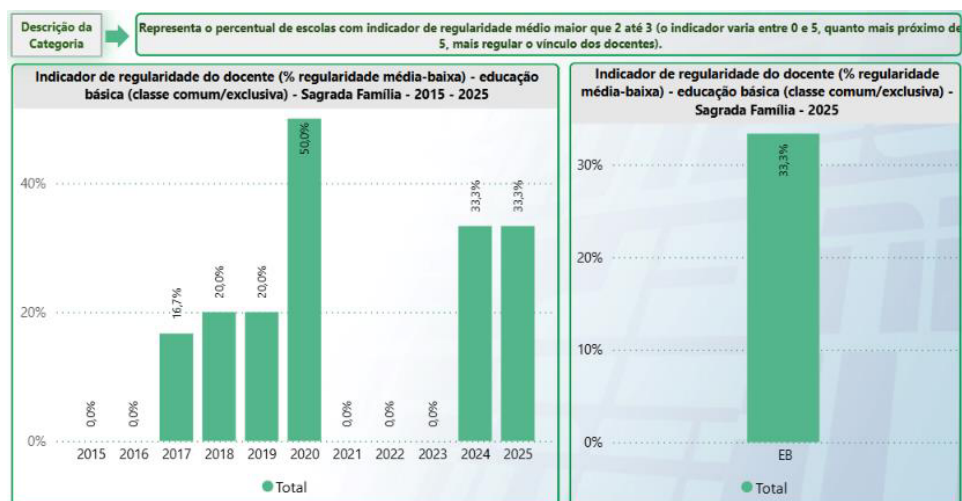
Gráfico 10 – Indicador de regularidade docente/baixa (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O indicador de **regularidade baixa aparece** em 50,0% das escolas entre 2021 e 2023 e permanece em **33,3% em 2024 e 2025**. O dado revela fragilidade na continuidade do trabalho pedagógico, podendo dificultar acompanhamento individualizado e consolidação das aprendizagens.

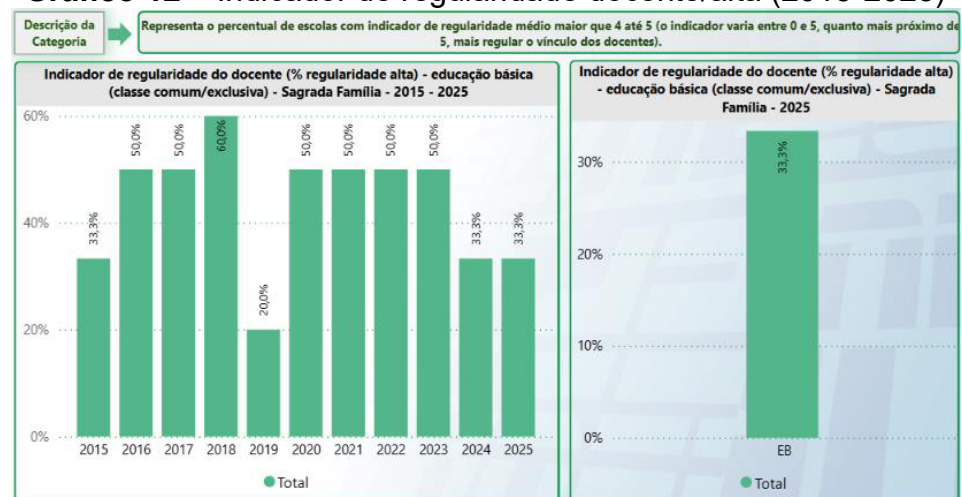
Gráfico 11 – Indicador de regularidade docente/média baixa (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **regularidade média-baixa aparece em 33,3% das escolas em 2024 e 2025**. Embora não represente a situação mais crítica, indica que parte da rede ainda não alcança estabilidade suficiente para sustentar práticas continuadas de recomposição e acompanhamento por área de conhecimento.

Gráfico 12 – Indicador de regularidade docente/alta (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **regularidade alta registra 33,3% em 2025**, depois de ter alcançado 50,0% em alguns anos anteriores. O resultado indica que apenas parte das escolas possui maior continuidade docente, fator relevante para vínculo, planejamento e melhoria da aprendizagem.

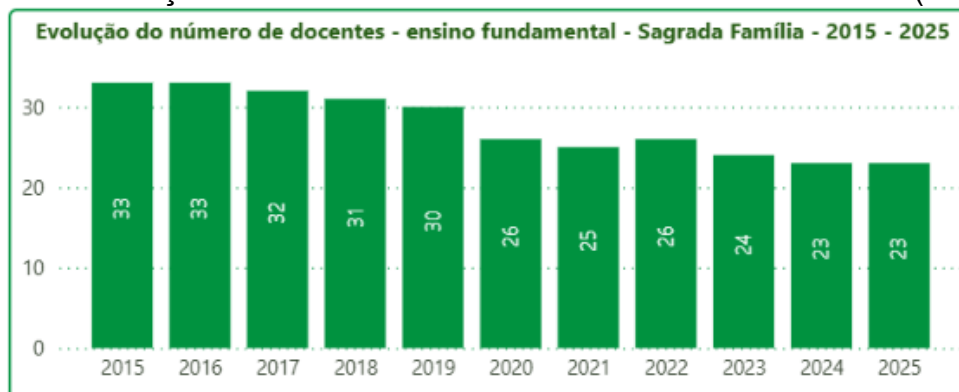
3) Ensino Fundamental anos iniciais e finais quanto a área pedagógica

Este bloco analisa os dados docentes do Ensino Fundamental, considerando número de profissionais, escolaridade, distribuição por rede, esforço docente e adequação da formação como fatores que podem favorecer ou limitar a aprendizagem.

a) Dados dos docentes do Ensino Fundamental

A análise dos docentes do Ensino Fundamental permite verificar se o quadro profissional, a formação e as condições de trabalho sustentam planejamento, acompanhamento individualizado e recuperação das aprendizagens.

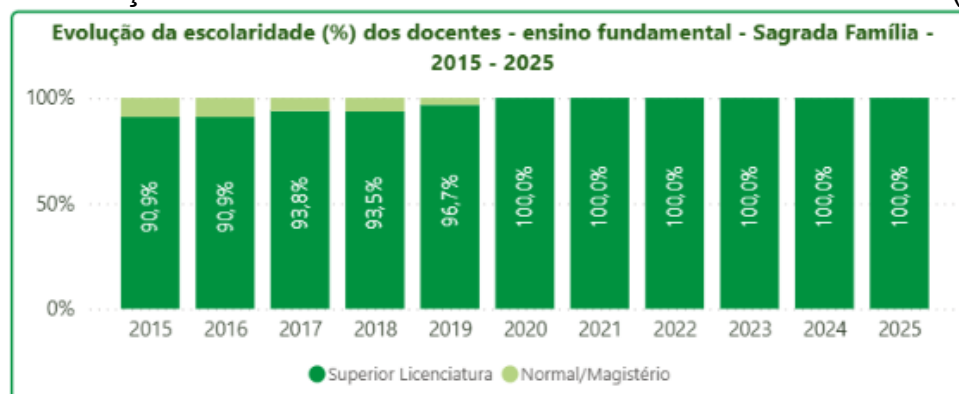
Gráfico 13 – Evolução do número de docentes do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O número de docentes do Ensino Fundamental cai de 33 em 2015 e 2016 para 23 em 2024 e 2025. A redução de 10 docentes na série exige leitura articulada à quantidade de turmas, à média de estudantes e ao esforço docente, pois menor quadro pode ampliar carga de trabalho e reduzir tempo para planejamento, intervenção pedagógica e acompanhamento individualizado.

Gráfico 14 – Evolução da escolaridade dos docentes do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A escolaridade docente apresenta 100,0% de superior licenciatura de 2020 a 2025. O dado é positivo para a aprendizagem, mas deve ser analisado junto à adequação da formação por componente curricular, especialmente nos anos finais, onde o grupo 3 ainda aparece com peso relevante em 2025.

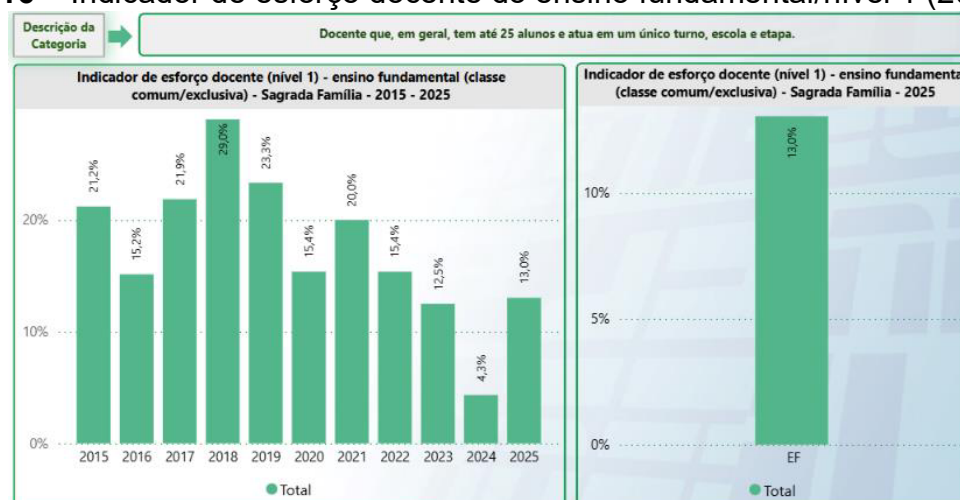
Gráfico 15 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 15 - Percentual de docentes por rede e etapa. Em 2025, a Educação Básica apresenta 33,3% de docentes na rede estadual e 66,7% na municipal. Nos anos iniciais, 85,7% estão na rede municipal e 14,3% na estadual; nos anos finais e no Ensino Médio, o gráfico indica 100,0% de docentes na rede estadual. O dado evidencia corresponsabilidade entre redes, exigindo articulação pedagógica para garantir continuidade das aprendizagens entre etapas.

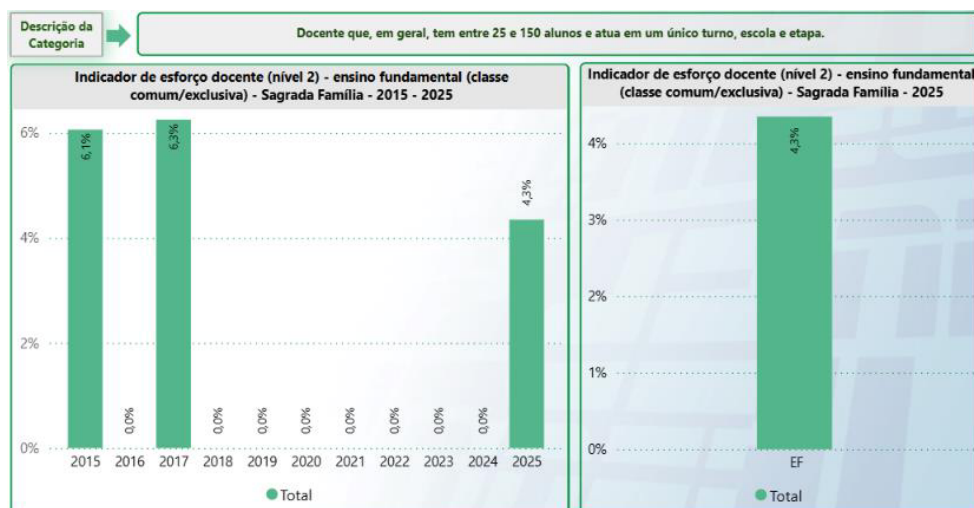
Gráfico 16 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 1 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Em 2025, 13,0% dos docentes do Ensino Fundamental estão no Nível 1, categoria associada a menor complexidade de atuação. O percentual reduzido indica que a maior parte dos docentes está em níveis de esforço mais elevados, o que pode afetar planejamento e acompanhamento individualizado.

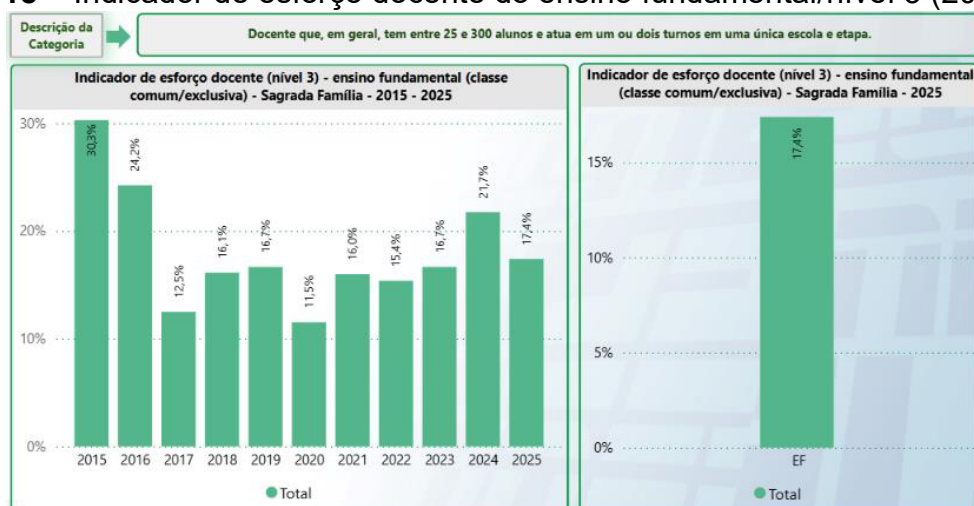
Gráfico 17 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 2 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 2** representa **4,3% dos docentes em 2025**. Trata-se de percentual baixo, confirmando que poucos profissionais estão em situação de menor esforço, com potencialmente maior disponibilidade para acompanhamento pedagógico contínuo.

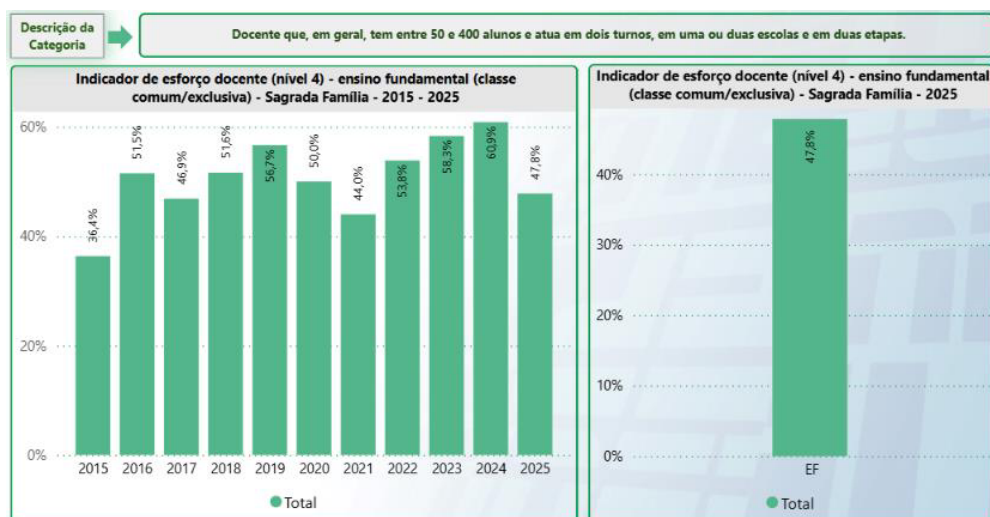
Gráfico 18 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 3 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 18 - Esforço docente nível 3 no Ensino Fundamental. O nível 3 concentra 17,4% dos docentes em 2025. O dado indica presença intermediária de esforço, mas não compensa a concentração dos níveis 4 e 5, que somam parcela expressiva do quadro docente.

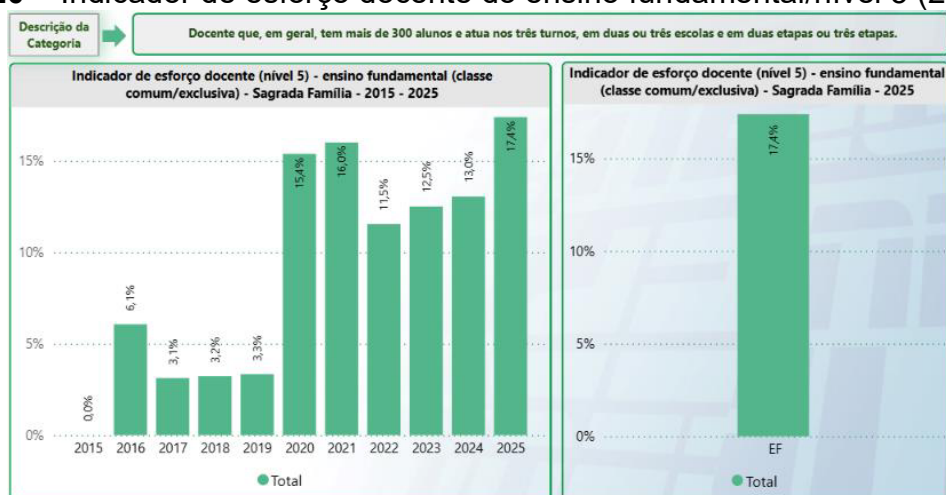
Gráfico 19 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 4 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 4 alcança 47,8% dos docentes em 2025**. Esse é o maior grupo do Ensino Fundamental e sugere atuação com maior complexidade de turmas, turnos, escolas ou etapas, podendo impactar a recomposição das aprendizagens e o planejamento por área.

Gráfico 20 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 5 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 5 registra 17,4% dos docentes em 2025**. Como se trata de categoria de maior esforço, o indicador exige atenção, pois pode reduzir a capacidade de acompanhamento individualizado, recuperação paralela e participação em planejamento coletivo.

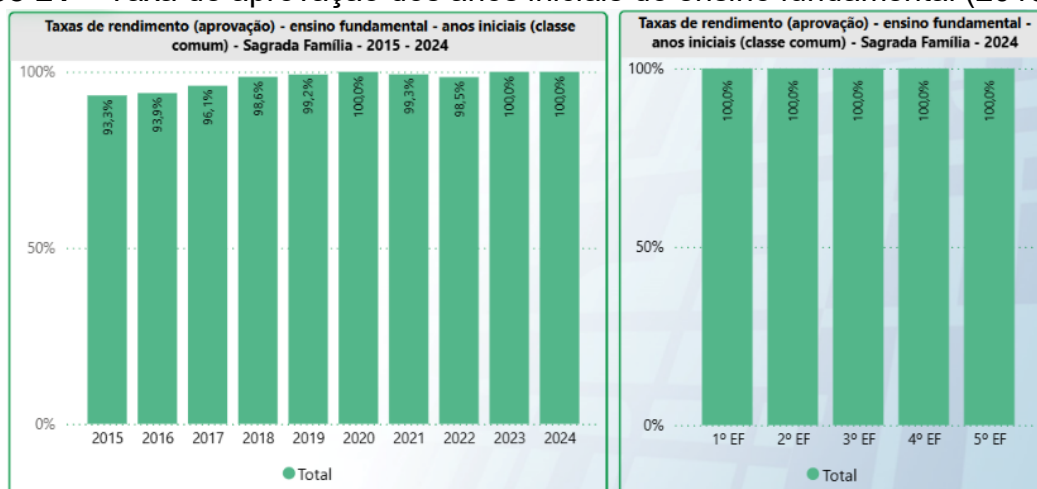
4) Ensino Fundamental – Anos iniciais indicadores pedagógicos

Este bloco examina os anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que se consolidam aprendizagens essenciais e se constituem as bases para a continuidade da trajetória escolar.

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais

Os indicadores de aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, média de estudantes por turma e horas-aula são analisados para verificar se a permanência na escola ocorre com trajetória regular e condições de aprendizagem.

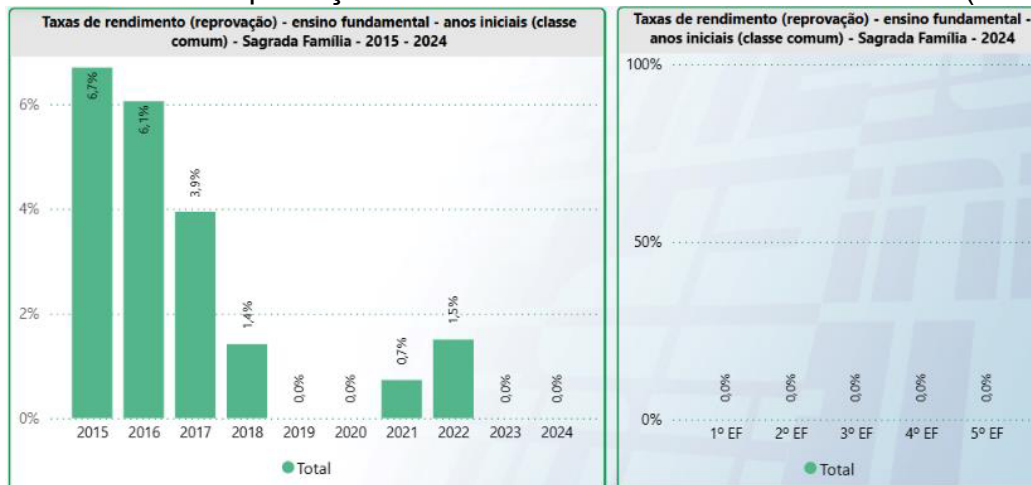
Gráfico 21 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A taxa de aprovação dos anos iniciais permanece elevada na série 2015-2024 e alcança 100,0% em todos os anos escolares em 2024. O dado sugere boa trajetória formal na etapa, mas deve ser articulado ao SAERS para verificar se a progressão está acompanhada de aprendizagem efetiva.

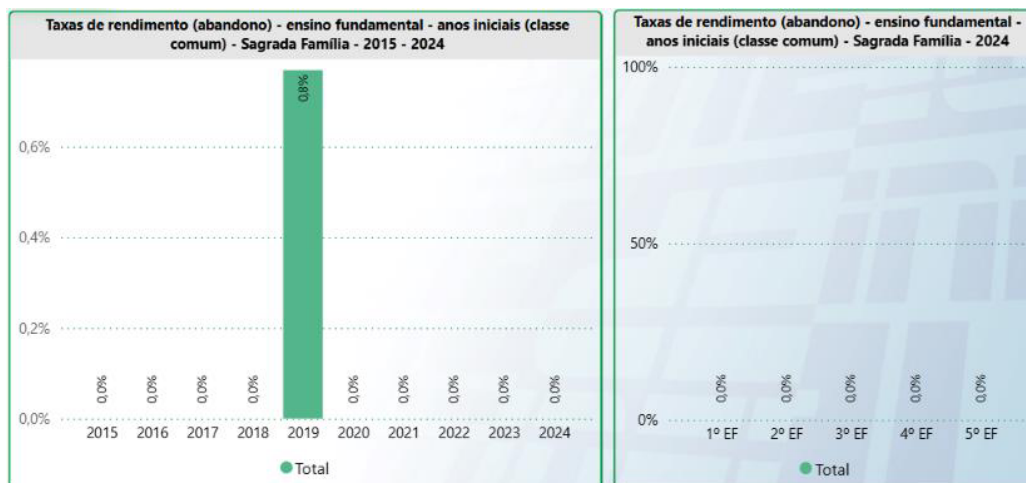
Gráfico 22 – Taxa de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A reprovação cai de 6,7% em 2015 e 6,1% em 2016 para 0,0% em 2023 e 2024, com 0,0% em todos os anos escolares em 2024. O resultado indica redução de retenções, mas exige manutenção de estratégias de acompanhamento para que a aprovação reflita aprendizagem consolidada.

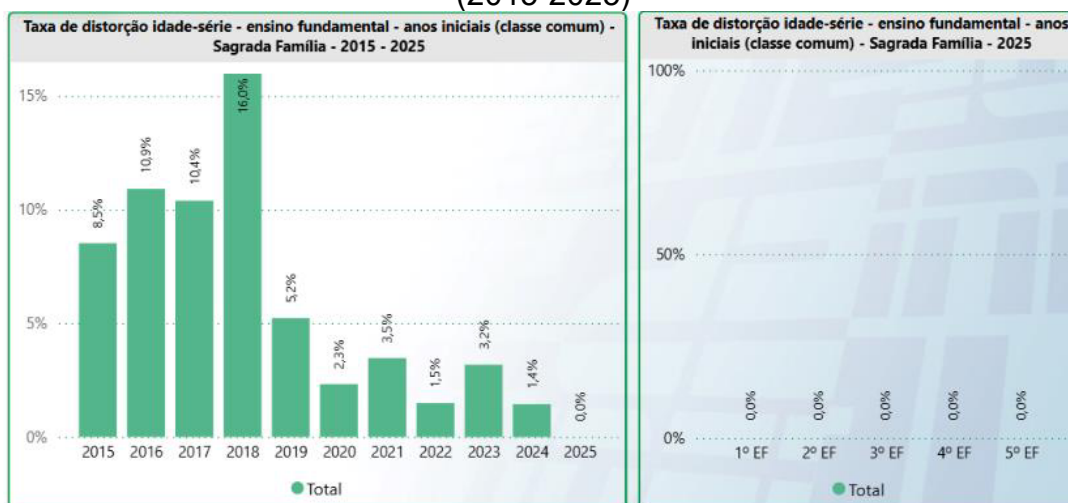
Gráfico 23 – Taxa de abandono dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **abandono nos anos iniciais** aparece zerado na maior parte da série, com registro pontual de 0,8% em 2019, e retorna a **0,0% em 2024**. O dado é favorável à permanência, mas deve ser acompanhado pela qualidade da aprendizagem e pela prevenção de defasagens posteriores.

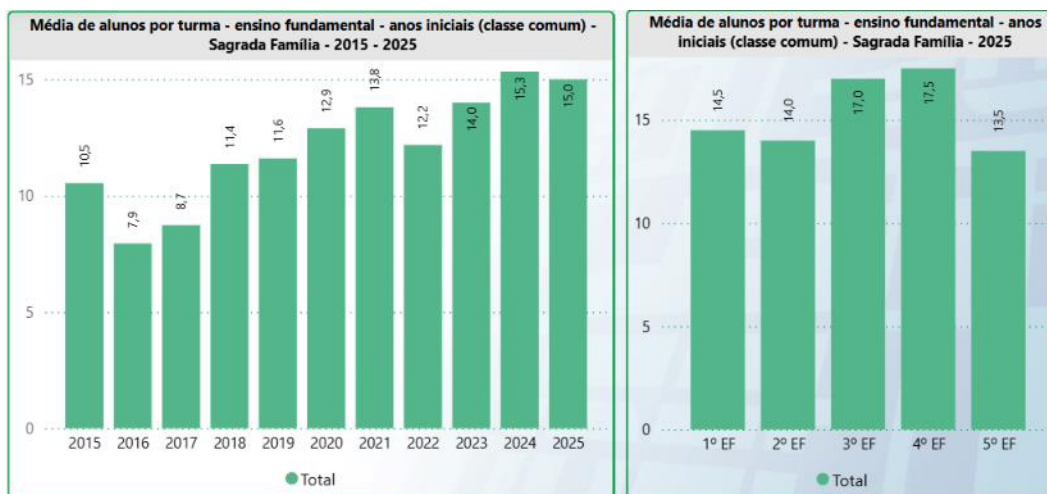
Gráfico 24 – Taxa de distorção idade-série dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série**, que chegou a 16,0% em 2018, cai para **0,0% em 2025**, com 0,0% em todos os anos escolares dos anos iniciais. O resultado é positivo para a trajetória regular e indica avanço importante na etapa.

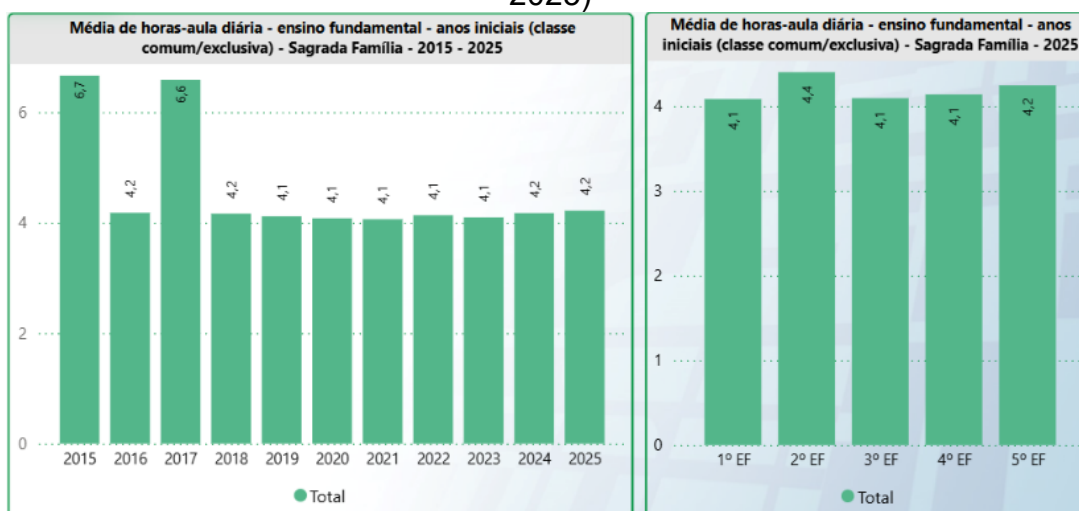
Gráfico 25 – Média de alunos por turma dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de estudantes por turma cresce ao longo da série** e alcança **17,0 em 2025**. Por ano escolar, em 2025, os maiores valores aparecem no 3º ano, com 17,0, e no 4º ano, com 17,5. As turmas permanecem em patamar que pode favorecer acompanhamento, desde que haja planejamento pedagógico sistemático.

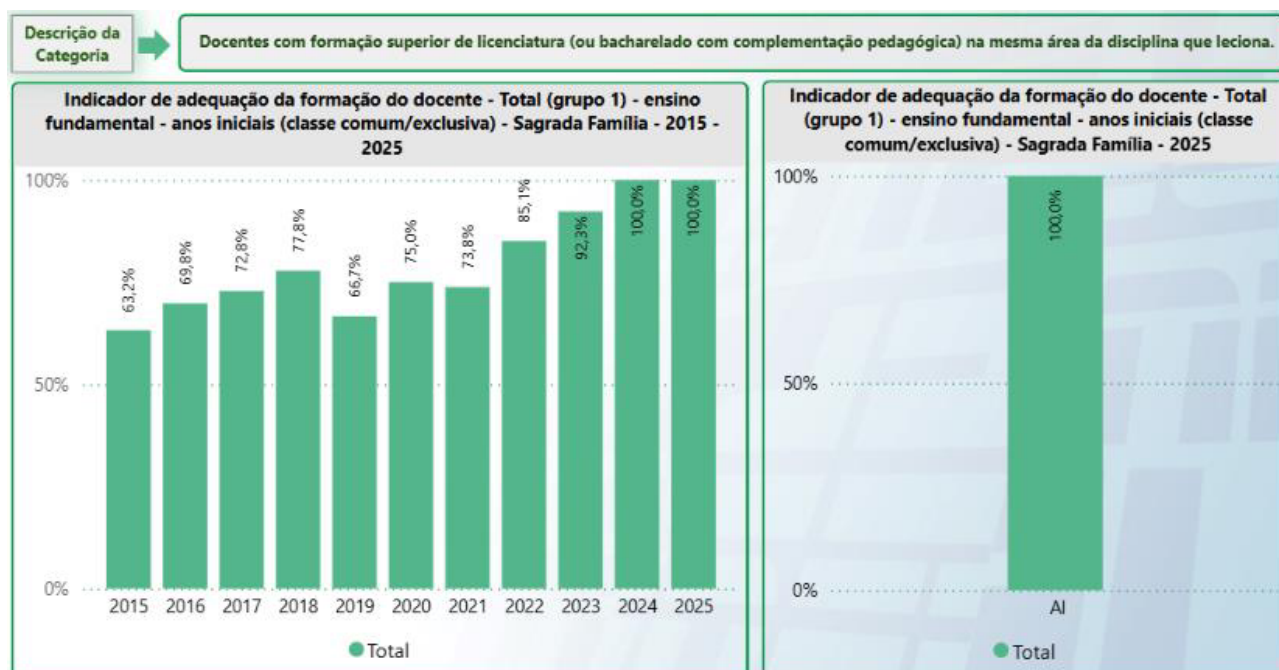
Gráfico 26 – Média de horas-aula diária dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de horas-aula diária registra 4,2 em 2025**, após estabilização em torno de 4,1 entre 2018 e 2024. O dado indica jornada regular, mas não permite, isoladamente, afirmar ampliação de oportunidades de aprendizagem; por isso deve ser relacionado às práticas pedagógicas e aos resultados do SAERS.

Gráfico 27 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



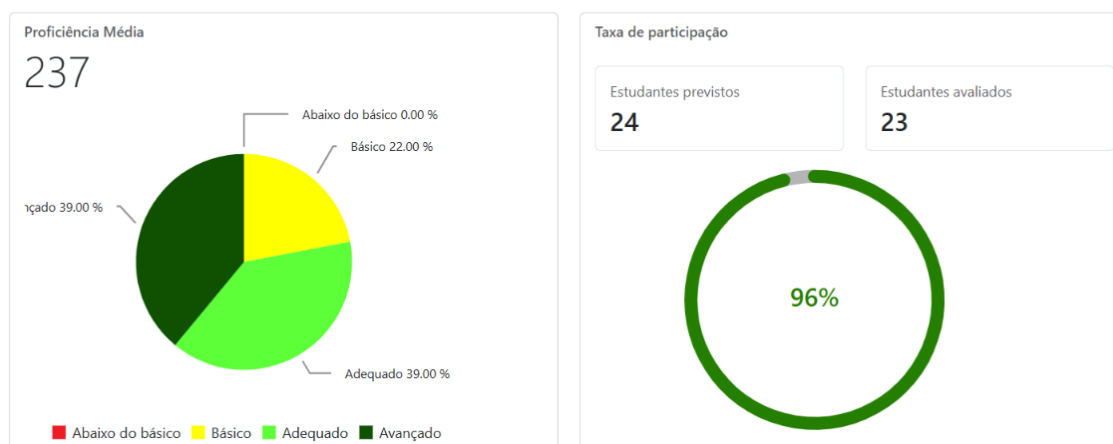
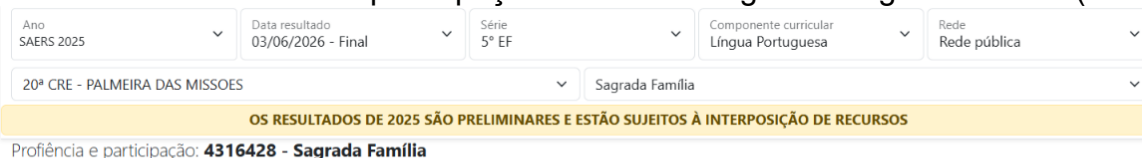
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O indicador de **adequação da formação docente no grupo 1 chega a 100,0% em 2024 e 2025**. O dado é favorável, pois indica docentes com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam, fortalecendo as condições de aprendizagem nos anos iniciais.

b) Avaliação SAERS

No SAERS do Ensino Médio, a análise verifica se os estudantes do 3º ano alcançam níveis adequados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática ao final da Educação Básica.

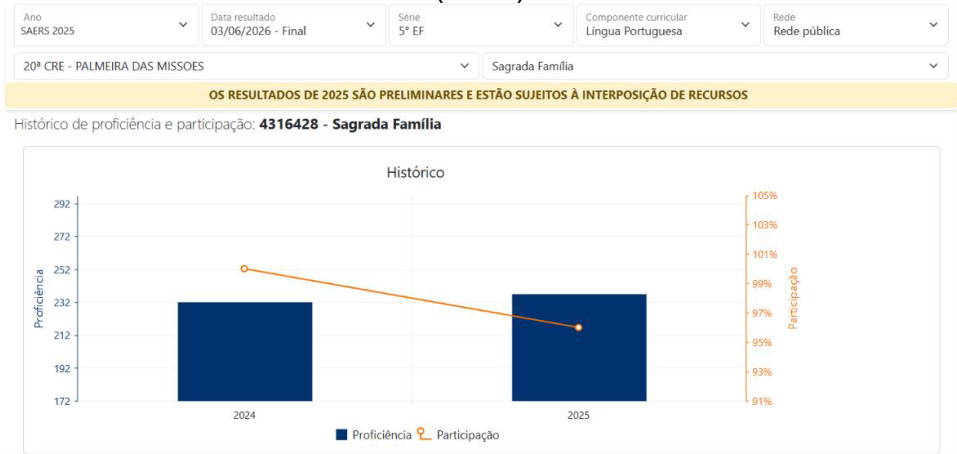
Painel 05 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

O **SAERS 2025** registra **proficiência média de 237 em Língua Portuguesa no 5º ano, com 96,0% de participação**, 24 estudantes previstos e 23 avaliados. A distribuição indica 0,0% abaixo do básico, 22,0% no básico, 39,0% no adequado e 39,0% no avançado. Assim, 78,0% estão em nível adequado ou avançado, resultado positivo para a etapa.

Painel 06 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico indica **elevação da proficiência entre 2024 e 2025, com participação ainda elevada**. O dado sugere melhora recente no desempenho em Língua Portuguesa, mas deve ser monitorado porque os resultados de 2025 aparecem como preliminares nos prints do SAERS.

Painel 07 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/5º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 5º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

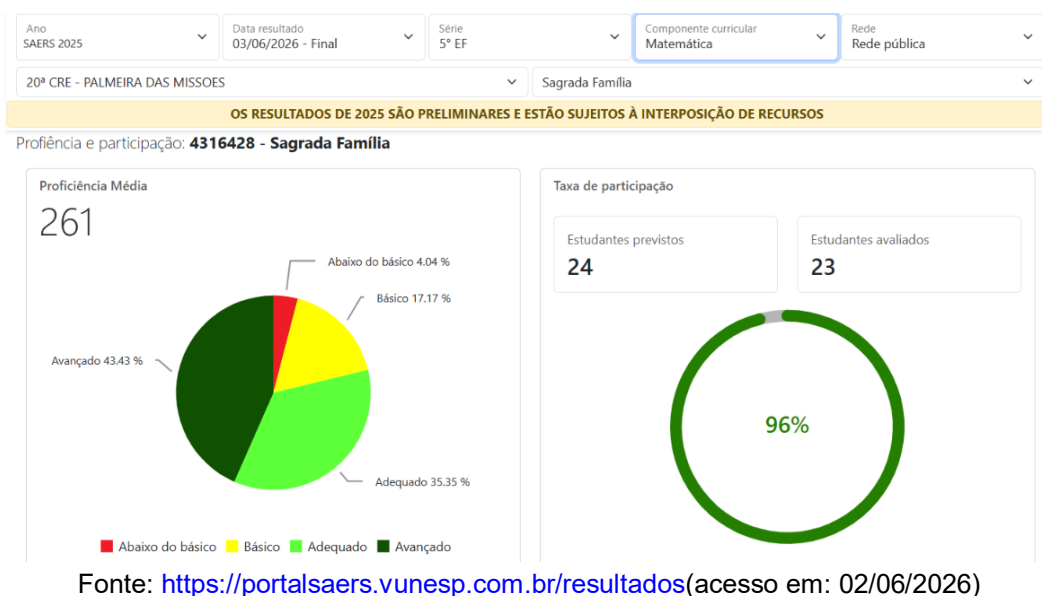
Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpio Garibaldi Vilarinho	11	11	100.0 %	243	0.0 %	9.0 %	45.0 %	45.0 %	Turmas
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	13	12	92.0 %	231	0.0 %	33.0 %	33.0 %	33.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

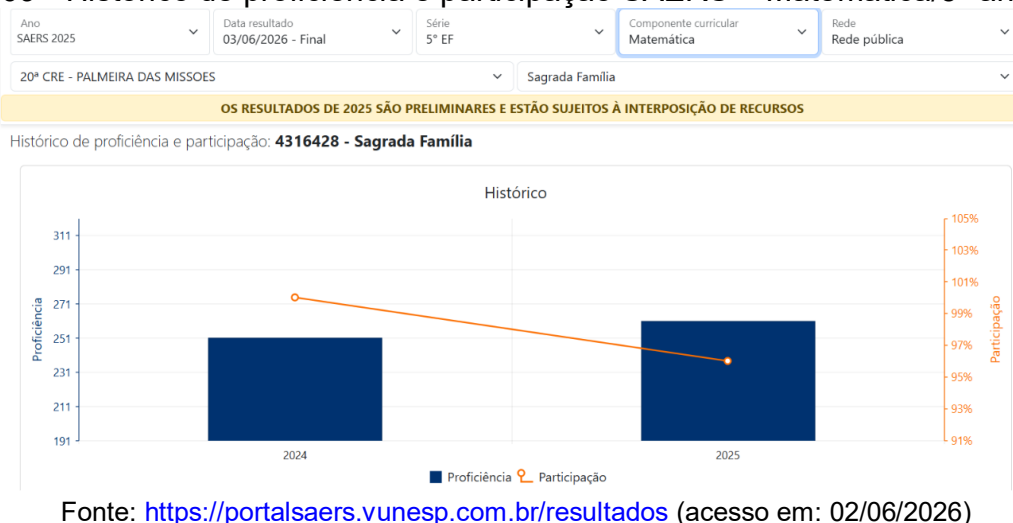
Os **resultados por escola confirmam a proficiência municipal de 237 e participação elevada**, com diferenças internas entre unidades. A leitura aponta que o município possui desempenho satisfatório no conjunto, mas precisa acompanhar escolas com maior concentração no básico para evitar queda nos anos finais.

Painel 08 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Em **Matemática no 5º ano**, a **proficiência média é 261**, com **96,0% de participação**, 24 estudantes previstos e 23 avaliados. A distribuição apresenta 4,04% abaixo do básico, 17,17% no básico, 35,35% no adequado e 43,43% no avançado. O percentual adequado ou avançado chega a 78,78%, enquanto 21,21% ainda estão abaixo do adequado.

Painel 09 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico mostra **evolução de proficiência entre 2024 e 2025**, com **participação elevada**. O dado indica bom desempenho relativo nos anos iniciais, especialmente em Matemática, mas recomenda acompanhamento dos estudantes situados no básico e abaixo do básico.

Painel 10 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/5º ano (2025)

Ano: SAERS 2025 | Data resultado: 03/06/2026 - Final | Série: 5º EF | Componente curricular: Matemática | Rede: Rede pública
 20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES | Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpio Garibaldi Vilarinho	11	11	100.0 %	281	0.0 %	9.0 %	36.0 %	55.0 %	Turmas
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	13	12	92.0 %	243	8.0 %	25.0 %	33.0 %	33.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O detalhamento por escola confirma **proficiência municipal de 261** e evidencia **que a maior parte dos estudantes avaliados está nos níveis adequado e avançado**. Mesmo assim, a existência de estudantes abaixo do adequado exige intervenção preventiva antes da transição para os anos finais.

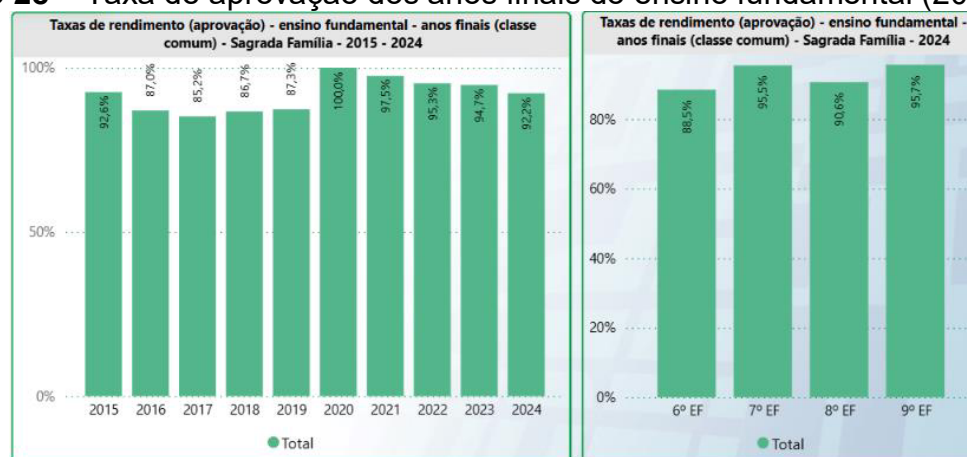
5) Ensino Fundamental - Anos finais indicadores pedagógicos

Este bloco examina os anos finais do Ensino Fundamental, etapa de transição pedagógica em que se ampliam os componentes curriculares e podem se intensificar lacunas de aprendizagem.

f) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental

Nos indicadores de aprovação, reprovação e abandono dos anos finais, os gráficos apresentam série 2015-2024, embora alguns títulos indiquem 2015-2025. A análise considera 2015-2024 para rendimento e 2015-2025 para distorção, média de turma, horas-aula e dados docentes. Nos anos finais, os dados de rendimento e trajetória escolar são fundamentais para identificar riscos de reprovação, defasagem e perda de aprendizagem antes da entrada no Ensino Médio.

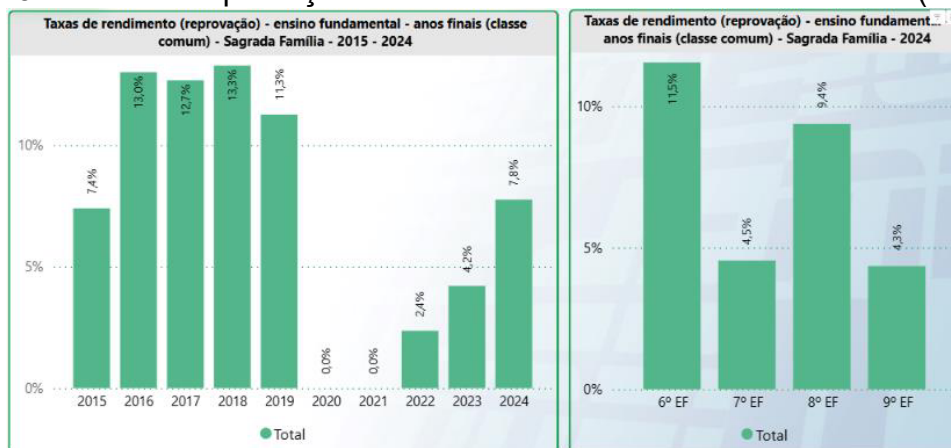
Gráfico 28 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **aprovação dos anos finais apresenta oscilações**, com 100,0% em 2020 e **92,2% em 2024**. No recorte por ano escolar de 2024, o 6º ano apresenta 88,5%, o 7º ano 95,6%, o 8º ano 90,6% e o 9º ano 95,7%. O dado indica que a transição para os anos finais, especialmente no 6º e no 8º ano, exige acompanhamento pedagógico.

Gráfico 29 – Taxa de reprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **reprovação nos anos finais registra 7,8% em 2024**, após 4,2% em 2023 e 2,6% em 2022. Em 2024, o 6º ano concentra 11,5% e o 8º ano 9,4%. O dado sinaliza fragilidade de aprendizagem e trajetória em pontos estratégicos da etapa.

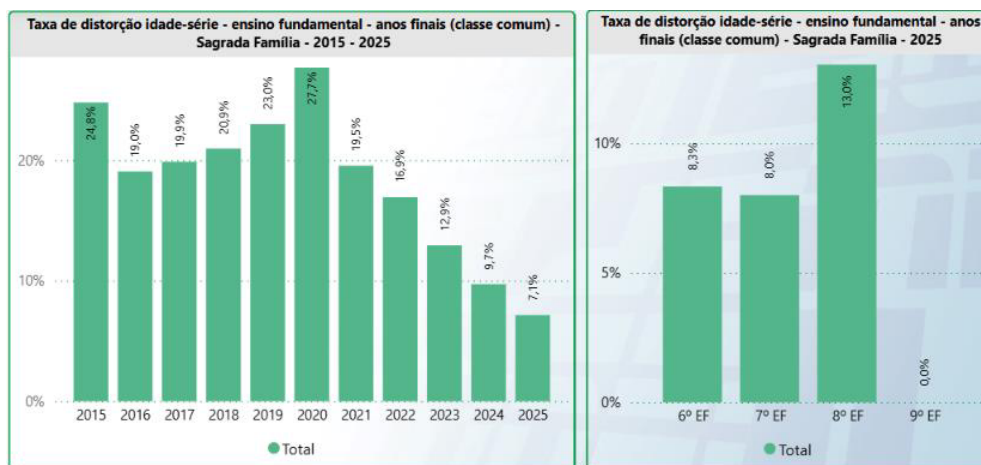
Gráfico 30 – Taxa de abandono dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **abandono aparece zerado em 2024** em todos os anos finais, após registros de 2,5% em 2021, 2,2% em 2022 e 1,1% em 2023. O resultado é favorável à permanência, mas a reprovação e a distorção ainda indicam necessidade de recomposição das aprendizagens.

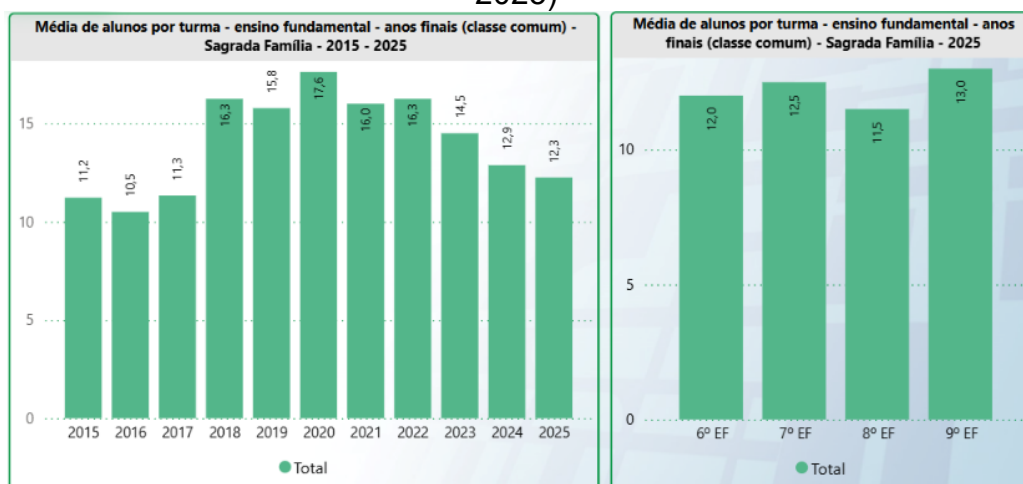
Gráfico 31 – Taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série** cai de 27,1% em 2020 **para 7,4% em 2025**, mostrando avanço importante. Entretanto, em 2025, o 8º ano registra 13,0%, enquanto o 9º ano aparece com 0,0%. A concentração no 8º ano revela necessidade de acompanhamento da trajetória antes da conclusão do Ensino Fundamental.

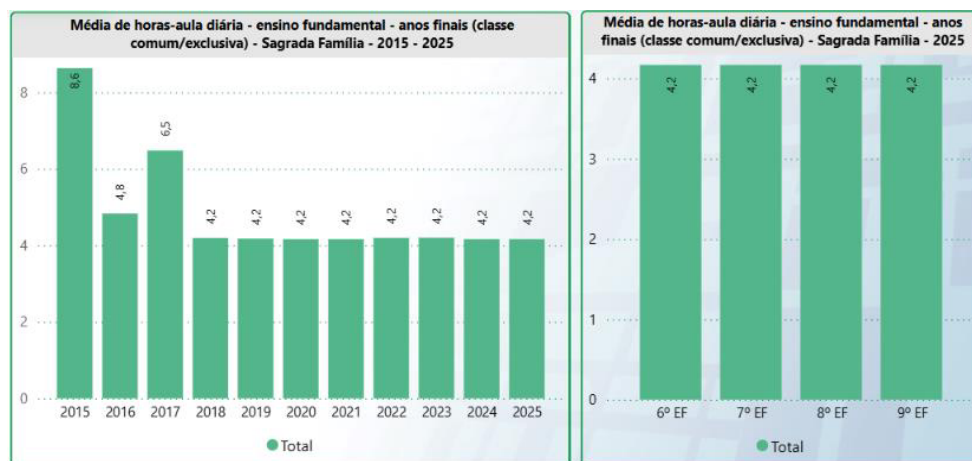
Gráfico 32 – Média de alunos por turma dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de estudantes por turma** chega a **12,3 em 2025**, com **distribuição de 12,0 no 6º ano, 12,5 no 7º, 11,5 no 8º e 13,0 no 9º**. O tamanho das turmas pode favorecer acompanhamento individualizado, mas esse potencial depende de estabilidade docente, planejamento e intervenção pedagógica.

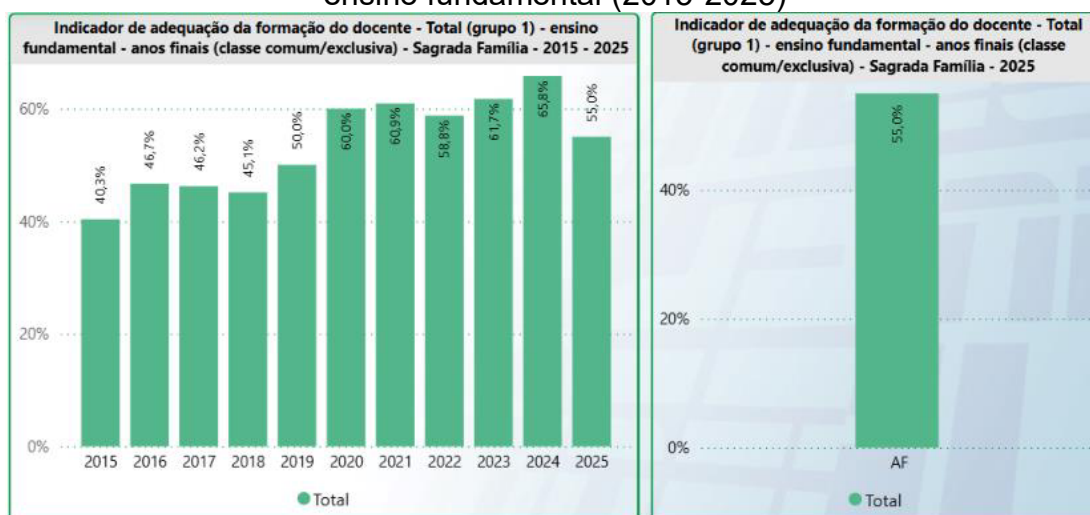
Gráfico 33 – Média de horas-aula diária dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de horas-aula diária fica em 4,2 em 2025**, com valores semelhantes entre os anos escolares. O indicador sugere jornada estável, mas não permite afirmar, sozinho, melhoria da aprendizagem, devendo ser associado ao desempenho no SAERS e à adequação da formação docente.

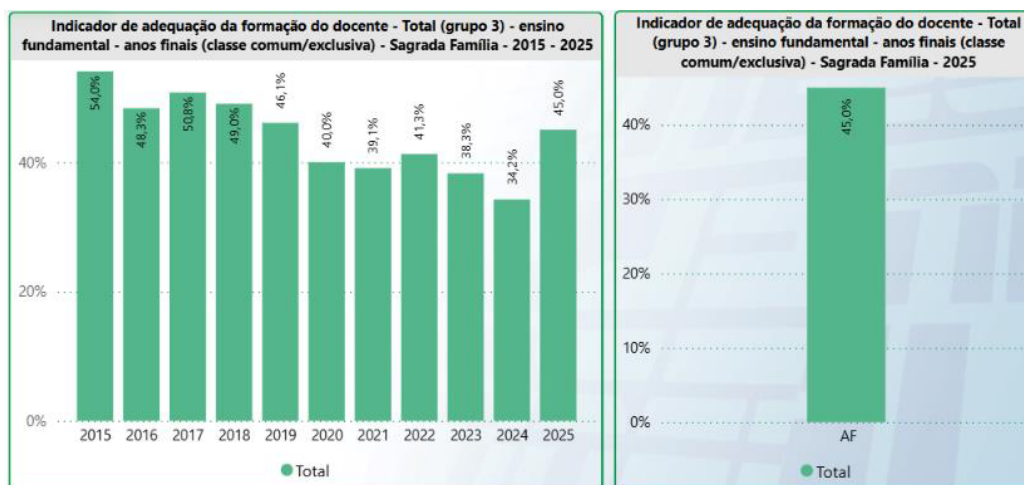
Gráfico 34 – Indicador de adequação da formação docente/ grupo 01 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **grupo 1 de adequação da formação docente registra 55,0% em 2025 nos anos finais**. O dado indica que pouco mais da metade dos docentes atua com formação adequada à área que leciona, o que pode impactar a qualidade do ensino por componente curricular.

Gráfico 35 – Indicador de adequação da formação docente/ grupo 03 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



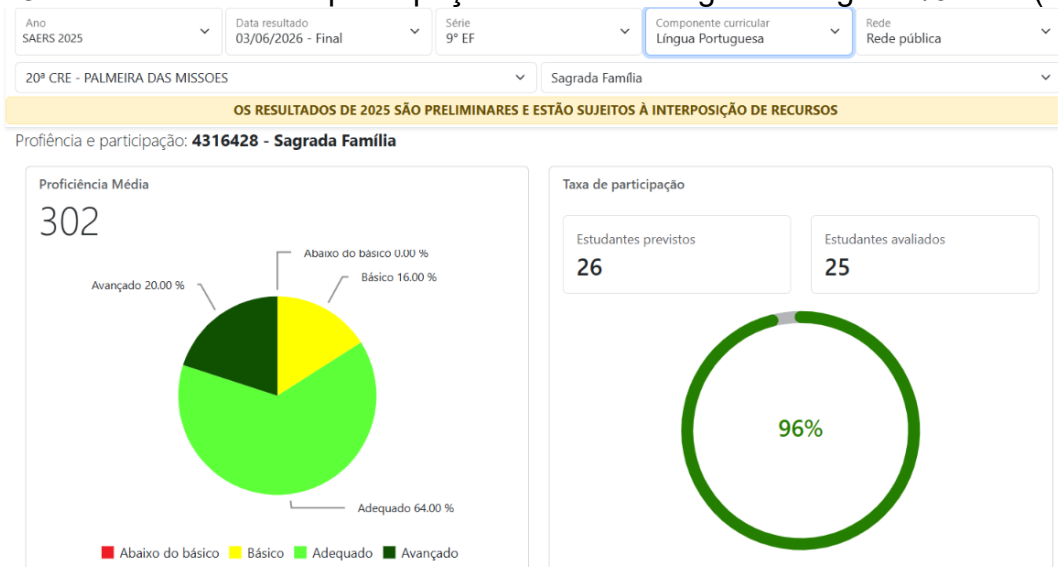
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O grupo 3 alcança 45,0% em 2025, indicando docentes com formação superior em área diferente daquela que lecionam. Esse percentual é uma fragilidade relevante para os anos finais, etapa em que a organização por áreas exige maior correspondência entre formação e componente curricular.

c) Avaliação SAERS

A avaliação SAERS nos anos finais permite observar se os estudantes chegam ao final do Ensino Fundamental com domínio adequado das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática.

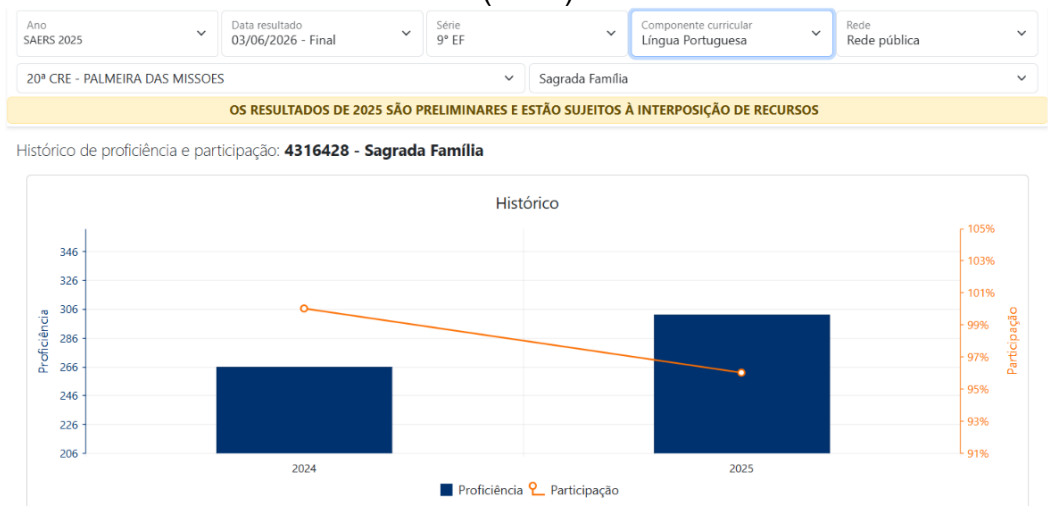
Painel 11 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

O SAERS 2025 registra proficiência média de 302 em Língua Portuguesa no 9º ano, com 96,0% de participação, 26 estudantes previstos e 25 avaliados. A distribuição mostra 0,0% abaixo do básico, 16,0% no básico, 64,0% no adequado e 20,0% no avançado. Assim, 84,0% estão em nível adequado ou avançado, resultado favorável para Língua Portuguesa.

Painel 12 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico indica crescimento da proficiência entre 2024 e 2025, com participação ainda elevada. O dado sugere melhora recente do desempenho em Língua Portuguesa nos anos finais, embora a reprovação no 6º e no 8º ano ainda demande atenção.

Painel 13 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 9º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

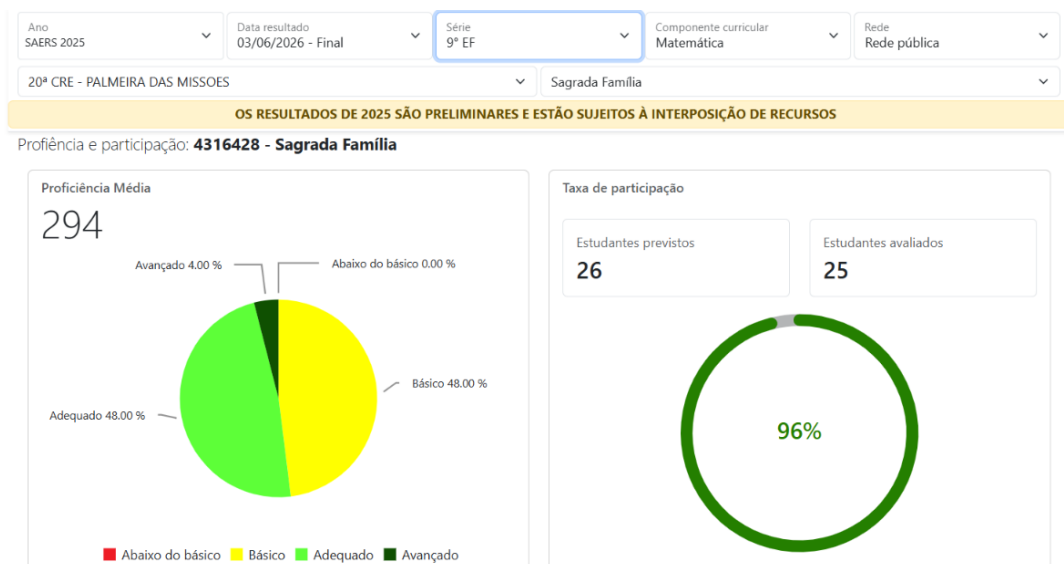
Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpio Garibaldi Vilarinho	26	25	96.0 %	302	0.0 %	16.0 %	64.0 %	20.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O detalhamento confirma concentração majoritária no adequado e no avançado. A principal atenção recai sobre os 16,0% no básico, pois esse grupo não alcança o nível adequado e pode chegar ao Ensino Médio com lacunas de leitura, interpretação e produção textual.

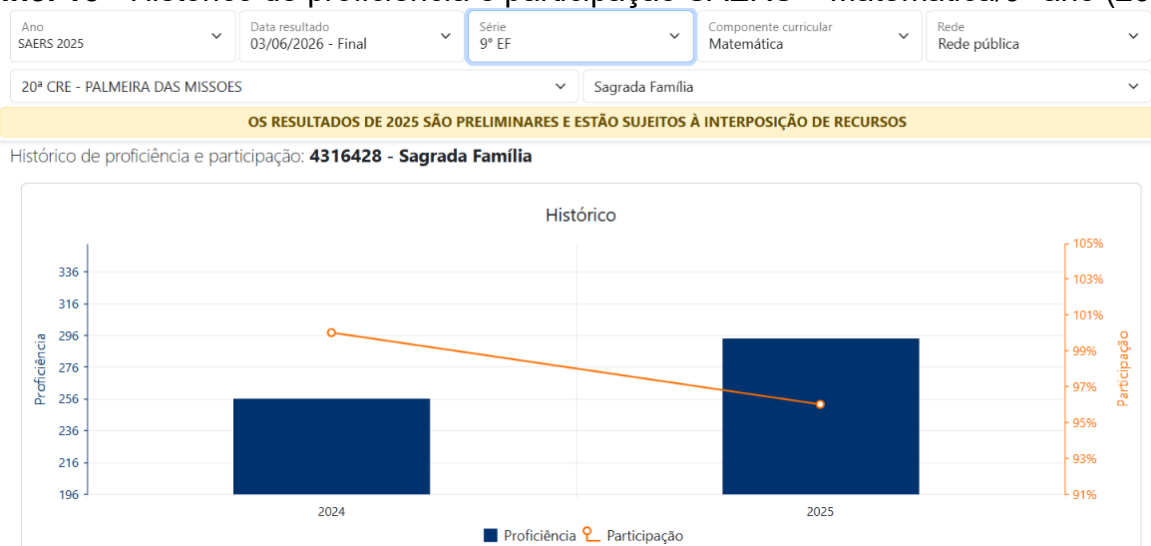
Painel 14 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Em **Matemática no 9º ano**, a **proficiência média é 294**, com **96,0% de participação**. A distribuição indica 0,0% abaixo do básico, 48,0% no básico, 48,0% no adequado e 4,0% no avançado. O dado revela desempenho intermediário: 52,0% estão no adequado ou avançado, mas 48,0% permanecem abaixo do adequado.

Painel 15 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico de **Matemática mostra melhora de proficiência entre 2024 e 2025**, mas a concentração de estudantes no básico indica que a aprendizagem matemática nos anos finais ainda exige reforço, especialmente para consolidar habilidades antes do Ensino Médio.

Painel 16 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/9º ano (2025)

Ano: SAERS 2025
 Data resultado: 03/06/2026 - Final
 Série: 9º EF
 Componente curricular: Matemática
 Rede: Rede pública
 20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES
 Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpio Garibaldi Vilarinho	26	25	96.0 %	294	0.0 %	48.0 %	48.0 %	4.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O detalhamento confirma que **quase metade dos estudantes avaliados está no nível básico**. Essa evidência deve ser tratada como ponto crítico de transição, pois a fragilidade em Matemática tende a se intensificar no Ensino Médio, como demonstram os resultados do 3º ano.

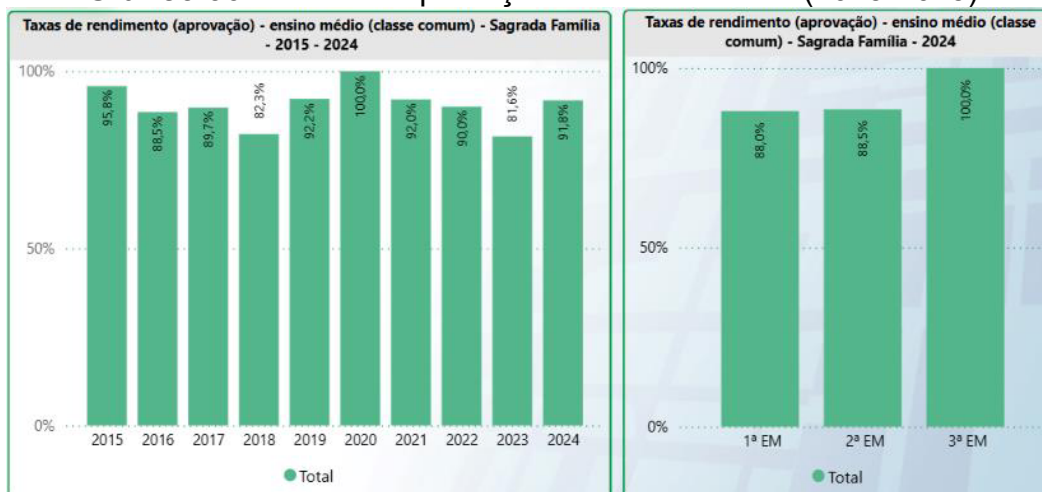
6) Ensino Médio – Dados sobre a área pedagógica

Este bloco analisa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, observando rendimento, trajetória, aprendizagem, avaliação externa, ENEM e condições docentes para a conclusão com qualidade.

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Médio

No Ensino Médio, aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, média de estudantes por turma e horas-aula indicam se os estudantes permanecem, aprendem e concluem a Educação Básica em trajetória regular.

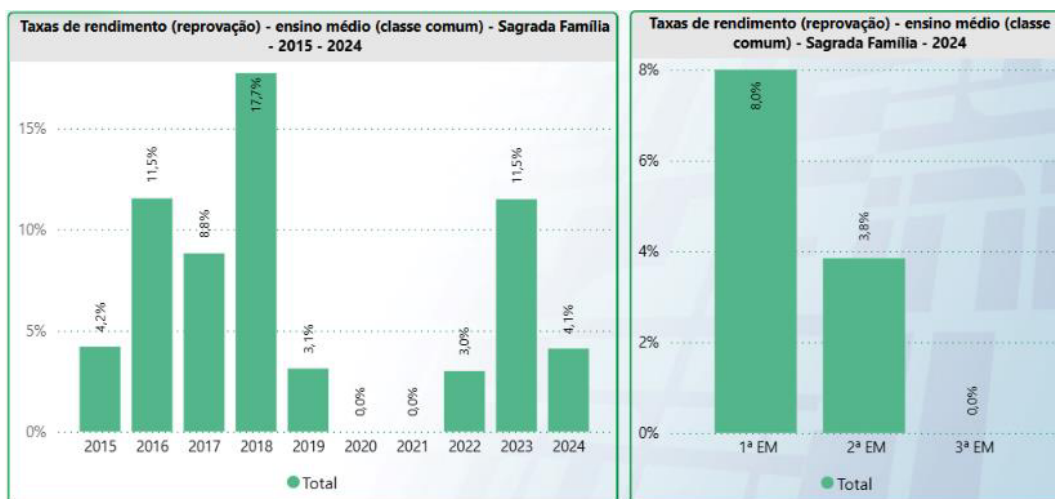
Gráfico 36 – Taxa de aprovação do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **aprovação do Ensino Médio foi 91,8% em 2024**, após 81,6% em 2023, 90,0% em 2022, 92,0% em 2021 e 100,0% em 2020. Em 2024, o **1º ano registra 88,0%, o 2º ano 88,5% e o 3º ano 100,0%**. O dado mostra melhora em relação a 2023, mas ainda indica atenção aos dois primeiros anos da etapa.

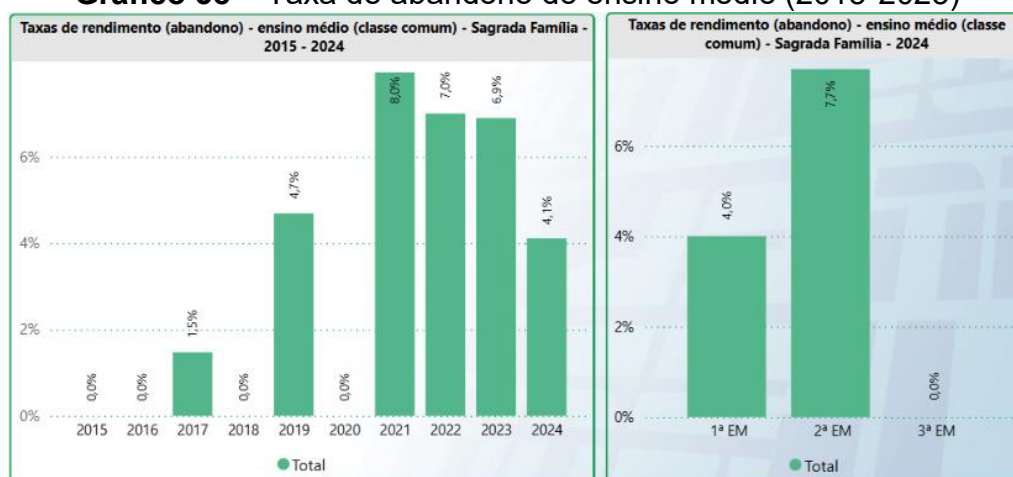
Gráfico 37 – Taxa de reprovação do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **reprovação foi 4,1% em 2024**, após 11,5% em 2023. Por série, em 2024, o 1º ano registra 8,0%, o 2º ano 3,8% e o 3º ano 0,0%. A concentração no 1º ano indica risco na entrada do Ensino Médio e necessidade de acompanhamento da transição entre etapas.

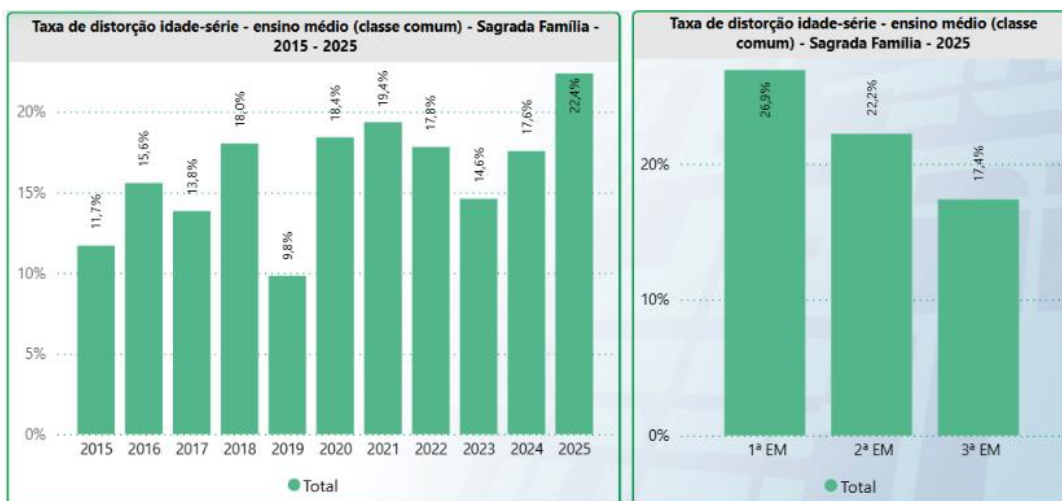
Gráfico 38 – Taxa de abandono do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **abandono registra 4,1% em 2024**, após patamares elevados em 2021, 2022 e 2023. Por série, o 2º ano apresenta 7,7%, o 1º ano 4,0% e o 3º ano 0,0%. O dado sinaliza risco de interrupção da trajetória e exige busca ativa, acompanhamento da frequência e ações de permanência com aprendizagem.

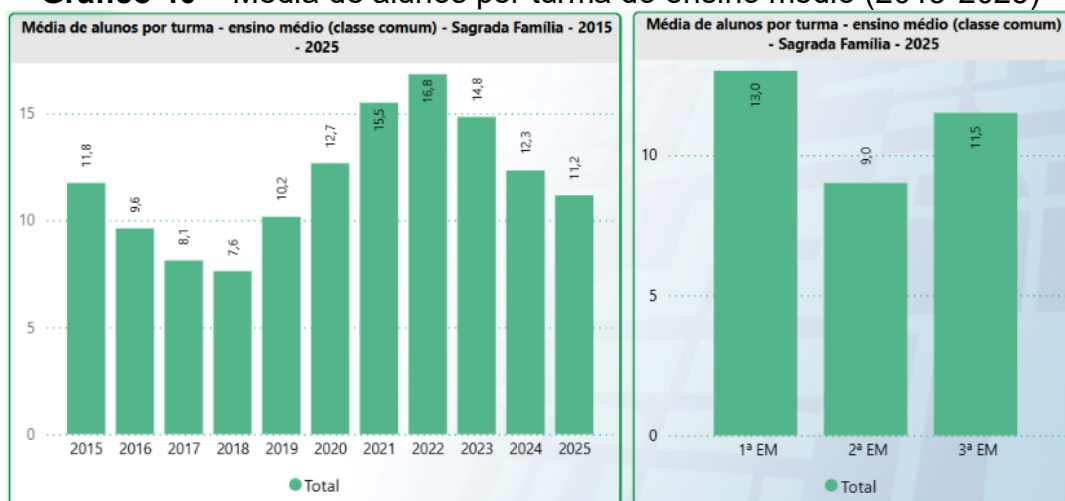
Gráfico 39 – Taxa de distorção idade-série do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série alcança 22,0% em 2025**. Por série, o 1º ano registra 26,9%, o 2º ano 22,2% e o 3º ano 17,4%. A concentração no 1º ano confirma que a entrada no Ensino Médio é ponto crítico da trajetória escolar, com estudantes chegando à etapa em defasagem.

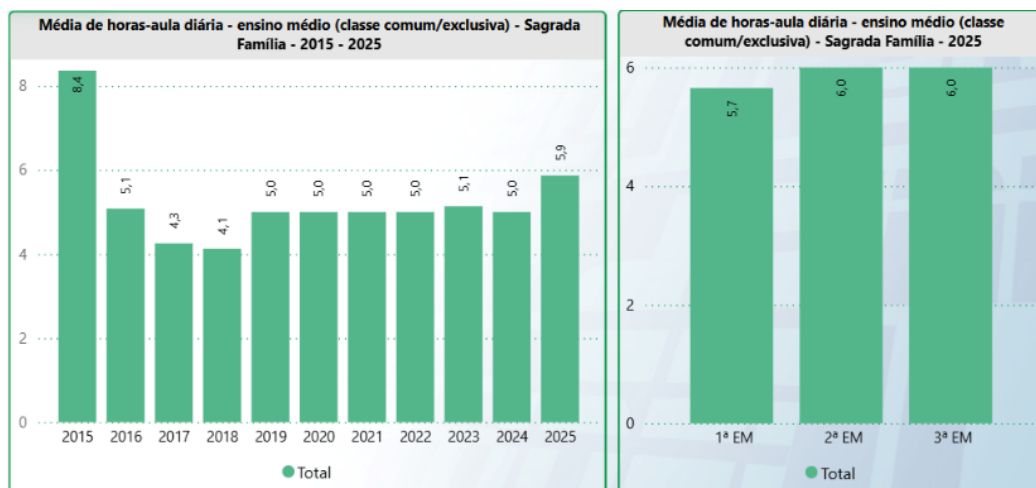
Gráfico 40 – Média de alunos por turma do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de estudantes por turma é 11,2 em 2025**, com **13,0 no 1º ano**, 9,0 no 2º ano e 11,5 no 3º ano. O número reduzido de estudantes por turma pode favorecer acompanhamento individualizado, mas esse potencial não se converte automaticamente em aprendizagem, como indicam os resultados do IDEB e do SAERS em Matemática.

Gráfico 41 – Média de horas-aula diária do ensino médio (2015-2025)



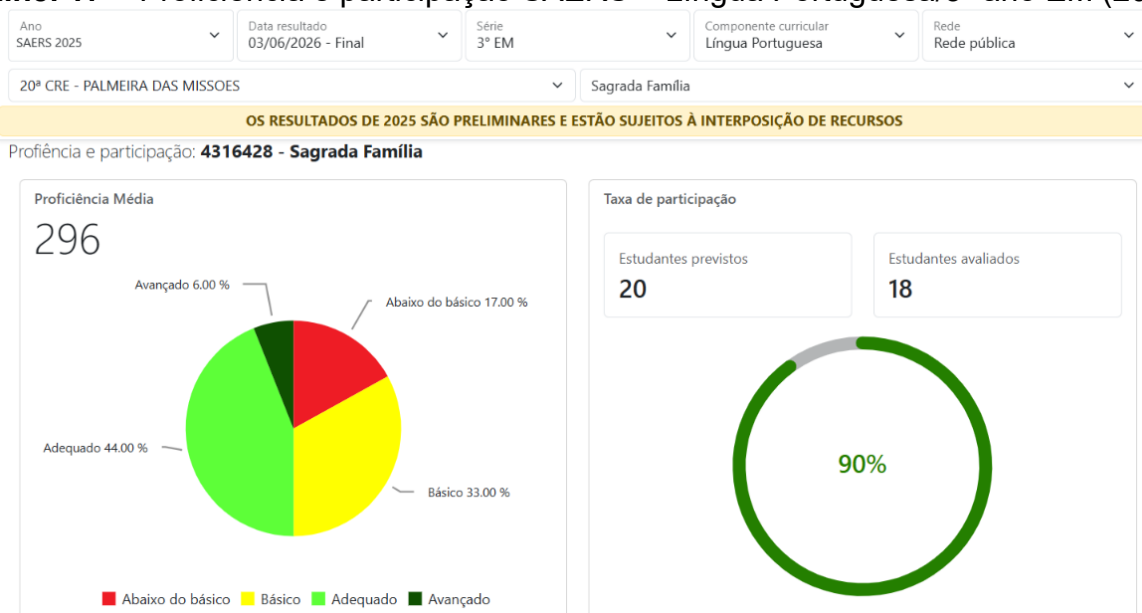
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de horas-aula diária chega a 5,9 em 2025, com 5,7 no 1º ano, 6,0 no 2º ano e 6,0 no 3º ano. A jornada é superior à observada nos anos finais, mas os resultados de aprendizagem indicam que a ampliação do tempo precisa estar articulada a recomposição, aprofundamento curricular e acompanhamento pedagógico.

b) Avaliação SAERS

No SAERS do Ensino Médio, a análise verifica se os estudantes do 3º ano alcançam níveis adequados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática ao final da Educação Básica.

Painel 17 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

O SAERS 2025 registra proficiência média de 296 em Língua Portuguesa no 3º ano do Ensino Médio, com 90,0% de participação, 20 estudantes previstos e 18 avaliados. A distribuição indica 17,0% abaixo do básico, 33,0% no básico, 44,0% no adequado e 6,0% no avançado. Assim, 50,0% estão abaixo do adequado e 50,0% estão no adequado ou avançado.

Painel 18 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico indica crescimento da proficiência entre 2024 e 2025, com redução da participação. O dado sugere melhora de desempenho entre os avaliados, mas a participação de 90,0% exige leitura cautelosa, pois estudantes não avaliados podem alterar a compreensão global da etapa.

Painel 19 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4316428 - Sagrada Família**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpio Garibaldi Vilarinho	20	18	90.0 %	296	17.0 %	33.0 %	44.0 %	6.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

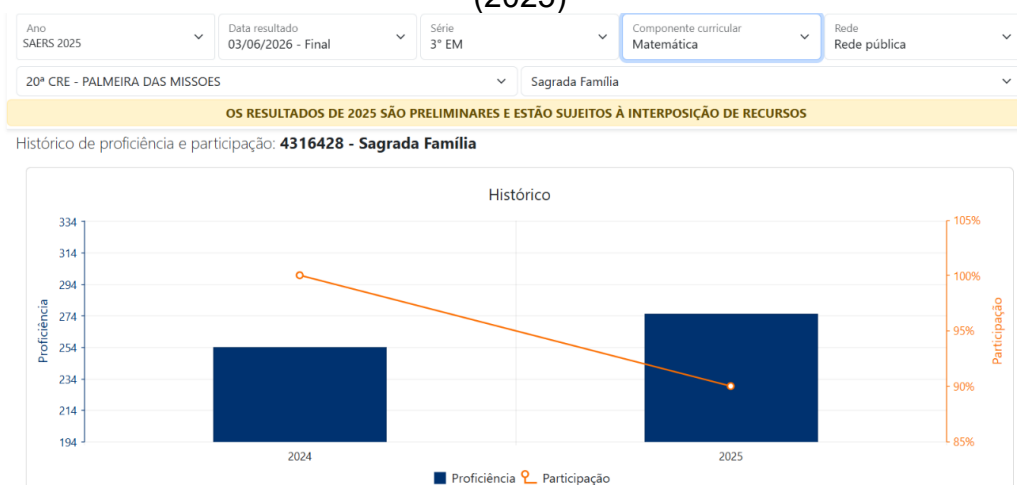
O detalhamento confirma que metade dos estudantes avaliados ainda não alcança o nível adequado em Língua Portuguesa. Esse resultado evidencia necessidade de fortalecer leitura, interpretação, escrita e argumentação como condição para conclusão da Educação Básica e continuidade dos estudos.

Painel 20 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Em **Matemática**, a **proficiência média é 275**, com **90,0% de participação**. A distribuição é crítica: 56,0% abaixo do básico, 33,0% no básico, 11,0% no adequado e 0,0% no avançado. Portanto, 89,0% dos estudantes avaliados estão abaixo do adequado, o que configura a maior fragilidade de aprendizagem identificada no relatório.

Painel 21 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico indica **elevação da proficiência entre 2024 e 2025**, mas a **distribuição por níveis permanece fortemente concentrada abaixo do adequado**. A melhora da média não elimina a necessidade de intervenção estruturada em Matemática.

Painel 22 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Matemática Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Sagrada Família

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4316428 - Sagrada Família

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Olimpico Garibaldi Vilarinho	20	18	90.0 %	275	56.0 %	33.0 %	11.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O detalhamento confirma **56,0% abaixo do básico e 0,0% no avançado**. Esse indicador deve ser tratado como nó crítico da aprendizagem no Ensino Médio, pois revela lacunas acumuladas que chegam ao final da Educação Básica.

c) ENEM

O ENEM é considerado como referência histórica de desempenho ao final da Educação Básica, devendo ser lido com cautela quando o dado disponível não corresponde ao período mais recente.

Painel 23 - ENEM



Fonte: Enem 2019, Inep.

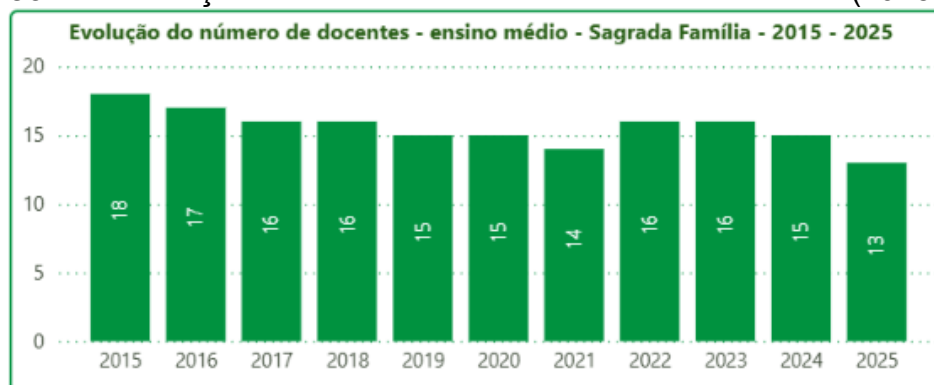
Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/enem> (acesso em: 02/06/2026)

O painel apresenta **dados históricos do ENEM 2019** da **Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho**, com 58% de participação, 59 estudantes participantes e média geral de 475 pontos. As médias indicadas são 456 em Ciências Humanas, 412 em Ciências da Natureza, 525 em Linguagens e Códigos, 508 em Matemática e 567 em Redação. Por se tratar de dado de 2019, sua análise deve ser feita como referência histórica, e **não como retrato atualizado da situação de 2025**. Mesmo assim, o resultado evidencia que a continuidade dos estudos depende do fortalecimento das aprendizagens no Ensino Médio, especialmente em Ciências da Natureza e Matemática.

d) Dados dos docentes do Ensino Médio

Os dados docentes do Ensino Médio são analisados em articulação com os resultados de aprendizagem, pois formação, esforço docente e adequação por área interferem na recomposição das lacunas e na qualidade da conclusão da etapa.

Gráfico 42 - Evolução do número de docentes no Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O número de docentes no Ensino Médio passa de 18 em 2015 para 13 em 2025. A redução do quadro, em uma etapa que apresenta distorção, abandono e baixo desempenho em Matemática, deve ser acompanhada para evitar sobrecarga, fragilidade de planejamento e menor disponibilidade para acompanhamento dos estudantes.

Gráfico 43 – Evolução da escolaridade dos docentes do Ensino Médio



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10056> (Acesso em: 07/06/2026)

O gráfico mostra **100,0% dos docentes do Ensino Médio com superior licenciatura em toda a série 2015-2025.**

Gráfico 44 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)

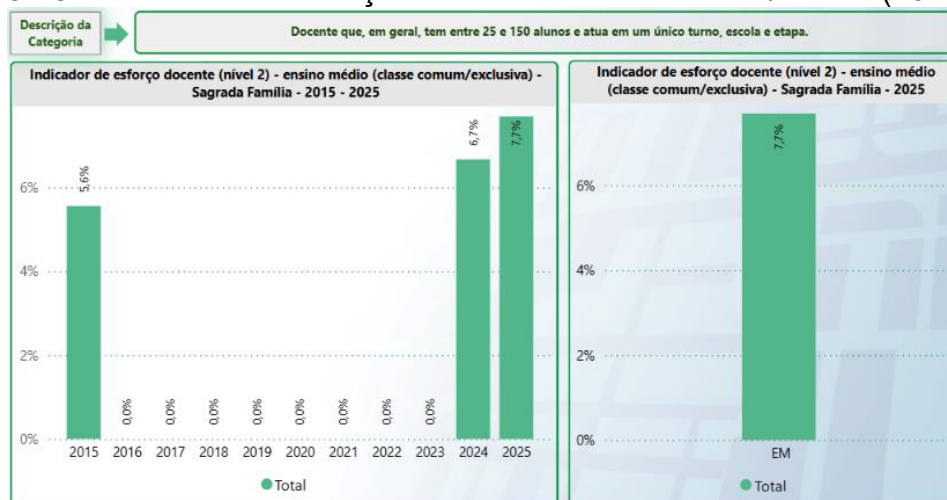


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Em **2025, o Ensino Médio aparece com 100,0% dos docentes vinculados à rede estadual.** O dado reforça a necessidade de articulação entre rede municipal e

estadual na transição dos estudantes dos anos finais para o Ensino Médio, especialmente diante da distorção no 1º ano e do baixo desempenho em Matemática no 3º ano.

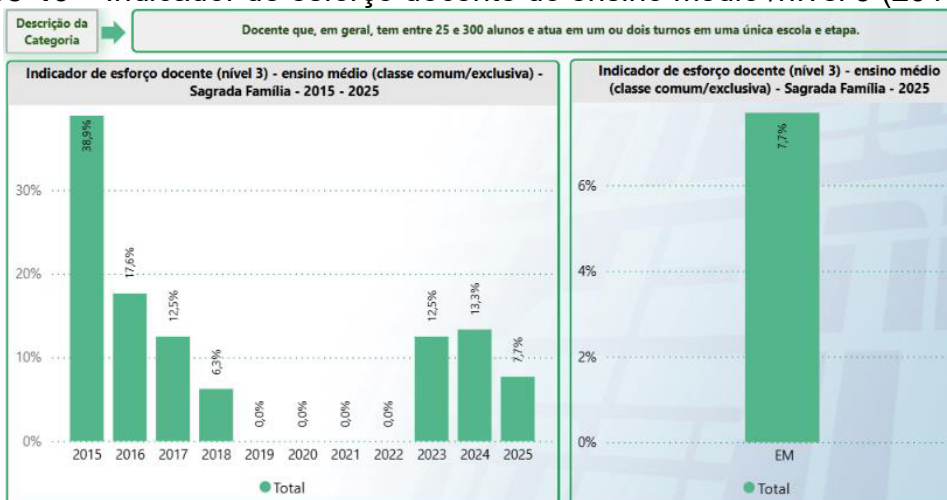
Gráfico 45 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 2 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 2 de esforço docente registra 7,7% em 2025**. O percentual baixo indica que poucos docentes estão em menor complexidade de atuação, o que reduz a possibilidade de acompanhamento mais individualizado na etapa.

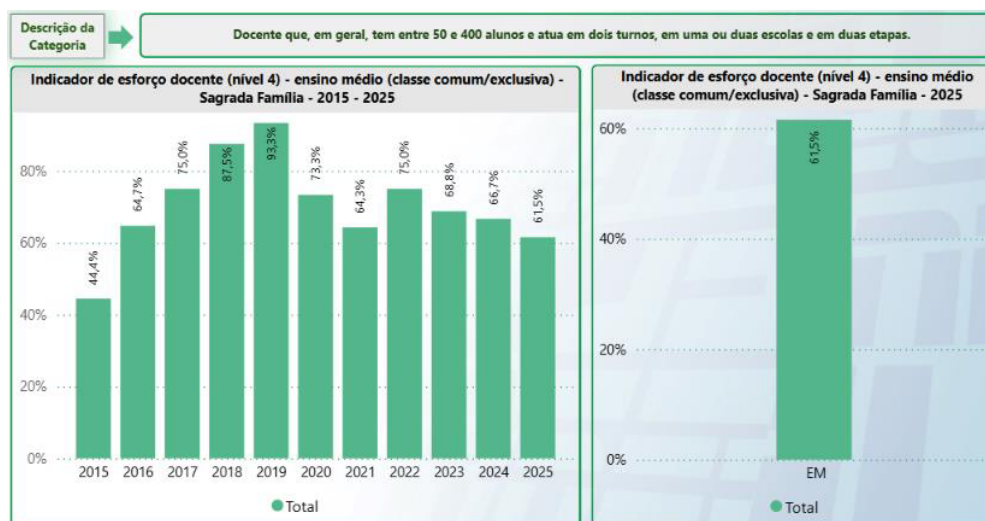
Gráfico 46 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 3 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 3 registra 7,7% em 2025**. Esse percentual intermediário é pequeno diante da concentração nos níveis 4 e 5, indicando que o Ensino Médio opera majoritariamente com docentes em maior esforço.

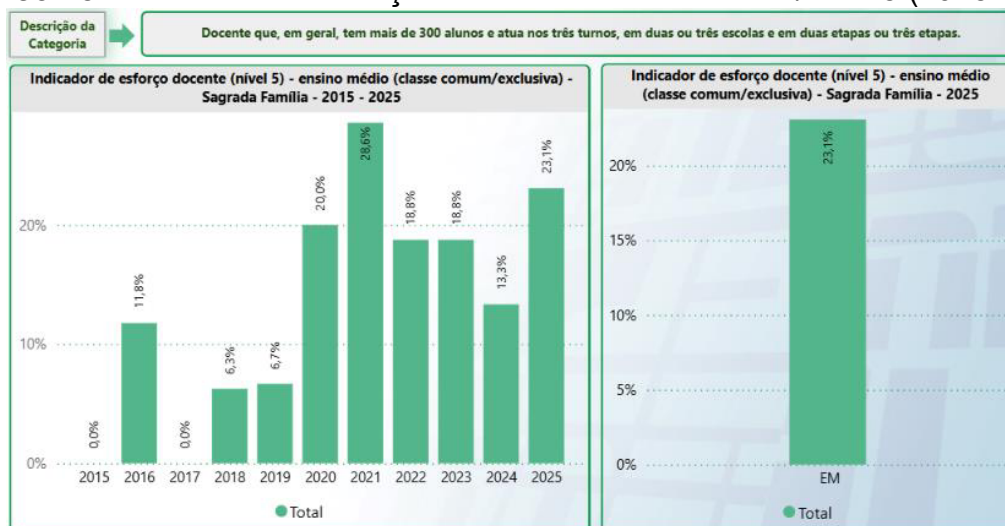
Gráfico 47 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 4 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 4 concentra 61,5% dos docentes em 2025**. Esse é o principal grupo da etapa e sugere atuação com maior número de turmas, turnos, escolas ou etapas, podendo limitar planejamento interdisciplinar, recuperação paralela e acompanhamento das aprendizagens.

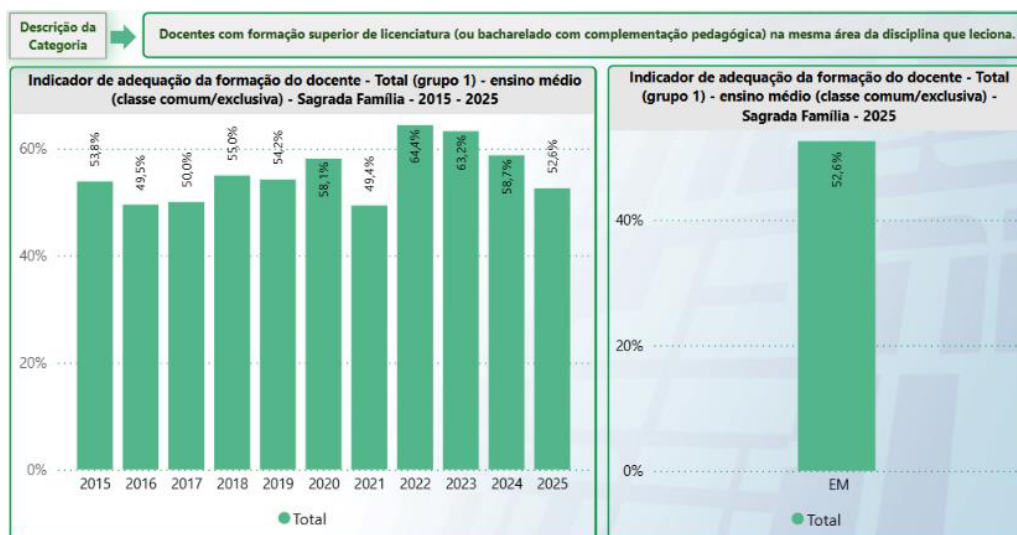
Gráfico 48 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 5 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **Nível 5 registra 23,1% dos docentes em 2025**, categoria de maior esforço. Somados, os níveis 4 e 5 alcançam 84,6% do quadro, indicando condição de trabalho que pode dificultar a resposta pedagógica necessária ao baixo desempenho em Matemática e à permanência dos estudantes.

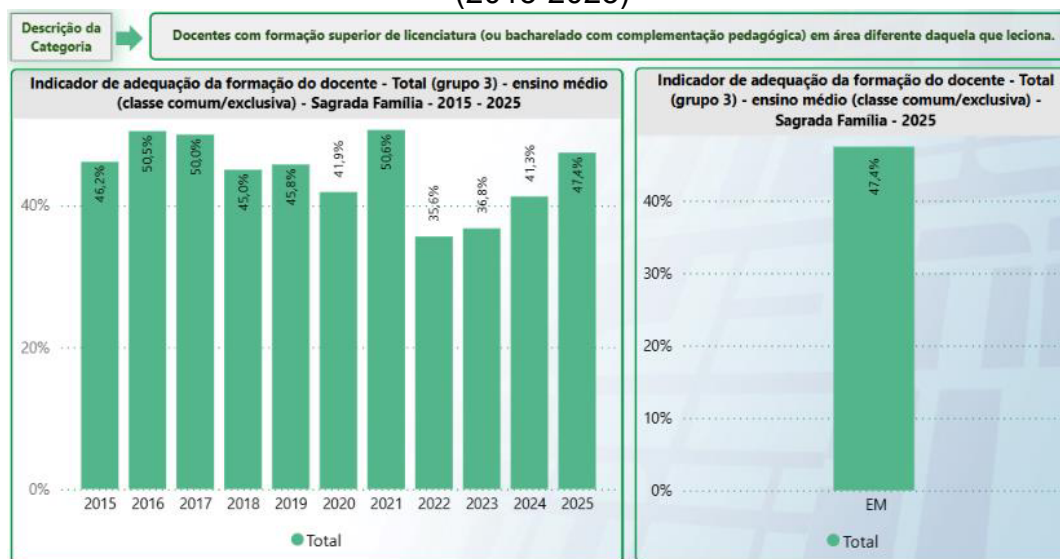
Gráfico 49 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 01 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **grupo 1 registra 52,6% em 2025**. O dado indica que pouco mais da metade dos docentes possui formação adequada à área que leciona, o que é insuficiente diante da complexidade curricular da etapa e dos resultados de aprendizagem.

Gráfico 50 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 03 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O **grupo 3 registra 47,4% em 2025**, indicando docentes com formação superior em área diferente daquela que lecionam. A proximidade entre os grupos 1 e 3 revela fragilidade relevante na adequação da formação docente do Ensino Médio, especialmente para enfrentar lacunas em Matemática e Ciências da Natureza.

As condições estruturais, de gestão e de trabalho docente ajudam a explicar parte das dificuldades. Há infraestrutura básica assegurada, mas lacunas em acessibilidade, biblioteca, laboratórios, quadra e esgoto por rede pública. Há escolaridade formal de gestores e docentes, mas fragilidades na formação continuada em gestão, na regularidade docente, no esforço docente e na adequação da formação por área nos anos finais e no Ensino Médio. Esses elementos precisam ser enfrentados de forma articulada para sustentar recomposição das aprendizagens e redução das desigualdades internas.

O município apresenta quadro mais favorável nos anos iniciais, com aprovação elevada, abandono praticamente inexistente, distorção idade-série zerada em 2025 e bons

resultados no SAERS. Contudo, os indicadores deixam de ser homogêneos nos anos finais e se tornam mais críticos no Ensino Médio. A queda do IDEB entre etapas, a reprovação nos anos finais, a distorção no 8º ano, a distorção no 1º ano do Ensino Médio, o abandono no 2º ano e o resultado de Matemática no 3º ano do Ensino Médio indicam que o problema central não é apenas acesso ou oferta, mas aprendizagem com trajetória regular e conclusão com qualidade.

Fonte consultadas:

- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/documentos/plano-nacional-educacao-2014-2024.pdf>.
- FUNDAÇÃO VUNESP. Portal SAERS: resultados. São Paulo: Fundação Vunesp, 2026. Disponível em: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática: SIDRA, Tabela 10056. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10056>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica: indicadores educacionais. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: resultados e metas. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: <https://ideb.inep.gov.br/>.
- POWER BI. Painel de indicadores educacionais: município de Sagrada Família/RS, 2015-2025. [S. l.]: Microsoft Power BI, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/>.
- QEDU. Dados educacionais de Sagrada Família/RS. São Paulo: QEDu, 2026. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia>.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. SAERS: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SEDUC-RS, 2026. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/saers-sistema-de-avaliacao-do-rendimento-escolar-do-rio-grande-do-sul>.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise do panorama educacional de Sagrada Família/RS aponta que o não atingimento dos níveis adequados de aprendizagem no Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como a persistência de desigualdades socioeconômicas, decorre de um conjunto de fatores multifatoriais e interdependentes. A seguir, detalham-se as principais causas críticas identificadas:

Infraestrutura escolar insuficiente para garantir aprendizagem qualificada: embora a rede de ensino de Sagrada Família ofereça condições básicas universalizadas (100% de fornecimento de energia, água tratada, alimentação, coleta de lixo e banda larga), o desenho arquitetônico e pedagógico dos ambientes escolares impõe severos limites à diversificação das práticas de ensino. A defasagem em acessibilidade (apenas 67% em todas as etapas) marginaliza o atendimento a estudantes com deficiência. Paralelamente, o baixo percentual de bibliotecas (33%) compromete as ações de incentivo à leitura. O gargalo estrutural mais severo, contudo, repousa no campo do letramento científico e

digital: a presença parcial de laboratórios de ciências (33%) e a ausência absoluta de laboratórios de informática (0%) e quadras de esportes (0%) esvaziam as possibilidades de experimentação prática, inclusão digital e atividades corporais vinculadas aos parâmetros de uma formação integral.

Descontinuidade pedagógica entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio: os indicadores de desempenho revelam uma visível perda de sustentação pedagógica à medida que os estudantes avançam na trajetória escolar. Enquanto os anos iniciais demonstram solidez (IDEB de 6,7 em 2023) , as etapas subsequentes indicam um declínio acentuado nos patamares de proficiência. O IDEB recua para 5,2 nos anos finais (abaixo da meta nacional de 5,5) e atinge o nível crítico de 3,7 no Ensino Médio (historicamente distante da referência de 5,2). Essa queda progressiva expõe a falta de estratégias de articulação e transição curricular que permitam amortecer a mudança na organização didática entre as etapas da Educação Básica.

Concentração de estudantes abaixo do adequado nas avaliações externas, especialmente em Matemática: os resultados do SAERS 2025 delineiam com precisão as lacunas cumulativas de aprendizagem dos discentes. Nos anos iniciais (5º ano), o desempenho é satisfatório em ambas as disciplinas avaliadas (78,0% em patamar adequado ou avançado em Língua Portuguesa e 78,78% em Matemática). Nos anos finais (9º ano), embora o aproveitamento em Língua Portuguesa continue favorável (84,0% nos níveis recomendados) , a disciplina de Matemática já acende um forte sinal de alerta, com quase metade dos estudantes (48,0%) retidos no nível básico.

Trajетórias escolares irregulares, com reprovação, abandono e distorção em pontos de transição: a irregularidade no fluxo escolar opera simultaneamente como causa e efeito das fragilidades de aprendizagem. Os dados municipais desmistificam a aparente homogeneidade da rede, evidenciando gargalos severos nos momentos de transição. No encerramento do Ensino Fundamental (anos finais), a reprovação subiu para 7,8% em 2024, afetando primordialmente a entrada (11,5% no 6º ano) e a consolidação pedagógica (9,4% no 8º ano). Como reflexo direto dessa retenção, o 8º ano registrou uma distorção idade-série de 13,0% em 2025. Na chegada ao Ensino Médio, o cenário agrava-se: o 1º ano atua como um severo filtro excludente, concentrando uma taxa de reprovação de 8,0% e gerando um pico histórico de distorção idade-série de 26,9%. Desmotivado pela defasagem e pela retenção, o estudante evade no ano seguinte, fazendo com que o 2º ano do Ensino Médio amargure a maior taxa de abandono da rede (7,7% em 2024).

Fragilidades na gestão pedagógica dos dados e na formação continuada de gestores: a capacidade de reversão desse cenário de baixo desempenho e trajetórias irregulares encontra-se severamente limitada por fatores de liderança e acompanhamento institucional. Em 2025, constatou-se que 100,0% dos gestores escolares atuavam sem qualquer formação continuada específica em gestão escolar. Embora a escolaridade formal desses profissionais seja alta (100% com nível superior completo) , a falta de capacitação focada inviabiliza o uso pedagógico qualificado dos dados de avaliações externas, o planejamento estratégico para a recomposição das aprendizagens, o monitoramento preventivo da frequência e o desenvolvimento de ações eficazes para o combate às desigualdades no chão da escola.

Condições de trabalho docente e adequação de formação insuficientes para sustentar intervenção pedagógica: Por fim, o corpo docente enfrenta um ecossistema de trabalho que restringe o tempo e as condições necessárias para intervenções de recuperação paralela ou acompanhamento individualizado. **Sobrecarga de esforço:** A expressiva maioria dos professores atua sob elevados níveis de desgaste. No Ensino Fundamental, 65,2% dos docentes situam-se nos níveis 4 e 5 de esforço (lidando com mais de 50 estudantes, múltiplos turnos, escolas ou etapas). No Ensino Médio, esse indicador de sobrecarga extrema atinge 84,6% do quadro (61,5% no nível 4 e 23,1% no nível 5). **Baixa regularidade e descontinuidade:** Apenas uma fração das escolas conta com

vínculos estáveis; o indicador de regularidade docente baixa ou média-baixa afeta 66,6% das unidades escolares em 2025 , fragmentando os laços com os estudantes e prejudicando o planejamento coletivo interdisciplinar. **Inadequação da formação por área:** Se nos anos iniciais a adequação formativa é de 100%, o cenário se deteriora nas etapas seguintes. Nos anos finais do Ensino Fundamental, 45,0% dos professores dão aulas em componentes curriculares diferentes de sua habilitação (Grupo 3). No Ensino Médio, essa inadequação compromete 47,4% do quadro docente. A falta de correspondência direta entre a formação superior do professor e as disciplinas que ele ministra fragiliza de forma gritante a mediação didática dos conteúdos teóricos, impedindo o enfrentamento assertivo das profundas lacunas demonstradas pelos estudantes em Ciências da Natureza e Matemática

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Infraestrutura escolar insuficiente para garantir aprendizagem qualificada

Causa 2: Descontinuidade pedagógica entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio

Causa 3: Concentração de estudantes abaixo do adequado nas avaliações externas, especialmente em Matemática

Causa 4: Trajetórias escolares irregulares, com reprovação, abandono e distorção em pontos de transição

Causa 5: Fragilidades na gestão pedagógica dos dados e na formação continuada de gestores

Causa 6: Condições de trabalho docente e adequação de formação insuficientes para sustentar intervenção pedagógica

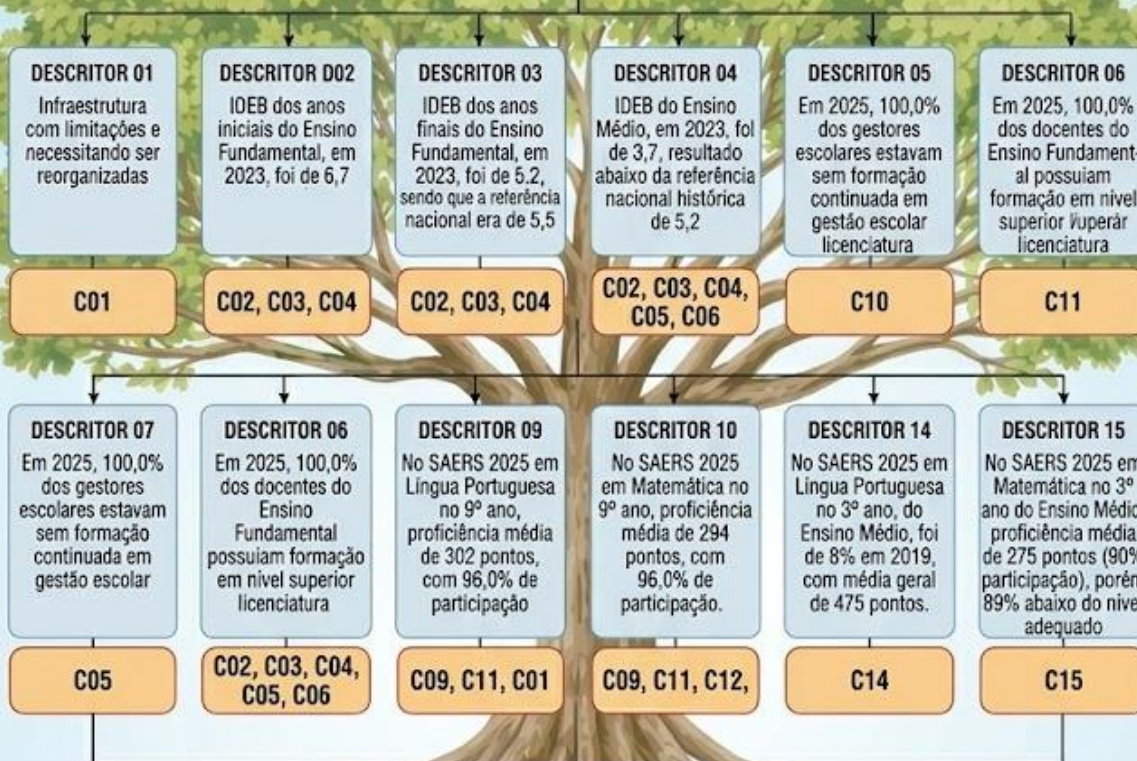
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 05 do PNE - Sagrada Família/RS

TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO - SAGRADA FAMÍLIA/RS

PROBLEMA 05:

ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NÃO ALCANÇAM O NÍVEL ADEQUADO DE APRENDIZADO EM RELAÇÃO AO SEU ANO DE ESTUDO, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL



CAUSAS

C01	Infraestrutura escolar insuficiente para garantir aprendizagem qualificada	C04	Trajetórias escolares irregulares, com reprovação, abandono e distorção em pontos de transição
C02	Descontinuidade pedagógica entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio	C05	Fragilidades na gestão pedagógica dos dados e na formação continuada de gestores
C03	Concentração de estudantes abaixo do adequado nas avaliações externas, especialmente em Matemática	C06	Condições de trabalho docente e adequação de formação insuficientes para sustentar intervenção pedagógica



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Problema 06: AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO, EM GRANDE PARTE, NÃO OFERECEM EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise dos indicadores de Educação Integral em Tempo Integral demonstra que o município de Sagrada Família apresenta uma realidade marcada por contrastes entre as diferentes etapas da Educação Básica. Enquanto a Educação Infantil alcançou a universalização do atendimento em tempo integral, com 100% das matrículas da creche e da pré-escola contempladas por essa jornada ampliada em 2025, os dados revelam ausência total de oferta nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essa configuração evidencia que a política de Educação Integral encontra-se consolidada na primeira etapa da escolarização, mas ainda não foi expandida para as demais etapas da Educação Básica. Dessa forma, embora existam experiências exitosas e plenamente estruturadas na Educação Infantil, as redes públicas de ensino, em grande parte, ainda não oferecem oportunidades de Educação Integral em Tempo Integral para a maioria dos estudantes do município, tornando necessária a ampliação da política de forma contínua, articulada e progressiva ao longo de toda a trajetória escolar.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 100% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ☒ **Descritor 02: 100% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ☒ **Descritor 03: 0% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ☒ **Descritor 04: 0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ☒ **Descritor 05: 0% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.**

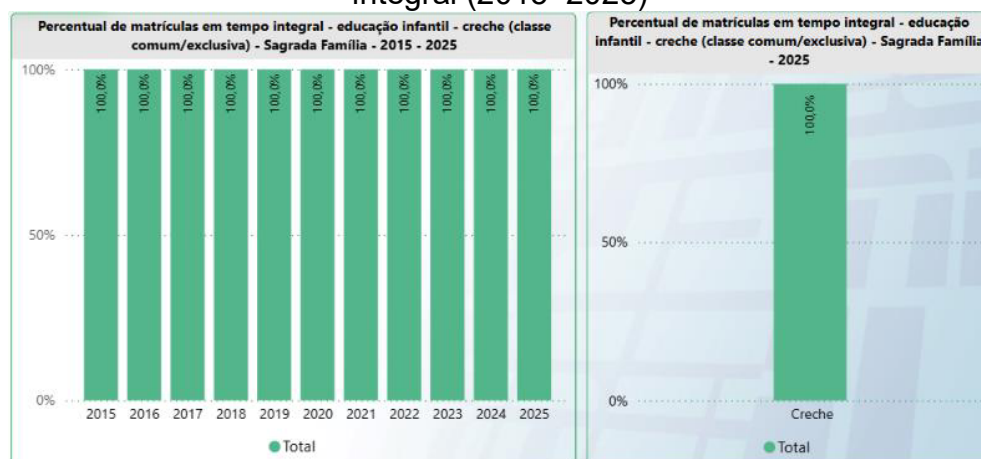
O arquivo evidencia que, em Sagrada Família, a Educação Integral em Tempo Integral apresenta dois cenários muito distintos: na Educação Infantil, a oferta está plenamente consolidada, com 100% das matrículas em tempo integral na creche e na pré-escola; porém, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, não há matrículas atendidas em tempo integral em 2025. Assim, o problema central não está na ausência total da política, mas na sua concentração apenas na Educação Infantil, sem continuidade nas demais etapas da Educação Básica.

1) A educação integral em tempo integral na Educação Infantil

a) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa creche

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

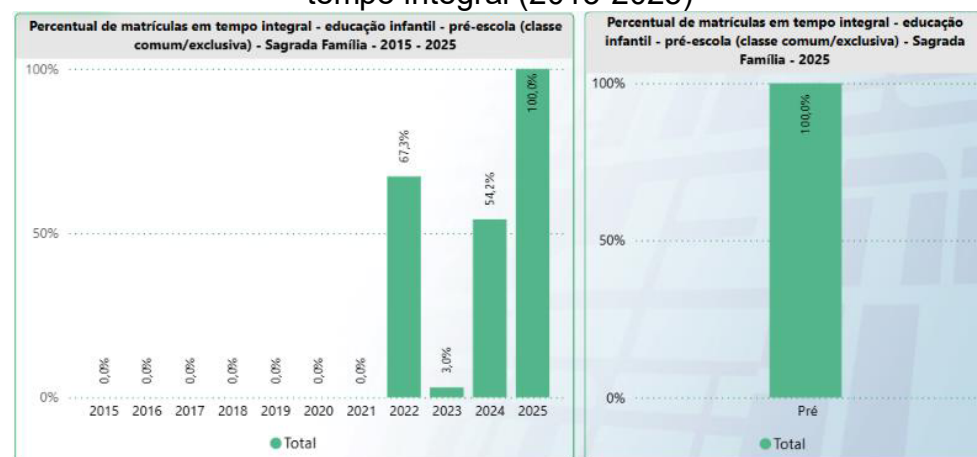
Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

b) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa pré-escola

Gráfico 02 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Na Educação Infantil, Sagrada Família apresenta o melhor cenário possível em termos de cobertura: 100% das matrículas da creche e 100% das matrículas da pré-escola tinham atendimento em tempo integral em 2025.

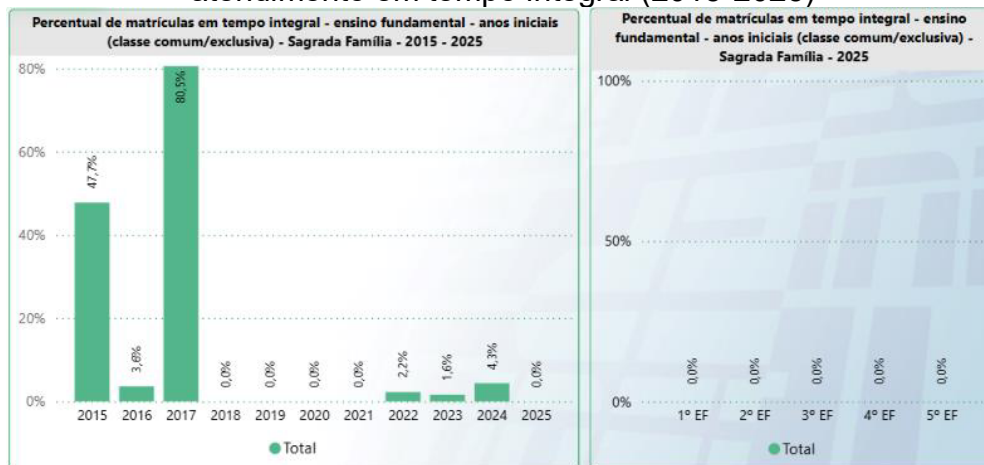
Esse dado demonstra que a rede pública conseguiu estruturar uma política consistente de jornada ampliada para as crianças pequenas, garantindo maior tempo de permanência em ambiente educativo. Na creche, isso favorece o cuidado, a socialização, o desenvolvimento da linguagem, da autonomia, da coordenação motora e das interações. Na pré-escola, fortalece experiências fundamentais de brincadeira, convivência, expressão, escuta, imaginação, movimento e preparação para a transição ao Ensino Fundamental.

Entretanto, esse avanço também revela um desafio importante: a experiência integral está garantida na primeira etapa da Educação Básica, mas não se mantém nas etapas seguintes. Portanto, a Educação Infantil representa o ponto forte do município, mas também evidencia a necessidade de continuidade da política.

2) A educação integral em tempo integral no Ensino Fundamental

a) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos iniciais

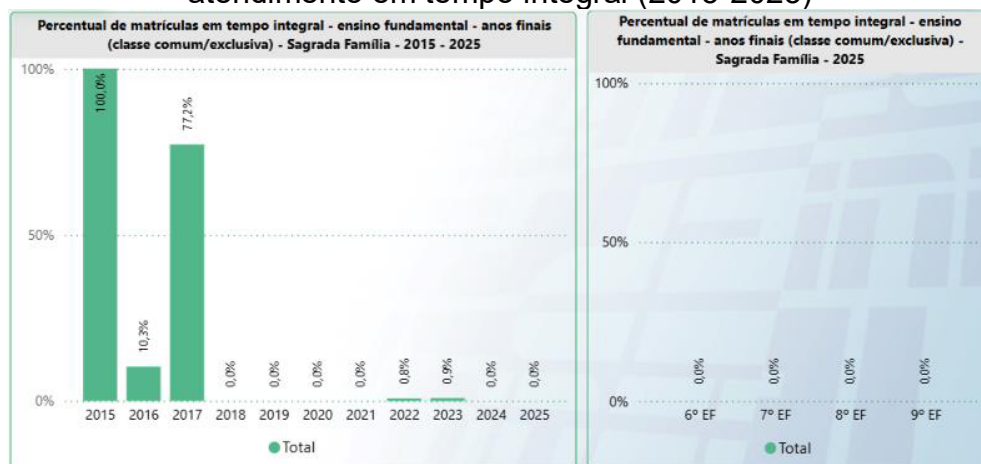
Gráfico 03 - Estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

b) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos finais

Gráfico 04 - Estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

No Ensino Fundamental, a situação é crítica. Tanto os anos iniciais quanto os anos finais registram 0% das matrículas em tempo integral em 2025.

Nos anos iniciais, a ausência de jornada ampliada limita as possibilidades de fortalecimento da alfabetização, do letramento, da matemática, da recomposição das aprendizagens e do desenvolvimento socioemocional. Essa etapa é decisiva para consolidar bases educacionais que acompanharão o estudante ao longo de toda a trajetória escolar.

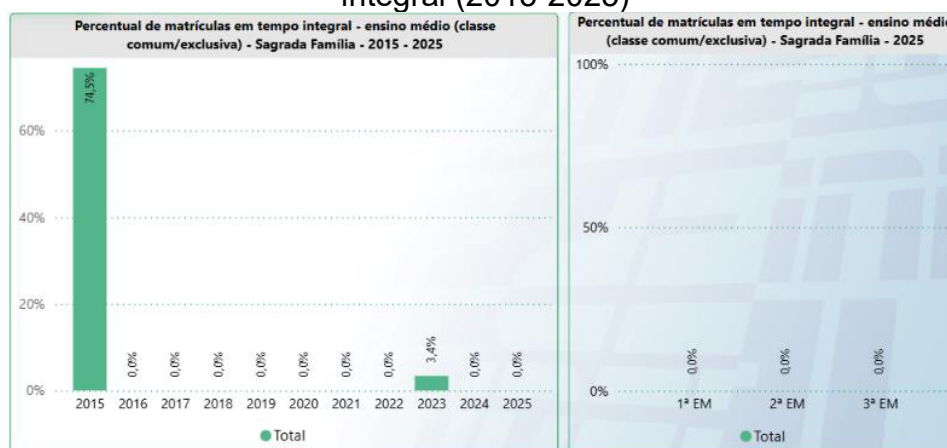
Nos anos finais, o dado também preocupa, pois essa etapa envolve adolescentes e exige estratégias pedagógicas mais atrativas, integradoras e permanentes. A Educação Integral poderia contribuir para reduzir riscos de desmotivação, evasão, reprovação e

fragilização dos vínculos escolares, além de ampliar o acesso a atividades culturais, esportivas, tecnológicas, científicas e de orientação para o projeto de vida.

Assim, o Ensino Fundamental constitui o principal ponto de descontinuidade da política de Educação Integral em Sagrada Família.

3) A educação integral em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 05 - Estudantes matriculados no ensino médio com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O Ensino Médio também apresenta 0% das matrículas em tempo integral em 2025.

Esse dado demonstra que os jovens do município não contam, nessa etapa, com uma proposta de jornada ampliada voltada ao aprofundamento das aprendizagens, ao desenvolvimento do projeto de vida, à preparação para o mundo do trabalho e à continuidade dos estudos.

A ausência de tempo integral no Ensino Médio é especialmente relevante porque essa etapa exige maior diversificação curricular, acompanhamento pedagógico e oferta de experiências formativas que dialoguem com os interesses juvenis. Sem essa ampliação, a escola permanece limitada ao modelo parcial, com menor capacidade de desenvolver uma formação integral, cidadã, acadêmica e profissional.

Resumo das 3 etapas:

Em síntese, Sagrada Família apresenta uma política de Educação Integral muito forte na Educação Infantil, com 100% das matrículas em tempo integral na creche e na pré-escola. Porém, essa política não se estende ao Ensino Fundamental nem ao Ensino Médio, que registram 0% de atendimento em tempo integral.

Dessa forma, o principal desafio do município é transformar a experiência consolidada na Educação Infantil em uma política contínua, progressiva e articulada para toda a Educação Básica, garantindo que os estudantes não percam o acesso à jornada ampliada ao avançarem para as etapas seguintes.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
 - Censo Escolar da Educação Básica.

- Base oficial de dados educacionais utilizada para obtenção das matrículas em tempo integral nas diferentes etapas da Educação Básica.
- **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC.**
 - Indicadores de atendimento em Educação Integral em Tempo Integral para as etapas de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- **Ministério da Educação (MEC).**
 - Documentos orientadores da Política Nacional de Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) relacionadas à ampliação da educação em tempo integral.
- **Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).**
 - Meta 6: Oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) estudantes da Educação Básica.
- **Lei nº 14.640/2023.**
 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral, destinado à ampliação de matrículas em jornada ampliada nas redes públicas de ensino.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integral do documento, os dados demonstram que o principal desafio de Sagrada Família não está na implantação da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil, onde a cobertura já alcança 100% das matrículas da creche e da pré-escola, mas sim na ausência de continuidade dessa política no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que registram 0% de atendimento em tempo integral em 2025.

Causa 01: Ausência de expansão da política de Educação Integral para além da Educação Infantil: os indicadores revelam que a política foi consolidada na creche e na pré-escola, mas não avançou para as demais etapas da Educação Básica, gerando uma forte concentração da oferta na Educação Infantil.

Causa 02: Descontinuidade da trajetória da Educação Integral entre as etapas de ensino: o próprio documento aponta que a experiência integral não se mantém após a Educação Infantil, evidenciando ruptura na trajetória dos estudantes ao ingressarem no Ensino Fundamental.

Causa 03: Inexistência de oferta de tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental: com 0% das matrículas atendidas em jornada ampliada, os estudantes perdem oportunidades de reforço pedagógico, desenvolvimento socioemocional e ampliação das experiências educativas.

Causa 04: Inexistência de oferta de tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental: a ausência de atendimento nessa etapa reduz as possibilidades de enfrentamento da evasão, da reprovação e da desmotivação escolar entre adolescentes.

Causa 05: Ausência de oferta de Educação Integral no Ensino Médio: o documento demonstra que os jovens não possuem acesso a uma proposta de jornada ampliada voltada

ao aprofundamento das aprendizagens, ao projeto de vida e à preparação para o mundo do trabalho.

Causa 06: Infraestrutura escolar insuficiente para ampliação da jornada ampliada: a expansão da Educação Integral exige refeitórios, espaços esportivos, laboratórios, bibliotecas, salas multiuso e ambientes pedagógicos adequados para permanência dos estudantes durante todo o dia.

Causa 07: Limitações financeiras para manutenção e ampliação das matrículas em tempo integral: a ampliação da jornada escolar demanda investimentos permanentes em alimentação, transporte, recursos pedagógicos, manutenção e recursos humanos.

Causa 08: Insuficiência de profissionais para atendimento em jornada ampliada: a expansão da Educação Integral requer ampliação do quadro de professores, monitores, profissionais de apoio e equipes multidisciplinares.

Causa 09: Fragilidades na organização curricular da Educação Integral: a ausência de oferta nas etapas posteriores pode estar relacionada à necessidade de construção de currículos integrados que articulem atividades pedagógicas, culturais, esportivas, científicas e tecnológicas.

Causa 10: Ausência de estratégias específicas para adolescentes e jovens: o documento destaca a necessidade de experiências educativas que dialoguem com os interesses juvenis, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Causa 11: Planejamento insuficiente para expansão progressiva da política: a análise conclui que o município precisa transformar uma experiência consolidada na Educação Infantil em uma política contínua, progressiva e articulada para toda a Educação Básica.

Causa 12: Ausência de universalização da Educação Integral ao longo da Educação Básica: embora a Educação Infantil tenha atingido cobertura total, a inexistência de atendimento nas demais etapas demonstra que a política ainda não alcançou a universalização prevista pelas diretrizes nacionais.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01: Concentração da Educação Integral apenas na Educação Infantil;**
- **Causa 02: Descontinuidade da oferta entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;**
- **Causa 03: Ausência de matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental e Médio;**
- **Causa 04: Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar;**
- **Causa 05: Limitações financeiras e de recursos humanos;**
- **Causa 06: Fragilidades na organização curricular da Educação Integral;**
- **Causa 07: Ausência de estratégias voltadas aos adolescentes e jovens;**
- **Causa 08: Planejamento insuficiente para expansão gradual da política;**
- **Causa 09: Falta de universalização da Educação Integral ao longo da trajetória escolar;**

- **Causa 10: Necessidade de transformar uma experiência exitosa na Educação Infantil em uma política abrangente para toda a Educação Básica.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 06 do PNE

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

TEMA 06 – EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL – SAGRADA FAMÍLIA

PROBLEMA 06: AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO, EM GRANDE PARTE, NÃO OFERECEM EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.

DESCRIPTOR 01:
100% das matrículas da etapa creche não adequam a oferta à linha educacional em tempo integral em 2025.

CAUSA 03:
Concentração da oferta apenas na creche.

CAUSA 04:
Infraestrutura insuficiente para jornada escolar.

CAUSA 05:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Limitações financeiras e de recursos humanos.

CAUSA 09:
Planejamento insuficiente para expansão gradual da política.

CAUSA 10:
Baixa articulação entre programas e fontes de financiamento.

DESCRIPTOR 02:
100% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil em tempo integral em 2025.

CAUSA 02:
Descontinuidade da oferta entre as etapas da Educação Básica.

CAUSA 05:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Limitações financeiras e de recursos humanos.

CAUSA 09:
Planejamento insuficiente para expansão gradual da política.

CAUSA 10:
Baixa articulação entre programas e fontes de financiamento.

DESCRIPTOR 03:
0% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento integral em 2025.

CAUSA 01:
Ausência de política municipal estruturada de Educação Integral.

CAUSA 02:
Descontinuidade da oferta entre as etapas da Educação Básica.

CAUSA 04:
Ausência de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental e Médio.

CAUSA 06:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Limitações financeiras e de recursos humanos.

CAUSA 07:
Fragilidades na organização curricular da Educação Integral.

CAUSA 09:
Planejamento insuficiente para expansão gradual da política.

CAUSA 10:
Baixa articulação entre programas e fontes de financiamento.

CAUSA 11:
Falta de universalização da Educação Integral ao longo da trajetória escolar.

DESCRIPTOR 04:
0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento integral em 2025.

CAUSA 01:
Ausência de política municipal estruturada de Educação Integral.

CAUSA 02:
Descontinuidade da oferta entre as etapas da Educação Básica.

CAUSA 04:
Ausência de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental e Médio.

CAUSA 05:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Limitações financeiras e de recursos humanos.

CAUSA 07:
Fragilidades na organização curricular da Educação Integral.

CAUSA 08:
Ausência de estratégias de permanência para adolescentes.

CAUSA 09:
Planejamento insuficiente para expansão gradual da política.

CAUSA 10:
Baixa articulação entre programas e fontes de financiamento.

CAUSA 11:
Falta de universalização da Educação Integral ao longo da trajetória escolar.

DESCRIPTOR 05:
0% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 01:
Ausência de política municipal estruturada de Educação Integral.

CAUSA 02:
Descontinuidade da oferta entre as etapas da Educação Básica.

CAUSA 04:
Ausência de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental e Médio.

CAUSA 05:
Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar.

CAUSA 06:
Limitações financeiras e de recursos humanos.

CAUSA 07:
Fragilidades na organização curricular da Educação Integral.

CAUSA 08:
Ausência de estratégias de permanência para adolescentes.

CAUSA 09:
Planejamento insuficiente para expansão gradual da política.

CAUSA 10:
Baixa articulação entre programas e fontes de financiamento.

CAUSA 11:
Falta de universalização da Educação Integral ao longo da trajetória escolar.

 **Problema**  **Descritor**  **Causa**

Fonte: autoria própria.

TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

Problema 07: LIMITAÇÃO DE ACESSO DE QUALIDADE À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET) PARA USO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise do Problema 07 – Limitação de Acesso de Qualidade à Rede Mundial de Computadores (Internet) para Uso Pedagógico e Desenvolvimento de Capacidades para o Exercício da Cidadania Digital, no município de Sagrada Família/RS, evidencia uma realidade marcada por avanços significativos na infraestrutura de conectividade, mas também por desafios que limitam a plena integração das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem. Os dados demonstram que todas as escolas do município possuem acesso à internet e banda larga em 2025, indicando que a conectividade básica encontra-se universalizada. Contudo, a inexistência de laboratórios de informática, a insuficiência e a distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos entre as escolas, bem como as restrições de acesso dos estudantes aos recursos digitais disponíveis, revelam que a conectividade existente ainda não se traduz integralmente em oportunidades efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de competências digitais. Nesse contexto, a análise dos indicadores permite compreender como as condições de infraestrutura tecnológica, acesso aos equipamentos e utilização pedagógica da internet influenciam a capacidade das escolas de promover a inclusão digital, a cultura digital e a formação dos estudantes para o exercício crítico, ético e responsável da cidadania digital na sociedade contemporânea.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 100% das escolas com acesso à internet em 2025.**
- ☒ **Descritor 02: 0% das escolas com laboratório de informática em 2025.**
- ☒ **Descritor 03: Equipamentos tecnológicos em número insuficiente para uso pedagógico com os estudantes.**

A) ANÁLISE DESCRITIVA

1) Dados quanto a conectividade e existência de equipamentos tecnológicos

Gráfico 01 – Infraestrutura quanto a internet para alunos e acesso à internet na educação básica (2025)

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 01 – Infraestrutura quanto a energia elétrica e internet na educação infantil (2025)



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 02 – Infraestrutura quanto a energia elétrica, laboratório de informática e banda larga nas etapas do ensino fundamental e no ensino médio (2025)



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 01 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	100%	3

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 02 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA				
EQUIPAMENTOS	ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COMPUTADOR PORTÁTIL ALUNO	Sim	Não	Sim	66,66%
COPIADORA	Não	Não	Não	0%
DESKTOP ALUNO	Sim	Sim	Sim	100%
DVD	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO DE SOM	Não	Sim	Sim	66,66%
EQUIPAMENTO MULTIMÍDIA	Não	Sim	Sim	66,66%
IMPRESSORA	Não	Sim	Sim	66,66%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Não	Sim	Sim	66,66%
SCANNER	Não	Não	Não	0%
TABLET ALUNO	Não	Não	Sim	33,33%
TV	Não	Sim	Sim	66,66%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 03 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA			
Equipamento	ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE
	Quantidade		
DVD	0	0	0
EQUIPAMENTO DE SOM	0	1	1
EQUIPAMENTO MULTIMÍDIA	0	1	1
COMPUTADOR PORTÁTIL ALUNO	50	0	1
TV	2	5	2
DESKTOP ALUNO	1	1	1

TABLET ALUNO	0	0	1
--------------	---	---	---

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 04 – Disponibilidade da internet nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA			
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RECANTO FELIZ	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE
INTERNET ALUNOS	Sim		Sim
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Não
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Não
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Sim	Não	Não

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise dos dados do Problema 07 – Limitação de Acesso de Qualidade à Rede Mundial de Computadores (Internet) para Uso Pedagógico e Desenvolvimento de Capacidades para o Exercício da Cidadania Digital, no município de Sagrada Família/RS, revela um cenário com avanços relevantes na conectividade básica, mas ainda marcado por fragilidades que limitam o uso efetivamente pedagógico das tecnologias digitais. O município apresenta 100% das escolas com acesso à internet e 100% das escolas com banda larga, alcançando uma condição estrutural importante para o desenvolvimento de práticas educacionais mediadas por tecnologias.

Entretanto, a universalização da internet e da banda larga não garante, por si só, a consolidação de uma educação digital qualificada. O dado mais crítico é a inexistência de laboratórios de informática, uma vez que o documento registra 0% das escolas com esse espaço em 2025. Essa ausência compromete a realização de atividades sistemáticas de cultura digital, pesquisa orientada, pensamento computacional, produção de conteúdos e desenvolvimento da cidadania digital, especialmente para estudantes que dependem da escola para acessar equipamentos e recursos tecnológicos.

Quanto aos equipamentos tecnológicos, observa-se que todas as escolas possuem computador e desktop para estudante, o que representa um ponto positivo. Porém, a análise revela limitações importantes na diversidade e na suficiência dos recursos disponíveis: apenas 66,66% das escolas possuem computador portátil para estudante, somente 33,33% possuem tablet para estudante, e não há registro de copiadora, DVD ou scanner nas unidades escolares. Também os equipamentos de som, multimídia, impressoras, impressoras multifuncionais e televisores aparecem em apenas 66,66% das escolas, indicando que a infraestrutura tecnológica ainda não está plenamente consolidada em todas as instituições.

A Tabela 03 evidencia uma desigualdade expressiva na distribuição dos equipamentos. Uma das escolas concentra 50 computadores portáteis para estudantes, enquanto outra não possui nenhum e a terceira registra apenas uma unidade. Essa concentração demonstra que o acesso aos recursos digitais não ocorre de forma equilibrada entre as escolas, podendo produzir oportunidades desiguais de aprendizagem, mesmo em um município com apenas três unidades analisadas.

A disponibilidade da internet também precisa ser observada com atenção. Embora haja internet administrativa e internet para aprendizagem, o acesso à internet por computador e por dispositivos pessoais aparece restrito a apenas uma escola. Além disso, nenhuma unidade disponibiliza internet para a comunidade, o que reduz o papel social da escola como espaço de inclusão digital e democratização do acesso às tecnologias.

Conclui-se que Sagrada Família apresenta uma base favorável de conectividade, com internet e banda larga universalizadas, mas ainda precisa transformar essa infraestrutura em condições efetivas de aprendizagem digital. Para avançar no Problema 07, o município precisa priorizar a criação ou reorganização de espaços tecnológicos, ampliar e distribuir melhor os equipamentos entre as escolas, garantir acesso dos estudantes à internet em diferentes dispositivos e fortalecer práticas pedagógicas voltadas à cultura digital, à inclusão tecnológica e à cidadania digital.

Fontes Consultadas:

- Censo Escolar da Educação Básica 2025 – INEP/MEC: Fonte principal para obtenção dos dados referentes à infraestrutura escolar, conectividade, disponibilidade de internet e equipamentos tecnológicos das instituições de ensino.
- Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025 – INEP: Utilizados para análise detalhada da quantidade de equipamentos tecnológicos por escola, disponibilidade da internet e condições de acesso dos estudantes aos recursos digitais.
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (INEP/MEC): Consultado para levantamento dos indicadores relacionados à infraestrutura escolar, acesso à internet, laboratórios de informática e conectividade nas diferentes etapas da educação básica.
- QEdú – Plataforma de Dados Educacionais: Fonte utilizada para análise dos indicadores de infraestrutura, conectividade, banda larga e recursos tecnológicos disponíveis nas escolas do município.

B) ANÁLISE CAUSAL

Embora Sagrada Família tenha alcançado um indicador positivo de **100% das escolas com acesso à internet e banda larga**, a análise detalhada dos dados demonstra que ainda existem fragilidades estruturais e pedagógicas que limitam a efetiva utilização das tecnologias digitais para a aprendizagem e para o desenvolvimento da cidadania digital. As possíveis causas que explicam a permanência do problema são:

C01. Inexistência de laboratórios de informática nas escolas: Nenhuma das escolas do município possui laboratório de informática, reduzindo as oportunidades de acesso sistemático dos estudantes às tecnologias digitais e dificultando o desenvolvimento de atividades voltadas à cultura digital, pesquisa, programação e pensamento computacional.

C02. Insuficiência de equipamentos tecnológicos para uso pedagógico coletivo: Apesar da existência de computadores nas escolas, os descritores do diagnóstico apontam que os equipamentos disponíveis ainda são insuficientes para atender adequadamente às demandas pedagógicas dos estudantes.

C03. Baixa disponibilidade de dispositivos móveis para os estudantes: Apenas 33,33% das escolas possuem tablets para estudantes, limitando o desenvolvimento de atividades pedagógicas que utilizem tecnologias móveis e metodologias mais inovadoras.

C04. Distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos entre as escolas: Os recursos tecnológicos encontram-se concentrados em determinadas unidades escolares. Uma escola possui 50 computadores portáteis para estudantes, enquanto outra não possui nenhum e uma terceira possui apenas um equipamento, gerando desigualdades nas oportunidades de aprendizagem digital.

C05. Infraestrutura tecnológica incompleta em parte das escolas: Equipamentos importantes para o apoio às atividades pedagógicas, como equipamentos multimídia, impressoras, impressoras multifuncionais, televisores e equipamentos de som, estão presentes em apenas 66,66% das escolas.

C06. Ausência de recursos tecnológicos complementares: Não há registro de copiadoras, scanners ou equipamentos de DVD em nenhuma das escolas analisadas, demonstrando limitações na diversidade dos recursos tecnológicos disponíveis para suporte às práticas educacionais.

C07. Restrição do acesso dos estudantes à internet por computadores escolares: Somente uma das escolas disponibiliza acesso à internet por computador aos estudantes, restringindo as possibilidades de pesquisa, autoria, produção de conteúdos e utilização pedagógica da rede.

C08. Restrição do acesso à internet por dispositivos pessoais: Apenas uma escola permite acesso à internet por dispositivos pessoais, limitando experiências pedagógicas baseadas em mobilidade, colaboração e ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem.

C09. Ausência de ações de inclusão digital para a comunidade escolar: Nenhuma escola disponibiliza acesso à internet para a comunidade, reduzindo o potencial da instituição escolar como espaço de democratização do acesso às tecnologias e promoção da cidadania digital.

C10. Fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais: Embora exista internet para aprendizagem em todas as escolas, a ausência de laboratórios, a insuficiência de equipamentos e as restrições de acesso dos estudantes indicam dificuldades para consolidar uma cultura digital integrada ao currículo e às práticas pedagógicas.

CAUSAS CRÍTICAS:

Síntese das Causas Críticas

As evidências apontam que os principais fatores que impedem Sagrada Família de avançar no Problema 07 são:

Causa 01 - ausência de laboratórios de informática;

Causa 02 - insuficiência e distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos;

Causa 03 - baixa disponibilidade de dispositivos móveis;

Causa 04 - infraestrutura tecnológica incompleta;

Causa 05 - restrições de acesso dos estudantes à internet;

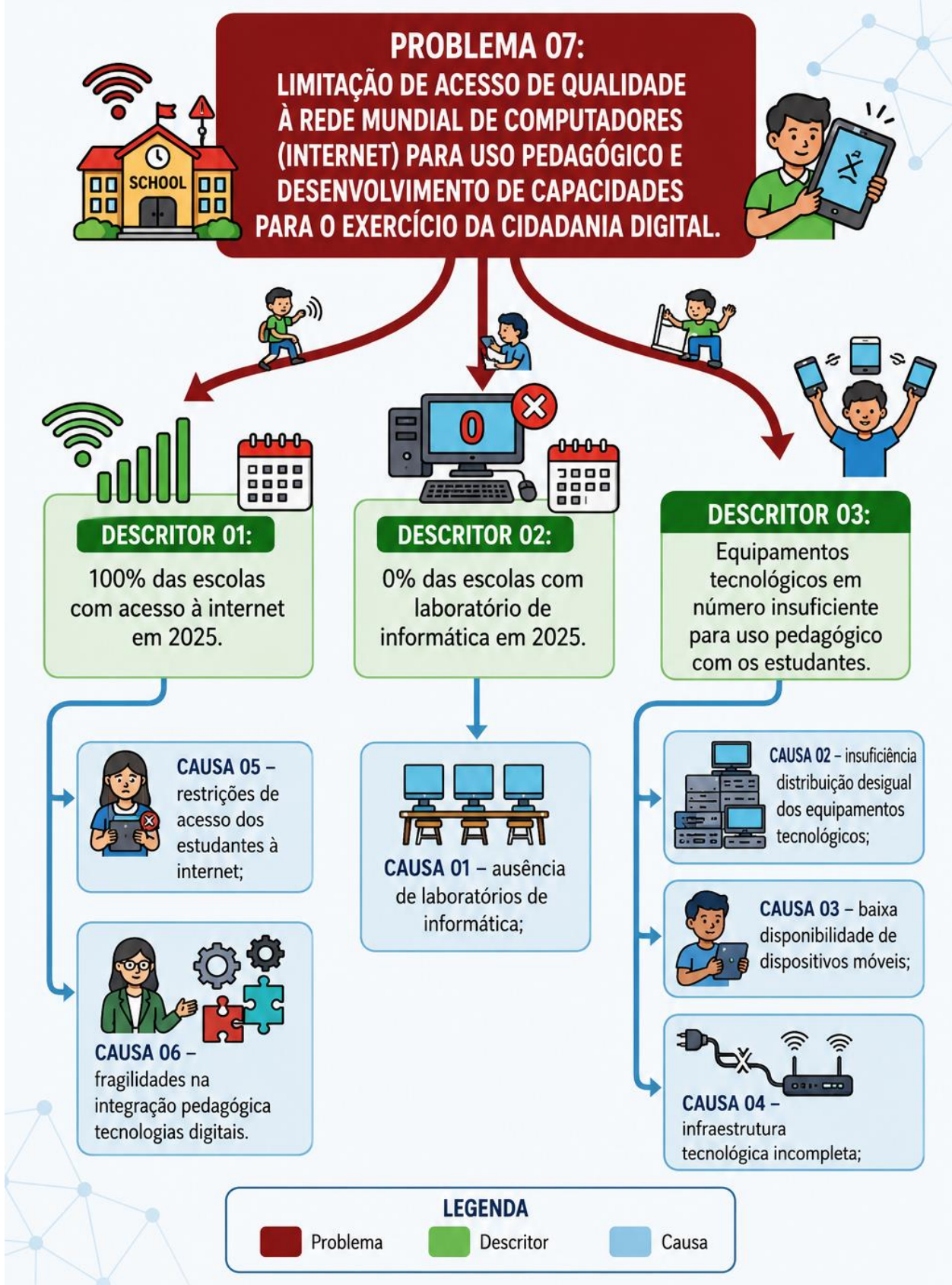
Causa 06 - fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais.

Embora o município tenha superado o desafio da conectividade básica, o próximo passo consiste em garantir condições para que essa conectividade se converta efetivamente em aprendizagem, inovação pedagógica, inclusão digital e desenvolvimento das competências necessárias ao exercício pleno da cidadania digital.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 07 do PNE

TEMA 07 – CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL – SAGRADA FAMÍLIA



Fonte: autoria própria.

TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

Problema 08: ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Problema 08 – Estudantes da Educação Básica não desenvolvem plenamente conhecimentos, valores e práticas relacionados à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas, comprometendo a formação cidadã e a construção de uma sociedade ambientalmente responsável**, no município de **Sagrada Família/RS**, tem por objetivo compreender como a rede de ensino tem incorporado a educação ambiental e a sustentabilidade socioambiental às políticas educacionais, à gestão escolar e às práticas pedagógicas. Para essa análise, foram considerados indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, à existência de protocolos escolares de adaptação e resiliência frente aos eventos climáticos extremos, às condições de conforto térmico das unidades escolares e ao desenvolvimento de programas e projetos de sustentabilidade socioambiental. Os dados revelam um cenário de importantes iniciativas pedagógicas voltadas à educação ambiental e de mobilização da comunidade escolar, porém evidenciam fragilidades estruturais que limitam a consolidação de uma política educacional ambientalmente sustentável, como a ausência de protocolos institucionais de adaptação climática, as desigualdades na infraestrutura física das escolas e a não universalização dos projetos de educação ambiental. Nesse contexto, o diagnóstico reforça a necessidade de fortalecer a sustentabilidade como princípio transversal do currículo e da gestão educacional, promovendo ações permanentes que articulem educação, cidadania, preservação ambiental e resiliência climática, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as políticas nacionais de educação ambiental.

DESCRIPTORIOS¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades de 50,29 pontos em 2025.
- ➔ **Descritor 02:** 0% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025.
- ➔ **Descritor 03:** 33,33% dos estabelecimentos de ensino tem todas as salas que utilizam climatizadas.
- ➔ **Descritor 04:** 66,66% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação.

1) Dados oficiais:

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

A análise qualificada dos dados do Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação, referente ao município de Sagrada Família/RS, evidencia um cenário com fragilidades importantes no desempenho geral em sustentabilidade, ausência de protocolos de adaptação climática e desigualdades nas condições de conforto térmico, embora o município apresente iniciativas pedagógicas relevantes voltadas à educação ambiental e ao envolvimento da comunidade escolar.

a) Sobre o Desenvolvimento Sustentável das Cidades

Painel 01 - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil Sagrada Família (RS)



Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/> (Acesso em: 21/06/2026)

O município apresenta 50,29 pontos no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, com classificação 2.688º no Brasil e nível de desenvolvimento sustentável considerado médio. Embora esteja na faixa intermediária, o resultado se aproxima do limite inferior dessa classificação, indicando que Sagrada Família ainda enfrenta desafios expressivos para consolidar políticas públicas integradas de sustentabilidade. Para a educação, esse dado reforça a necessidade de ampliar a abordagem socioambiental como eixo permanente do currículo, da gestão escolar e das práticas pedagógicas, para que os estudantes desenvolvam conhecimentos, valores e atitudes voltados à preservação ambiental, ao consumo consciente, à responsabilidade coletiva e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

b) Sobre protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Painel 02 - Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos



Fonte dos dados: Diagnóstico das escolas/MEC

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos> (Acesso em: 21/06/2026)

O diagnóstico aponta 0% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025, configurando uma fragilidade crítica da rede. Esse dado revela ausência de planejamento institucional sistematizado para orientar escolas diante de situações como temporais, vendavais, estiagens, ondas de calor, alagamentos e demais eventos associados às mudanças climáticas. A inexistência desses protocolos compromete a capacidade preventiva da rede, fragiliza a segurança de estudantes e profissionais e dificulta a construção de uma cultura escolar de resiliência climática. Assim, torna-se necessário elaborar, implementar e socializar protocolos com as equipes escolares, estudantes, famílias e órgãos parceiros, como Defesa Civil e saúde pública.

c) Sobre conforto térmico

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

SAGRADA FAMÍLIA		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	10	2
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	6	6
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	8	6

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

Os dados sobre conforto térmico indicam que apenas 33,33% dos estabelecimentos de ensino possuem todas as salas utilizadas climatizadas, revelando desigualdade significativa nas condições físicas de aprendizagem. A Escola Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz apresenta cobertura integral, com 6 salas utilizadas e 6 climatizadas. Entretanto, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire possui 8 salas utilizadas e 6 climatizadas, e a Escola Estadual de Ensino

Médio Olímpio Garibaldi Villarinho apresenta situação mais crítica, com 10 salas utilizadas e apenas 2 climatizadas. Esse cenário evidencia que grande parte dos estudantes ainda frequenta ambientes sem conforto térmico adequado, o que pode comprometer bem-estar, concentração, permanência e aprendizagem, especialmente em períodos de calor intenso.

2) Dados municipais:

Com o objetivo de promover a conscientização ambiental e incentivar a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano escolar, familiar e comunitário, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem desenvolvido e apoiado iniciativas voltadas à educação ambiental e à sustentabilidade.

a) Programas de sustentabilidade socioambiental na educação desenvolvidos nas escolas do território:

Tabela 02 – Programas ou projetos de sustentabilidade socioambiental nas escolas

Nome da Escola	Nome do projeto	Ano de realização	Turmas envolvidas
EMEIEF Paulo Freire	Projeto: Educar para Reduzir, Reutilizar e Reciclar o Lixo Projeto Intersetorial: Alimentação Saudável e Sustentável, vinculado ao Programa Cuidar, Aprender e Crescer	Março a dezembro de 2026	Todas as turmas da Rede Municipal
Escola Estadual Olímpio Garibaldi Villarinho	Projeto: Criando Caminhos para a Sustentabilidade	Março a agosto de 2025	Todas as turmas da escola Estadual

Fonte: Elaboração Própria

As ações voltadas à sustentabilidade socioambiental são desenvolvidas de forma interdisciplinar e participativa, envolvendo estudantes, profissionais da educação, famílias e instituições parceiras. Entre as principais iniciativas destacam-se:

Ações da Rede Municipal de Ensino

- Realização de palestras educativas e atividades culturais alusivas ao Dia Mundial da Terra (22 de abril), promovendo a conscientização ambiental e a reflexão sobre a responsabilidade coletiva na preservação dos recursos naturais;
- Desenvolvimento de vivências pedagógicas externas, incluindo visitas técnicas ao CIGRES – Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos, localizado em Seberi/RS, possibilitando aos estudantes compreenderem, na prática, os processos de coleta, separação, tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos;
- Fortalecimento das parcerias com as famílias e com a EMATER/RS-Ascar, especialmente em ações de reaproveitamento de materiais e na produção de sabão ecológico a partir do óleo de cozinha utilizado, incentivando práticas sustentáveis e a economia circular;

- Desenvolvimento de atividades interdisciplinares envolvendo a construção de brinquedos, utensílios, maquetes e objetos decorativos confeccionados com materiais recicláveis, promovendo a criatividade, a consciência ambiental e a socialização dos trabalhos por meio de exposições abertas à comunidade.

Ações da Rede Estadual de Ensino

- A Escola Estadual Olímpio Garibaldi Villarinho desenvolveu o projeto “Criando Caminhos para a Sustentabilidade”, com o propósito de sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância da preservação ambiental e da adoção de práticas sustentáveis.
- O projeto envolveu todas as turmas da instituição em pesquisas, estudos de campo, intercâmbios de experiências e elaboração de maquetes e trabalhos temáticos, posteriormente apresentados na Mostra Escolar Municipal.

Em reconhecimento à qualidade e relevância das produções apresentadas, os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes da Escola Estadual Olímpio Garibaldi Villarinho foram selecionados por comissão avaliadora para representar o município na Mostra Regional realizada no município de Palmeira das Missões/RS, evidenciando o protagonismo estudantil e o compromisso da comunidade escolar com as questões socioambientais.

Os dados municipais demonstram que 66,66% dos estabelecimentos desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental, revelando presença importante da temática ambiental no cotidiano escolar, mas ainda sem universalização. Destacam-se o projeto “Educar para Reduzir, Reutilizar e Reciclar o Lixo” e o projeto intersetorial “Alimentação Saudável e Sustentável”, desenvolvidos pela EMEIEF Paulo Freire, envolvendo todas as turmas da rede municipal. Também se destaca o projeto “Criando Caminhos para a Sustentabilidade”, desenvolvido pela Escola Estadual Olímpio Garibaldi Villarinho, envolvendo todas as turmas da escola estadual. As ações incluem palestras, atividades culturais, visitas técnicas ao CIGRES, reaproveitamento de materiais, produção de sabão ecológico, confecção de brinquedos e maquetes com recicláveis, além da participação em mostras escolares e regionais. Esses dados indicam potencial pedagógico relevante, protagonismo estudantil e articulação com famílias e instituições parceiras. Contudo, como nem todos os estabelecimentos desenvolvem projetos, ainda há necessidade de ampliar a política de educação ambiental para toda a rede, garantindo continuidade, sistematização curricular e monitoramento dos resultados.

Fontes Consultadas:

- **Instituto Cidades Sustentáveis.** *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).* Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- **Ministério da Educação (MEC).** *Novo PAR – Painel de Insumos da Educação Básica: Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos.* Disponível em: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025.* Brasília: INEP, 2026.

- **Organização das Nações Unidas (ONU).** *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- **Dados da Secretaria Municipal de Educação de Sagrada Família/RS**, referentes aos programas e projetos de sustentabilidade socioambiental desenvolvidos nas escolas da rede municipal.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada dos dados é possível identificar que Sagrada Família possui iniciativas relevantes de educação ambiental, porém elas ainda não são suficientes para consolidar uma política pública de sustentabilidade socioambiental capaz de alcançar toda a rede de ensino. Os indicadores revelam fragilidades estruturais, institucionais e pedagógicas que limitam o desenvolvimento pleno de conhecimentos, valores e práticas relacionados à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Causa 01 – Baixo nível de institucionalização da sustentabilidade socioambiental como eixo estruturante da política educacional: O desempenho intermediário do município no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades demonstra que a sustentabilidade ainda não está plenamente integrada ao planejamento educacional, ao currículo, à gestão escolar e às políticas públicas locais, reduzindo seu potencial de impacto na formação dos estudantes.

Causa 02 – Ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas: O diagnóstico aponta que nenhuma escola da rede possui protocolos formais para atuação em eventos climáticos extremos. Essa lacuna compromete a capacidade preventiva das instituições, dificulta a gestão de riscos e limita o desenvolvimento de uma cultura de adaptação climática no ambiente escolar.

Causa 03 – Desigualdades na infraestrutura física das escolas quanto ao conforto térmico: A baixa proporção de estabelecimentos com todas as salas climatizadas evidencia diferenças significativas entre as unidades escolares, comprometendo o bem-estar dos estudantes e as condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo em períodos de temperaturas elevadas.

Causa 04 – Não universalização dos projetos e programas de educação ambiental na rede de ensino: Embora existam experiências exitosas desenvolvidas pela rede municipal e estadual, apenas parte dos estabelecimentos participa dessas iniciativas, o que gera oportunidades desiguais de aprendizagem e reduz o alcance da formação socioambiental dos estudantes.

Causa 05 – Necessidade de sistematizar e monitorar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas: Os projetos existentes apresentam qualidade e diversidade de ações, porém ainda carecem de maior articulação com o currículo, definição de indicadores de acompanhamento, avaliação dos resultados e institucionalização como política permanente da rede municipal de ensino.

Causa 06 – Necessidade de ampliar a articulação intersetorial e comunitária para fortalecer a educação ambiental: Apesar das parcerias já estabelecidas com instituições como a EMATER/RS-Ascar, o CIGRES e as famílias, o fortalecimento de ações integradas entre educação, meio ambiente, defesa civil, agricultura e comunidade

pode ampliar o alcance das práticas sustentáveis e consolidar uma cultura de responsabilidade socioambiental em todo o território municipal.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Baixo nível de institucionalização da sustentabilidade socioambiental como eixo estruturante da política educacional.**
- **Causa 02 – Ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas.**
- **Causa 03 – Desigualdades na infraestrutura física das escolas quanto ao conforto térmico.**
- **Causa 04 – Não universalização dos projetos e programas de educação ambiental na rede de ensino.**
- **Causa 05 – Necessidade de sistematizar e monitorar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas.**
- **Causa 06 – Necessidade de ampliar a articulação intersetorial e comunitária para fortalecer a educação ambiental.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 08 do PNE

TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO – SAGRADA FAMÍLIA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

PROBLEMA 08

ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

DESCRITOR 01

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades de 50,29 pontos em 2025.

DESCRITOR 02

0% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025.

DESCRITOR 03

33,33% dos estabelecimentos de ensino tem todas as salas que utilizam climatizadas.

DESCRITOR 04

66,66% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação.

CAUSA 01

Baixo nível de institucionalização da sustentabilidade socioambiental como eixo estruturante da política educacional.

CAUSA 04

Não universalização dos projetos e programas de educação ambiental na rede de ensino.

CAUSA 05

Necessidade de sistematizar e monitorar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas.

CAUSA 06

Necessidade de ampliar a articulação intersetorial e comunitária para fortalecer a educação ambiental.

CAUSA 02

Ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas.

CAUSA 03

Desigualdades na infraestrutura física das escolas quanto ao conforto térmico.

CAUSA 01

Baixo nível de institucionalização da sustentabilidade socioambiental como eixo estruturante da política educacional.

CAUSA 04

Não universalização dos projetos e programas de educação ambiental na rede de ensino.

CAUSA 05

Necessidade de sistematizar e monitorar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas.

CAUSA 06

Necessidade de ampliar a articulação intersetorial e comunitária para fortalecer a educação ambiental.

LEGENDA

PROBLEMA

DESCRITOR

CAUSA

Fonte: autoria própria.

TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Problema 09: O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA, EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO NÃO ESTÃO ASSEGURADOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

O diagnóstico educacional focado na compreensão de desigualdades raciais e na oferta de ensino para populações vulneráveis (campo, indígena e quilombola) é uma ferramenta indispensável para o planejamento público. No âmbito da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), os dados consolidados de 2024 e 2025 revelam o panorama de acesso, infraestrutura e proficiência da rede de ensino. A análise a seguir detalha o comportamento dos indicadores de matrícula, a adequação da formação docente, os parâmetros de infraestrutura e o nível de implementação de políticas de equidade na localidade.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: Creche: 15,4% das crianças brancas têm acesso e 0% para as populações parda e amarela**
- ☒ **Descritor 02: Pré-Escola: 81,8% para pardos, 73,6% para brancos e 50% para amarelos**
- ☒ **Descritor 03: Rede majoritariamente branca (70,6%); pardos somam 3,6% e estudantes pretos, quilombolas, indígenas e amarelos registram 0,0%**
- ☒ **Descritor 04: Volume crítico de 25,8% de matrículas com raça "Não declarada"**
- ☒ **Descritor 05: Não há escolas PPI/Quilombolas e as demais escolas, a formação adequada dos professores é de 92,9% na Educação Infantil e 50% nos Anos Iniciais**
- ☒ **Descritor 06: Infraestrutura desigual: 0,0% de acesso à internet para estudantes e acesso à Biblioteca para 100% dos estudantes pretos, 72,4% dos brancos e 50% dos pardos**
- ☒ **Descritor 07: Média geral de 29,8 de 100 no Índice de Equidade (ERER)**
- ☒ **Descritor 08: 0% de oferta, sem escolas, estruturas ou matrículas voltadas à educação escolar indígena e quilombola**
- ☒ **Descritor 09: 0% de escolas do campo**

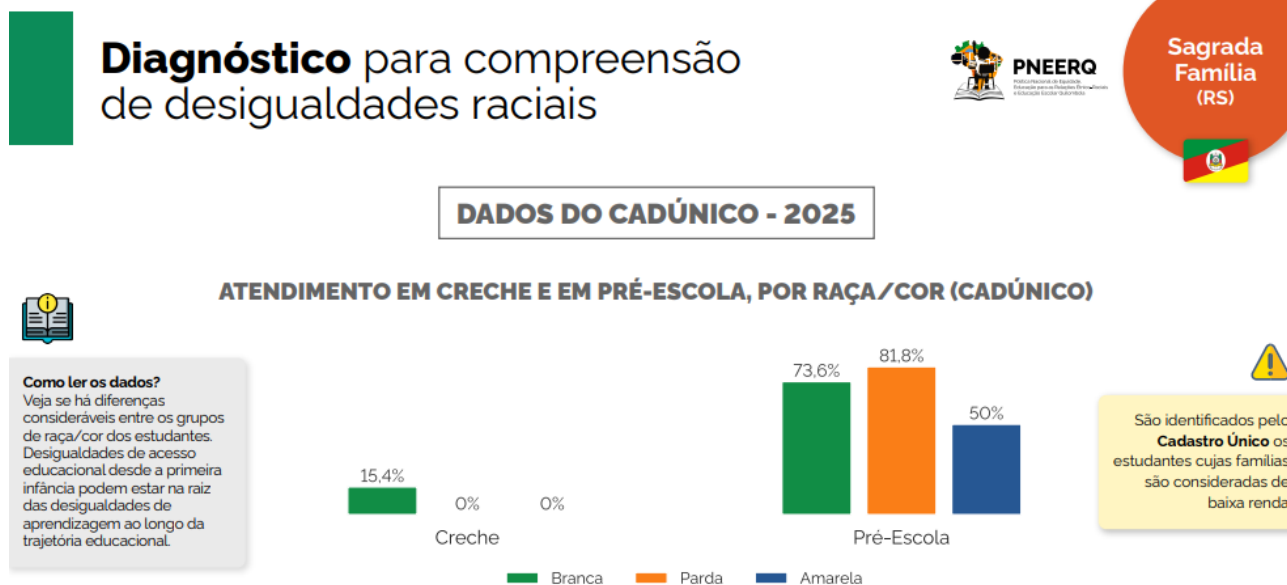
1) Dados gerais do município na PNEERQ

O diagnóstico educacional focado na compreensão de desigualdades raciais e na oferta de ensino para populações vulneráveis (campo, indígena e quilombola) é uma ferramenta indispensável para o planejamento público. No âmbito da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), os dados consolidados de 2024 e 2025 revelam o panorama de acesso, infraestrutura e proficiência da rede de ensino. A análise a seguir detalha o comportamento

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

dos indicadores de matrícula, a adequação da formação docente, os parâmetros de infraestrutura e o nível de implementação de políticas de equidade na localidade.

Painel 01 – Atendimento em creche e em pré-escola, por raça/cor (CADÚNICO-2025)



Fonte: CadÚnico (02/2025). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

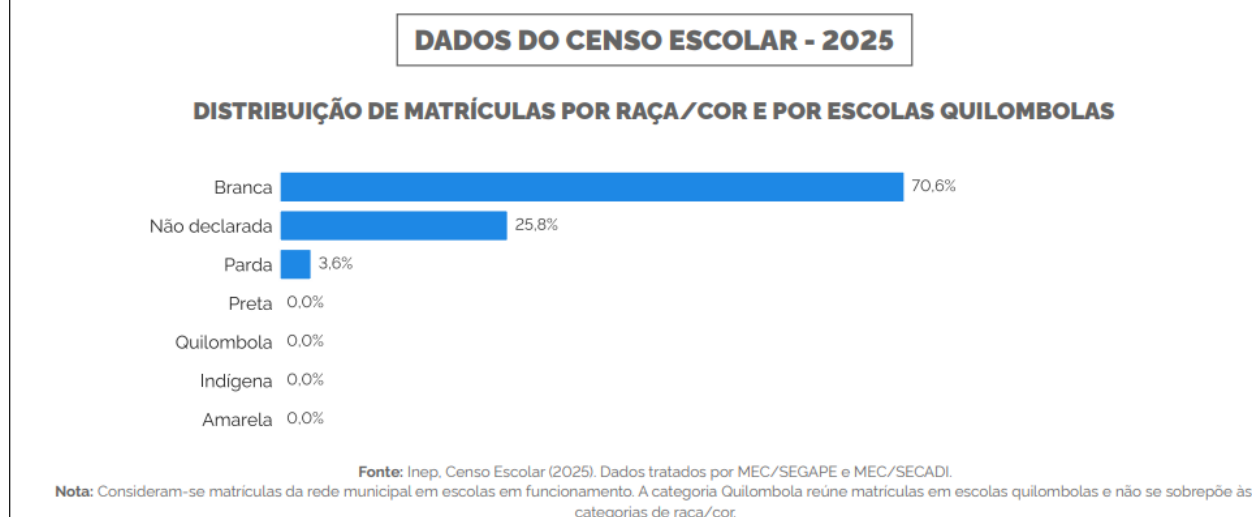
Nota: Creche corresponde à faixa etária de 0 a 3 anos e pré-escola, à faixa etária de 4 a 6 anos. Foram consideradas as crianças que frequentavam escola ou creche em rede pública. Crianças sem declaração de raça/cor foram excluídas do cálculo; Possíveis divergências entre os valores apresentados nos gráficos desta página se devem pela consideração de bases de dados e metodologias de coleta distintas (CadÚnico e Censo Escolar).

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

O atendimento em **Creche (0 a 3 anos)** para famílias de baixa renda registradas no Cadastro Único mostra uma profunda disparidade. Apenas as crianças que se declaram de raça **branca** possuem acesso registrado, com **15,4%**. As populações **parda** e **amarela** registram **0%** de atendimento nesta etapa, evidenciando uma exclusão total no início da trajetória escolar.

O cenário para a **Pré-Escola (4 a 6 anos)** muda significativamente nesta faixa compulsória. A população **parda** apresenta o maior índice de atendimento com **81,8%**, seguida pela população **branca** com **73,6%**. O grupo de raça/cor **amarela** obtém **50%** de atendimento.

Painel 02 – Distribuição de matrículas por raça/cor e por escolas quilombolas

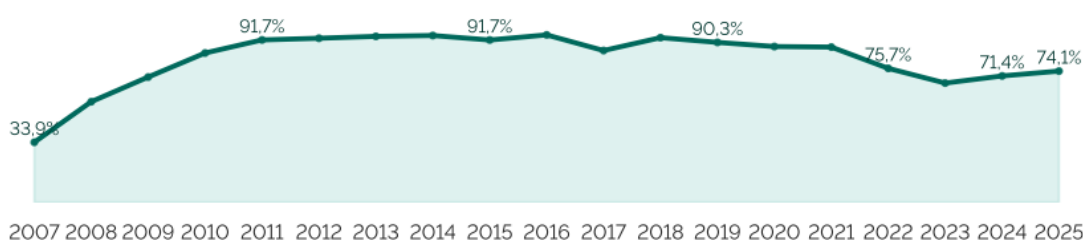


Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

A rede municipal é majoritariamente composta por estudantes autodeclarados **brancos**, que representam **70,6%** do total de matrículas. Um volume expressivo de **25,8%** dos estudantes consta como **"Não declarada"**, o que aponta para a necessidade de aprimoramento nos registros de identificação racial das escolas. Os estudantes de raça **parda** somam **3,6%**. As categorias **Preta, Quilombola, Indígena e Amarela** registram todas **0,0%** das matrículas em escolas em funcionamento na rede municipal.

Painel 03 – Série histórica do percentual de declaração racial

SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE DECLARAÇÃO RACIAL



Fonte: Inep, Censo Escolar (2007-2025). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.
Nota: Consideram-se matrículas da rede municipal com informação declarada de raça/cor, conforme o dado disponível em cada ano da série.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

O gráfico de linha demonstra uma evolução histórica instável na coleta desse indicador. Em 2007, apenas 33,9% dos registros possuíam declaração de raça/cor. Houve um pico de eficiência entre 2011 e 2015, onde o índice de declaração manteve-se estagnado em 91,7%, caindo levemente para 90,3% em 2019. Nos anos seguintes ocorreu um retrocesso severo, atingindo 71,4% em 2024 e mostrando uma leve recuperação em **2025 com 74,1%**. Esse declínio justifica o alto percentual de dados omitidos vistos no Painel 02.

Painel 04 – Docentes com formação adequada por perfil da escola

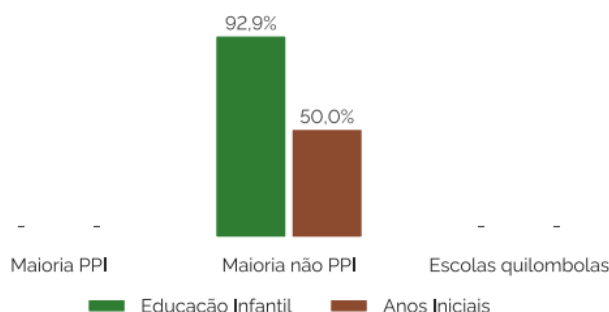
Diagnóstico para compreensão de desigualdades raciais



Sagrada Família (RS)



DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA POR PERFIL DA ESCOLA



Caso a rede não tenha escolas de uma determinada classificação, o gráfico mostrará apenas "-". Isso não significa 0% de formação, mas que não há escolas com este perfil.

Fonte: Inep, Censo Escolar e Indicador de Adequação da Formação Docente (2024). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. PPI refere-se a estudantes pretos, pardos e indígenas. As escolas foram classificadas de forma mutuamente exclusiva em escolas quilombolas, escolas com 60% ou mais de estudantes PPI e escolas com maioria não PPI, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor.



Escolas maioria PPI: são aquelas em que 60% ou mais dos estudantes são pretos, pardos ou indígenas.
Escolas maioria não-PPI: são aquelas em que 60% ou mais dos estudantes não são pretos, pardos ou indígenas.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

O município **não possui** escolas classificadas como "Maioria PPI" (com 60% ou mais de estudantes pretos, pardos ou indígenas) e nem "Escolas Quilombolas", exibindo apenas traços contínuos (-) nos referidos eixos.

Nas escolas de "**Maioria não-PPI**", que concentram a totalidade das instituições do município, a adequação da formação docente atinge **92,9% na Educação Infantil**, mas cai bruscamente para apenas **50,0% nos Anos Iniciais** do Ensino Fundamental.

Painel 05 – Taxa média de aprovação no ensino fundamental por perfil das escolas

TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR PERFIL DAS ESCOLAS



Caso a rede não tenha escolas de uma determinada classificação, o gráfico mostrará apenas "-". Isso não significa 0% de formação, mas que não há escolas com este perfil.

Fonte: Inep, Censo Escolar e Rendimento Escolar (2024). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. PPI refere-se a estudantes pretos, pardos e indígenas. As escolas foram classificadas de forma mutuamente exclusiva em escolas quilombolas, escolas com 60% ou mais de estudantes PPI e escolas com maioria não PPI, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor nesse cálculo, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

Em perfeita correlação com o painel anterior, devido à ausência de escolas com perfil PPI ou quilombolas, os dados se restringem às escolas de "**Maioria não-PPI**". Nos **Anos Iniciais**, a taxa de aprovação dessas escolas atinge a marca perfeita de **100,0%**. Os dados para os Anos Finais não exibem barras informativas na amostragem municipal apresentada.

Painel 06 – Estudantes em escolas com infraestrutura básica adequada, por raça/cor e por escolas quilombolas

ESTUDANTES EM ESCOLAS COM INFRAESTRUTURA BÁSICA ADEQUADA, POR RAÇA / COR E POR ESCOLAS QUILOMBOLAS

Indicador	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	Quilombola
Água potável	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Energia elétrica	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Esgotamento sanitário	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Biblioteca ou sala de leitura	72,4%	100%	50,0%	-	-	26,8%	-
Internet para alunos	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	0,0%	-
Sala de professores	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Banheiro	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Todos os requisitos	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	0,0%	-

Fonte: Inep, Censo Escolar (2024). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. Nas colunas de raça/cor, foram excluídos os estudantes matriculados em escolas quilombolas. A coluna Quilombola apresenta exclusivamente estudantes matriculados nessas escolas.

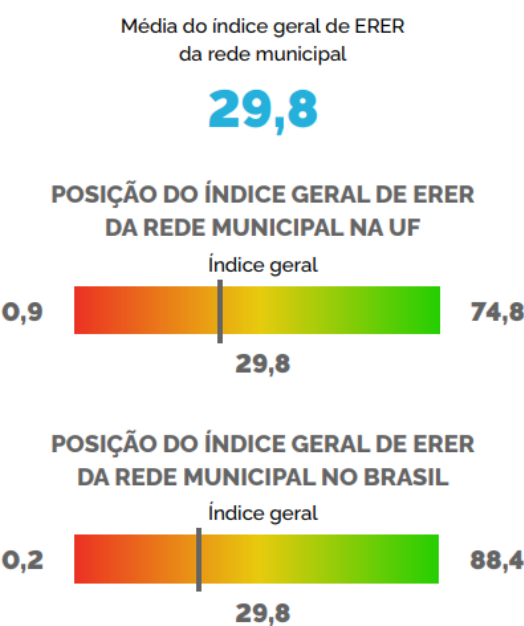
Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eg_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

O atendimento para as raças identificadas (Branca, Preta, Parda e Não declarada) possui cobertura completa em **Água potável, Energia elétrica, Esgotamento sanitário, Sala de professores e Banheiro**. A categoria **"Internet para estudantes"** registra **0,0%** de adequação para todos os estudantes do município, resultando também em um índice geral de **0,0% no indicador "Todos os requisitos"**. Há desigualdade nítida na distribuição de recursos pedagógicos físicos: enquanto **100%** dos estudantes pretos estudam em locais com biblioteca, o número cai para **72,4%** entre brancos, **50,0%** entre pardos e míseros **26,8%** para aqueles com raça não declarada.

Painel 07 – Dados do diagnóstico de equidade (PNEERQ - 2024)

DADOS DO DIAGNÓSTICO DE EQUIDADE (PNEERQ - 2024)

O índice geral de ERED varia de 0 a 100 e é calculado a partir da média ponderada de seis dimensões: **institucionalização, formação, gestão escolar** (ações e legislação), **material didático e paradidático, financiamento e avaliação e monitoramento**. Valores mais elevados indicam maior nível de implementação das ações. Os valores de mínimo, mediana e máximo representam a distribuição dos resultados entre as redes com dados disponíveis, e a posição da rede indica seu desempenho relativo no contexto estadual e nacional.



ÍNDICES RESUMIDOS ERED					
Institucionalização ERED	Média	32	Formação ERED	Média	32,5
Gestão Escolar ERED	Média	24	Material Didático & Paradidático ERED	Média	41
Financiamento ERED	Média	0,0	Avaliação & Monitoramento ERED	Média	62

Acesse todos os dados do Diagnóstico de Equidade



1 A 5

Formações voltadas à EREER desde a sanção da Lei 10.639/2003

NÃO REALIZOU

Revisão do currículo da rede para alinhamento com a Lei 10.639/2003

REALIZA

Aquisição de materiais pedagógicos que promovam a diversidade étnico-racial

ADOTA

Adoção de critério socioeconômico para priorização de vagas em creche

ÍNDICES DE EQUIDADE - EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Institucionalização EEQ		Formação EEQ		Gestão EEQ		Material Didático & Paradidático EEQ	
Município		Município		Município		Município	
Média UF		Média UF		Média UF		Média UF	
23,4		25,3		32		7,9	
Média Brasil		Média Brasil		Média Brasil		Média Brasil	
29,1		19,1		40,4		10,9	

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf (Acesso em: 20/06/2026)

A média do **Índice Geral de EREER** (Educação para as Relações Étnico-Raciais) da rede municipal é baixa: **29,8** (em uma escala de 0 a 100), posicionando o município em zonas de alerta tanto no estado (UF) quanto no Brasil.

Abertura por dimensões EREER: Avaliação & Monitoramento (**62**); Material Didático & Paradidático (**41**); Formação (**32,5**); Institucionalização (**32**); Gestão Escolar (**24**) e Financiamento (**0,0**). A ausência total de verbas carimbadas (0,0) asfixia a eficácia das demais ações.

O município realizou de **1 a 5 formações** voltadas à EREER e "**Realiza**" a aquisição de materiais para a diversidade, além de "**Adotar**" critérios socioeconômicos para vagas em creches. Contudo, constata-se que "**Não realizou**" a revisão do currículo da rede para alinhamento com a Lei 10.639/2003.

Os índices de equidade para o segmento quilombola encontram-se zerados em sua totalidade de acompanhamento prático local (Formação EEQ com **0,0**), ficando drasticamente abaixo das médias estaduais e federais.

2) Escolas com educação escolar indígena

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade da educação básica que visa assegurar às comunidades indígenas o acesso ao conhecimento universal, mas também a preservação de suas memórias históricas, línguas maternas e manifestações culturais. No entanto, para que essa oferta ocorra, é necessário haver uma estrutura escolar física e administrativa ativa no território municipal. O diagnóstico extraído do painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (2025) avalia a presença, a evolução e a infraestrutura dessas instituições na localidade.

Painel 01 – Escolas indígenas (2025)



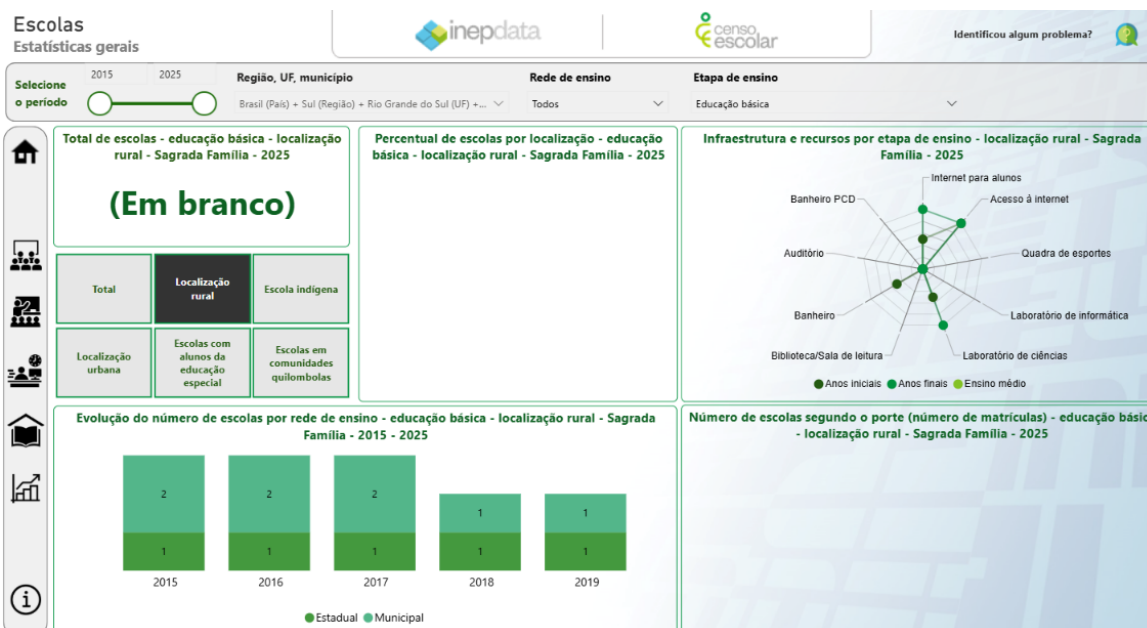
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

O bloco principal de contagem apresenta-se textualmente **"(Em branco)"**. Esse indicador qualitativo comprova que a rede de ensino não possui nenhuma unidade escolar cadastrada ou ativa que atenda especificamente à modalidade de Educação Escolar Indígena.

3) Escolas localizadas no campo

A Educação do Campo é fundamental para garantir a permanência dos sujeitos em suas comunidades de origem, promovendo um ensino que respeite suas identidades e realidades socioeconômicas. O fechamento e a desestruturação de escolas rurais têm sido desafios recorrentes na gestão educacional pública. O diagnóstico a seguir, baseado no Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, avalia de forma quantitativa e estrutural o comportamento desse segmento na localidade até o ano de 2025.

Painel 02 – Escolas com localização rural (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

No indicador geral fixado para o ano de 2025, o bloco exibe a mensagem "**(Em branco)**". Isso sinaliza um cenário crítico de desativação total ou esvaziamento administrativo dessas unidades no sistema de contagem oficial mais recente da rede.

Este gráfico de colunas empilhadas é o indicador mais contundente do processo de **redução e desativação das escolas rurais locais**, sendo que:

- Entre os anos de **2015, 2016 e 2017**, a oferta manteve-se estável com um total de **3 escolas** ativas no campo, sendo **1 da rede estadual** (em verde escuro) e **2 da rede municipal** (em verde claro).
- A partir do ano de **2018**, o município registrou uma queda drástica na sua malha escolar rural, passando a contar com apenas **2 escolas** no total: **1 da rede estadual** e apenas **1 da rede municipal** remanescente.
- Este patamar reduzido de 2 escolas ativas (uma em cada esfera administrativa) manteve-se replicado no registro gráfico consolidado para o ano de **2019**. No decorrer da série até 2025, a tendência culminou no esvaziamento absoluto reportado na contagem geral.

4) Escolas em comunidades quilombolas

A Educação Escolar Quilombola busca garantir o direito a uma formação que valorize a identidade, a cultura e a memória histórica das comunidades tradicionais de quilombo. Para que essa política pública se materialize, é indispensável o monitoramento e a institucionalização de escolas específicas nesses territórios. O diagnóstico estruturado a partir do Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (InepData, 2025) avalia a presença física, a evolução histórica e as condições de infraestrutura dessas instituições na localidade.

Painel 03 – Escolas em comunidades quilombolas (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

No bloco principal de contagem geral, o painel apresenta expressamente o termo **"(Em branco)"**. Esse indicador textual comprova que o município não possui nenhuma unidade de educação básica cadastrada ou em funcionamento sob essa categorização específica.

Fontes Consultadas:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Relatório de Diagnóstico PNEERQ**: Município de Sagrada Família/RS. 2026. Disponível em: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4316428_Sagrada_Familia_RS.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica**. 2025. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJlJoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMtJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 18 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Sagrada Família/RS**. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sagrada-familia/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2026.

QEDU. **Indicadores de infraestrutura escolar - Sagrada Família/RS**. 2026. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/censo-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 20 jun. 2026.

REDE CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Avaliação de Fluência Leitora - Programa Alfabetiza Têchê**. 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJlJoiZjY2OTIyMmYtYWYtZWYtZjI1YjU0NzQzMtJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 06 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise das raízes do problema central revela que os entraves no acesso, na permanência e na qualidade da oferta da Educação do Campo e das Relações Étnico-Raciais em Sagrada Família (RS) decorrem diretamente de uma severa carência institucional e estrutural. A total ausência de verbas direcionadas e a falta de adequação curricular impedem o avanço das políticas de igualdade no município. Isso se desdobra em três grandes gargalos: a exclusão precoce de crianças pretas, pardas e amarelas nas etapas iniciais de ensino (creches); uma defasagem crítica na formação de professores para os anos iniciais; e o desaparecimento físico de ambientes de ensino rurais, indígenas e quilombolas no território local. Todo esse panorama é agravado por uma falha crônica nos sistemas de registro, onde mais de um quarto das matrículas omite a raça/cor do estudante, inviabilizando um planejamento público assertivo.

As causas que sustentam o problema foram divididas de acordo com as dimensões e descritores identificados no diagnóstico municipal:

Ausência absoluta de orçamento (Financiamento ERER com índice 0,0): A falta de verbas carimbadas asfixia e inviabiliza a consolidação prática das políticas de equidade e o suporte às modalidades vulneráveis na rede municipal.

Inércia na revisão curricular legislativa: O fato de o município **não ter realizado** a revisão de seu currículo para alinhamento com a Lei nº 10.639/2003 impede a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena de maneira integrada à rede.

Índice Geral de Equidade crítico (29,8 de 100): O baixo desempenho geral reflete que as ações de Gestão Escolar (24) e Institucionalização (32) operam sem diretrizes estruturadas de fomento.

Volume crítico de subnotificação (25,8% de dados omitidos): Mais de um quarto das matrículas da rede municipal consta como raça/cor "**Não declarada**".

Retrocesso na série histórica de autodeclaração: A eficácia na coleta, que já atingiu 91,7% em 2015, sofreu uma severa queda na última década, fechando em apenas **74,1% em 2025**. Essa defasagem mascara a real demanda étnico-racial da população estudantil.

Exclusão total na primeira infância (Creche): Populações pardas e amarelas registram **0% de atendimento** em creches de baixa renda do CadÚnico, concentrando o acesso inicial apenas em crianças brancas (15,4%).

Exclusão digital absoluta para estudantes: O município registra **0,0% de conectividade à internet para estudantes**, gerando um índice geral de zero no cumprimento unificado de requisitos de infraestrutura.

Desigualdade no acesso a recursos físicos de leitura: estudantes pardos (50%) e estudantes sem raça declarada (26,8%) possuem muito menos acesso a bibliotecas ou salas de leitura do que estudantes pretos (100%) e brancos (72,4%).

Extinção da malha escolar do campo (0% de escolas rurais ativas em 2025): O fechamento e desestruturação de escolas rurais culminaram no esvaziamento total das unidades rurais no último censo, após o município ter perdido 33,3% de suas escolas rurais ativas entre 2017 e 2018 (caindo de 3 para 2 unidades).

Inexistência física de oferta diferenciada: Há **0% de oferta** estrutural, registrando-se o termo "**(Em branco)**" e matrículas zeradas (0,0%) para as modalidades de Educação Escolar Indígena e Escolas Quilombolas no território municipal.

Queda de braço na qualificação dos Anos Iniciais: Embora a Educação Infantil registre 92,9% de docentes com formação adequada, o índice despenca para apenas **50,0% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** nas escolas municipais (maioria não-PPI).

Abandono da formação especializada: O município zerou (0,0) no índice de Formação voltado à Educação Escolar Quilombola (EEQ), deixando os professores sem amparo pedagógico para lidar com relações étnico-raciais e diversidade.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Ausência absoluta de orçamento específico

Causa 2: Inércia na atualização da legislação educacional

Causa 3: Baixo índice geral de equidade racial

Causa 4: Volume crítico de subnotificação racial

Causa 5: Retrocesso na série histórica de coleta de dados

Causa 6: Exclusão total no acesso à primeira infância

Causa 7: Exclusão digital absoluta para estudantes

Causa 8: Desigualdade no acesso a recursos pedagógicos físicos

Causa 9: Defasagem na formação docente nos Anos Iniciais

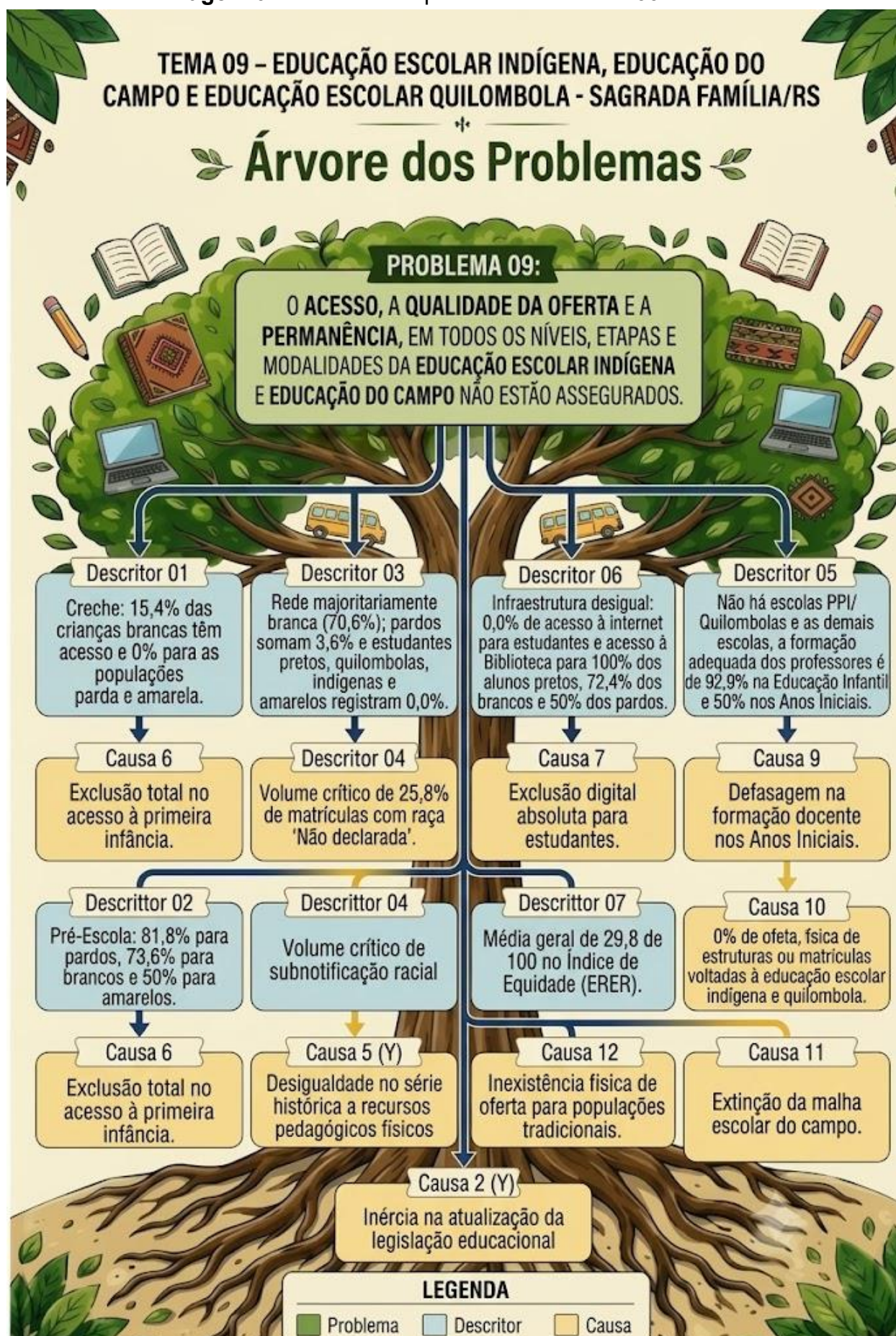
Causa 10: Abandono da formação especializada em diversidade

Causa 11: Extinção da malha escolar do campo

Causa 12: Inexistência física de oferta para populações tradicionais

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 09 do PNE



Fonte: autoria própria.

TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Problema 10: O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS SÃO INSUFICIENTES E DESIGUAIS EM TODOS OS NÍVEIS, AS ETAPAS E AS MODALIDADES DE ENSINO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva examina os dados de **Sagrada Família/RS** a partir dos painéis e gráficos apresentados no arquivo, observando matrículas, inclusão em classes comuns, Atendimento Educacional Especializado, Educação Bilíngue de Surdos, rendimento escolar, aprovação, reprovação e abandono. A leitura dos indicadores permite compreender se o acesso à matrícula está acompanhado de condições de apoio especializado, permanência, progressão escolar, aprendizagem e continuidade da trajetória educacional dos estudantes da Educação Especial.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 0% das escolas com sala de atendimento especial.**
- ☒ **Descritor 02: 0% de matrículas de bilíngue de surdos em 2025.**
- ☒ **Descritor 03: Escolas com turmas exclusivas de educação especial em 2025.**
- ☒ **Descritor 04: Taxa de aprovação de 100% dos estudantes da educação especial da educação básica em 2024.**
- ☒ **Descritor 05: Taxa de abandono de 0% dos estudantes da educação especial da educação básica em 2024.**

1) Quanto a matrículas na Educação Especial

Os dados de matrícula permitem observar a presença dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas etapas da Educação Básica, sua distribuição nas classes comuns, a existência ou não de Educação Bilíngue de Surdos e a organização da rede quanto à inclusão. Em Sagrada Família/RS, os painéis indicam presença de matrículas em diferentes etapas, mas também revelam fragilidades quanto à infraestrutura de apoio, à oferta de Atendimento Educacional Especializado e à existência de turmas exclusivas em determinadas etapas.

Painel 01 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Educação Especial

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Diversidade e Inclusão

Sagrada Família - Rio Grande do Sul

Educação Especial

	Dependência Administrativa						
	Etapa	Modalidade	Pública				
	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio		
Número total de Matrículas em Educação Especial	3	24	30	9	9		
Matrículas de Educação Especial em Classes Comuns (%)	100,00%	83,33%	86,67%	100,00%	100,00%		
Escolas com, pelo menos, um estudante de Educação Especial	1	2	2	1	1		
Escolas que ofertam Atendimento Educacional Especializado	0	1	1	0	0		

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

O Painel 01 apresenta matrículas de estudantes da Educação Especial na **creche**, na **pré-escola**, nos **anos iniciais do Ensino Fundamental**, nos **anos finais do Ensino Fundamental** e no **Ensino Médio**. O painel registra **3 matrículas na creche**, **24 na pré-escola**, **30 nos anos iniciais**, **9 nos anos finais** e **9 no Ensino Médio**. As matrículas em classes comuns aparecem com **100% na creche**, **83,33% na pré-escola**, **86,67% nos anos iniciais**, **100% nos anos finais** e **100% no Ensino Médio**. Quanto às escolas com pelo menos um estudante da Educação Especial, há **1 na creche**, **2 na pré-escola**, **2 nos anos iniciais**, **1 nos anos finais** e **1 no Ensino Médio**. A oferta de Atendimento Educacional Especializado aparece em **0 escola na creche**, **1 na pré-escola**, **1 nos anos iniciais**, **0 nos anos finais** e **0 no Ensino Médio**. Esses dados indicam que há acesso à matrícula, mas o apoio especializado não aparece universalizado, especialmente na creche, nos anos finais e no Ensino Médio.

Painel 02 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Bilíngue de surdos

Bilíngue de Surdos

Dependência Administrativa		Total
	Pública	
Número total de Matrículas de Bilíngue de Surdos		--
Escolas com, pelo menos, uma Turma Bilíngue de Surdos		--
Número de turmas Bilíngue de Surdos		--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

O Painel 02 não apresenta registros numéricos de matrículas, turmas ou escolas vinculadas à Educação Bilíngue de Surdos, e o descritor do arquivo indica **0% de matrículas de bilíngue de surdos em 2025**. Esse dado demonstra que a oferta não aparece constituída nos registros apresentados. Entretanto, a ausência de matrícula registrada não permite afirmar, isoladamente, ausência de demanda no território. O dado exige monitoramento pela gestão educacional, com atenção à identificação de estudantes surdos, à acessibilidade linguística, à presença de Libras e ao planejamento da oferta quando houver demanda educacional.

Painel 03 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Escolas e turmas exclusivas

Escolas e Turmas Exclusivas

Etapa

Modalidade

Dependência Administrativa
Pública

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Escolas com, pelo menos, uma turma exclusiva de Educação Especial	0	2	2	0	0
Número de escolas exclusivas de Educação Especial	0	0	0	0	0
Número de escolas exclusivas de Bilingue de Surdos	--	--	--	--	--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

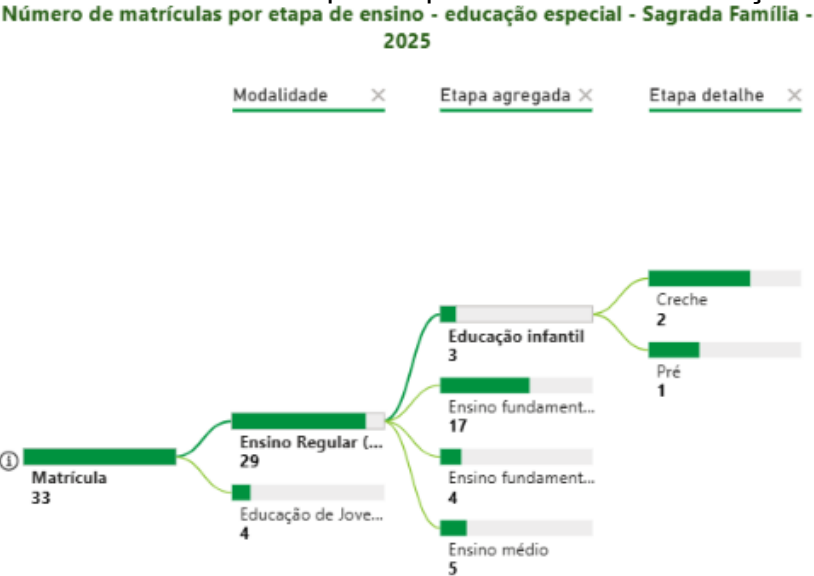
Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

O Painel 03 registra **2 escolas com pelo menos uma turma exclusiva de Educação Especial na pré-escola** e **2 escolas com pelo menos uma turma exclusiva de Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. O painel também informa **0 escolas exclusivas de Educação Especial** em todas as etapas apresentadas. Assim, o dado não indica existência de escolas exclusivas, mas sim de turmas exclusivas em etapas específicas. Esse registro exige atenção, pois a perspectiva inclusiva demanda fortalecimento da participação dos estudantes em classes comuns, com acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado, recursos pedagógicos, formação dos profissionais e acompanhamento individualizado.

2) Quanto a matrículas na Educação Especial

Este bloco aprofunda a leitura das matrículas da Educação Especial por etapa, rede de ensino, evolução histórica e infraestrutura de apoio. A análise permite observar não apenas o volume de matrículas, mas também a capacidade da rede de sustentar o atendimento com condições adequadas de permanência, aprendizagem, inclusão em classes comuns e apoio especializado.

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino na educação especial (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 01 apresenta **33 matrículas na Educação Especial em 2025**. Desse total, **29 matrículas estão no ensino regular** e **4 na Educação de Jovens e Adultos**. No

ensino regular, as matrículas estão distribuídas entre **Educação Infantil**, com **3 matrículas**, sendo **2 na creche** e **1 na pré-escola**; **Ensino Fundamental**, com **17 matrículas em uma etapa** e **4 em outra etapa**; e **Ensino Médio**, com **5 matrículas**. Esses dados indicam presença da Educação Especial em diferentes etapas da Educação Básica e também na EJA. A distribuição exige atenção à continuidade da trajetória escolar, especialmente pela redução do quantitativo entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

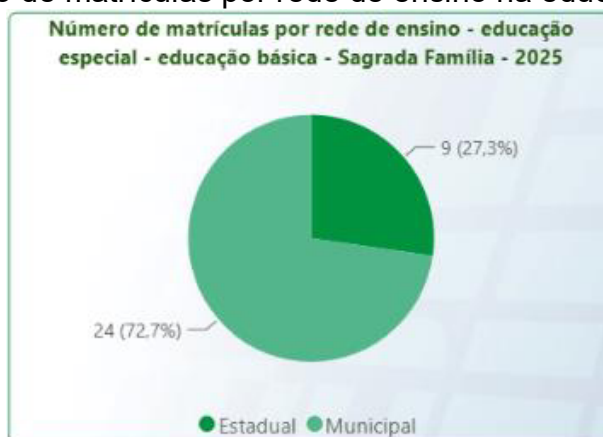
Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino na educação especial (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 02 mostra crescimento das matrículas da Educação Especial no período de **2015 a 2025**, com oscilação ao longo da série. O município registra **10 matrículas em 2015**, **10 em 2016**, **9 em 2017**, **10 em 2018**, **9 em 2019**, **7 em 2020**, **10 em 2021**, **14 em 2022**, **13 em 2023**, **18 em 2024** e **33 em 2025**. O maior registro ocorre em **2025**, com **33 matrículas**, e o menor em **2020**, com **7 matrículas**. O crescimento mais expressivo ocorre entre 2024 e 2025, o que pode indicar ampliação da identificação, do registro ou do acesso dos estudantes PAEE, mas exige planejamento proporcional da oferta de AEE, recursos de acessibilidade, acompanhamento pedagógico e formação dos profissionais.

Gráfico 03 - Número de matrículas por rede de ensino na educação especial (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 03 indica que, em 2025, a maior parte das matrículas da Educação Especial está na **rede municipal**, com **24 matrículas**, correspondendo a **72,7%** do total. A rede estadual registra **9 matrículas**, correspondendo a **27,3%**. Não aparece registro de matrícula da Educação Especial na rede privada no gráfico apresentado. Essa distribuição demonstra que a responsabilidade pelo atendimento está concentrada principalmente na rede municipal, mas também envolve a rede estadual. Portanto, o planejamento da Educação Especial em Sagrada Família/RS precisa considerar articulação entre redes,

continuidade da trajetória escolar, transição entre etapas e garantia de apoio especializado em todos os espaços de matrícula.

Gráfico 04 - Número de Salas de Atendimento Especial (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 04 apresenta a infraestrutura de apoio relacionada à **Sala de Atendimento Especial**. O dado mostra que **0% das escolas de Sagrada Família/RS possuem Sala de Atendimento Especial**, correspondendo a **0 escolas**. O município está abaixo do indicador do **Rio Grande do Sul**, que apresenta **55%**, e abaixo do indicador do **Brasil**, que apresenta **34%**. Isso demonstra que a infraestrutura de apoio ao Atendimento Educacional Especializado não está constituída nas escolas do município, conforme o dado apresentado. Essa ausência pode impactar o acesso ao AEE, a permanência, a participação, a acessibilidade pedagógica e as condições de aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

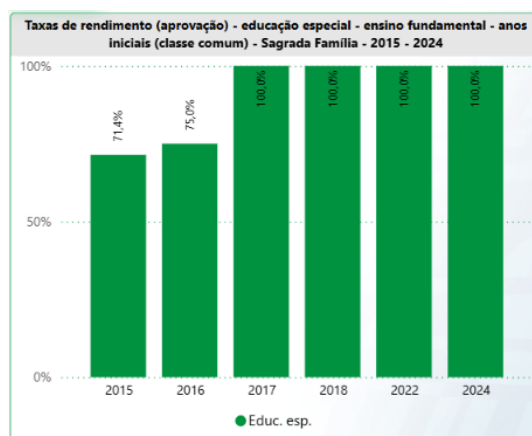
3) Quanto ao aproveitamento dos estudantes da Educação Especial

O aproveitamento dos estudantes da Educação Especial deve ser analisado a partir das taxas de aprovação, reprovação e abandono, pois esses indicadores mostram se o acesso à matrícula está sendo acompanhado por permanência, progressão e aprendizagem. Em Sagrada Família/RS, os dados apresentam resultados positivos no Ensino Fundamental em 2024, com aprovação integral, reprovação zerada e abandono zerado, mas o Ensino Médio exige conferência do dado mais recente, pois os gráficos exibem informação visível apenas para 2023.

a) Ensino Fundamental – anos iniciais

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os indicadores permitem observar a entrada e a consolidação da trajetória escolar dos estudantes da Educação Especial, especialmente quanto à permanência e à progressão. Em Sagrada Família/RS, essa etapa apresenta resultado positivo em 2024, com aprovação integral, reprovação zerada e abandono zerado, embora a série histórica mostre reprovação nos primeiros anos apresentados.

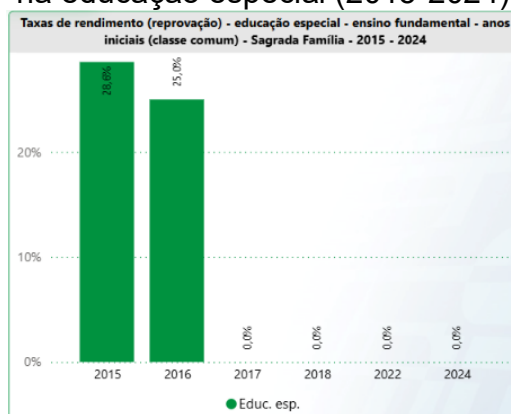
Gráfico 05 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 05 apresenta **100% de aprovação dos estudantes da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2024**. A série histórica exibida mostra **71,4% em 2015, 75,0% em 2016, 100% em 2017, 100% em 2018, 100% em 2022 e 100% em 2024**. O resultado de 2024 indica progressão escolar favorável nessa etapa, mas a diferença em relação aos primeiros anos da série demonstra que o acompanhamento pedagógico, o AEE e as estratégias de apoio à aprendizagem devem ser mantidos.

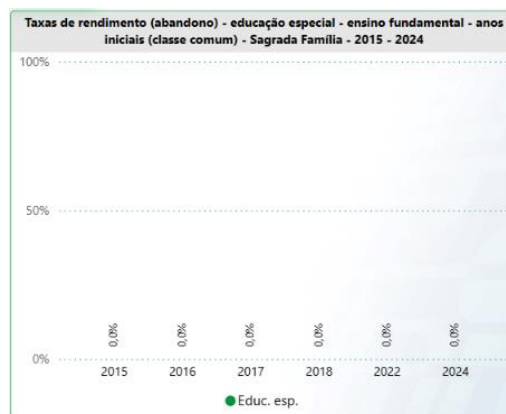
Gráfico 06 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 06 informa **0% de reprovação em 2024** nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A série histórica exibida registra **28,6% em 2015, 25,0% em 2016, 0% em 2017, 0% em 2018, 0% em 2022 e 0% em 2024**. O resultado mais recente é positivo, mas os dados de 2015 e 2016 indicam que já houve reprovação significativa nessa etapa. Por isso, a aprendizagem precisa continuar acompanhada por apoio pedagógico, adaptações necessárias, Atendimento Educacional Especializado e acompanhamento individualizado.

Gráfico 07 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



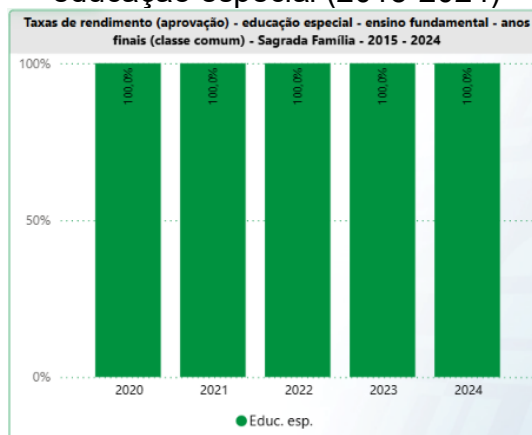
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 07 mostra **0% de abandono em 2024** nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A série histórica exibida também apresenta **0% de abandono** nos anos visíveis: **2015, 2016, 2017, 2018, 2022 e 2024**. Esse dado indica permanência escolar positiva nessa etapa, mas a permanência precisa continuar articulada à aprendizagem, à participação em classe comum e ao apoio especializado, especialmente porque o Painel 01 aponta que apenas **86,67%** das matrículas dos anos iniciais estão em classes comuns.

b) Ensino Fundamental – anos finais

Nos anos finais do Ensino Fundamental, os indicadores devem ser observados considerando a maior complexidade curricular, a transição pedagógica e a necessidade de articulação entre professores, equipe gestora e Atendimento Educacional Especializado. Em Sagrada Família/RS, essa etapa apresenta resultado positivo nos anos exibidos, com aprovação integral e ausência de reprovação e abandono.

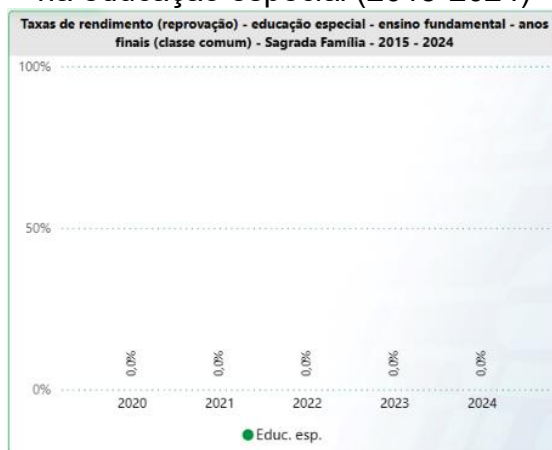
Gráfico 08 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 08 indica **100% de aprovação em 2024** nos anos finais do Ensino Fundamental. A série histórica exibida apresenta **100% de aprovação em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024**. O resultado demonstra progressão escolar favorável nessa etapa no período apresentado. Ainda assim, a manutenção desse resultado depende da continuidade do acompanhamento pedagógico, do apoio especializado e da articulação entre os professores dos componentes curriculares, especialmente porque o Painel 01 informa **0 escolas que oferecem Atendimento Educacional Especializado** nos anos finais.

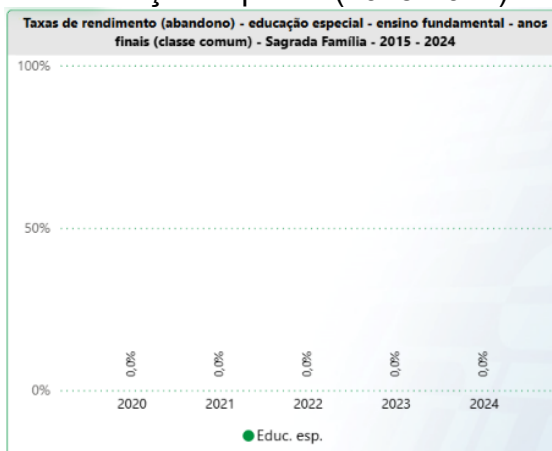
Gráfico 09 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 09 apresenta **0% de reprovação em 2024** nos anos finais do Ensino Fundamental. A série histórica exibida mostra **0% em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024**. Esse dado indica ausência de retenção escolar na etapa apresentada, o que é positivo para a progressão. No entanto, a reprovação zerada deve ser analisada junto às condições de aprendizagem, participação em classe comum, apoio pedagógico e Atendimento Educacional Especializado.

Gráfico 10 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

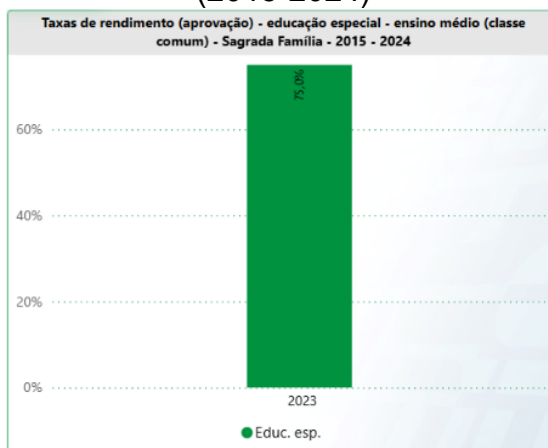
O Gráfico 10 informa **0% de abandono em 2024** nos anos finais do Ensino Fundamental. A série histórica exibida também apresenta **0% de abandono em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024**. Esse resultado indica permanência escolar positiva nessa etapa. Ainda assim, a permanência precisa ser sustentada por acompanhamento pedagógico, acessibilidade curricular, vínculo escolar e apoio especializado, especialmente porque o AEE não aparece ofertado nos anos finais no Painel 01.

c) Ensino Médio

No Ensino Médio, os indicadores de aprovação, reprovação e abandono devem ser analisados como expressão da permanência, da progressão e da conclusão da Educação Básica pelos estudantes da Educação Especial. Essa etapa costuma apresentar maior risco

de interrupção ou fragilização da trajetória escolar e exige acompanhamento pedagógico, apoio especializado, acessibilidade e articulação entre redes.

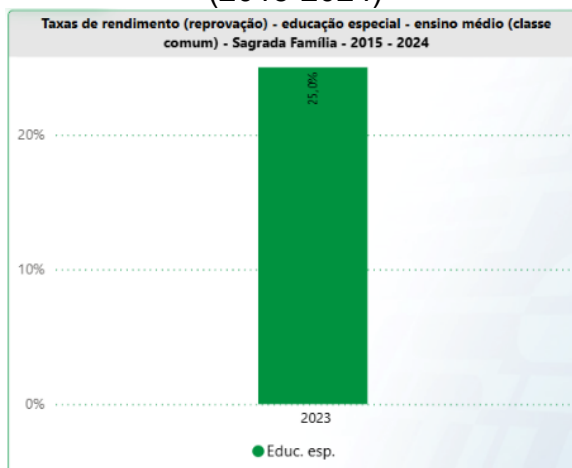
Gráfico 11 - Taxa de aprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 11 apresenta **75% de aprovação dos estudantes da Educação Especial no Ensino Médio em 2023**. O gráfico não apresenta com clareza dado visível para 2024. Assim, o último dado legível indica aprovação majoritária, mas não integral, o que exige atenção à aprendizagem, à progressão e às condições de conclusão da Educação Básica.

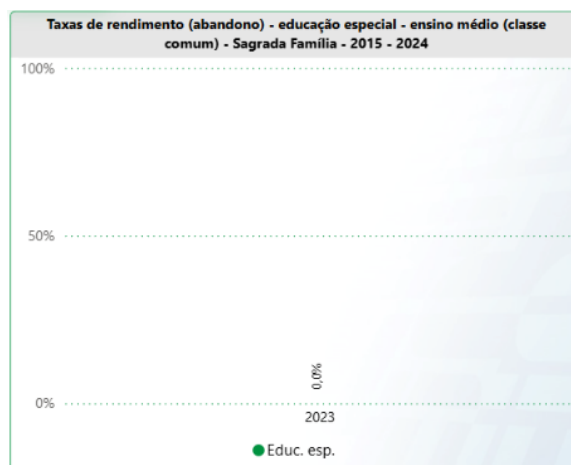
Gráfico 12 - Taxa de reprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 12 mostra **25% de reprovação no Ensino Médio em 2023**. O dado evidencia que, no ano visível no gráfico, um quarto dos estudantes da Educação Especial do Ensino Médio não progrediu, o que representa fragilidade relevante na aprendizagem e na trajetória escolar.

Gráfico 13 - Taxa de abandono dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

O Gráfico 13 apresenta **0% de abandono no Ensino Médio em 2023**. Esse dado é positivo quanto à permanência, pois indica ausência de interrupção da trajetória escolar no ano visível. Entretanto, a permanência precisa ser analisada junto à reprovação de **0,25%** no mesmo ano, pois a conclusão da Educação Básica depende não apenas de permanência formal, mas também de progressão, aprendizagem e apoio especializado.

Fontes Consultadas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo PAR: painel público de contexto, diversidade e inclusão, Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos e escolas/turmas exclusivas**. Disponível em: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto>. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica: matrículas e taxas de rendimento da Educação Especial, Sagrada Família/RS**. Disponível em: [CONFERIR LINK DA FONTE NO ARQUIVO]. Acesso em: 20 jun. 2026.

QEDU. **Censo Escolar: infraestrutura escolar do município de Sagrada Família/RS**. Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia/censo-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 20 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Ausência de Salas de Atendimento Especial nas escolas do município: 0% das escolas de Sagrada Família/RS possuem Sala de Atendimento Especial, correspondendo a **0 escolas**. O Gráfico 04 também mostra que o município está abaixo do Rio Grande do Sul, com **55%**, e do Brasil, com **34%**. Essa ausência compromete a capacidade da rede de garantir apoio especializado de forma estruturada e contínua, especialmente considerando que há matrículas da Educação Especial em diferentes etapas da Educação Básica. Portanto, o problema não é apenas de acesso, mas de infraestrutura para sustentar permanência, participação e aprendizagem.

Ausência de registro efetivo de matrículas, turmas e escolas vinculadas à Educação Bilíngue de Surdos: Painel 02 não apresenta registros de turmas ou escolas com essa oferta. Esse dado evidencia que a Educação Bilíngue de Surdos não aparece estruturada nos registros analisados. A ausência de matrícula registrada não comprova ausência de demanda, mas indica necessidade de monitoramento, busca de informações, identificação de estudantes surdos e planejamento de acessibilidade linguística quando necessário.

Oferta de Atendimento Educacional Especializado não universalizada nas etapas em que há matrículas da Educação Especial: o município apresenta matrículas da Educação Especial na creche, pré-escola, anos iniciais, anos finais e Ensino Médio, mas a oferta de AEE aparece como **0 escola na creche, 1 na pré-escola, 1 nos anos iniciais, 0 nos anos finais e 0 no Ensino Médio**. Isso demonstra que a existência de matrícula não está acompanhada de cobertura plena do Atendimento Educacional Especializado em todas as etapas. A fragilidade é especialmente relevante porque as matrículas existem inclusive em etapas sem registro de AEE, como creche, anos finais e Ensino Médio.

Inclusão em classes comuns ainda não universalizada na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: embora a creche, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio apareçam com **100% das matrículas da Educação Especial em classes comuns**, a pré-escola registra **83,33%** e os anos iniciais registram **86,67%**. Isso demonstra desigualdade interna na inclusão em classes comuns em etapas centrais da trajetória escolar. O dado exige atenção porque a perspectiva inclusiva depende da presença dos estudantes nas classes comuns com apoio adequado, acessibilidade, recursos pedagógicos e Atendimento Educacional Especializado.

Registro de turmas exclusivas de Educação Especial na pré-escola e nos anos iniciais: o Painel 03 registra **2 escolas com pelo menos uma turma exclusiva de Educação Especial na pré-escola e 2 escolas com pelo menos uma turma exclusiva de Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Embora o painel indique **0 escolas exclusivas de Educação Especial**, a existência de turmas exclusivas exige análise da organização inclusiva da rede. Esse dado precisa ser relacionado à inclusão parcial em classes comuns, pois pode indicar que parte do atendimento ocorre em espaços separados, o que demanda fortalecimento da acessibilidade, do AEE, da formação dos profissionais e das condições de participação nas classes comuns.

Fragilidade de aprendizagem e progressão no Ensino Médio no último dado visível: O último dado visível do Ensino Médio apresenta **75% de aprovação, 25% de reprovação e 0% de abandono em 2023**. Embora a ausência de abandono seja positiva, a reprovação de **25%** demonstra que a permanência precisa ser acompanhada de aprendizagem e progressão. Como o dado de 2024 não aparece com clareza nos gráficos, essa etapa exige conferência no painel original e monitoramento específico para garantir conclusão da Educação Básica com qualidade.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Ausência de Salas de Atendimento Especial nas escolas do município, fragilizando a infraestrutura de apoio ao Atendimento Educacional Especializado.

Causa 2: Ausência de registro efetivo de matrículas, turmas e escolas vinculadas à Educação Bilíngue de Surdos.

Causa 3: Oferta de Atendimento Educacional Especializado não universalizada nas etapas em que há matrículas da Educação Especial.

Causa 4: Inclusão em classes comuns ainda não universalizada na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Causa 5: Registro de turmas exclusivas de Educação Especial na pré-escola e nos anos iniciais, exigindo análise da organização inclusiva da rede.

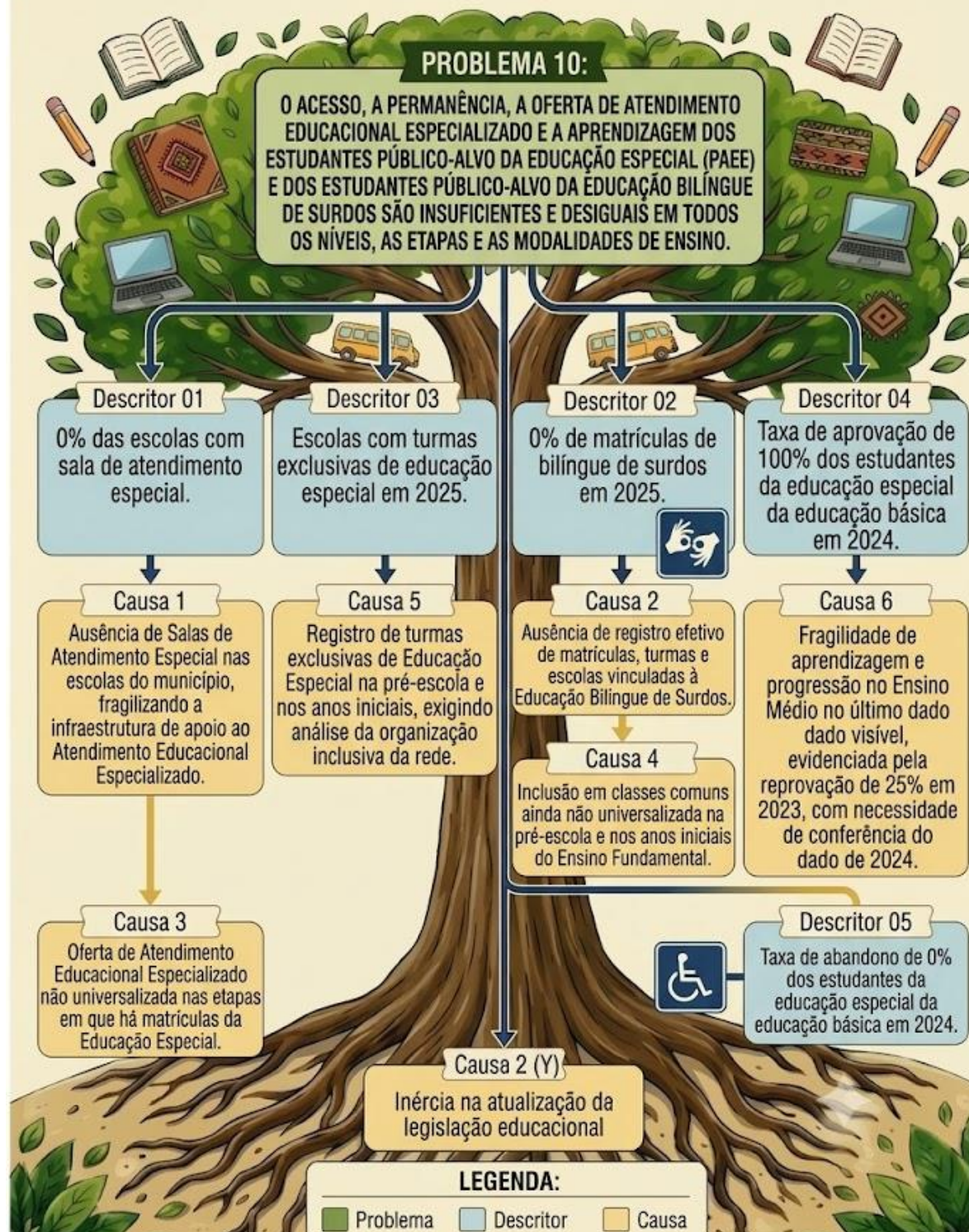
Causa 6: Fragilidade de aprendizagem e progressão no Ensino Médio no último dado visível, evidenciada pela reprovação de 25% em 2023, com necessidade de conferência do dado de 2024.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 10 do PNE

TEMA 10 – EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS - SAGRADA FAMÍLIA/RS

Árvore dos Problemas



Fonte: autoria própria.

TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Problema 11: GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Sagrada Família (RS) enfrenta um cenário de grave descompasso entre a demanda real da população e a capacidade de atendimento da rede pública. Os indicadores revelam um problema estrutural crônico: enquanto quase metade da população adulta (49,13%) carece de instrução básica elementar e a taxa de analfabetismo (7,44%) dobra a média do estado do Rio Grande do Sul (3,21%), o município registra o irrisório número de apenas 4 estudantes matriculados na modalidade. Esta análise descritiva visa mapear os vazios assistenciais, a infraestrutura centralizada e a ausência de cobertura nos níveis médio e rural, fornecendo subsídios para a compreensão da exclusão escolar local.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☐ **Descritor 01: 33,33% das escolas com atendimento a EJA em 2025.**
- ☐ **Descritor 02: 4 de matrículas na EJA em 2025.**
- ☐ **Descritor 03: 961 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1956 pessoas no total em 2022.**
- ☐ **Descritor 04: Taxa de analfabetismo de 7,44% em 2022.**

1) Dados gerais municipais relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um instrumento de reparação histórica e inclusão social para cidadãos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade regular. No município de Sagrada Família (RS), a análise do perfil demográfico e educacional da população com 18 anos ou mais aponta para um cenário desafiador. Existe uma expressiva demanda reprimida de indivíduos que necessitam de alfabetização e de conclusão da educação básica, o que contrasta com a reduzida estrutura de atendimento atualmente ofertada pelas redes de ensino locais.

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Sagrada Família (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.956	961	349	441	205
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

O contingente populacional de Sagrada Família com 18 anos ou mais de idade soma um total de **1.956 pessoas**. Ao fragmentar essa população por nível de escolaridade, identifica-se que **961 indivíduos** encontram-se na condição de "Sem instrução e fundamental incompleto". Isso significa que **49,13%** da população adulta do município não concluiu o ciclo inicial da educação básica (Ensino Fundamental) ou é analfabeta. Os demais cidadãos distribuem-se em: fundamental completo e médio incompleto (**349 pessoas** ou **17,84%**); médio completo e superior incompleto (**441 pessoas** ou **22,55%**); e superior completo (**205 pessoas** ou **10,48%**).

Painel 01 – Indicadores socioeconômicos/taxa de analfabetismo

Indicadores Socioeconômicos			
	Sagrada Família	Rio Grande do Sul	Brasil
PIB Bruto	R\$ 82.615,12	R\$ 581.283.677,31	R\$ 9.012.142.000,00
PIB per capita	R\$ 31.762,83	R\$ 57.487,88	R\$ 33.871,00
IDH	0,68	0,77	0,76
Taxa de Analfabetismo ¹	7,44%	3,21%	7,52%

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 23/06/2026)

Este painel contextualiza os índices de Sagrada Família em âmbito estadual e nacional. O município apresenta um PIB Bruto de R\$ 82.615,12, PIB per capita de R\$ 31.762,83 e um IDH de 0,68. No que tange diretamente à educação, a **Taxa de Analfabetismo do município é de 7,44%**. Esse índice é significativamente preocupante quando comparado à média do estado do Rio Grande do Sul, que é de apenas **3,21%** (mais que o dobro da média estadual). Contudo, situa-se ligeiramente abaixo da média nacional, que registra **7,52%**.

Painel 02 – Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

Dependência Administrativa
Pública

	Urbana	Campo	Indígena	Quilombola	Total
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Fundamental	1	0	0	0	1
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Médio	0	0	0	0	0

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

A oferta física de infraestrutura voltada para essa modalidade é restrita. O município dispõe de apenas **1 escola ativa** oferecendo turmas de EJA focadas no Ensino Fundamental, localizada na zona **Urbana**. Não há qualquer atendimento ou oferta em escolas do Campo, Indígenas ou Quilombolas (todas registram valor 0). Da mesma forma, o município registra **0 escolas** com turmas de EJA voltadas para o **Ensino Médio**.

Painel 03 - Indicadores Educacionais/EJA

Etapas e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	10	78
Pré-escola	2	10	61
Anos iniciais	2	14	150
Anos finais	1	12	98
Ensino médio regular	1	13	67
EJA	1	1	4
Educação especial	3	-	33
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	3	42	458

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)
¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Confrontando a EJA com as demais etapas da Educação Básica regular (que soma 458 estudantes e 42 professores no total), a modalidade de Jovens e Adultos possui o menor peso do município. A EJA conta com apenas **1 escola**, **1 professor** atuante e um total de **4 estudantes** matriculados. Isso demonstra que o serviço atende a uma parcela ínfima do problema crônico demonstrado pelo Censo.

Painel 04 – Situação da EJA no município

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

4

Matrículas EJA
Fonte: INEP/Censo Escolar (2025)

0

Estudantes beneficiados
pelo Pé-de-Meia EJA até 2025
Fonte: SGP (2024-2025)

1

Total de escolas
com turmas EJA

0

Nº de escolas ESTADUAIS
de EJA no município

1

Nº de escolas MUNICIPAIS
de EJA no município

Fonte: Inep/Censo Escolar (2025)

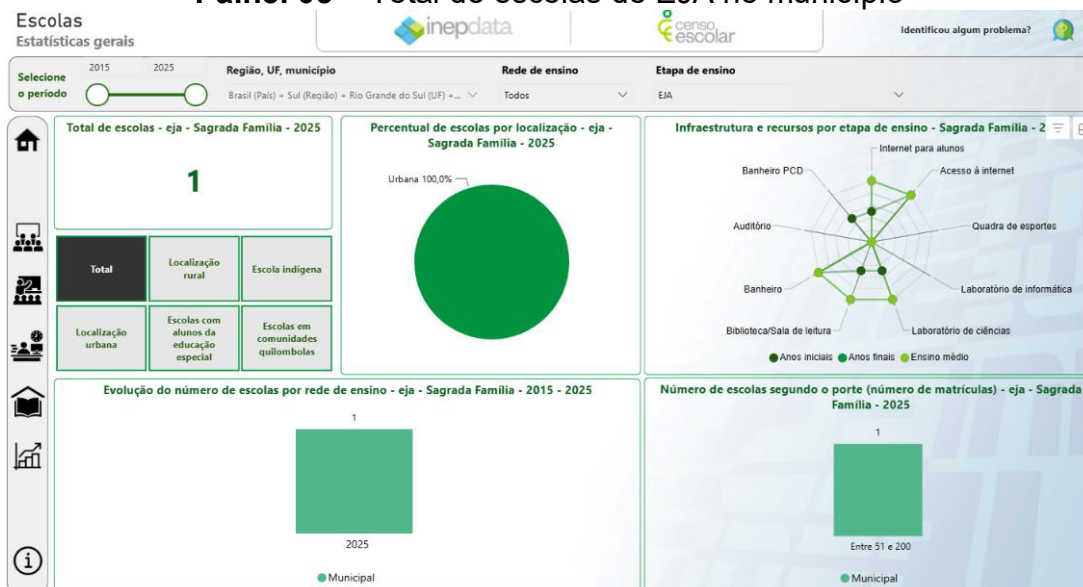
Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Consolida-se o panorama com indicadores de gestão: o município mantém **4 matrículas totais em EJA** (todas na rede pública) e **1 única escola** que absorve essa demanda, sendo ela de dependência administrativa **Municipal** (0 escolas estaduais). Adicionalmente, aponta-se que há **0 estudantes beneficiados pelo programa federal Pé-de-Meia EJA** até o ano de 2025.

2) Quanto às escolas de EJA

A análise aprofundada da infraestrutura escolar permite constatar a centralização urbana do serviço e as limitações estruturais de atendimento. Com uma única unidade ofertante gerida pelo poder municipal, o município centraliza seus esforços, mas esbarra em vazios geográficos em áreas rurais e na ausência de alternativas para a continuidade dos estudos em níveis mais avançados.

Painel 05 – Total de escolas de EJA no município



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025 reforçam a existência de apenas **1 escola de EJA** no município de Sagrada Família. O gráfico de pizza demonstra que o atendimento é **100,0% de Localização Urbana**.

O gráfico de evolução histórica (2015-2025) aponta estabilidade estagnada: o município manteve apenas 1 escola ao longo do período analisado. Quanto ao porte do

estabelecimento por número de matrículas, a unidade se enquadra na faixa "Entre 51 e 200" matrículas no contexto global de suas atividades.

O gráfico de radar de infraestrutura (indicando Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio) sinaliza a presença de recursos básicos como banheiro, acesso à internet e sala de leitura, mas evidencia carências na expansão das redes específicas para o Ensino Médio da modalidade.

3) Quanto às matrículas de EJA

O volume de matrículas na Educação de Jovens e Adultos serve como indicador do nível de engajamento da população vulnerável e da capacidade de busca ativa da rede de ensino. Em Sagrada Família, a discrepância entre a população adulta sem instrução (961 pessoas) e o número de matrículas efetivadas (4 pessoas) evidencia uma necessidade urgente de políticas públicas de captação e incentivo ao retorno escolar.

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino/EJA (2025)

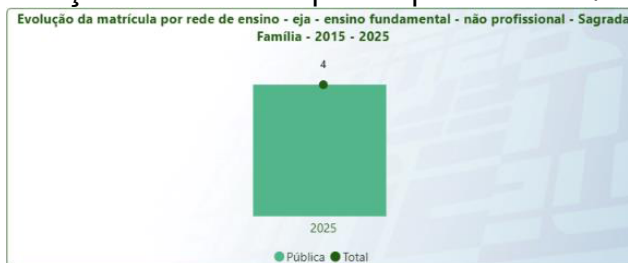
Número de matrículas por etapa de ensino - Sagrada Família - 2025



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Do total de 458 matrículas da Educação Básica do município, 454 pertencem ao Ensino Regular (distribuídas em 139 na Educação Infantil, 150 no Fundamental Anos Iniciais, 98 no Fundamental Anos Finais e 67 no Ensino Médio). A modalidade de **Educação de Jovens e Adultos (EJA) responde por apenas 4 matrículas**, representando apenas **0,87%** do total de estudantes inseridos no sistema de ensino local.

Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino/EJA (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Em 2025, o registro fecha estritamente em **4 matrículas** no Ensino Fundamental - Não Profissional.

Gráfico 03 - Número de matrículas por rede de ensino na EJA (2025)

A persistência de um grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória sem alfabetização ou sem a conclusão da educação básica em Sagrada Família decorre de uma cadeia de fatores socioeconômicos e falhas na oferta institucional.

Primeiramente, a **escassez e rigidez da oferta pedagógica** atuam como barreiras de acesso: o município possui apenas uma escola com turmas de EJA, cuja atuação restringe-se ao Ensino Fundamental e ao turno noturno na zona urbana. Isso exclui completamente os moradores da zona rural e impossibilita a continuidade dos estudos em nível de Ensino Médio dentro da rede municipal.

Em segundo lugar, há uma **baixa atratividade e retenção dos estudantes**, evidenciada pelo fato de haver apenas 4 matrículas ativas e nenhum estudante integrado a programas federais de incentivo financeiro, como o Pé-de-Meia EJA. Por fim, a vulnerabilidade socioeconômica da região — refletida em um IDH de 0,68 — força os cidadãos sem instrução a priorizarem o mercado de trabalho informal e a subsistência em detrimento da escolarização, gerando um ciclo em que a ausência de mecanismos de busca ativa e de transporte escolar rural impede o resgate desses estudantes para as salas de aula.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Inexistência absoluta de turmas ou escolas voltadas à modalidade de EJA de Ensino Médio no município.

Causa 2: Concentração de 100% da infraestrutura de EJA na zona urbana, desatendendo integralmente a população do campo, indígena ou quilombola.

Causa 3: Discrepância crônica onde a rede atende apenas 4 estudantes de um público potencial de 961 adultos sem o fundamental completo (cobertura inferior a 0,5% da demanda).

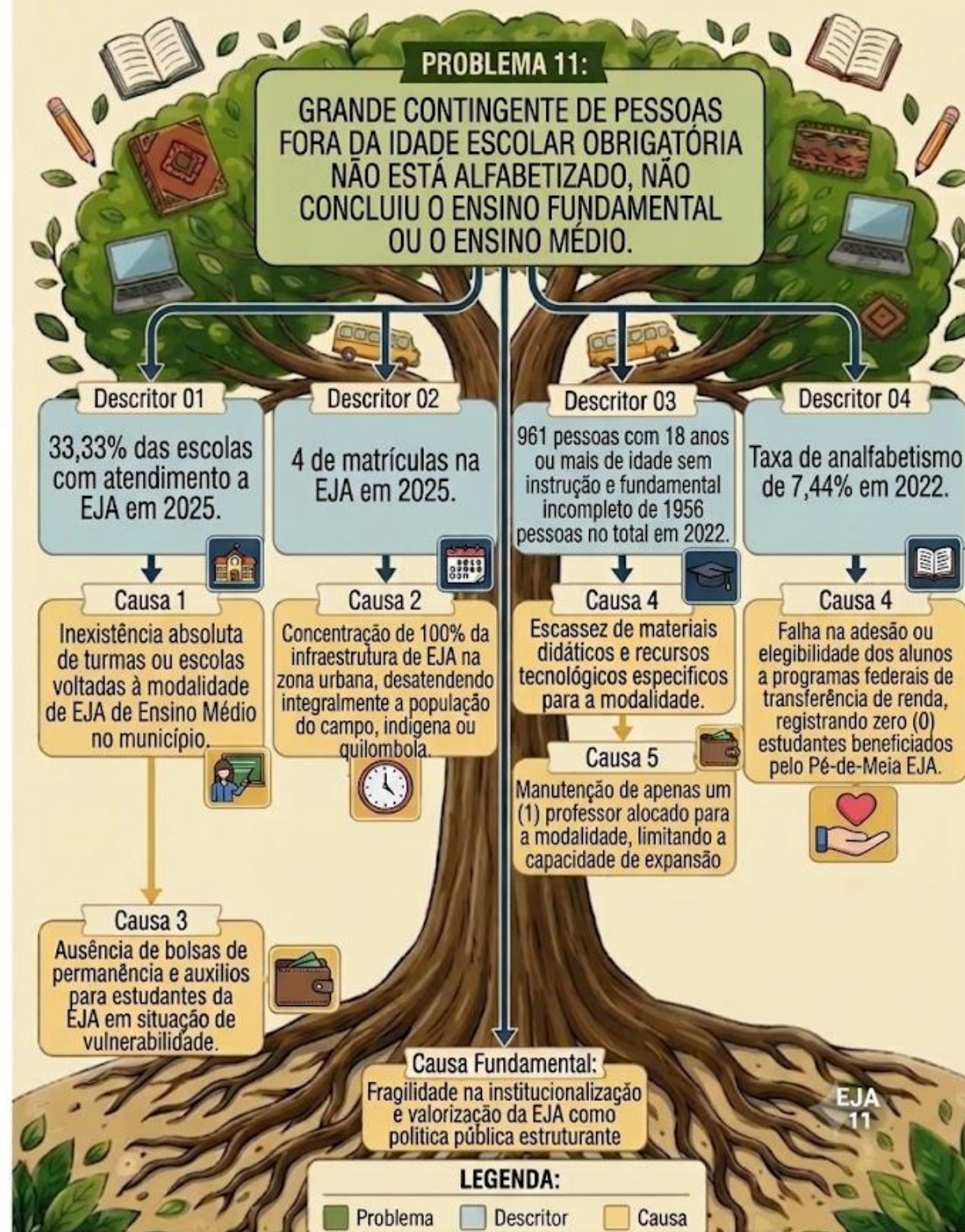
Causa 4: Falha na adesão ou elegibilidade dos estudantes a programas federais de transferência de renda, registrando zero (0) estudantes beneficiados pelo Pé-de-Meia EJA.

Causa 5: Manutenção de apenas um (1) professor alocado para a modalidade, limitando a capacidade de expansão ou diversificação de horários e metodologias.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

TEMA 11 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SAGRADA FAMÍLIA/RS

Árvore dos Problemas



Fonte: autoria própria.

TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 12: ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), ESPECIALMENTE ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NEGRAS, INDÍGENAS, DO CAMPO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva examina os dados de **Sagrada Família/RS** a partir dos painéis e informações apresentados no arquivo, observando a existência de escolas com oferta de Educação Profissional e Tecnológica, matrículas, professores, atendimento no Ensino Médio e iniciativas municipais de apoio ao deslocamento de estudantes para municípios da região. Os dados apontam que a ausência de oferta local de EPT constitui o principal eixo do problema no município.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.**
- ☒ **Descritor 02: 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025 no município.**
- ☒ **Descritor 03: 05 pessoas estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar a educação técnica.**

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Os dados gerais municipais permitem verificar se a Educação Profissional e Tecnológica está integrada à oferta educacional local, especialmente no Ensino Médio e nas demais possibilidades de formação técnica. Em Sagrada Família/RS, os painéis indicam ausência de oferta direta de EPT no território municipal, o que desloca parte da demanda para municípios da região.

Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	10	78
Pré-escola	2	10	61
Anos iniciais	2	14	150
Anos finais	1	12	98
Ensino médio regular	1	13	67
EJA	1	1	4
Educação especial	3	-	33
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	3	42	458

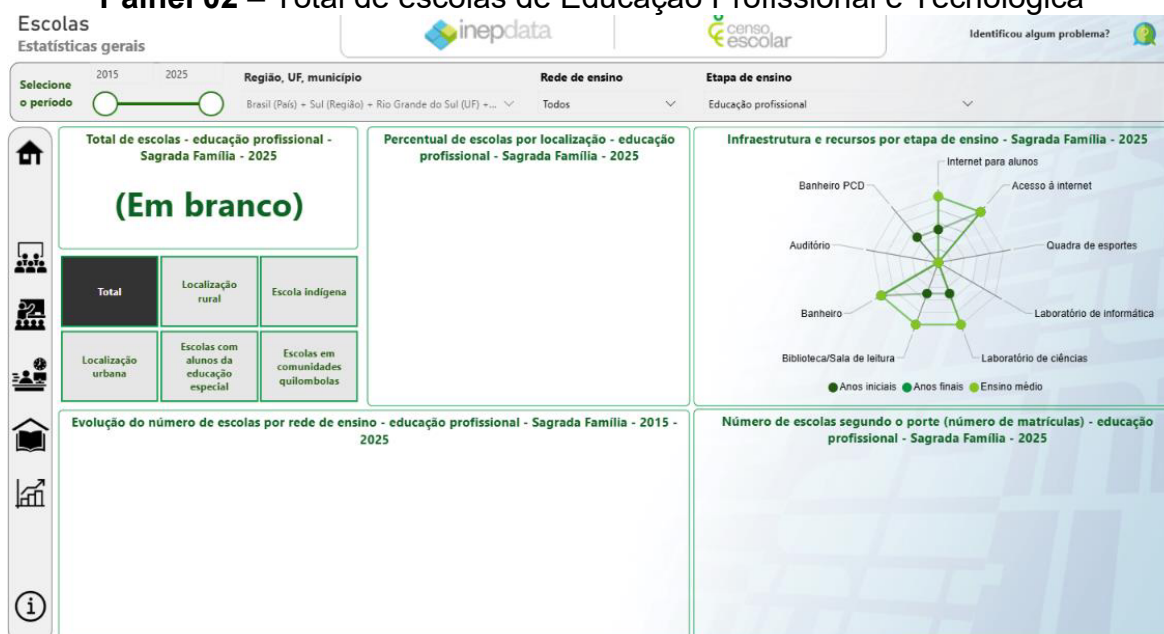
Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)

¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

O Painel 01 apresenta a organização geral da rede educacional de Sagrada Família/RS e evidencia que, em 2025, não há oferta registrada de Educação Profissional e Tecnológica no município. O painel informa que a Educação Profissional e Tecnológica possui **0 escolas, 0 professores e 0 estudantes**. Ao mesmo tempo, o município possui oferta de Educação Básica, com **3 escolas, 42 professores e 458 estudantes**, incluindo **1 escola de Ensino Médio regular**, com **13 professores e 67 estudantes**. Esse dado mostra que há estrutura educacional básica no município, inclusive Ensino Médio regular, mas sem integração com a Educação Profissional e Tecnológica. Assim, o problema central não é a inexistência total de rede escolar, mas a ausência de oferta local voltada à formação técnica e profissional.

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos indicadores evidencia que o município apresenta um cenário de **ausência total de oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** em seu território, configurando um dos principais desafios para a ampliação das oportunidades de formação técnica e profissional da população. Os dados demonstram que, em 2025,

nenhuma escola de ensino médio oferta cursos de Educação Profissional e Tecnológica, resultando também na inexistência de matrículas nessa modalidade. Esse panorama evidencia uma lacuna importante na diversificação da oferta educacional e na construção de itinerários formativos voltados ao desenvolvimento de competências profissionais e à inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

Os indicadores educacionais revelam que a estrutura da rede de ensino municipal está concentrada na Educação Básica, contemplando a Educação Infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio regular e a Educação Especial, sem registros de instituições ou estudantes vinculados à Educação Profissional e Tecnológica. O painel estatístico também confirma que o número de escolas, professores e estudantes da modalidade é igual a zero, demonstrando que a inexistência da oferta não é circunstancial, mas estrutural.

2) Outras iniciativas de apoio à educação profissional e tecnológica

Com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, fortalecer a permanência dos estudantes em seus cursos e promover a qualificação da mão de obra local, o município disponibiliza transporte aos munícipes matriculados em instituições de educação profissional e tecnológica localizadas em municípios da região, como Frederico Westphalen/RS. Essa política pública representa um importante investimento no desenvolvimento humano, social e econômico do município, ao reduzir os custos de deslocamento, minimizar barreiras de acesso à formação técnica e profissional e criar condições mais favoráveis para a continuidade dos estudos, a conclusão dos cursos e a inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

- **Número de estudantes transportados:** 05 estudantes.
- **Ano:** 2026.
- **Municípios de destino:** Frederico Westphalen.

Fontes Consultadas:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2025. Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Dados sobre infraestrutura escolar, número de escolas, matrículas, docentes e Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Painel "Aqui Tem MEC". Indicadores Educacionais – Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Indicadores da Educação Profissional e Tecnológica por rede, etapa de ensino, infraestrutura e matrículas. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA. Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, municípios de destino e demais informações do programa de apoio ao transporte estudantil, 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise causal do problema de acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Sagrada Família/RS revela que os desafios locais não são

circunstanciais, mas decorrentes de uma barreira estrutural: a total **inexistência de oferta pública e direta dessa modalidade no território municipal**.

De acordo com as evidências apresentadas no arquivo "SF - Tema 12.docx", a estrutura educacional de Sagrada Família encontra-se plenamente consolidada na Educação Básica tradicional (contando com escolas, professores e alunos nos ensinos infantil, fundamental, médio regular e na educação especial). No entanto, há um completo isolamento dessa rede em relação aos itinerários de formação técnica e profissional. Os descritores que apontam **0% de escolas de ensino médio com atendimento em EPT e 0% de matrículas locais** confirmam que a causa raiz do problema é a ausência de uma política de diversificação curricular ou de parcerias institucionais internas para a abertura de turmas técnicas no município.

Essa falta de capilaridade local gera um efeito cascata que impacta diretamente os custos sociais e financeiros da população e da administração pública. Para obter qualificação e se inserir de forma qualificada no mundo do trabalho, os estudantes são compelidos a **deslocar-se para polos regionais**, como Frederico Westphalen.

Consequentemente, a necessidade de transporte intermunicipal surge como uma causa crítica de vulnerabilidade para a permanência dos alunos nos cursos. Embora a Prefeitura minimize essa barreira por meio de iniciativas de fomento ao transporte, a dependência do deslocamento rodoviário diário atua como um fator de desgaste físico e financeiro. Esse cenário eleva o risco de evasão e restringe o acesso real, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade social, do campo, pretas, indígenas e com deficiência, que enfrentam maiores obstáculos para sustentar uma rotina de estudos fora de seu domicílio.

Em suma, a causa central reside no vácuo de infraestrutura e na ausência de corpo docente voltado à EPT na rede local, o que terceiriza a formação técnica de Sagrada Família para os municípios vizinhos e impõe barreiras geográficas significativas aos estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Inexistência estrutural de oferta local de EPT: Ausência total (0%) de escolas de Ensino Médio que oferecem cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

Causa 2: Ausência de integração da rede escolar com a formação técnica: Embora o município possua uma estrutura de Educação Básica e Ensino Médio regular ativa, não há a integração dessas unidades com itinerários formativos voltados à modalidade técnica e profissional.

Causa 3: Inexistência de corpo docente e matrículas na modalidade.

Causa 4: Dependência de deslocamento intermunicipal (Barreira geográfica e financeira).

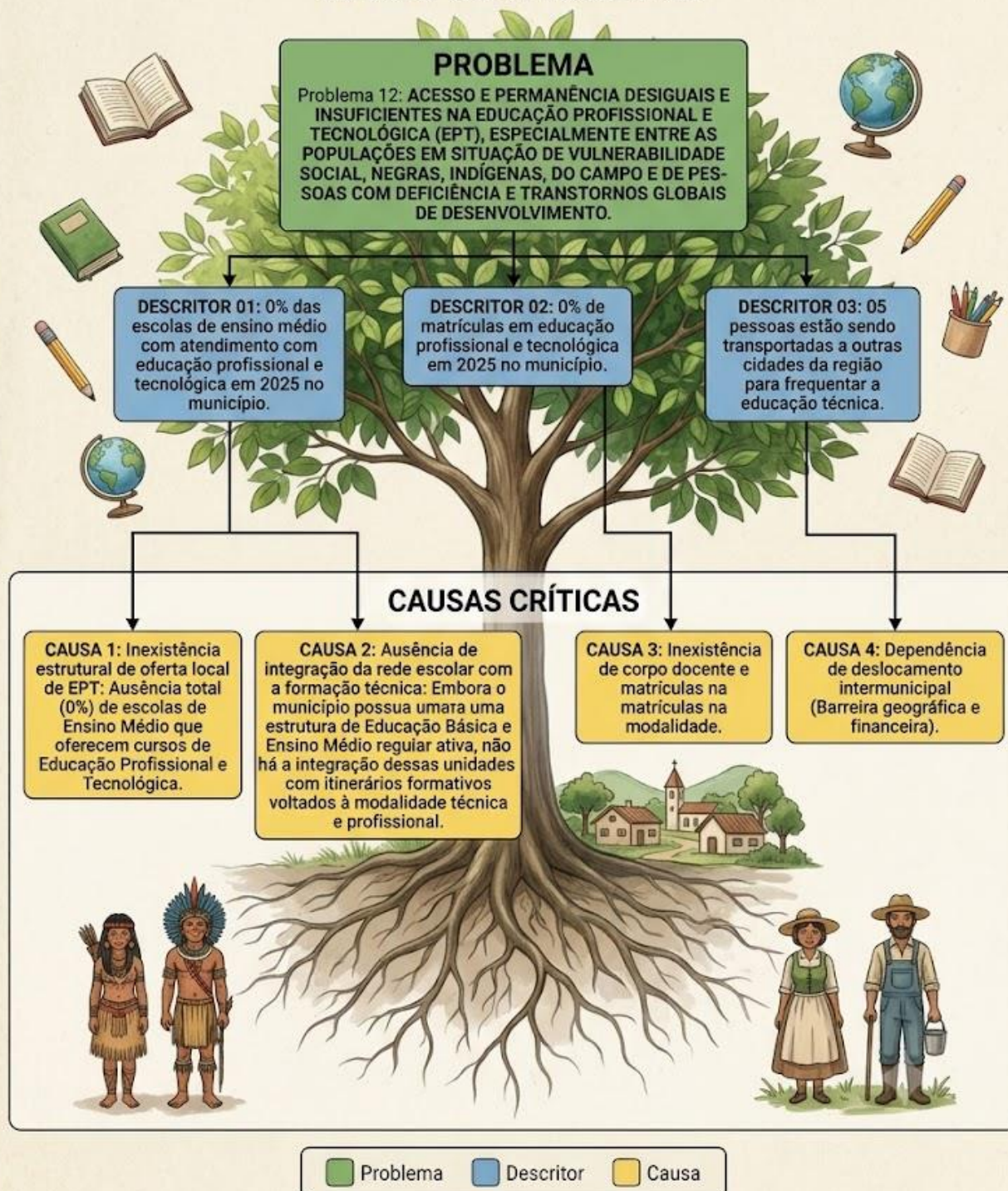
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 12 do PNE

SAGRADA FAMÍLIA/RS

TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Árvore dos Problemas



Fonte: autoria própria.

TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema 14: BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, COM ÊNFASE NAS ELEVADAS DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, DE SEXO, LINGUÍSTICAS, SITUAÇÕES DE DEFICIÊNCIA E SUAS INTERSECCIONALIDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A compreensão do déficit de titulação acadêmica em Sagrada Família (RS) exige uma investigação que conecte os sintomas estatísticos descritos às suas reais raízes causais. A análise causal a seguir investiga os determinantes estruturais, geográficos e socioeconômicos que geram os gargalos de acesso e permanência na graduação, explicando cientificamente o funil que retém a maioria dos estudantes na escolaridade básica.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: 22,55% da população com ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.**
- ☒ **Descritor 02: 10,48% da população com ensino superior completo em 2022.**
- ☒ **Descritor 03: 53 pessoas estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar o ensino superior.**

1) Dados gerais municipais sobre a população com graduação

Esta subseção expõe a distribuição demográfica da população de 18 anos ou mais de idade do município de Sagrada Família (RS) em termos de escolaridade, estabelecendo uma linha de base sobre o perfil educacional. Por meio dos dados do Censo Demográfico de 2022, analisa-se o contingente populacional por faixas de instrução, evidenciando o funil educacional que se estabelece desde a educação básica até o ensino superior.

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Sagrada Família (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.956	961	349	441	205
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

A Tabela 01 aponta que a população elegível ao ensino superior (18 anos ou mais de idade) em Sagrada Família totalizava 1.956 pessoas no ano de 2022. Ao decompor esse universo por nível de instrução, identifica-se que a maior parcela populacional está concentrada na faixa de "Sem instrução e fundamental incompleto", correspondendo a 961 pessoas (49,13% do total). O grupo com "Fundamental completo e médio incompleto" totaliza 349 pessoas (17,84%). O estrato composto por indivíduos com "Médio completo e superior incompleto" abrange 441 pessoas (22,55%), representando a população potencialmente apta a ingressar ou que já vivenciou algum contato com o ensino superior, mas não o concluiu. Por fim, apenas 205 pessoas possuíam o nível "Superior completo", revelando que apenas 10,48% da população adulta municipal detém a titulação de graduação, o que corrobora o caráter crítico do problema diagnosticado.

Tabela 02 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução – médio completo e superior incompleto

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral																				
Município - Sagrada Família (RS)																				
Ano - 2022																				
Nível de instrução - Médio completo e superior incompleto																				
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	22,55	5,06	1,23	3,83	17,48	16,72	3,94	2,66	2,61	4,45	0,97	1,07	0,41	0,61	0,77	0,56	-	-	0,20
	Branca	15,39	4,24	1,07	3,17	11,15	10,58	2,30	0,87	1,84	3,07	0,82	0,66	0,41	0,61	0,61	0,41	-	-	0,20
	Preta	0,41	-	-	-	0,41	0,41	-	-	-	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	6,75	0,82	0,20	0,66	5,88	5,73	1,64	1,74	0,82	0,97	0,15	0,41	-	-	0,15	0,15	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Total	11,09	2,76	0,87	1,84	8,38	8,03	1,94	1,18	1,23	2,20	0,51	0,66	0,26	-	0,36	0,15	-	-	0,20
	Branca	7,87	2,40	0,87	1,48	5,47	5,11	1,28	0,26	0,92	1,48	0,51	0,41	0,26	-	0,36	0,15	-	-	0,20
	Preta	0,41	-	-	-	0,41	0,41	-	-	-	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	2,86	0,36	-	0,36	2,51	2,51	0,72	0,92	0,31	0,31	-	0,26	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Total	11,45	2,35	0,36	1,99	9,10	8,74	1,99	1,48	1,43	2,25	0,51	0,41	0,15	0,61	0,41	0,41	-	-	-
	Branca	7,57	1,84	0,15	1,69	5,67	5,47	1,02	0,61	0,92	1,58	0,31	0,26	0,15	0,61	0,26	0,26	-	-	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	3,89	0,46	0,20	0,31	3,43	3,27	0,92	0,87	0,51	0,66	0,15	0,10	-	-	0,15	0,15	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

Os dados percentuais da Tabela 02 detalham o comportamento do descritor de 22,55% da população total do município que se enquadra na faixa de Ensino Médio completo e Superior incompleto. Sob a perspectiva de gênero, há um equilíbrio relativo no total geral, sendo 11,09% de homens e 11,45% de mulheres. Contudo, as desigualdades étnico-raciais se mostram severas: a população autodeclarada branca detém 15,39% do total municipal desse indicador (7,87% homens e 7,57% mulheres), enquanto a população parda responde por 6,75% (2,86% homens e 3,89% mulheres), e a população preta restringe-se a 0,41% (concentrada integralmente no sexo masculino, na faixa etária de 40 a 44 anos). Não foram registrados percentuais para as populações amarela e indígena.

Na análise geracional, observa-se que a população jovem (18 a 24 anos) representa 5,06% desse indicador, com forte concentração no subgrupo de 20 a 24 anos (3,83% do total geral), indicando o contingente que concluiu o ciclo escolar básico recentemente. Para a população de 25 anos ou mais (que soma 17,48%), o pico de retenção/parada de estudos neste nível instrucional encontra-se na faixa de 40 a 44 anos, acumulando 4,45% do total do município (sendo 2,20% homens e 2,25% mulheres). Esse cenário demonstra uma

retenção histórica da população na transição para o nível superior, majoritariamente concentrada entre indivíduos brancos e pardos em idade produtiva.

Tabela 03 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução superior completo

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral																				
Município - Sagrada Família (RS)																				
Ano - 2022																				
Nível de instrução - Superior completo																				
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	10,48	1,02	-	1,02	9,46	9,20	0,97	1,89	1,69	1,07	0,36	0,97	1,02	1,23	0,26	0,10	-	-	0,10
	Branca	8,59	0,87	-	0,87	7,72	7,46	0,97	1,58	1,69	0,72	0,15	0,72	0,82	0,77	0,26	0,10	-	-	0,10
	Preta	0,20	-	-	-	0,20	0,20	-	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,74	0,15	-	0,15	1,58	1,58	-	0,31	-	0,36	0,20	0,26	-	0,46	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Total	2,91	0,15	-	0,15	2,76	2,66	0,46	0,72	0,46	0,46	-	-	0,15	0,41	0,10	0,10	-	-	-
	Branca	2,30	-	-	-	2,30	2,20	0,46	0,51	0,46	0,20	-	-	0,15	0,41	0,10	0,10	-	-	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	0,61	0,15	-	0,15	0,46	0,46	-	0,20	-	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Total	7,57	0,87	-	0,87	6,70	6,60	0,51	1,18	1,23	0,61	0,36	0,97	0,87	0,82	0,10	-	-	-	0,10
	Branca	6,29	0,87	-	0,87	5,42	5,32	0,51	1,07	1,23	0,51	0,15	0,72	0,66	0,36	0,10	-	-	-	0,10
	Preta	0,20	-	-	-	0,20	0,20	-	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,12	-	-	-	1,12	1,12	-	0,10	-	0,10	0,20	0,26	-	0,46	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: IBGE - Censo Demográfico																				

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A Tabela 03 esmiúça o universo de 10,48% da população municipal que concluiu a graduação, revelando profundas disparidades de gênero e de cor ou raça. Diferentemente do indicador anterior, constata-se uma marcante assimetria de gênero: as mulheres representam a ampla maioria dos graduados no município, respondendo por 7,57% do total geral, enquanto os homens representam apenas 2,91%.

A clivagem étnico-racial aponta que a população branca detém a grande maioria dos diplomas de ensino superior, somando 8,59% do total geral (6,29% mulheres brancas e 2,30% homens brancos). Em contrapartida, a população parda representa meros 1,74% do total de graduados (1,12% mulheres e 0,61% homens), e a população preta registra apenas 0,20% (composto exclusivamente por mulheres na faixa etária de 55 a 59 anos). Os grupos amarela e indígena permanecem zerados em todos os cruzamentos.

No aspecto etário, o acesso e conclusão precoce (18 a 24 anos) limita-se a 1,02% da população (concentrado na faixa de 20 a 24 anos, com 0,87% de mulheres brancas e 0,15% de homens pardos). A maior concentração de indivíduos com nível superior completo situa-se na faixa de 25 a 64 anos (9,20%), com destaque para o intervalo de 30 a 34 anos, que acumula 1,89% da população (dos quais 1,18% são mulheres e 0,72% são homens). Os dados atestam que o perfil do graduado em Sagrada Família é marcadamente feminino e predominantemente branco, evidenciando barreiras interseccionais severas para homens e, sobretudo, para a população negra (pretos e pardos).

2) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Esta subseção mapeia a infraestrutura local de atendimento à educação superior, avaliando a existência de polos ou instituições de ensino superior (IES) ativas no território geográfico do próprio município, elemento crucial para determinar o nível de acessibilidade geográfica e atração de estudantes.

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
 ☒ Curso de Graduação
 ☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Sagrada Família

Gratuidade do Curso:

Selecione...

Modalidade:

☐ A Distância
 ☐ Presencial
 ☐ Semipresencial

Grau:

☐ Bacharelado
 ☐ Licenciatura
 ☐ Tecnológico
 ☐ Sequencial
 ☐ Programa de Formação
 ☐ Segunda Licenciatura

Índice:

Selecione...

☐ 1
 ☐ 2
 ☐ 3
 ☐ 4
 ☐ 5
 ☐ SC

Situação:

Em Atividade

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO

Histórico de Índices

Exportar Detalhado

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

O Painel 01 exibe a interface de Consulta Avançada do sistema oficial Cadastro e-MEC, configurada para buscar cursos de graduação "Em Atividade" no município de Sagrada Família (RS). O resultado do cruzamento de dados oficiais emite a mensagem expressa de **"Nenhum registro encontrado!"**. O rigor dos dados analíticos comprova a completa ausência de oferta local de cursos de graduação — sejam eles nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância —, bem como a inexistência de quaisquer Instituições de Ensino Superior (IES) sediadas no território municipal. Essa total desassistência de infraestrutura acadêmica local atua como fator causal primário para o baixo percentual de graduados e impõe a necessidade de deslocamento intermunicipal.

3) Outras iniciativas de apoio a realização do ensino superior

Com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e contribuir para a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação, o município disponibiliza apoio ao transporte universitário para os munícipes matriculados em instituições de ensino superior localizadas em municípios da região, como Frederico Westphalen. Essa iniciativa representa um importante investimento na formação profissional da população, reduzindo

os custos de deslocamento, favorecendo a continuidade dos estudos e promovendo maiores oportunidades de qualificação e desenvolvimento humano.

- **Número de estudantes transportados:** 53 estudantes.
- **Ano:** 2026.
- **Municípios de destino:** Frederico Westphalen.

Fontes Consultadas:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 10061 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061>. Acesso em: 28 jun. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA. Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte universitário, ao número de estudantes atendidos e aos municípios de destino no exercício de 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

O fenômeno do baixo percentual de graduados no município (10,48% de Ensino Superior Completo) decorre diretamente de um bloqueio estrutural na transição da educação básica para o ensino superior. Como demonstrado no e-MEC (Painel 01), a **inexistência de IES locais** funciona como a primeira grande barreira de acesso. O estudante que concluiu o Ensino Médio não possui a alternativa de estudar em sua própria cidade, o que gera o expressivo represamento de 22,55% da população na condição de Ensino Médio completo/Superior incompleto.

Essa ausência de oferta local gera uma dependência física de polos universitários regionais. O fluxo pendular de estudantes em direção a Frederico Westphalen cria condicionantes críticas de permanência. O deslocamento diário consome tempo e impõe desgaste físico substancial, agravado pelo fato de que muitos desses estudantes trabalham durante o dia, gerando incompatibilidade de jornadas e posterior abandono escolar antes da diplomação.

Ademais, a análise interseccional revela que as barreiras econômicas filtram os estudantes por critérios de raça e gênero. Embora o transporte municipal reduza o custo direto da viagem, os custos indiretos da graduação (mensalidades, materiais, alimentação externa) penalizam desproporcionalmente as famílias pardas e pretas, explicando por que a população branca detém 82% dos diplomas superiores locais (8,59% de 10,48% totais). O descompasso de gênero (7,57% de mulheres contra 2,91% de homens graduados) aponta, ainda, para a inserção precoce de jovens do sexo masculino no mercado de trabalho informal ou agrícola da região, forçando-os a interromper a trajetória acadêmica após o Ensino Médio.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 01: Inexistência de Instituições de Ensino Superior (IES) locais: A falta de oferta de cursos no próprio município atua como a principal barreira de acesso, impedindo a transição imediata para o ensino superior.

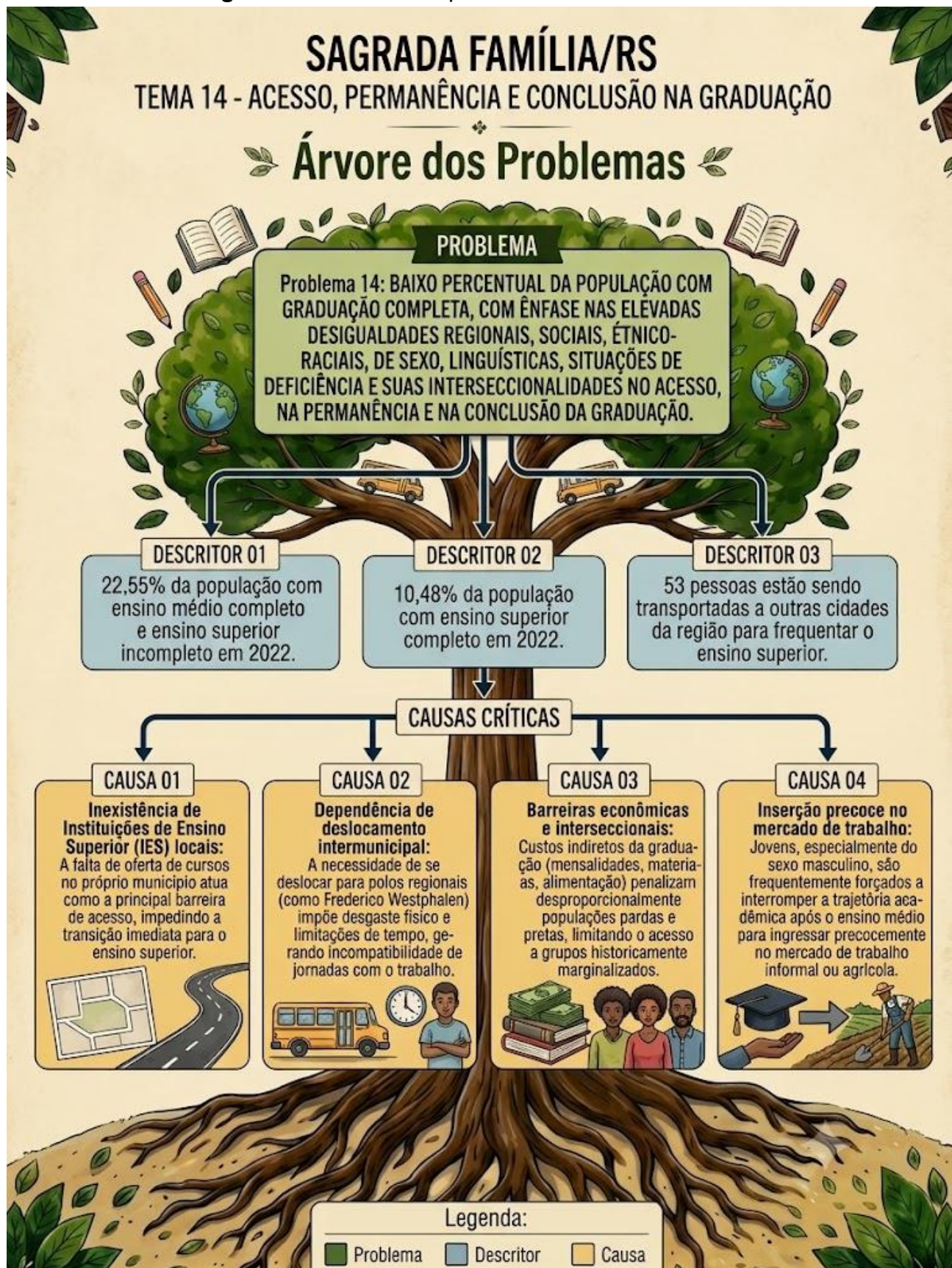
Causa 02: Dependência de deslocamento intermunicipal: A necessidade de se deslocar para polos regionais (como Frederico Westphalen) impõe desgaste físico e limitações de tempo, gerando incompatibilidade de jornadas com o trabalho.

Causa 03: Barreiras econômicas e interseccionais: Custos indiretos da graduação (mensalidades, materiais, alimentação) penalizam desproporcionalmente populações pardas e pretas, limitando o acesso a grupos historicamente marginalizados.

Causa 04: Inserção precoce no mercado de trabalho: Jovens, especialmente do sexo masculino, são frequentemente forçados a interromper a trajetória acadêmica após o ensino médio para ingressar precocemente no mercado de trabalho informal ou agrícola.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 14 do PNE



Fonte: autoria própria.

TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

Problema 15: BAIXA QUALIDADE DE PARTE DOS CURSOS E DE INSTITUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) NA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 15 tem como objetivo identificar as condições de oferta da educação superior no município de Sagrada Família, considerando a existência de Instituições de Educação Superior (IES) e os elementos que permitem avaliar a qualidade da graduação. A partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), busca-se compreender em que medida o município oferece oportunidades de acesso ao ensino superior em seu território e quais os reflexos dessa realidade para a formação acadêmica da população. Ainda que o município não possua instituições de ensino superior instaladas, a análise também considera as estratégias adotadas pelo poder público para garantir o acesso dos estudantes às universidades da região, contribuindo para a democratização do ensino superior e para a qualificação profissional da população.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

➔ **Descritor 01: 0% de instituições de ensino superior no município.**

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☒ Curso de Graduação
☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Sagrada Família

Gratuidade do Curso:

Selecione...

Modalidade:

☐ A Distância
☐ Presencial
☐ Semipresencial

Grau:

☐ Bacharelado
☐ Licenciatura
☐ Tecnológico
☐ Sequencial
☐ Programa de Formação
☐ Segunda Licenciatura

Índice:

Selecione...

☐ 1
☐ 2
☐ 3
☐ 4
☐ 5
☐ SC

Situação:

Em Atividade

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO

Histórico de Índices

Exportar Detalhado

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de **Sagrada Família** não possui Instituições de Educação Superior (IES) instaladas em seu território, conforme consulta realizada na base oficial do sistema e-MEC. Assim, o descritor demonstra que **0% das instituições de ensino superior estão localizadas no município**, impossibilitando a avaliação direta da qualidade da graduação por meio de indicadores como Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC), infraestrutura, desempenho acadêmico e qualificação do corpo docente.

A inexistência de instituições de ensino superior no município, entretanto, não significa ausência de acesso à graduação. Para garantir esse direito, os estudantes buscam formação em universidades localizadas em municípios da região, realizando deslocamentos diários. Nesse contexto, destaca-se a atuação do **Poder Público Municipal**, que desenvolve uma importante política de apoio à educação superior ao **oferecer transporte escolar gratuito aos universitários**, possibilitando o deslocamento até as instituições de ensino. Essa iniciativa contribui significativamente para reduzir barreiras de acesso, minimizar os custos assumidos pelas famílias e ampliar as oportunidades de permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Apesar desse importante incentivo, a ausência de uma IES no município ainda representa desafios para o desenvolvimento local. A inexistência de cursos superiores limita a realização de atividades de pesquisa, inovação, extensão universitária e formação continuada, reduzindo as possibilidades de produção de conhecimento voltado às necessidades do território. Também restringe a atração de investimentos, a qualificação da mão de obra local e a formação de profissionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do município.

Embora muitos estudantes tenham acesso à educação superior por meio de instituições presenciais em municípios vizinhos e de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), a garantia desse direito depende da manutenção de políticas públicas de apoio à permanência estudantil. Nesse sentido, além do transporte universitário já disponibilizado pelo município, tornam-se relevantes ações voltadas ao fortalecimento da conectividade digital, ao acesso a programas de bolsas e ao estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior para ampliar as oportunidades de formação da população.

Conclui-se, portanto, que o problema relacionado à qualidade da graduação, no contexto de Sagrada Família, está diretamente associado à **ausência de oferta local de educação superior**, o que inviabiliza a avaliação da qualidade institucional no próprio município. Ainda assim, a política municipal de apoio ao transporte universitário demonstra o compromisso do poder público com a ampliação do acesso ao ensino superior. O fortalecimento dessa política, aliado à ampliação de parcerias com universidades e à expansão de polos de Educação a Distância, constitui uma estratégia relevante para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento sustentável do município.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Problema 16: BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, COM DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, LINGÜÍSTICAS E DE SEXO NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

O cenário da pós-graduação *stricto sensu* no município de Sagrada Família é caracterizado por um descompasso estrutural entre a expansão regional e a disponibilidade local de infraestrutura. Conforme evidenciado pelos dados do IBGE (Tabela 01), a Região Sul experimentou um crescimento robusto de 91% na oferta de cursos de pós-graduação entre 2016 e 2025, saltando de 200 mil para 382 mil estudantes matriculados. Esta tendência de alta sinaliza uma ampliação na demanda e na capacidade de formação regional.

Entretanto, esta expansão não se traduz em capilaridade local. A consulta à base oficial do e-MEC (Painel 01) demonstra a inexistência de oferta de cursos de pós-graduação no município de Sagrada Família, revelando uma barreira geográfica e institucional que perpetua a exclusão regional. Esta lacuna força a população — em especial os profissionais da educação — a buscar formação em centros urbanos maiores, tornando o acesso à titulação dependente de deslocamentos ou modalidades externas, muitas vezes instáveis.

O impacto dessa dependência externa reflete-se na trajetória de qualificação docente (Painel 02). Embora o percentual de professores da educação básica com pós-graduação tenha atingido um pico de 86,5% em 2022, os dados mais recentes (2024) apontam uma queda para 79,5%. Esta volatilidade indica que a ausência de instituições de ensino superior (IES) locais fragiliza a continuidade dos estudos, submetendo a qualificação do corpo docente a fatores externos — como custos e disponibilidade de cursos — que impedem a consolidação de um patamar de formação sustentável ao longo do tempo.

Portanto, o problema 16 manifesta-se não apenas pela baixa titulação, mas pela vulnerabilidade da formação diante de uma estrutura educacional regional que, embora crescente, não chega a democratizar o acesso no nível municipal.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ☒ **Descritor 01: Inexistência de oferta local de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no município.**
- ☒ **Descritor 02: Apesar do crescimento de 81% na oferta regional de pós-graduação na Região Sul, o município não possui capilaridade local.**
- ☒ **Descritor 03: Ausência de infraestrutura local gera uma trajetória volátil na titulação dos professores da educação básica.**

Tabela 01 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 7150 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso							
Variável - Estudantes do superior, especialização, mestrado ou doutorado (Mil pessoas)							
Grande Região - Sul							
Modalidade do curso - Total							
Curso frequentado - Especialização, Mestrado e Doutorado							
Ano							
2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
200	247	263	263	292	303	333	382
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre							

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado> (Acesso em: 30/06/2026)

A Tabela 01 demonstra que a Região Sul apresentou crescimento consistente no número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado ao longo da série histórica analisada. Entre 2016 e 2025, o quantitativo passou de **200 mil para 362 mil estudantes**, representando um crescimento aproximado de **81%** no período. Esse comportamento evidencia a ampliação da demanda e da capacidade regional de formação em nível de pós-graduação, refletindo a expansão do sistema de educação superior e das oportunidades de qualificação acadêmica.

Entretanto, esse crescimento deve ser analisado com cautela quando se observa a realidade de Cerro Grande. A expansão regional não significa que os benefícios estejam distribuídos de forma homogênea entre os municípios. Ao contrário, os dados sugerem que o crescimento da pós-graduação permanece concentrado em polos universitários de maior porte, onde estão localizadas as universidades e os programas de mestrado e doutorado. Dessa forma, embora a Região Sul apresente evolução quantitativa expressiva, esse avanço não se traduz automaticamente em ampliação das oportunidades para municípios pequenos, que continuam dependentes da infraestrutura acadêmica existente em centros urbanos regionais.

Sob a perspectiva da Meta 14 do Plano Nacional de Educação, a tabela demonstra que o crescimento do sistema regional de pós-graduação representa uma oportunidade para ampliar a qualificação da população. Contudo, a inexistência de mecanismos locais capazes de aproximar o município dessa expansão limita o impacto positivo desses avanços sobre a realidade municipal.

Painel 01- Instituições de nível superior que ofertam cursos de pós-graduação stricto sensu no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☐ Curso de Graduação
☒ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

Área:

Selecione Área Geral

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Sagrada Família

Modalidade:

☐ A Distância
☐ Presencial

Situação:

Ativo

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Denominação	Área	Modalidade	Carga Horária	UF de Oferta	Vagas
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise do **Painel 01** confirma um ponto crítico para a argumentação do documento: a ausência total de oferta local de cursos de especialização no município de Sagrada Família, segundo a base oficial do e-MEC. O resultado "Nenhum registro encontrado!" na consulta avançada aponta a inexistência de oferta de cursos de pós-graduação no município.

Enquanto a Tabela 01 demonstra um crescimento de 81% na oferta regional de pós-graduação entre 2016 e 2025, o Painel 01 materializa a desigualdade territorial. Isso comprova que o crescimento da Região Sul não se traduz, de forma equânime, em infraestrutura educacional básica para todos os municípios.

Esse dado é fundamental para fundamentar a necessidade de ações que superem a dependência de centros urbanos maiores, visto que a ausência de IES locais obriga a população a se deslocar ou a ser excluída da formação continuada.

Painel 02 - Professores da educação básica com pós graduação lato sensu ou stricto sensu

Professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2013-2024

Ano	2013			2014			2015			2016		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	40	23	57,5%	44	24	54,5%	42	25	59,5%	40	23	57,5%
Rio Grande do Sul	40	23	57,5%	44	24	54,5%	42	25	59,5%	40	23	57,5%
Sagrada Família	40	23	57,5%	44	24	54,5%	42	25	59,5%	40	23	57,5%
Total	40	23	57,5%	44	24	54,5%	42	25	59,5%	40	23	57,5%

Ano	2017			2018			2019			2020		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	40	23	57,5%	36	29	80,6%	35	25	71,4%	33	21	63,6%
Rio Grande do Sul	40	23	57,5%	36	29	80,6%	35	25	71,4%	33	21	63,6%
Sagrada Família	40	23	57,5%	36	29	80,6%	35	25	71,4%	33	21	63,6%
Total	40	23	57,5%	36	29	80,6%	35	25	71,4%	33	21	63,6%

Ano	2021			2022			2023			2024		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	32	25	78,1%	37	32	86,5%	40	33	82,5%	39	31	79,5%
Rio Grande do Sul	32	25	78,1%	37	32	86,5%	40	33	82,5%	39	31	79,5%
Sagrada Família	32	25	78,1%	37	32	86,5%	40	33	82,5%	39	31	79,5%
Total	32	25	78,1%	37	32	86,5%	40	33	82,5%	39	31	79,5%

Fonte: reorganizado a partir do [Painel de Monitoramento do PNE](#) (Acesso em: 30/06/2026)

Enquanto a Tabela 01 evidencia uma expansão expressiva (cerca de 81% a 91%) na oferta de pós-graduação na Região Sul entre 2016 e 2025, o Painel 01 confirma que essa expansão não possui capilaridade local, com a inexistência de Instituições de Ensino Superior (IES) em Sagrada Família

A ausência de IES locais obriga os professores a buscarem formação fora do município (via EAD ou deslocamento). Isso explica a alta volatilidade dos dados no Painel 02:

Instabilidade: A taxa de professores com pós-graduação não apresenta uma trajetória de crescimento linear consolidado. Ela oscilou significativamente, subindo de 57,5% em 2013 para o pico de 86,5% em 2022, mas caindo para 79,5% em 2024.¹

Vulnerabilidade: A queda recente (de 2022 para 2024) sugere que a qualificação docente em Sagrada Família é um processo frágil. Sem uma infraestrutura local que garanta a continuidade dos estudos, a manutenção dos títulos de pós-graduação torna-se suscetível a fatores externos, como custo de deslocamento, disponibilidade de cursos EAD ou mudanças nas políticas de incentivo, já que a oferta regional (Tabela 01) não é acessada com facilidade localmente (Painel 01).¹

O Painel 02 atua como o "efeito" colateral da causa identificada no Painel 01. A falta de uma base institucional local transforma o esforço de qualificação dos professores em uma meta de difícil sustentabilidade, explicando por que, apesar do crescimento regional, o município apresenta retrocessos percentuais recentes na formação de seu corpo docente.

Fontes Consultadas:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Tabela 7150: Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC)**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Painel de Monitoramento do PNE**. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNWVmODFmZjUtYTUyYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3liwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 30 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados revela que a baixa titulação no município não decorre de desinteresse, mas de barreiras estruturais que impedem a consolidação da formação continuada. As causas críticas podem ser sistematizadas da seguinte forma:

Inexistência de infraestrutura educacional local (Fator Estrutural): a ausência de Instituições de Ensino Superior (IES) em Sagrada Família (evidenciada pelo Painel 01) atua como o principal determinante da exclusão educacional. Sem oferta local, o município torna-se dependente de polos externos, o que eleva os custos financeiros e logísticos para os profissionais que buscam qualificação.

Fragilidade na sustentabilidade da qualificação docente: conforme demonstrado pelo Painel 02, a qualificação docente apresenta alta volatilidade (oscilação entre 57,5% e 86,5% no período 2013-2024). Essa instabilidade decorre da dependência de mecanismos externos de formação, que não oferecem garantia de continuidade a longo prazo, tornando a manutenção da titulação vulnerável a fatores socioeconômicos e à oferta errática de cursos.

Descompasso entre expansão regional e capilaridade municipal: embora a Região Sul tenha apresentado um crescimento robusto de 91% na oferta de pós-graduação entre 2016 e 2025 (Tabela 01), os benefícios dessa expansão não atingiram o nível municipal. O crescimento quantitativo regional é concentrado em grandes centros, deixando municípios de menor porte à margem da democratização do acesso, o que perpetua a desigualdade territorial no acesso à pós-graduação *stricto sensu*.

CAUSAS CRÍTICAS:

Causa 1: Inexistência de infraestrutura local: Ausência de Instituições de Ensino Superior (IES) em Sagrada Família, gerando dependência de polos externos e custos logísticos elevados.

Causa 2: Instabilidade na formação docente: Dependência de mecanismos externos voláteis, sem garantia de continuidade ou sustentabilidade na qualificação profissional.

Causa 3: Desigualdade territorial: Concentração da oferta de pós-graduação em grandes centros, deixando municípios de menor porte à margem da expansão regional.

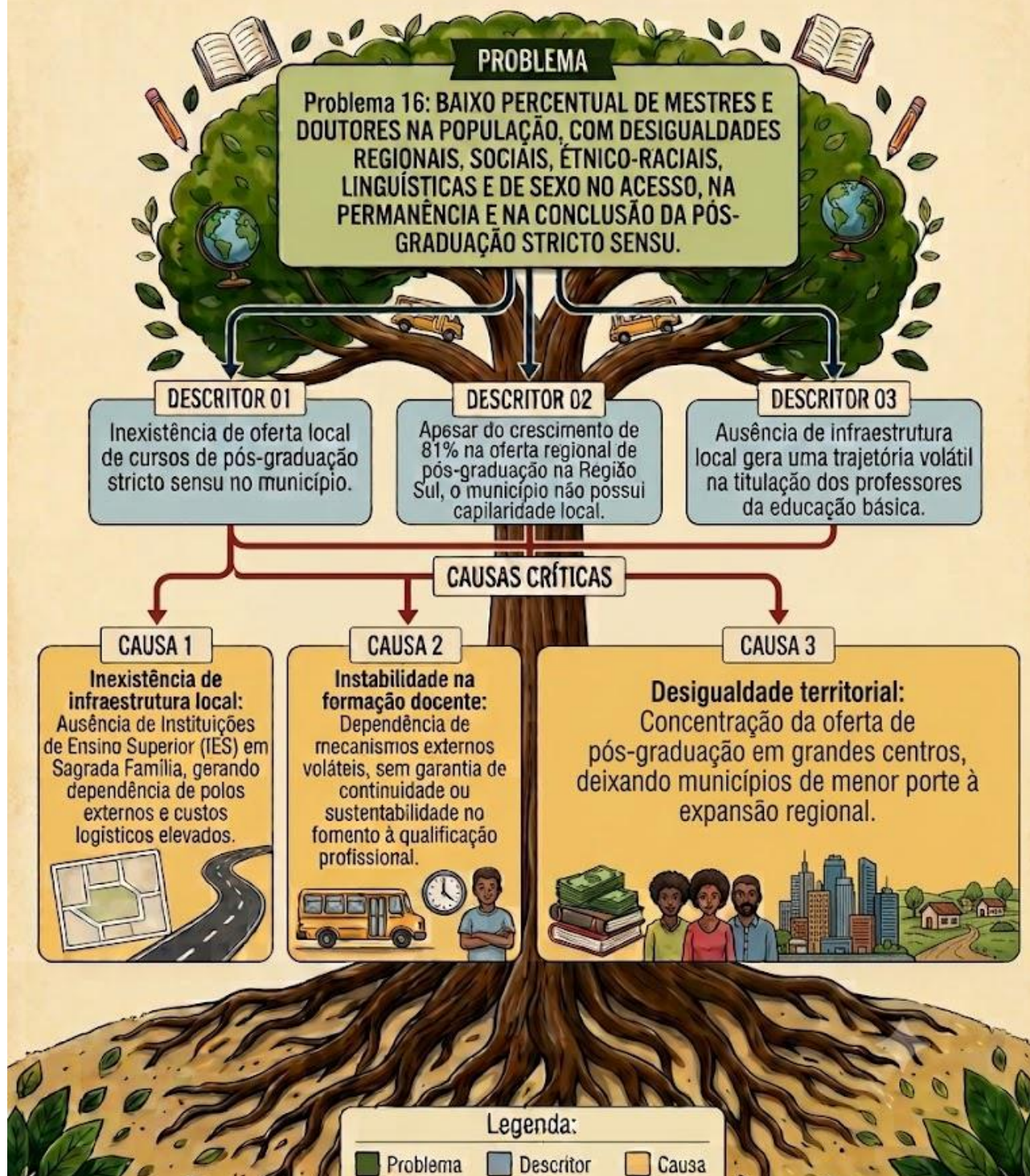
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 16 do PNE

SAGRADA FAMÍLIA/RS – TEMA 16

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Árvore dos Problemas



Fonte: autoria própria.

TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema: DESPROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise do Problema 17 – Desprofissionalização do Magistério da Educação Básica parte da compreensão de que a valorização dos profissionais da educação constitui condição essencial para a garantia da qualidade, da equidade e da continuidade das políticas educacionais. Nesse sentido, a análise descritiva busca identificar, a partir de dados administrativos, legislações e indicadores, as condições de valorização do magistério no município de Sagrada Família/RS, considerando especialmente a remuneração e o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, a organização da jornada de trabalho e a garantia da hora-atividade, a estrutura e os mecanismos de progressão previstos no Plano de Carreira, os incentivos destinados à permanência e ao desenvolvimento profissional, bem como o contexto remuneratório da Rede Estadual de Ensino. A leitura articulada desses elementos permite reconhecer os avanços já consolidados e, simultaneamente, evidenciar fragilidades e desafios que ainda interferem na atratividade, na permanência e na valorização da carreira docente no território municipal.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: O vencimento básico dos professores municipais manteve-se igual ou superior ao Piso Salarial Profissional Nacional na maior parte do período de 2015 a 2025, apresentando pequenas diferenças inferiores ao piso apenas em 2015 e 2024 e alcançando, em 2025, R\$ 2.565,32 para 20 horas semanais, valor 5,4% superior ao piso proporcional.**
- ➔ **Descritor 02: O município assegura aos professores em regência de classe a reserva mínima de 1/3 da jornada de trabalho para hora-atividade, correspondendo a aproximadamente 6 horas e 40 minutos em uma jornada semanal de 20 horas, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.722/2025 e em consonância com a Lei Federal nº 11.738/2008.**
- ➔ **Descritor 03: O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal assegura progressão por nível de formação, avanço de classe por tempo de serviço e avaliação de merecimento, além de prever gratificações para atuação em Sala de Recursos Multifuncional, unidocência, Coordenação Pedagógica e Direção Escolar e prêmio por assiduidade a cada cinco anos.**
- ➔ **Descritor 04: O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal não prevê gratificação específica para atuação em classes ou turmas multisseriadas, adicional de difícil acesso, licença-prêmio, bolsa ou incentivo financeiro municipal para pós-graduação e pagamento de 14º salário.**
- ➔ **Descritor 05: A remuneração inicial dos professores da Rede Estadual do Rio Grande do Sul é de R\$ 5.111,05, situando o Estado entre as unidades da Federação com menores remunerações iniciais docentes no ranking**

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

nacional analisado e evidenciando diferenças nas condições de valorização profissional entre as redes de ensino presentes no território municipal.

a) Dados sobre salário inicial dos profissionais da educação municipal

Segundo a Lei:

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 5.130,63 (cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, assim como os profissionais contratados por tempo determinado, considerada, em todos os casos, a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no *caput* deste artigo.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.
(Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Salário básico dos professores municipais de Sagrada Família:

Tabela 01 – Salário básico dos professores municipais 2015 a 2025.

Ano	Salário base (20h)	Piso Nacional (20h)
2015	R\$ 959,02	R\$ 959,39
2016	R\$ 1.067,95	R\$ 1.067,82
2017	R\$ 1.149,54	R\$ 1.149,40
2018	R\$ 1.227,82	R\$ 1.227,67
2019	R\$ 1.371,72	R\$ 1.278,87
2020	R\$ 1.547,86	R\$ 1.443,12
2021	R\$ 1.547,86	R\$ 1.443,12
2022	R\$ 1.925,04	R\$ 1.922,67

2023	R\$ 2.210,28	R\$ 2.210,27
2024	R\$ 2.290,14	R\$ 2.290,28
2025	R\$ 2.565,32	R\$ 2.433,88

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (Acesso em: 08/07/2026)

A análise da evolução do salário básico dos professores da rede municipal de ensino de Sagrada Família, no período de 2015 a 2025, evidencia uma trajetória predominantemente alinhada ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Os dados demonstram que, na maior parte da série histórica, o vencimento básico correspondente à jornada de 20 horas semanais foi igual ou superior ao valor proporcional do Piso Nacional.

Em 2015, o salário básico municipal, fixado em R\$ 959,02, apresentou uma diferença negativa de apenas R\$ 0,37 em relação ao Piso Nacional de R\$ 959,39. Nos anos de 2016, 2017 e 2018, o vencimento básico municipal manteve-se ligeiramente superior ao piso, indicando a realização de reajustes capazes de acompanhar a política nacional de valorização do magistério.

A partir de 2019, observa-se uma ampliação mais significativa da diferença favorável aos profissionais da rede municipal. Naquele ano, o salário básico municipal alcançou R\$ 1.371,72, enquanto o Piso Nacional proporcional correspondia a R\$ 1.278,87, resultando em uma diferença positiva de R\$ 92,85. Em 2020, essa diferença aumentou para R\$ 104,74, com o salário básico municipal de R\$ 1.547,86 frente ao Piso Nacional de R\$ 1.443,12.

Em 2021, o salário básico municipal permaneceu no mesmo valor nominal de 2020, assim como o valor do Piso Nacional apresentado na série analisada. Embora não tenha ocorrido crescimento nominal do vencimento nesse período, o valor municipal permaneceu R\$ 104,74 acima do piso proporcional considerado na tabela.

Nos anos de 2022 e 2023, verifica-se novamente uma forte aproximação entre o salário básico municipal e o Piso Nacional. Em 2022, a diferença positiva foi de R\$ 2,37 e, em 2023, de apenas R\$ 0,01. Esse cenário demonstra que os reajustes municipais acompanharam de forma bastante próxima os valores mínimos definidos nacionalmente.

Em 2024, contudo, identifica-se uma pequena diferença negativa de R\$ 0,14, uma vez que o salário básico municipal foi de R\$ 2.290,14, enquanto o Piso Nacional proporcional correspondia a R\$ 2.290,28. Apesar de numericamente reduzida, essa diferença deve ser registrada no diagnóstico, considerando que o Piso Salarial Profissional Nacional constitui o valor mínimo de vencimento inicial para os profissionais do magistério público da educação básica, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho.

Em 2025, o município apresenta uma evolução expressiva, com salário básico de R\$ 2.565,32 para 20 horas semanais, frente ao Piso Nacional proporcional de R\$ 2.433,88. A diferença positiva de R\$ 131,44 representa aproximadamente 5,4% acima do piso, constituindo o maior valor nominal de vantagem municipal identificado na série histórica analisada.

Considerando o período integral de 2015 a 2025, o salário básico municipal passou de R\$ 959,02 para R\$ 2.565,32, correspondendo a um crescimento nominal de aproximadamente 167,5%. Os dados revelam que o município manteve, de modo geral, uma política de vencimento básico compatível com o Piso Salarial Profissional Nacional,

apresentando valores superiores ao mínimo nacional em oito dos onze anos analisados, igualdade aproximada em diferentes momentos e pequenas diferenças negativas apenas em 2015 e 2024.

Dessa forma, o principal desafio identificado não se caracteriza por uma defasagem salarial estrutural ou contínua em relação ao Piso Nacional, mas pela necessidade de assegurar mecanismos permanentes de atualização do vencimento básico, evitando diferenças, ainda que residuais, em relação ao valor mínimo nacional. Também se mostra relevante analisar a valorização profissional para além do cumprimento do piso, considerando a efetividade do Plano de Carreira, a progressão funcional, a formação continuada, as condições de trabalho e outros mecanismos de incentivo e permanência dos profissionais na rede municipal de ensino.

Em síntese, a série histórica demonstra um cenário predominantemente positivo quanto ao cumprimento e à superação do Piso Salarial Profissional Nacional, com destaque para o resultado de 2025. Entretanto, a sustentabilidade dessa política requer planejamento orçamentário e acompanhamento anual dos reajustes nacionais, de modo a garantir a valorização contínua dos profissionais do magistério e impedir eventuais defasagens futuras.

b) Dados sobre a hora atividades dos profissionais da educação municipal (reserva de tempo extraclasses para planejamento)

Segundo a Lei federal:

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação [...]

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

(Disponível

em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

O município cumpre a Lei Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, dando 1/3 de hora atividade para o professor, ou seja, para 20h semanais são 6,67h de hora atividade semanal.

Prevista na Lei Municipal nº 1.722, de 11/06/2025 que altera o art. 25 da lei municipal que estabelece o plano de carreira do magistério público do município de Sagrada Família/RS.

“Art. 1º Fica alterado o art. 25 da Lei Municipal nº 649/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 25. O regime normal de trabalho dos profissionais da educação será de 20 (vinte) horas semanais, das quais aos professores em regência de classe, no mínimo 1/3 ficam reservadas para horas atividades a serem realizadas na escola.”

c) Dados sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

O município tem Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e este assegura algumas vantagens, sendo eles:

- Avanço de nível de acordo com o nível de formação: ensino superior, especialização, mestrado.
- Avanço de classe de acordo com o tempo de trabalho.
- Avanço de classe por avaliação de merecimento.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham em Sala Multifuncional.
- Pagamento de gratificação pra unidocência.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Coordenador Pedagógico.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Diretor Escolar.
- Pagamento de salário prêmio adicional por assiduidade pago a cada 5 anos previsto no regime jurídico dos servidores públicos do município de sagrada família Lei 421/2002, cito: “Art. 93 Após cada cinco anos ininterruptos de serviço prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de cargo em comissão ou função gratificada.”

Não é assegurado no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal:

- Não há pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham com classes ou turmas multisseriadas.
- Não há pagamento de difícil acesso.
- Não há nenhum tipo de licença prêmio.
- Não há bolsa ou incentivo financeiro para Pós-graduação custeada pelo município.
- Não há recebimento de 14º salário.

A valorização dos profissionais do magistério constitui elemento fundamental para a garantia da qualidade da educação básica, envolvendo aspectos relacionados à remuneração, à organização da jornada de trabalho, à carreira, à formação e às condições de exercício profissional.

No que se refere à composição da jornada de trabalho docente, a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, estabelece, em seu art. 2º, § 4º, o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho de atividades de interação com os educandos. Consequentemente, no mínimo um terço da jornada deve ser reservado às atividades extraclasse relacionadas ao exercício da docência, como planejamento, estudos, avaliação e organização do trabalho pedagógico.

No município de Sagrada Família/RS, verifica-se o cumprimento dessa determinação legal. Para os professores com jornada semanal de 20 horas, são asseguradas aproximadamente 6 horas e 40 minutos semanais de hora-atividade, correspondentes a um terço da carga horária total.

A garantia foi expressamente incorporada à legislação municipal por meio da Lei Municipal nº 1.722, de 11 de junho de 2025, que alterou o art. 25 da Lei Municipal nº 649/2006. A nova redação estabelece que o regime normal de trabalho dos profissionais da educação é de 20 horas semanais e que, aos professores em regência de classe, no mínimo um terço da jornada fica reservado às horas-atividade realizadas na escola. A legislação municipal de 2025, portanto, formalizou a adequação da jornada docente ao limite previsto na legislação federal.

Esse cenário representa um aspecto positivo da política municipal de valorização do magistério, uma vez que assegura tempo específico dentro da jornada remunerada para atividades indispensáveis ao trabalho pedagógico. A reserva de um terço da jornada contribui para o planejamento das aulas, avaliação da aprendizagem, elaboração de materiais, registros pedagógicos, estudos e organização das práticas educativas.

Quanto à estrutura da carreira, o município possui Plano de Carreira do Magistério Público Municipal com mecanismos de progressão e vantagens funcionais. Entre os aspectos identificados está a progressão por nível de formação, contemplando formação em nível superior, especialização e mestrado. Também é assegurado o avanço de classe de acordo com o tempo de serviço e por meio de avaliação de merecimento.

A existência de progressão vinculada à formação acadêmica constitui importante mecanismo de valorização profissional, pois reconhece a ampliação da qualificação dos docentes e estimula a continuidade dos processos formativos. Da mesma forma, a progressão por tempo de trabalho favorece a permanência dos profissionais na carreira, enquanto a avaliação de merecimento introduz um mecanismo adicional de desenvolvimento funcional.

O município também assegura vantagens financeiras relacionadas ao exercício de determinadas funções ou condições específicas de trabalho. São previstas funções gratificadas para profissionais que atuam em Sala de Recursos Multifuncional, na Coordenação Pedagógica e na Direção Escolar, além de gratificação pelo exercício da undocência. Essas vantagens demonstram o reconhecimento de atribuições e responsabilidades diferenciadas no âmbito da rede municipal de ensino.

Outro mecanismo de valorização identificado é o prêmio por assiduidade previsto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Municipal nº 421/2002. Conforme o art. 93, após cada cinco anos ininterruptos de serviço prestado ao município, o servidor faz jus a prêmio por assiduidade correspondente ao valor de um mês de vencimento do cargo efetivo. Trata-se de uma vantagem aplicável aos servidores municipais e que alcança os profissionais do magistério enquadrados nas condições estabelecidas pela legislação.

Apesar dos avanços identificados, a análise também evidencia aspectos que podem ser objeto de aperfeiçoamento na política municipal de valorização dos profissionais da educação. O Plano de Carreira não prevê gratificação específica para professores que atuam em classes ou turmas multisseriadas, condição que pode demandar maior complexidade de planejamento e organização pedagógica.

Também não foi identificada previsão de adicional de difícil acesso. Embora a existência dessas gratificações dependa de previsão na legislação da carreira e das características da rede de ensino, as diretrizes nacionais para os planos de carreira reconhecem a possibilidade de consideração das condições especiais de exercício, inclusive em escolas de difícil acesso.

Da mesma forma, não há previsão de licença-prêmio nem de bolsas ou incentivos financeiros municipais específicos destinados ao custeio de cursos de pós-graduação. Embora o Plano de Carreira reconheça a elevação da formação acadêmica por meio da progressão de nível, a ausência de apoio financeiro direto à pós-graduação pode limitar as possibilidades de acesso dos profissionais a níveis mais elevados de formação. As diretrizes nacionais de valorização dos profissionais da educação destacam a importância de programas permanentes de formação continuada, inclusive contemplando a formação em nível de pós-graduação.

Também não há previsão de pagamento de 14º salário aos profissionais do magistério. Contudo, a ausência dessa vantagem, isoladamente, não deve ser interpretada como descumprimento da legislação educacional, uma vez que não se trata de benefício obrigatório previsto na legislação federal para a carreira do magistério.

De modo geral, os dados demonstram que Sagrada Família apresenta importantes mecanismos de valorização dos profissionais do magistério. Destacam-se o cumprimento integral da reserva mínima de um terço da jornada para hora-atividade, a existência de Plano de Carreira, a progressão por formação e tempo de serviço, a avaliação de merecimento e a concessão de gratificações para determinadas funções e atividades.

Entretanto, permanecem possibilidades de aprimoramento da política de valorização profissional, especialmente quanto à análise de incentivos relacionados às condições especiais de exercício, à atuação em turmas multisseriadas e ao apoio à formação em nível de pós-graduação. Assim, o desafio municipal está menos relacionado à inexistência de mecanismos de carreira e mais à necessidade de ampliar e diversificar as estratégias de valorização, considerando as especificidades do trabalho docente e as demandas da rede municipal de ensino.

d) Quanto aos professores da rede estadual de educação do RS

Os professores vinculados à Rede Estadual seguem integralmente o Plano de Carreira do Estado do Rio Grande do Sul, submetendo-se às normas, direitos e mecanismos de progressão definidos pela legislação estadual.

Esse aspecto evidencia que coexistem, no território municipal, dois regimes distintos de valorização profissional: um de competência municipal e outro estadual. Consequentemente, professores que atuam no mesmo município podem possuir remuneração, critérios de progressão, gratificações e benefícios distintos, conforme sua vinculação administrativa.

Essa diferenciação torna necessária a análise específica das duas redes quando se avalia a valorização dos profissionais da educação, evitando generalizações que possam ocultar diferenças importantes nas condições de trabalho e carreira.

e) Quanto a média mensal salarial por unidade da federação do Brasil

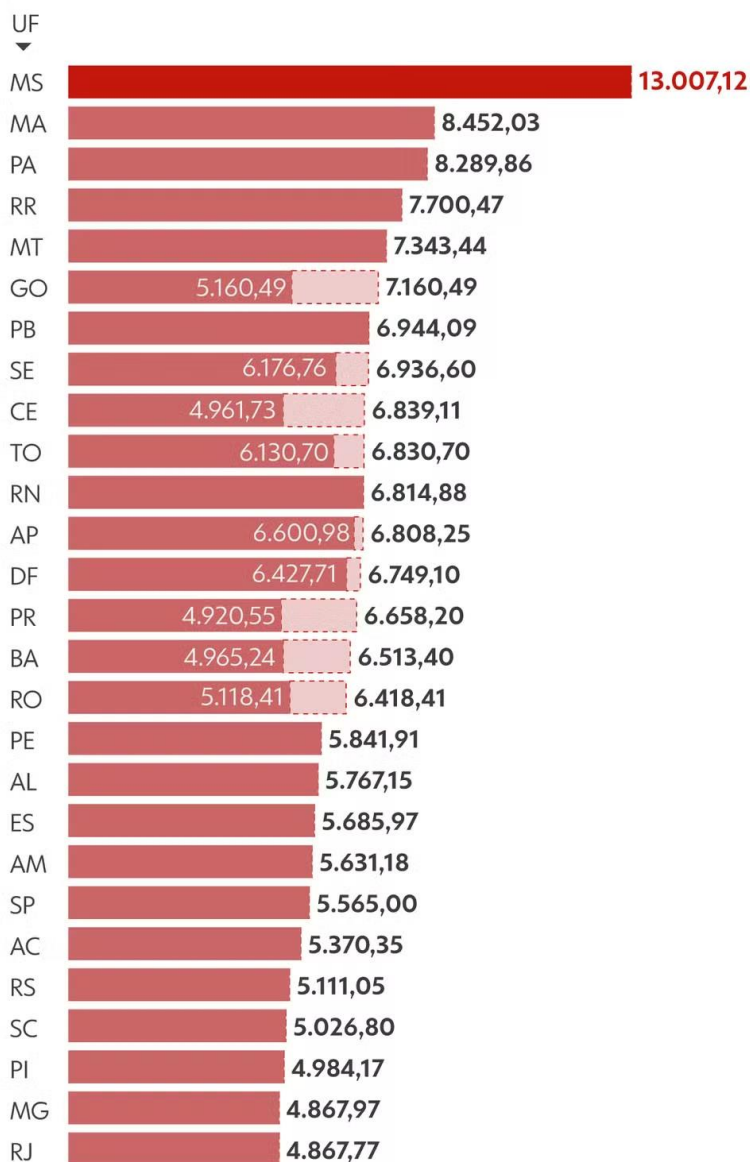
Imagem 01 – Ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras

Salário docente inicial

Valores não consideram adicionais por tempo de serviço pagos por algumas UF

Remuneração em R\$

■ Sem gratificação ■ Com gratificação



Fonte: Movimento Profissão Docente
Infográfico elaborado em: 04/03/2026

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/03/05/salario-inicial-de-professor-da-rede-estadual-valores-por-estado.shtml> (Acesso em: 08/07/2026).

A imagem apresenta um **ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras**, elaborado pelo Movimento Profissão Docente e divulgado pelo g1 em **04/03/2026**. Os valores correspondem à **remuneração inicial da carreira docente**, indicando, em alguns estados, o salário-base e, quando aplicável, a remuneração acrescida

de gratificações. O próprio gráfico ressalta que **não estão incluídos adicionais por tempo de serviço** pagos por algumas unidades da federação.

Análise geral: o primeiro aspecto que chama atenção é a grande desigualdade salarial entre os estados brasileiros. A remuneração inicial varia de R\$ 4.867,77, no Rio de Janeiro, até R\$ 13.007,12, no Mato Grosso do Sul, uma diferença superior a R\$ 8 mil mensais. Isso significa que um professor iniciante em Mato Grosso do Sul recebe aproximadamente 2,7 vezes mais que um professor em início de carreira no Rio de Janeiro.

Essa disparidade evidencia que, embora exista um Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, os estados adotam estruturas remuneratórias bastante distintas, influenciadas por fatores como:

- capacidade financeira;
- políticas de valorização do magistério;
- estrutura dos planos de carreira;
- composição entre vencimento básico e gratificações.

Os maiores salários apresentados são:

Estado	Remuneração inicial
Mato Grosso do Sul	R\$ 13.007,12
Maranhão	R\$ 8.452,03
Pará	R\$ 8.289,86
Roraima	R\$ 7.700,47
Mato Grosso	R\$ 7.343,44

O caso do Mato Grosso do Sul é um destaque absoluto, pois seu salário inicial está muito acima do segundo colocado, indicando uma política diferenciada de valorização docente.

Estados na faixa intermediária, diversos estados apresentam remunerações entre aproximadamente R\$ 6.400 e R\$ 7.200, entre eles:

- Goiás
- Paraíba
- Sergipe
- Ceará
- Tocantins
- Rio Grande do Norte
- Amapá
- Distrito Federal
- Paraná
- Bahia
- Rondônia

Essa faixa demonstra um esforço de valorização acima do piso nacional, embora com diferenças importantes na composição da remuneração.

Estados com menores salários. Na parte inferior do ranking aparecem:

Estado	Salário inicial
Rio de Janeiro	R\$ 4.867,77
Minas Gerais	R\$ 4.867,97
Piauí	R\$ 4.984,17

Santa Catarina	R\$ 5.026,80
Rio Grande do Sul	R\$ 5.111,05

Esses valores estão próximos do Piso Nacional do Magistério, indicando menor margem de valorização salarial na entrada da carreira.

Importância das gratificações

O gráfico diferencia:

- salário sem gratificação (barra contínua);
- salário com gratificação (barra tracejada).

Nos estados como:

- Goiás;
- Ceará;
- Tocantins;
- Paraná;
- Bahia;
- Rondônia;
- Distrito Federal;
- Sergipe;
- Amapá,
- parte significativa da remuneração depende de gratificações.

Isso significa que o vencimento básico pode ser consideravelmente inferior ao valor efetivamente recebido. Por exemplo:

Goiás

- vencimento básico: R\$ 5.160,49
- remuneração com gratificações: R\$ 7.160,49

Há um acréscimo de aproximadamente R\$ 2.000, 00 evidenciando forte dependência de vantagens remuneratórias.

O Rio Grande do Sul aparece com remuneração inicial de R\$ 5.111,05, ocupando uma posição entre as menores do país.

Esse dado indica que:

- o estado remunera pouco acima do piso nacional;
- está distante das políticas salariais adotadas pelos estados líderes do ranking;
- há espaço para fortalecimento da valorização docente por meio da revisão da carreira e da ampliação do vencimento básico.

A análise permite destacar cinco aspectos centrais:

- Existe elevada desigualdade federativa na remuneração inicial dos professores, contrariando o princípio de valorização equitativa do magistério previsto na Constituição e na LDB.
- O Mato Grosso do Sul constitui um caso atípico, apresentando remuneração inicial muito superior aos demais estados.
- Diversos estados dependem de gratificações para elevar a remuneração, o que pode tornar a estrutura salarial menos estável do que quando a valorização ocorre por meio do vencimento básico.
- Os estados do Sul e Sudeste não ocupam necessariamente as melhores posições do ranking. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio

de Janeiro aparecem entre os menores salários iniciais, enquanto estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste figuram entre os maiores.

O levantamento reforça que a valorização docente não depende apenas do cumprimento do piso nacional, mas também da existência de planos de carreira estruturados, progressões atrativas e vencimentos básicos consistentes, capazes de promover a permanência e a atratividade da profissão docente.

Fontes Consultadas:

- Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao vencimento inicial dos professores municipais, jornada de trabalho, hora-atividade e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (consulta realizada em julho de 2026).
- Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, atualizada pela Lei nº 15.437/2026, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica e estabelece a composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério.
- Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizado para caracterização das normas aplicáveis aos profissionais da Rede Estadual de Ensino.
- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), utilizado como base estatística para os dados de rendimento médio mensal por Unidade da Federação, divulgados pelo G1 Economia.
- G1 Economia. *Quem paga mais no Brasil? Veja o salário médio no seu estado*. Publicado em 25 de junho de 2026. Dados baseados no CEMPRE/IBGE.

B) ANÁLISE CAUSAL

Causa 01 – Política remuneratória fortemente referenciada no cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, com reduzida margem permanente de valorização do vencimento inicial acima do mínimo nacional: a série histórica demonstra que, embora o município cumpra predominantemente o piso, em vários anos o vencimento ficou muito próximo do mínimo nacional. Portanto, a causa não é o “descumprimento contínuo do piso”, mas a baixa consolidação de ganhos remuneratórios reais e permanentes acima do mínimo legal.

Causa 02 – Ausência de mecanismo permanente de atualização automática do vencimento básico municipal em consonância com os reajustes nacionais do Piso Salarial Profissional Nacional: as pequenas diferenças negativas identificadas em 2015 e 2024 evidenciam a possibilidade de defasagens residuais entre o reajuste nacional e a atualização da remuneração municipal. O próprio documento aponta a necessidade de acompanhamento anual e planejamento orçamentário para impedir novas defasagens.

Causa 03 – Insuficiência de incentivos financeiros específicos para profissionais que exercem atividades docentes em condições diferenciadas ou de maior complexidade pedagógica: o Plano de Carreira não prevê gratificação específica para professores que atuam em classes ou turmas multisseriadas nem adicional de difícil acesso, apesar das particularidades que podem envolver essas condições de exercício profissional.

Causa 04 – Ausência de política municipal de apoio financeiro direto à formação acadêmica em nível de pós-graduação: embora o Plano de Carreira reconheça a titulação para fins de progressão, o município não dispõe de bolsas ou incentivos financeiros específicos para custear a pós-graduação dos profissionais. Isso pode limitar o acesso à formação acadêmica mais elevada.

Causa 05 – Estratégias de valorização e permanência profissional ainda pouco diversificadas no Plano de Carreira: apesar da existência de progressão por formação, tempo de serviço e merecimento, funções gratificadas e prêmio por assiduidade, permanecem limitados outros mecanismos destinados à permanência, ao reconhecimento e à atratividade da carreira docente. O documento identifica expressamente a necessidade de ampliar e diversificar as estratégias de valorização.

Causa 06 – Limitação dos mecanismos de valorização vinculados às especificidades e às diferentes condições do exercício da docência: as gratificações existentes concentram-se em determinadas funções, como Sala de Recursos Multifuncional, unidocência, Coordenação Pedagógica e Direção Escolar. Dessa forma, nem todas as situações de maior complexidade ou condições diferenciadas de trabalho possuem mecanismos específicos de reconhecimento financeiro.

Causa 07 – Desigualdade das políticas de carreira e remuneração entre as redes municipal e estadual presentes no território: no município coexistem profissionais submetidos a regimes de carreira, progressão, remuneração e benefícios distintos, conforme a vinculação à rede municipal ou estadual. Essa fragmentação dificulta a construção de um cenário territorial mais equitativo de valorização do magistério.

Causa 08 – Contexto estadual de baixa valorização da remuneração inicial docente, que contribui para reduzir a atratividade social e profissional do magistério: o ranking apresentado na página 8 posiciona o Rio Grande do Sul entre os estados com menores salários iniciais docentes do país, com remuneração inicial de R\$ 5.111,05. Esse contexto regional pode contribuir para a redução da atratividade da profissão e reforçar desafios relacionados à valorização do magistério.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 - Política remuneratória com reduzida margem permanente de valorização acima do Piso Nacional.**
- **Causa 02 - Ausência de mecanismo permanente de atualização do vencimento básico em consonância com os reajustes nacionais do Piso.**
- **Causa 03 - Insuficiência de incentivos financeiros para condições diferenciadas e de maior complexidade do exercício docente.**
- **Causa 04 - Ausência de política municipal de apoio financeiro à formação em nível de pós-graduação.**
- **Causa 05 - Estratégias de valorização, reconhecimento e permanência profissional ainda pouco diversificadas.**
- **Causa 06 - Limitação dos mecanismos de valorização vinculados às especificidades do trabalho docente.**
- **Causa 07 - Desigualdade das políticas de carreira e remuneração entre as redes de ensino presentes no território.**

- Causa 08 - Contexto estadual de baixa remuneração inicial e reduzida atratividade da carreira docente.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 17 do PNE



Fonte: autoria própria.

Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Problema: INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise do Problema 18 – Insuficiência e fragilidade da representação e da participação social no planejamento e na gestão educacional parte da compreensão de que a gestão democrática constitui princípio fundamental para a organização da educação pública e pressupõe a participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade nos processos de planejamento, decisão, acompanhamento e controle social das políticas educacionais. Nesse sentido, a análise descritiva busca identificar as condições de participação e governança educacional existentes no município de Sagrada Família/RS, considerando os marcos legais da gestão democrática, a atuação dos órgãos colegiados e instâncias de controle social, os mecanismos de escolha das equipes diretivas, a representação estudantil e familiar, a organização do Sistema Municipal de Ensino e a participação da comunidade escolar na elaboração dos documentos institucionais. A leitura articulada desses elementos permite reconhecer os avanços já consolidados e, simultaneamente, identificar fragilidades e desafios relacionados à ampliação da representatividade, à efetividade da participação social e ao fortalecimento dos processos democráticos na gestão da educação municipal.

DESCRIPTORIOS¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: O município possui Lei de Gestão Democrática, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselhos Escolares, CACS-Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar formalmente instituídos, com níveis de atuação entre 8 e 10, evidenciando a existência e o funcionamento de mecanismos institucionais de participação, gestão colegiada e controle social.**
- ➔ **Descritor 02: Os cargos de Diretor e Vice-Diretor das escolas municipais são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, sem previsão de eleição ou consulta direta à comunidade escolar, enquanto a Rede Estadual adota processo que combina mérito técnico e consulta à comunidade escolar.**
- ➔ **Descritor 03: As escolas das redes municipal e estadual não possuem Grêmios Estudantis instituídos, nem legislação específica que regule sua criação e funcionamento, limitando os espaços formais de representação e participação dos estudantes nos processos de gestão escolar.**
- ➔ **Descritor 04: Na Rede Estadual, as Associações de Pais e Mestres estão presentes em todas as escolas, porém apresentam nível de atuação 5 em uma escala de 1 a 10; na Rede Municipal, os dados disponíveis não permitem**

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

confirmar a existência, abrangência e atuação dessas instâncias de representação das famílias.

- ➔ **Descritor 05: O Fórum Municipal de Educação, instituído em 2026 e composto por 10 membros de seis grupos de representação ligados à gestão e aos profissionais da educação, apresenta nível de atuação 8 e participação relevante na elaboração do novo PME, porém sua recente instituição evidencia a necessidade de consolidar sua atuação permanente e ampliar progressivamente a representação de diferentes segmentos da sociedade.**
- ➔ **Descritor 06: Todas as escolas municipais possuem Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar atualizados em 2026, elaborados com participação de diferentes segmentos da comunidade escolar e aprovados pelos Conselhos Escolares, evidenciando mecanismos de construção coletiva dos documentos institucionais.**

a) Lei de Gestão Democrática

O município de Sagrada Família/RS possui legislação específica que regulamenta a gestão democrática do ensino público municipal. A Lei Municipal nº 1.346/2018, de 08 de agosto de 2018, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal e estabelece as diretrizes para sua organização e efetivação no âmbito da rede municipal de ensino.

A existência de legislação própria representa um importante avanço na consolidação dos princípios da participação, autonomia, transparência e corresponsabilidade na gestão educacional. A regulamentação municipal fortalece os mecanismos de organização da educação pública e oferece respaldo legal para a participação da comunidade escolar nos processos relacionados à gestão das instituições de ensino.

Dessa forma, verifica-se que Sagrada Família dispõe de um marco normativo específico para a gestão democrática, constituindo uma condição institucional favorável à ampliação da participação social e ao fortalecimento da gestão educacional democrática no município.

No âmbito da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, a gestão democrática encontra-se regulamentada pela Lei Estadual nº 16.088/2024, que estabelece disposições relacionadas à gestão democrática do ensino público estadual.

A existência de legislação específica constitui importante instrumento para a organização da gestão educacional, fortalecendo princípios como participação, transparência, autonomia e corresponsabilidade da comunidade escolar nos processos de gestão.

Dessa forma, verifica-se que a Rede Estadual dispõe de marco legal próprio para a gestão democrática, contribuindo para a institucionalização de mecanismos de participação e para o fortalecimento da gestão democrática nas instituições estaduais de ensino.

b) Conselhos Escolares

O município de Sagrada Família/RS possui Conselhos Escolares instituídos em todas as escolas da rede municipal de ensino, com respaldo na Lei Municipal nº 839, de 29

de dezembro de 2009. As instâncias encontram-se formalmente organizadas e constituídas por meio de atas, assegurando sua presença nas unidades escolares.

Quanto à efetividade de sua atuação, os Conselhos Escolares foram avaliados com nível 10, em uma escala de 1 a 10, sendo considerados muito atuantes. Esse resultado evidencia a participação efetiva dessas instâncias na vida escolar e demonstra um cenário positivo de fortalecimento da gestão democrática.

Dessa forma, a existência e a atuação dos Conselhos Escolares constituem importante mecanismo de participação da comunidade escolar e de gestão colegiada, contribuindo para a tomada coletiva de decisões, o acompanhamento das ações educacionais e a consolidação dos princípios da gestão democrática no município.

A Escola Estadual Olímpio Garibaldi Villarinho também tem Conselho Escolar.

c) Escolha de Diretores das Escolas Públicas

A Lei de Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Sagrada Família/RS estabelece que os cargos de Diretor e Vice-Diretor das escolas municipais são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, não havendo previsão de eleição ou consulta direta à comunidade escolar para a escolha desses profissionais.

Embora a legislação municipal regulamente a gestão democrática, o processo eleitoral previsto na norma está direcionado aos membros dos Conselhos Escolares, não abrangendo os cargos de direção e vice-direção das unidades de ensino.

Dessa forma, identifica-se que a escolha das equipes diretivas permanece vinculada à designação pelo Poder Executivo Municipal, evidenciando possibilidade de aprimoramento dos mecanismos de participação da comunidade escolar nos processos de gestão. Esse aspecto merece atenção no planejamento educacional, especialmente quanto ao fortalecimento dos princípios de participação, transparência e gestão democrática do ensino público.

A escolha de diretores e vice-diretores na rede estadual do Rio Grande do Sul é regulamentada pela [Lei nº 16.088/2024](#), que estabelece o modelo de Gestão Democrática do Ensino. O processo atual combina etapas de mérito técnico e consulta à comunidade escolar.

As principais diretrizes para a designação de diretores incluem:

- **Etapas Técnicas:** Para concorrer, o profissional do magistério deve passar por um processo seletivo composto por curso de gestão escolar, prova de conhecimentos específicos e elaboração de um plano de gestão.
- **Consulta Popular:** Após a habilitação nas etapas técnicas, ocorre a eleição (consulta à comunidade) que envolve a participação de professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis.
- **Mandato:** O mandato da equipe diretiva é de quatro anos.

d) Grêmios Estudantis

As escolas municipais e estadual não possuem Grêmios Estudantis instituídos nas escolas da rede municipal, tampouco legislação que regulamente sua criação e funcionamento. A inexistência desse importante espaço de representação estudantil limita

as oportunidades de participação dos estudantes nos processos de gestão escolar, no exercício da cidadania, na formação para a liderança juvenil e no fortalecimento da cultura democrática no ambiente educacional.

e) Associações de Pais e Mestres (APM/CPM)

No que se refere à Rede Municipal de Ensino de Sagrada Família/RS, os dados apresentados não informam se existem Associações de Pais e Mestres ou entidade equivalente em todas as escolas, nem indicam legislação específica de instituição dessas organizações. Dessa forma, não é possível caracterizar sua existência, abrangência e atuação na rede municipal com base nas informações disponíveis, sendo necessária a complementação dos dados.

Na Rede Estadual de Ensino, existem Associações de Pais e Mestres em todas as escolas, instituídas com respaldo na Lei Estadual nº 5.227/1966. Quanto à efetividade da participação, essas associações foram avaliadas com nível 5, em uma escala de 1 a 10, indicando uma atuação intermediária.

Os dados evidenciam que, embora essas instâncias estejam formalmente constituídas na Rede Estadual, há possibilidade de fortalecimento de sua atuação e da participação das famílias na vida escolar. A ampliação do envolvimento dos pais e responsáveis pode contribuir para a gestão democrática, a corresponsabilidade educacional e a aproximação entre escola, família e comunidade.

f) Fórum Municipal de Educação

O município de Sagrada Família/RS possui Fórum Municipal de Educação (FME), instituído recentemente por meio da Portaria nº 078/2026. O Fórum é composto por 10 membros, contemplando representantes da Secretaria Municipal de Educação, das direções das escolas municipais, do Conselho Municipal de Educação, dos setores administrativos da Prefeitura Municipal, dos professores e das coordenações pedagógicas.

Embora seja uma instância de constituição recente, o Fórum Municipal de Educação já apresenta atuação significativa, avaliada em nível 8, em uma escala de 1 a 10. Sua participação tem sido essencial no processo de levantamento e análise dos dados educacionais, realização de avaliações e elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME).

Nesse contexto, a instituição e a atuação do Fórum representam um importante avanço para o fortalecimento da participação social e da gestão democrática da educação municipal. Contudo, considerando sua recente criação, destaca-se a necessidade de consolidar sua atuação permanente, ampliar progressivamente a participação dos diferentes segmentos da sociedade e assegurar sua efetiva contribuição nos processos de monitoramento, avaliação e acompanhamento das políticas educacionais e do novo PME.

g) Conselho Municipal de Educação

O município de Sagrada Família/RS possui Conselho Municipal de Educação (CME), formalmente instituído e atualmente regulamentado pela Lei Municipal nº 1.660/2024, de 17 de abril de 2024, que reestrutura o Conselho Municipal de Educação e estabelece disposições relacionadas à sua organização e funcionamento.

Quanto à efetividade de sua atuação, o CME foi avaliado com nível 10, em uma escala de 1 a 10, sendo considerado altamente atuante. Esse resultado evidencia o protagonismo do Conselho no acompanhamento, na discussão e no fortalecimento das políticas educacionais municipais.

A reestruturação recente do CME, associada ao elevado nível de atuação, representa um aspecto positivo para a gestão democrática da educação em Sagrada Família/RS, fortalecendo a participação colegiada, o controle social e a atuação normativa e consultiva no âmbito educacional. Dessa forma, o Conselho constitui uma instância estratégica para o planejamento, o acompanhamento e a consolidação das políticas públicas de educação no município.

h) Sistema Municipal de Ensino

O município possui **Sistema Municipal de Ensino** instituído pela **Lei Municipal nº 768, de 27 de outubro de 2005**, demonstrando autonomia para organizar, normatizar e gerir sua rede de ensino em conformidade com a legislação educacional vigente. A institucionalização do Sistema fortalece a capacidade do município de formular e implementar políticas educacionais alinhadas às necessidades locais, promovendo maior articulação entre os órgãos e instituições que compõem a educação municipal.

A existência do Sistema Municipal de Ensino representa um importante avanço para a consolidação da gestão democrática e da governança educacional, ao conferir maior autonomia na definição de normas, no acompanhamento das instituições de ensino e na coordenação das políticas públicas educacionais. Esse instrumento contribui para o fortalecimento do planejamento, da gestão e da qualidade da educação ofertada pelo município.

i) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb)

O município de Sagrada Família/RS possui Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb), com sua composição instituída por meio da Portaria nº 014/2023. O Conselho constitui importante instância de participação e controle social, atuando no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos vinculados ao Fundeb.

Quanto à efetividade de sua atuação, o CACS-Fundeb foi avaliado com nível 8, em uma escala de 1 a 10, demonstrando atuação significativa no acompanhamento dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e à valorização dos profissionais da educação.

Dessa forma, a existência e a atuação do CACS-Fundeb representam um aspecto positivo para a transparência, o controle social e a gestão democrática dos recursos educacionais em Sagrada Família/RS. Entretanto, a avaliação em nível 8 indica que ainda existem possibilidades de fortalecimento de sua atuação, especialmente por meio da formação continuada dos conselheiros, da ampliação da divulgação de suas ações e da consolidação dos mecanismos de acompanhamento e participação social.

j) Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O município de **Sagrada Família/RS possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE)**, com sua composição instituída por meio da **Portaria nº 070/2026**. O Conselho constitui importante instância de **participação e controle social**, atuando no acompanhamento e na fiscalização das ações relacionadas à alimentação escolar.

Quanto à efetividade de sua atuação, o CAE foi avaliado com **nível 10, em uma escala de 1 a 10**, sendo considerado **altamente atuante**. Essa avaliação evidencia a participação efetiva do Conselho no acompanhamento da execução da política de alimentação escolar e no exercício de suas atribuições de controle social.

Dessa forma, a existência e a elevada atuação do CAE representam um **aspecto positivo da gestão democrática e da participação social em Sagrada Família/RS**, contribuindo para a transparência, a fiscalização e o acompanhamento da política de alimentação escolar no município.

k) Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Na Rede Municipal de Ensino de Sagrada Família/RS, todas as escolas possuem Projeto Político-Pedagógico (PPP), com atualização realizada no ano de 2026. A elaboração ocorre de forma coletiva, envolvendo equipe diretiva, professores, funcionários, Conselho Escolar, pais, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar, evidenciando a participação de diferentes segmentos na organização das propostas pedagógicas das instituições.

Após o processo de construção coletiva, o PPP é aprovado pelo Conselho Escolar e encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para análise e homologação, considerando sua conformidade com a legislação e as normas educacionais aplicáveis. Esse processo demonstra a existência de mecanismos de participação e corresponsabilidade na definição da identidade, das prioridades e das ações pedagógicas das escolas municipais.

Na Rede Estadual de Ensino, todas as escolas também possuem Projeto Político-Pedagógico, atualizado em 2026. A organização do documento conta com a participação da gestão escolar, sendo sua aprovação realizada pelo Conselho Escolar. Posteriormente, os documentos são submetidos à Coordenadoria Regional de Educação (CRE), no âmbito das atribuições da Rede Estadual.

De modo geral, os dados demonstram um cenário positivo quanto à institucionalização e atualização dos Projetos Político-Pedagógicos nas duas redes de ensino. Na Rede Municipal, destaca-se especialmente a amplitude da participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP, fortalecendo os princípios da

gestão democrática, da construção coletiva e da participação social no planejamento educacional.

I) Regimento Escolar

Na Rede Municipal de Ensino de Sagrada Família/RS, todas as escolas possuem Regimento Escolar, com atualização realizada no ano de 2026. O processo de elaboração ocorre de forma participativa, envolvendo a equipe diretiva, professores, demais profissionais da escola, Conselho Escolar, pais ou responsáveis, estudantes, quando pertinente, e a comunidade escolar.

Após a construção coletiva, o Regimento Escolar é discutido e aprovado pelo Conselho Escolar, instância colegiada responsável pela deliberação no âmbito da unidade de ensino. Esse processo encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.346/2018, que prevê a participação do Conselho Escolar na elaboração e na coordenação das discussões relacionadas ao Regimento Escolar. Dessa forma, evidencia-se a existência de mecanismos de participação da comunidade escolar na definição das normas que orientam a organização e o funcionamento das instituições municipais.

Na Rede Estadual de Ensino, todas as escolas também possuem Regimento Escolar. A última atualização ocorreu em 2024, estando os documentos atualmente em processo de atualização. A organização e a discussão do Regimento contam com a participação da comunidade escolar, fortalecendo o caráter coletivo de sua construção. No âmbito da Rede Estadual, o documento é submetido aos procedimentos de análise e aprovação da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), conforme as normas aplicáveis à rede.

De modo geral, os dados demonstram um cenário favorável à gestão democrática nas duas redes de ensino. Na Rede Municipal, destaca-se a atualização dos Regimentos Escolares em 2026 e a participação ampliada dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Na Rede Estadual, embora os documentos estejam em processo de atualização, verifica-se a participação da comunidade escolar em sua organização. Assim, os Regimentos Escolares configuram-se como importantes instrumentos de participação, organização institucional e consolidação da gestão democrática no ambiente escolar.

B) ANÁLISE CAUSAL

O município já possui uma estrutura institucional significativa de gestão democrática, com legislação própria, conselhos, Fórum Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino e processos participativos de elaboração dos documentos escolares. Portanto, as causas do Problema 18 estão mais relacionadas à amplitude, representatividade e efetividade da participação do que à inexistência de instâncias democráticas.

Causa 01 – Limitação da participação da comunidade escolar no processo de escolha das equipes diretivas da Rede Municipal de Ensino: a legislação municipal mantém os cargos de Diretor e Vice-Diretor como de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, sem eleição ou consulta direta à comunidade escolar. Esse modelo restringe a participação dos diferentes segmentos da escola em uma decisão relevante da gestão educacional.

Causa 02 – Ausência de mecanismos formais de representação e participação estudantil nas unidades escolares: a inexistência de Grêmios Estudantis nas redes municipal e estadual reduz os espaços institucionais destinados à manifestação, organização e participação dos estudantes nos processos escolares.

Causa 03 – Ausência de regulamentação e de política institucional de incentivo à criação e ao funcionamento de Grêmios Estudantis: além de não existirem Grêmios Estudantis, o documento informa a inexistência de legislação específica para regulamentar sua criação e funcionamento, fragilizando a institucionalização da participação estudantil.

Causa 04 – Fragilidade dos mecanismos de participação organizada das famílias na gestão educacional: na Rede Estadual, as Associações de Pais e Mestres apresentam nível de atuação 5. Na Rede Municipal, os dados disponíveis sequer permitem caracterizar a existência e a abrangência dessas organizações. Esse cenário demonstra fragilidade na institucionalização e no acompanhamento dos espaços específicos de representação das famílias.

Causa 05 – Participação ainda intermediária das famílias nas instâncias associativas escolares: a atuação das Associações de Pais e Mestres da Rede Estadual, avaliada em nível 5, evidencia a necessidade de ampliar o envolvimento de pais e responsáveis na vida escolar e nos processos coletivos de acompanhamento e gestão.

Causa 06 – Instituição recente do Fórum Municipal de Educação, ainda em processo de consolidação de sua atuação permanente: o Fórum Municipal de Educação foi instituído somente em 2026. Embora apresente atuação significativa, com avaliação 8, sua recente criação exige a consolidação de rotinas permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais.

Causa 07 – Representatividade ainda restrita de segmentos sociais na composição do Fórum Municipal de Educação: a composição descrita concentra-se principalmente em representantes da administração municipal e dos profissionais e órgãos da educação. O próprio diagnóstico aponta a necessidade de ampliar progressivamente a participação de diferentes segmentos da sociedade, fortalecendo a pluralidade da representação social.

Causa 08 – Necessidade de fortalecimento contínuo da atuação e da visibilidade das instâncias de controle social: embora o CACS-Fundeb apresente nível de atuação 8, o documento identifica possibilidades de avanço relacionadas à formação continuada dos conselheiros, à divulgação das ações e à consolidação dos mecanismos de acompanhamento e participação social.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 - Limitação da participação da comunidade escolar na escolha das equipes diretivas da Rede Municipal de Ensino.**
- **Causa 02 - Ausência de mecanismos formais de representação e participação estudantil nas unidades escolares.**
- **Causa 03 - Ausência de regulamentação e de política institucional de incentivo aos Grêmios Estudantis.**
- **Causa 04 - Fragilidade dos mecanismos de participação organizada das famílias na gestão educacional.**
- **Causa 05 - Participação ainda intermediária das famílias nas instâncias associativas escolares.**

- Causa 06 - Instituição recente do Fórum Municipal de Educação e necessidade de consolidação de sua atuação permanente.
- Causa 07 - Representatividade ainda restrita de segmentos sociais na composição do Fórum Municipal de Educação.
- Causa 08 - Necessidade de fortalecimento da formação, divulgação e visibilidade das ações das instâncias de controle social.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 18 do PNE



Fonte: autoria própria.

TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema 19: BAIXA QUALIDADE E INIQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 19 – Baixa qualidade e iniquidade nas condições de oferta da Educação Básica busca compreender as condições estruturais, tecnológicas e financeiras que sustentam a oferta educacional no município de Sagrada Família/RS. O diagnóstico considera dados relativos à infraestrutura física das escolas, acessibilidade, climatização das salas, espaços pedagógicos, científicos, culturais e esportivos, infraestrutura específica da Educação Infantil, conectividade, disponibilidade e distribuição de equipamentos tecnológicos, bem como as fontes e a aplicação dos recursos destinados ao financiamento da educação. Conforme evidenciado ao longo do documento, especialmente nos indicadores de infraestrutura e nas análises financeiras, embora o município apresente cobertura satisfatória de serviços essenciais e cumprimento das vinculações do Fundeb, persistem fragilidades e desigualdades na disponibilidade de ambientes e recursos educacionais entre unidades e etapas de ensino, exigindo planejamento e investimentos progressivos para assegurar condições de oferta mais equitativas, acessíveis e adequadas às necessidades contemporâneas da Educação Básica.

DESCRIPTORIOS¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Apenas 67% das escolas apresentam acessibilidade, 0% possuem laboratório de informática, 33% dispõem de laboratório de ciências, 33% possuem biblioteca e 0% contam com quadra de esportes, evidenciando insuficiência e baixa diversificação dos espaços pedagógicos, tecnológicos, científicos, culturais e esportivos nas escolas do território municipal.
- ➔ **Descritor 02:** Das 24 salas utilizadas nas escolas de Educação Básica do território municipal, 14 são climatizadas (58,33%) e 10 não possuem climatização (41,67%), com expressiva desigualdade entre as unidades escolares, cuja cobertura varia de 20% a 100%.
- ➔ **Descritor 03:** 0% das unidades públicas de Educação Infantil atendem simultaneamente a todos os itens de infraestrutura básica avaliados, especialmente em razão da ausência de biblioteca ou sala de leitura, e 0% reúnem integralmente os itens de infraestrutura específica para a etapa, com ausência de materiais para atividades artísticas e áreas verdes e presença de banheiro infantil em apenas 50% das unidades.
- ➔ **Descritor 04:** Embora 100% das escolas possuam internet e banda larga, nenhuma unidade dispõe de laboratório de informática e apenas 66,66% registram internet disponível diretamente aos alunos, enquanto somente 33,33% apresentam acesso à internet por computador e 33,33% por

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

dispositivos pessoais, evidenciando limitações na democratização do acesso pedagógico às tecnologias digitais.

- ➔ **Descritor 05:** A distribuição dos equipamentos tecnológicos é desigual entre as escolas: dos 51 computadores portáteis destinados aos alunos, 50 estão concentrados na escola estadual, correspondendo a aproximadamente 98% do total, enquanto as unidades municipais apresentam reduzida disponibilidade de dispositivos móveis e equipamentos tecnológicos diversificados.
- ➔ **Descritor 06:** Em 2025, foram identificados R\$ 227.514,03 em transferências de programas e fontes federais complementares para a educação, enquanto o Fundeb registrou R\$ 2.819.032,28 em receitas e R\$ 2.695.094,17 em despesas, porém não houve registro de despesas de capital no demonstrativo analisado, apesar das fragilidades existentes na infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das escolas.

1) Dados sobre a infraestrutura da educação básica municipal

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos por etapa de ensino



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 04/07/2026)

O Gráfico 01 apresenta dados referentes à **infraestrutura e aos recursos disponíveis nas escolas de Sagrada Família, no ano de 2025**, considerando os anos iniciais, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A análise permite identificar diferenças na disponibilidade de espaços, equipamentos e recursos tecnológicos entre as etapas de ensino, evidenciando condições distintas de oferta educacional.

No campo da **conectividade**, observa-se maior presença de acesso à internet e de internet destinada aos alunos em determinadas etapas de ensino. Entretanto, os dados indicam que a disponibilidade desses recursos não ocorre de forma homogênea entre todas as etapas. Essa diferença merece atenção diante da crescente incorporação das

tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem e da necessidade de garantir condições equitativas de acesso aos recursos tecnológicos.

Quanto aos **espaços destinados às práticas pedagógicas específicas**, o gráfico demonstra fragilidades relacionadas à presença de **laboratórios de informática e laboratórios de ciências**. A reduzida disponibilidade desses ambientes pode limitar a realização de atividades práticas, experimentais e investigativas, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, etapas em que a diversificação das metodologias e o desenvolvimento de práticas científicas assumem maior relevância.

A disponibilidade de **quadras de esportes** também se apresenta de forma limitada ou desigual entre as etapas analisadas. Essa condição pode interferir no desenvolvimento das práticas corporais, esportivas e recreativas, exigindo atenção quanto à adequação dos espaços destinados ao componente curricular de Educação Física e às demais atividades escolares.

Em relação aos espaços de apoio pedagógico e cultural, verifica-se a presença de **biblioteca ou sala de leitura**, porém com diferenças entre as etapas de ensino. A existência desses ambientes é fundamental para o incentivo à leitura, à pesquisa e à ampliação do repertório cultural dos estudantes, sendo importante assegurar sua disponibilidade, adequação e utilização pedagógica em todas as unidades escolares.

Os dados relacionados aos **banheiros** indicam maior disponibilidade desse recurso básico, enquanto a existência de **banheiro adaptado para pessoas com deficiência (PCD)** apresenta menor abrangência. Esse aspecto evidencia a necessidade de atenção às condições de acessibilidade da infraestrutura escolar, considerando o direito de todos os estudantes a ambientes seguros, acessíveis e adequados às suas necessidades.

Também se observa fragilidade quanto à disponibilidade de **auditórios**, indicando a reduzida presença de espaços específicos para reuniões, apresentações, atividades culturais e ações coletivas da comunidade escolar.

De modo geral, o gráfico evidencia que **a infraestrutura e os recursos educacionais não estão distribuídos de maneira uniforme entre as diferentes etapas de ensino em Sagrada Família**. Embora sejam identificados avanços na oferta de conectividade, banheiros e alguns espaços pedagógicos, permanecem desafios relacionados principalmente à **acessibilidade, aos laboratórios de informática e de ciências, às quadras esportivas, às bibliotecas ou salas de leitura e aos espaços de uso coletivo**.

Assim, os dados reforçam a necessidade de **planejamento e investimento contínuo na qualificação da infraestrutura escolar**, com prioridade para a redução das desigualdades entre as etapas de ensino e para a garantia de condições adequadas, acessíveis e equitativas de oferta da educação básica.

Painel 01- Infraestrutura da educação básica do território municipal



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 04/07/2026)

O Painel 01 apresenta um panorama das condições de infraestrutura das escolas de Educação Básica localizadas no território de Sagrada Família/RS, com base nos dados do Censo Escolar de 2025. Os indicadores evidenciam avanços importantes em serviços essenciais, mas também revelam fragilidades significativas na disponibilidade de espaços e equipamentos pedagógicos.

Os dados demonstram que 100% das escolas possuem alimentação fornecida, água tratada por rede pública, energia elétrica da rede pública, coleta periódica de lixo e acesso à banda larga. Esses indicadores representam um cenário positivo quanto às condições básicas de funcionamento das instituições escolares, assegurando serviços essenciais ao atendimento dos estudantes.

Em relação à acessibilidade, apenas 67% das escolas apresentam condições de acessibilidade. Isso significa que aproximadamente um terço das unidades escolares ainda não atende ao indicador analisado, evidenciando a necessidade de investimentos para garantir ambientes escolares acessíveis e adequados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Quanto aos recursos pedagógicos, 67% das escolas possuem televisão e apenas 33% dispõem de biblioteca. A baixa presença de bibliotecas constitui uma fragilidade relevante, considerando a importância desses espaços para o desenvolvimento das práticas de leitura, pesquisa e ampliação do repertório cultural dos estudantes.

A situação dos espaços destinados às atividades científicas e tecnológicas também merece atenção. Nenhuma escola possui laboratório de informática (0%), enquanto apenas 33% possuem laboratório de ciências. Esses dados evidenciam limitações na infraestrutura destinada às práticas experimentais, à investigação científica e ao desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas às tecnologias digitais.

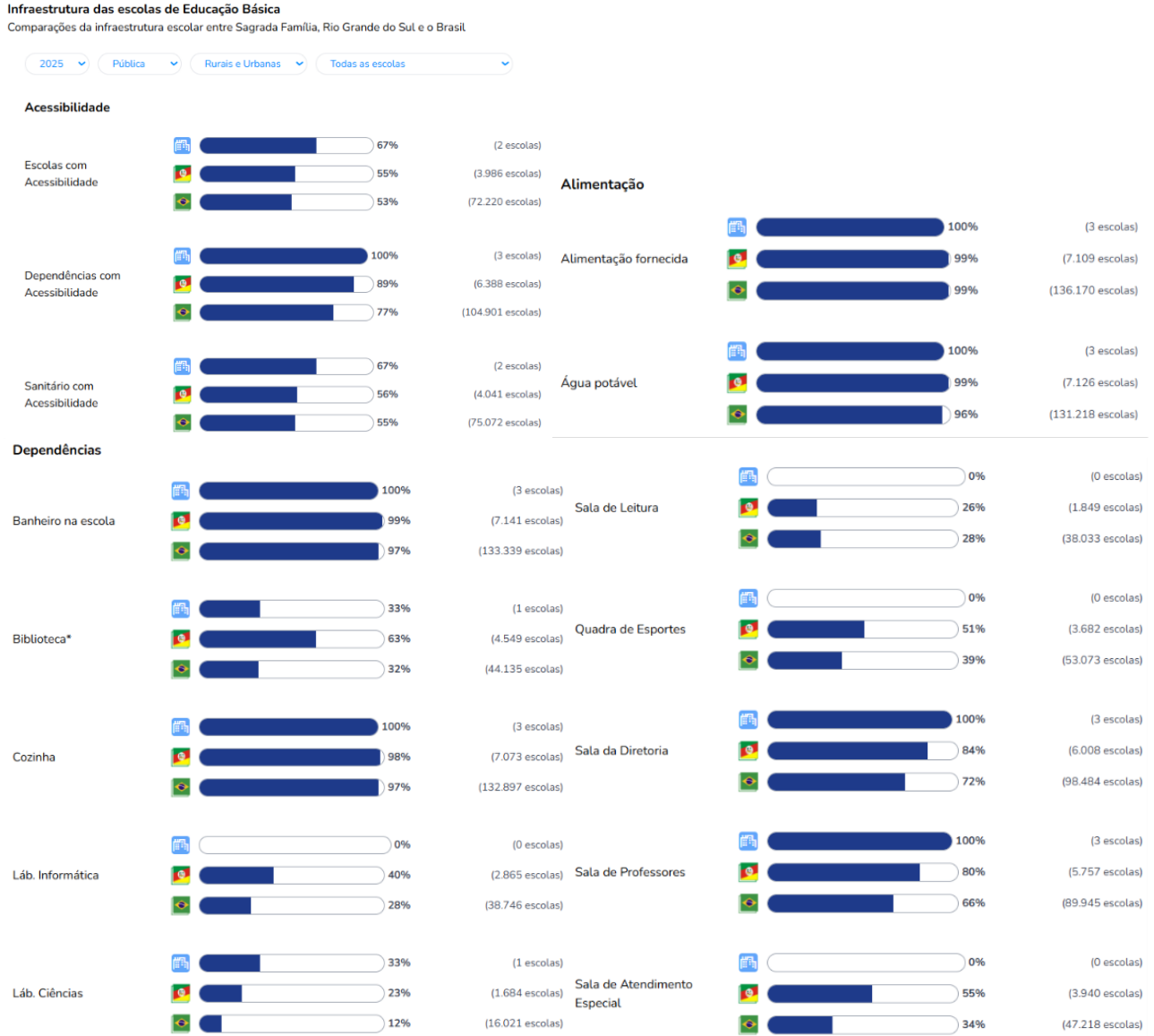
Outro aspecto crítico refere-se às quadras de esportes, inexistentes nas escolas analisadas pelo indicador, com percentual de 0%. A ausência desse espaço pode limitar as condições para o desenvolvimento das práticas corporais, esportivas e recreativas no ambiente escolar.

No campo do saneamento, embora 100% das escolas tenham acesso à água tratada por rede pública, nenhuma unidade apresenta esgotamento sanitário por rede pública (0%). Esse indicador deve ser analisado considerando as características da infraestrutura de saneamento disponível no próprio território municipal, mas evidencia uma condição estrutural que merece acompanhamento.

De modo geral, os dados demonstram que as escolas de Sagrada Família apresentam cobertura integral de importantes serviços básicos, especialmente alimentação, água tratada, energia elétrica, coleta de lixo e banda larga. Entretanto, persistem desigualdades e insuficiências relacionadas à acessibilidade, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências, quadras esportivas e infraestrutura de saneamento.

Assim, o diagnóstico evidencia que o principal desafio está na qualificação da infraestrutura pedagógica e na ampliação da equidade das condições de oferta da Educação Básica, demandando planejamento e investimentos progressivos que assegurem ambientes escolares acessíveis, diversificados e adequados às necessidades educacionais contemporâneas.

Painel 02 - Infraestrutura detalhada da educação básica do território municipal



Serviços



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 04/07/2026)

O Painel 02 apresenta uma análise comparativa da infraestrutura das escolas públicas de Sagrada Família/RS, do Rio Grande do Sul e do Brasil, com base nos dados de 2025. Os indicadores permitem identificar aspectos em que o território municipal apresenta condições superiores às médias estadual e nacional e, simultaneamente, fragilidades importantes na infraestrutura pedagógica e de acessibilidade.

No que se refere à acessibilidade, 67% das escolas de Sagrada Família apresentam acessibilidade, percentual superior aos 55% registrados no Rio Grande do Sul e aos 53% do Brasil. Todas as escolas do município possuem dependências com acessibilidade (100%), frente a 89% no Estado e 77% no país. Entretanto, somente 67% das escolas possuem sanitários acessíveis, evidenciando que a universalização das condições de acessibilidade ainda não foi alcançada.

Quanto às condições de alimentação e abastecimento de água, o município apresenta resultados positivos. A alimentação escolar é fornecida em 100% das escolas e todas possuem água potável, percentuais ligeiramente superiores às médias estadual e nacional. Esses dados demonstram a garantia de condições básicas essenciais ao funcionamento das unidades escolares e ao atendimento dos estudantes.

A análise das dependências escolares evidencia importantes contrastes. Todas as escolas possuem banheiro, cozinha, sala de direção e sala de professores. Esses percentuais superam ou se equiparam aos resultados do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entretanto, apenas 33% das escolas possuem biblioteca, percentual significativamente inferior à média estadual de 63%, embora semelhante ao indicador nacional de 32%.

A infraestrutura tecnológica constitui uma das principais fragilidades identificadas. Nenhuma escola do município possui laboratório de informática (0%), enquanto esse recurso está presente em 40% das escolas do Rio Grande do Sul e em 28% das escolas brasileiras. Considerando a ampliação das demandas relacionadas à cultura e à educação digital, esse dado evidencia uma importante lacuna na estrutura destinada ao desenvolvimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias.

Em relação aos laboratórios de ciências, 33% das escolas de Sagrada Família possuem esse espaço, resultado superior aos 23% registrados no Estado e aos 12% do Brasil. Embora o município apresente uma situação comparativamente favorável, o indicador demonstra que apenas uma das três escolas analisadas dispõe dessa infraestrutura, permanecendo a necessidade de ampliar as oportunidades de atividades experimentais e investigativas.

Outro ponto crítico refere-se à inexistência de salas de leitura e quadras de esportes, ambas presentes em 0% das escolas do município. No Rio Grande do Sul, 26% das escolas possuem sala de leitura e 51% contam com quadra esportiva, enquanto os percentuais nacionais são de 28% e 39%, respectivamente. A ausência desses espaços pode restringir práticas de incentivo à leitura e as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades físicas, esportivas e recreativas.

Também não foram identificadas salas de Atendimento Educacional Especializado nas escolas analisadas, enquanto esse espaço está presente em 55% das escolas estaduais gaúchas e em 34% das escolas brasileiras. Esse indicador deve ser interpretado em conjunto com a forma de organização da Educação Especial no município, especialmente quanto à existência de outros espaços ou estratégias utilizadas para a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Quanto aos serviços básicos, Sagrada Família apresenta cobertura integral de energia elétrica pela rede pública, água tratada por rede pública e coleta periódica de lixo. Todas as escolas utilizam fossa para o esgotamento sanitário e nenhuma está conectada à rede pública de esgoto. Esse resultado está relacionado às condições de saneamento disponíveis no território, mas evidencia diferença expressiva em relação ao Estado, onde 54% das escolas possuem acesso à rede pública de esgoto, e ao Brasil, com 49%.

No gerenciamento dos resíduos, 100% das escolas possuem coleta periódica de lixo. Entretanto, o painel registra 0% para reciclagem dos resíduos, frente a 17% no Rio Grande do Sul e 10% no Brasil. Esse dado pode indicar a necessidade de ampliar práticas institucionais relacionadas à separação, reciclagem e educação ambiental no espaço escolar.

De modo geral, Sagrada Família apresenta condições favoráveis em serviços essenciais e em determinadas estruturas básicas, destacando-se a alimentação escolar, a água potável, a energia elétrica, a coleta periódica de resíduos, as dependências acessíveis e a existência de espaços administrativos. Contudo, permanecem fragilidades significativas quanto à universalização da acessibilidade, à disponibilidade de bibliotecas,

aos laboratórios de informática, às salas de leitura, às quadras de esportes, aos espaços de Atendimento Educacional Especializado e às práticas de reciclagem.

Assim, os dados evidenciam que o desafio municipal está relacionado principalmente à qualificação e diversificação da infraestrutura pedagógica das escolas e à redução das desigualdades nas condições de oferta educacional. O planejamento das políticas educacionais para o próximo decênio deverá considerar investimentos progressivos em espaços acessíveis, tecnológicos, científicos, culturais, esportivos e inclusivos, buscando assegurar condições mais equitativas e adequadas às necessidades dos estudantes da Educação Básica.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

SAGRADA FAMÍLIA		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	10	2
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	6	6
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE	8	6

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

A Tabela 01 apresenta a relação entre a quantidade de salas utilizadas e as salas climatizadas nas três escolas de Educação Básica localizadas no território de Sagrada Família/RS, com base nos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025.

Das 24 salas utilizadas nas escolas de Educação Básica do território municipal, 14 são climatizadas (58,33%) e 10 não possuem climatização (41,67%), com diferenças expressivas entre as unidades escolares, variando de 20% a 100% de cobertura de climatização.

A Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho apresenta a situação mais crítica: das 10 salas utilizadas, apenas 2 são climatizadas, correspondendo a 20%, enquanto 8 salas, ou 80%, não possuem climatização. Esse resultado demonstra uma importante limitação nas condições de conforto térmico da unidade estadual.

Na Escola Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, observa-se o cenário mais favorável, uma vez que as 6 salas utilizadas são climatizadas, alcançando cobertura de 100%. O dado demonstra a universalização da climatização dos ambientes utilizados nessa unidade escolar.

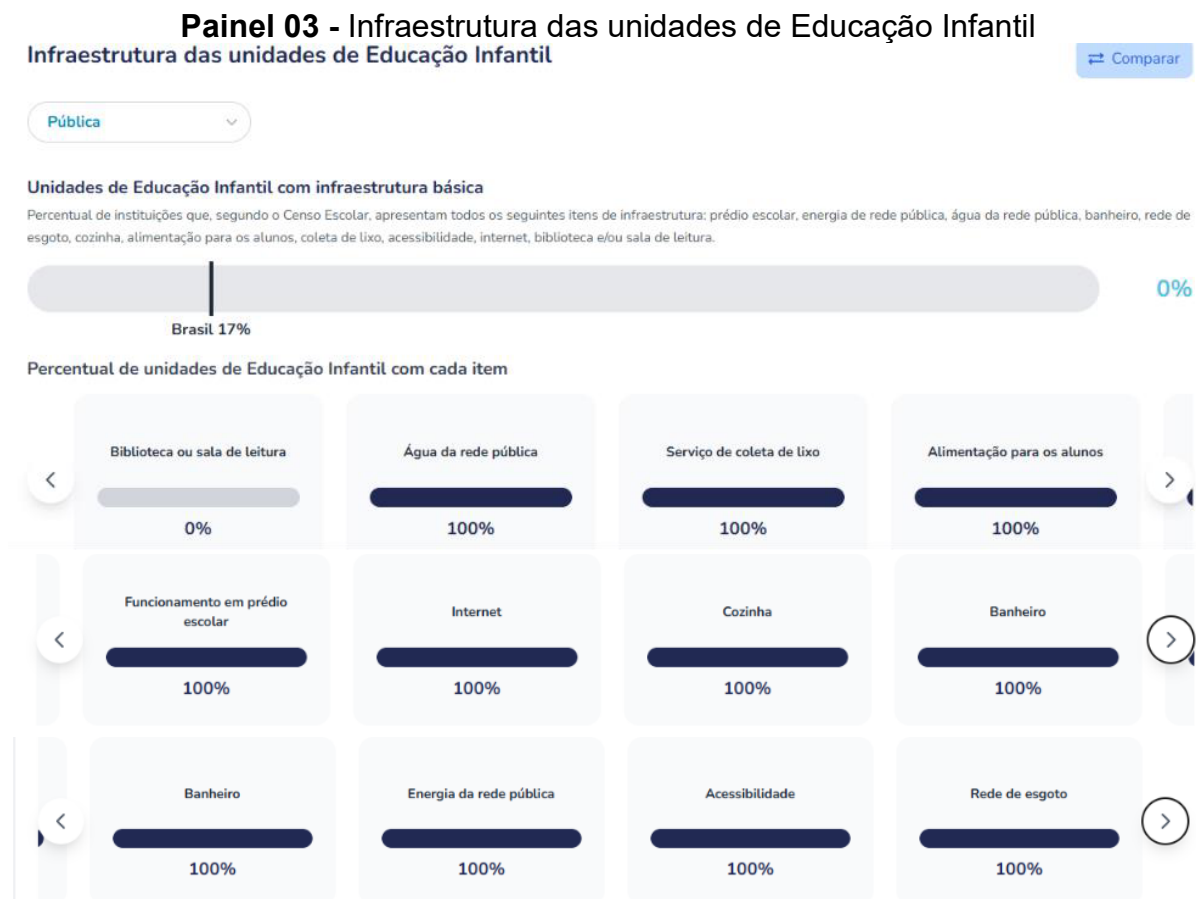
Já a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire possui 8 salas utilizadas, das quais 6 são climatizadas, representando 75% do total. As outras 2 salas, equivalentes a 25%, ainda não dispõem de climatização.

A análise evidencia uma desigualdade nas condições de conforto térmico entre as escolas do território municipal. Enquanto uma unidade apresenta 100% das salas climatizadas e outra alcança 75%, a escola estadual possui climatização em apenas 20% das salas utilizadas. Essa diferença demonstra que as condições de infraestrutura não são homogêneas entre as unidades e redes de ensino.

De modo geral, embora 58,33% das salas utilizadas estejam climatizadas, ainda permanecem 41,67% sem climatização, indicando a necessidade de ampliação

progressiva dessa infraestrutura. A melhoria das condições térmicas dos ambientes escolares constitui aspecto relevante para o bem-estar de estudantes e profissionais e para a qualificação das condições de oferta da Educação Básica.

2) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação infantil municipal



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 03/06/2026).

O Painel 03 apresenta as condições de infraestrutura das unidades públicas de Educação Infantil de Sagrada Família/RS. Os dados evidenciam uma situação contrastante: embora as instituições apresentem elevada cobertura individual de diversos serviços essenciais, 0% das unidades atendem simultaneamente a todos os itens considerados pelo indicador de infraestrutura básica, resultado inferior à média brasileira de 17%.

O indicador considera, de forma conjunta, a existência de prédio escolar, energia da rede pública, água da rede pública, banheiro, rede de esgoto, cozinha, alimentação para os alunos, coleta de lixo, acessibilidade, internet, biblioteca e/ou sala de leitura. Dessa forma, o percentual de 0% não significa ausência generalizada de infraestrutura, mas indica que nenhuma unidade reúne, simultaneamente, todos os requisitos avaliados.

A análise dos itens individualizados demonstra um cenário positivo em grande parte dos indicadores. 100% das unidades possuem água da rede pública, serviço de coleta de lixo, alimentação para os alunos, funcionamento em prédio escolar, acesso à internet, cozinha, banheiro, energia da rede pública e acessibilidade. Esses resultados evidenciam

a universalização de importantes condições básicas de funcionamento e atendimento às crianças.

Entretanto, o principal ponto de fragilidade identificado refere-se à biblioteca ou sala de leitura, presente em 0% das unidades de Educação Infantil. A ausência desse espaço contribui diretamente para que nenhuma instituição alcance integralmente o conjunto de critérios de infraestrutura básica analisados no painel.

Nesse sentido, os dados demonstram que o desafio da Educação Infantil em Sagrada Família não está relacionado à ausência de serviços essenciais, uma vez que a maioria dos itens apresenta cobertura de 100%, mas à incompletude da infraestrutura pedagógica das unidades. A inexistência de biblioteca ou sala de leitura evidencia a necessidade de ampliar e diversificar os ambientes destinados às experiências de leitura, literatura, imaginação e desenvolvimento cultural das crianças.

De modo geral, o diagnóstico aponta para a necessidade de qualificação da infraestrutura das unidades públicas de Educação Infantil, com especial atenção à implantação de bibliotecas, salas de leitura ou espaços pedagógicos equivalentes. A superação dessa fragilidade poderá contribuir para ampliar a integralidade das condições de oferta e assegurar ambientes educativos mais diversificados e adequados às especificidades da primeira infância.

Painel 04 - Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Percentual de instituições que, segundo o Censo Escolar, apresentam todos os seguintes itens de infraestrutura: banheiro infantil, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais artísticos, parque infantil e área verde.



Fonte: INEP, Censo Escolar (2025)

Disponível em: <https://qedu.org.br/educacao-infantil/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 03/06/2026).

O Painel 04 apresenta dados sobre a infraestrutura específica destinada à Educação Infantil nas unidades públicas de Sagrada Família/RS, considerando espaços, materiais e recursos diretamente relacionados às características e às necessidades pedagógicas dessa etapa da Educação Básica.

Os dados demonstram que 0% das unidades de Educação Infantil possuem, simultaneamente, todos os itens de infraestrutura específica avaliados pelo indicador, percentual inferior à média brasileira de 12%. O indicador considera conjuntamente a

existência de banheiro infantil, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais artísticos, parque infantil e área verde. Assim, o resultado evidencia que nenhuma unidade reúne integralmente todas as condições específicas analisadas.

Na análise individual dos itens, observa-se um cenário positivo quanto à disponibilidade de materiais pedagógicos infantis, jogos e brinquedos pedagógicos e parque infantil, presentes em 100% das unidades. Esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento das práticas educativas na primeira infância, favorecendo experiências lúdicas, interações, brincadeiras e diferentes processos de aprendizagem.

Entretanto, apenas 50% das unidades possuem banheiro infantil, indicando que metade das instituições não dispõe desse espaço adaptado especificamente às características físicas e às necessidades das crianças pequenas. Esse dado evidencia uma fragilidade importante, considerando a necessidade de ambientes adequados à faixa etária atendida e à promoção da autonomia infantil.

Outro aspecto crítico refere-se aos materiais para atividades artísticas, presentes em 0% das unidades segundo o indicador do Censo Escolar. A ausência registrada limita a disponibilidade de recursos destinados às experiências de expressão, criação e exploração de diferentes linguagens artísticas.

Também se destaca a inexistência de área verde nas unidades de Educação Infantil (0%). A ausência desses espaços pode restringir experiências pedagógicas ao ar livre, o contato com a natureza e atividades de exploração e interação com o ambiente.

De modo geral, os dados revelam que, embora as unidades de Educação Infantil de Sagrada Família apresentem cobertura integral de materiais pedagógicos infantis, jogos, brinquedos e parques, persistem fragilidades relacionadas à adequação dos banheiros à faixa etária, à disponibilidade de materiais para atividades artísticas e à existência de áreas verdes.

Assim, o diagnóstico evidencia a necessidade de qualificar e diversificar a infraestrutura específica da Educação Infantil, assegurando ambientes e recursos mais adequados às singularidades da primeira infância e ampliando as condições para o desenvolvimento integral das crianças.

3) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação básica municipal

Tabela 02 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	100%	3

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4316428-sagrada-familia> (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 02 apresenta dados referentes à disponibilidade de internet e banda larga nas escolas de Educação Básica do território de Sagrada Família/RS. Os indicadores demonstram um cenário positivo quanto à infraestrutura de conectividade das unidades escolares.

Conforme os dados apresentados, 100% das escolas possuem acesso à internet, abrangendo as três unidades analisadas. Da mesma forma, 100% das escolas contam com conexão de banda larga, evidenciando a universalização da conectividade no ambiente escolar.

A cobertura integral desses recursos constitui um aspecto favorável para a qualificação dos processos educacionais, considerando a crescente importância das tecnologias digitais no planejamento pedagógico, na gestão escolar, no acesso à informação e no desenvolvimento das competências relacionadas à cultura digital.

Entretanto, é importante destacar que a universalização do acesso à internet e à banda larga não significa, isoladamente, a existência de infraestrutura tecnológica pedagógica adequada. Os dados anteriormente analisados indicam que 0% das escolas possuem laboratório de informática, evidenciando um contraste entre a disponibilidade de conectividade e a existência de espaços específicos e equipamentos destinados ao uso pedagógico das tecnologias digitais.

Dessa forma, embora Sagrada Família apresente cobertura de 100% de internet e banda larga nas escolas, permanece o desafio de ampliar e qualificar os recursos tecnológicos disponíveis para estudantes e professores, garantindo que a conectividade existente seja efetivamente incorporada às práticas de ensino e aprendizagem.

Tabela 03 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA				
EQUIPAMENTOS	ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTA L PAULO FREIRE	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Sim	Não	Sim	66,66%
COPIADORA	Não	Não	Não	0%
DESKTOP ALUNO	Sim	Sim	Sim	100%
DVD	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO DE SOM	Não	Sim	Sim	66,66%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Não	Sim	Sim	66,66%
IMPRESSORA	Não	Sim	Sim	66,66%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Não	Sim	Sim	66,66%
SCANNER	Não	Não	Não	0%
TABLET ALUNO	Não	Não	Sim	33,33%
TV	Não	Sim	Sim	66,66%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 03 apresenta a distribuição dos equipamentos tecnológicos nas três escolas de Educação Básica do território de Sagrada Família/RS, com base nos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025. Os dados evidenciam que, embora todas as unidades possuam computadores, a disponibilidade dos demais equipamentos tecnológicos ocorre de forma desigual entre as escolas.

Verifica-se que 100% das escolas possuem computador e desktop para uso dos alunos, demonstrando a presença de equipamentos computacionais nas três unidades analisadas. Esse resultado, associado à cobertura de 100% de internet e banda larga, indica condições iniciais favoráveis para a incorporação das tecnologias digitais aos processos educacionais.

Entretanto, os computadores portáteis destinados aos alunos estão presentes em apenas 66,66% das escolas, correspondendo a duas das três unidades. A Escola Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz não dispõe desse equipamento. Já os tablets para uso dos alunos estão presentes em apenas 33,33% das escolas, sendo identificados somente na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire.

Quanto aos equipamentos de apoio às práticas pedagógicas, 66,66% das escolas possuem equipamento de som e equipamento multimídia. O mesmo percentual é observado para televisão. Esses recursos estão concentrados nas duas escolas municipais, enquanto a Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho não registra a disponibilidade desses equipamentos na base analisada.

Em relação aos equipamentos de apoio administrativo e à produção de materiais, 66,66% das escolas possuem impressora e impressora multifuncional, novamente correspondendo às duas unidades municipais. Nenhuma das três escolas possui copiadora ou scanner, resultando em percentual de 0% para esses equipamentos.

Também se verifica que nenhuma escola possui aparelho de DVD (0%). Contudo, considerando as transformações tecnológicas e a substituição progressiva dessa mídia por recursos digitais e plataformas on-line, esse indicador deve ser interpretado com cautela e não necessariamente representa, de forma isolada, uma fragilidade relevante da infraestrutura escolar.

A análise por unidade demonstra uma desigualdade na distribuição dos equipamentos tecnológicos entre as redes de ensino presentes no território. As escolas municipais apresentam maior diversidade de recursos, especialmente equipamentos de som, multimídia, impressoras e televisores. A Escola Paulo Freire apresenta ainda tablet para uso dos alunos. Em contraste, a Escola Estadual Olímpio Garibaldi Vilarinho possui computadores, computadores portáteis e desktops para alunos, mas apresenta menor diversidade dos demais equipamentos registrados.

De modo geral, os dados demonstram que Sagrada Família possui uma base tecnológica instalada nas escolas, especialmente quanto à presença de computadores e equipamentos para uso dos estudantes. Entretanto, persistem desafios relacionados à distribuição desigual dos recursos entre as unidades escolares e à baixa disponibilidade de dispositivos móveis, equipamentos multimídia e outros recursos de apoio às práticas pedagógicas digitais.

Assim, embora a conectividade esteja universalizada e todas as escolas possuam computadores, torna-se necessário ampliar, diversificar e atualizar progressivamente o parque tecnológico das unidades escolares, buscando assegurar condições mais equitativas de acesso e utilização pedagógica das tecnologias digitais.

Tabela 04 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA			
Equipamento	ESC EST ENS MED	ESCOLA	ESCOLA

	OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE
	Quantidade		
DVD	0	0	0
EQUIPAMENTO DE SOM	0	1	1
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	0	1	1
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	50	0	1
TV	2	5	2
DESKTOP ALUNO	1	1	1
TABLET ALUNO	0	0	1

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 04 apresenta a quantidade de equipamentos tecnológicos disponíveis nas três escolas de Educação Básica do território de Sagrada Família/RS, permitindo aprofundar a análise sobre a distribuição dos recursos tecnológicos entre as unidades escolares.

Os dados evidenciam acentuada desigualdade na quantidade e diversidade de equipamentos disponíveis. Embora todas as escolas possuam algum recurso tecnológico, sua distribuição ocorre de maneira bastante distinta, tanto entre as unidades quanto entre as redes de ensino.

A Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho destaca-se pela disponibilidade de 50 computadores portáteis para alunos, número expressivamente superior ao das demais instituições. Entretanto, a escola não registra equipamentos de som ou multimídia e não possui tablets para estudantes. A unidade dispõe ainda de duas televisões e apenas um desktop destinado aos alunos. Assim, observa-se uma concentração significativa em um único tipo de equipamento tecnológico, acompanhada de baixa diversificação dos demais recursos.

Na Escola Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, não há computadores portáteis nem tablets destinados aos alunos. A instituição possui um equipamento de som, um equipamento multimídia, cinco televisões e um desktop para uso dos estudantes. Destaca-se a maior quantidade de televisores, possivelmente relacionada às características e às práticas pedagógicas próprias da Educação Infantil.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire dispõe de um equipamento de som, um equipamento multimídia, um computador portátil para aluno, duas televisões, um desktop e um tablet destinado aos estudantes. Embora apresente maior diversidade de tipos de equipamentos, as quantidades registradas são reduzidas.

No conjunto das três escolas, são contabilizados 51 computadores portáteis para alunos, porém 50 estão concentrados na escola estadual, correspondendo a aproximadamente 98% desses equipamentos. Há ainda nove televisões, três desktops para alunos, dois equipamentos de som, dois equipamentos multimídia e apenas um tablet para estudante. Nenhuma escola possui aparelho de DVD.

A análise demonstra que a simples identificação da presença de equipamentos nas unidades escolares não é suficiente para caracterizar a qualidade da infraestrutura tecnológica. Os dados quantitativos revelam uma forte concentração de determinados recursos em uma única escola e reduzida disponibilidade de dispositivos tecnológicos nas demais unidades.

De modo geral, o diagnóstico evidencia a necessidade de ampliar e equilibrar a distribuição dos equipamentos tecnológicos entre as escolas, considerando as especificidades de cada etapa de ensino e as demandas pedagógicas das unidades. Além da universalização da internet e da banda larga, torna-se fundamental assegurar quantidade, diversidade e adequação dos equipamentos para que as tecnologias digitais possam ser efetivamente incorporadas às práticas de ensino e aprendizagem.

Tabela 05 – Disponibilidade da internet nas escolas

SAGRADA FAMÍLIA			
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESC EST ENS MED OLIMPIO GARIBALDI VILARINHO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO FELIZ	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE
INTERNET ALUNOS	Sim		Sim
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Não
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Não
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Sim	Não	Não

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 05 apresenta as diferentes finalidades de uso e formas de acesso à internet nas três escolas de Educação Básica do território de Sagrada Família/RS, com base nos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025. Os dados complementam a informação de que 100% das escolas possuem internet e banda larga, permitindo analisar como a conectividade está efetivamente disponibilizada nas unidades escolares.

Quanto ao uso administrativo, 100% das escolas possuem internet destinada às atividades administrativas. Da mesma forma, as três unidades registram disponibilidade de internet para os processos de ensino e aprendizagem, demonstrando que a conectividade está formalmente presente como recurso de apoio às atividades pedagógicas.

Entretanto, a disponibilidade direta de internet para os alunos não ocorre em todas as escolas. A Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho e a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire registram internet destinada aos estudantes. Na Escola Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, o campo não apresenta indicação positiva no microdado analisado. Assim, 66,66% das escolas registram internet disponível para os alunos.

Também se verifica que nenhuma das três escolas disponibiliza internet para a comunidade, resultando em percentual de 0%. Esse dado demonstra que a conectividade escolar está restrita às atividades internas das instituições e não se configura como recurso de acesso comunitário.

As maiores diferenças são observadas nas formas de acesso à rede. Apenas a Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Vilarinho registra acesso à internet por computadores e por dispositivos pessoais. Nas duas escolas municipais, essas formas de acesso não estão registradas. Dessa forma, apenas 33,33% das escolas apresentam acesso à internet por computador e 33,33% permitem acesso por dispositivos pessoais.

Os dados evidenciam, portanto, um contraste importante: embora 100% das escolas possuam internet e banda larga e registrem conectividade para fins administrativos e de aprendizagem, as possibilidades concretas de acesso à rede por estudantes e dispositivos são desiguais entre as unidades escolares. A existência da conexão, isoladamente, não assegura acesso amplo e diversificado às tecnologias digitais.

De modo geral, a análise demonstra que Sagrada Família alcançou a universalização da conectividade escolar, mas ainda enfrenta desafios relacionados à democratização das formas de acesso à internet no interior das escolas, especialmente nas unidades municipais. Torna-se necessário avaliar a disponibilidade de equipamentos, redes sem fio, pontos de acesso e condições de utilização pedagógica da internet pelos estudantes.

4) Financiamento municipal federal

Tabela 06 - Repasse anual da alimentação escolar municipal

Entidade...: 92.410.422/0001-53 - PREF MUN DE SAGRADA FAMILIA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
Data Pgto	OB	Valor			
06/FEV/2025	001129	136,00	04/JUN/2025	011004	136,00
06/FEV/2025	001258	2.397,50	04/JUN/2025	010889	1.565,75
06/FEV/2025	001251	1.487,50	04/JUN/2025	010745	1.487,50
06/FEV/2025	001256	1.565,75	04/JUN/2025	010760	2.397,50
28/FEV/2025	001926	1.487,50	03/JUL/2025	013868	136,00
07/MAR/2025	002084	2.397,50	03/JUL/2025	014321	1.487,50
10/MAR/2025	002354	136,00	03/JUL/2025	014263	2.397,50
10/MAR/2025	002318	1.565,75	03/JUL/2025	014353	1.565,75
09/ABR/2025	004722	2.397,50	05/AGO/2025	017652	2.397,50
09/ABR/2025	004505	1.487,50	05/AGO/2025	017285	136,00
09/ABR/2025	004763	136,00	05/AGO/2025	017721	1.487,50
09/ABR/2025	004513	1.565,75	05/AGO/2025	017446	1.565,75
07/MAI/2025	006840	1.487,50	15/SET/2025	020929	1.487,50
07/MAI/2025	006672	1.565,75	15/SET/2025	021024	136,00
07/MAI/2025	006645	136,00	15/SET/2025	021292	1.565,75
08/MAI/2025	007091	2.397,50	02/DEZ/2025	032218	2.397,50
			Total:		44.694,00

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 07 - Repasse anual do Programa Nacional de apoio ao transporte escolar

PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
26/MAR/2025	003755	1.645,32
26/MAR/2025	003754	3.199,23
04/ABR/2025	004096	6.581,28
29/AGO/2025	020308	1.645,32
02/SET/2025	020411	3.199,23
02/SET/2025	020439	6.581,27
Total:		22.851,65

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 08 - Repasse anual do salário educação

QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL			
Data Pgto	OB	Valor	
17/JAN/2025	000225	19.103,85	Salário-Educação
18/FEV/2025	001645	11.296,20	Salário-Educação
19/MAR/2025	002874	11.274,60	Salário-Educação
15/ABR/2025	005367	11.167,79	Salário-Educação
16/MAI/2025	008927	11.141,60	Salário-Educação
18/JUN/2025	012328	11.481,88	Salário-Educação
16/JUL/2025	016124	11.868,19	Salário-Educação
18/AGO/2025	019695	10.846,07	Salário-Educação
17/SET/2025	022948	10.776,59	Salário-Educação
17/OUT/2025	027278	11.879,70	Salário-Educação
17/NOV/2025	030962	11.261,72	Salário-Educação
17/DEZ/2025	036141	11.148,19	Salário-Educação
Total:		143.246,38	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 09 - Repasse Brasil Alfabetizado

TRANSFERÊNCIA A ESTADO E MUNICIPIOS PBA - TRANSFERÊNCIA A ESTADO E MUNICIPIOS PBA - TD			
Data Pgto	OB	Valor	Programa
14/OUT/2025	026759	3.000,00	AJA - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
Total:		3.000,00	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 10 - Repasse anual PDDE Escola Paulo Freire

Entidade...: 40.006.569/0001-89 - CONSELHO ESCOLAR DA EMEI E ENSINO FUNDAMENTAL PAULO FREIRE				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
19/MAI/2025	009244	2.475,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023534	2.475,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		4.950,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
27/NOV/2025	031878	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 11 - Repasse anual PDDE Escola Recanto Feliz

Entidade.: 21.142.857/0001-16 - CONSELHO ESCOLAR DA EMEI RECANTO FELIZ

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
16/MAI/2025	008282	1.935,00	PDDE -PDDE Básico – 1ª Infância - 1ª Parcela	BANCO DO BRASIL
26/SET/2025	024576	1.935,00	PDDE -PDDE Básico – 1ª Infância - 2ª Parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		3.870,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
27/NOV/2025	031878	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Os dados referentes às transferências realizadas em 2025 evidenciam a participação de diferentes programas e fontes federais no financiamento da educação de Sagrada Família/RS. Considerando os valores apresentados nos demonstrativos, foram identificados R\$ 227.514,03 em recursos transferidos, contemplando alimentação escolar, transporte escolar, Salário-Educação, alfabetização e recursos descentralizados destinados diretamente aos Conselhos Escolares.

O maior volume de recursos corresponde à Quota Estadual/Municipal do Salário-Educação, que totalizou R\$ 143.246,38 em 2025. Os repasses ocorreram ao longo do exercício e constituem importante fonte adicional para o financiamento de programas, projetos e ações voltados à educação básica pública.

Para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram identificados repasses que somaram R\$ 44.694,00. Esses recursos contribuem para a oferta da alimentação escolar aos estudantes, complementando os investimentos realizados pelo poder público municipal na execução da política de alimentação.

No âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), o município recebeu R\$ 22.851,65. O financiamento do transporte escolar assume especial relevância para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes, sobretudo em territórios com deslocamentos entre áreas rurais e unidades escolares.

Também foi registrado o repasse de R\$ 3.000,00 para o Programa Brasil Alfabetizado, demonstrando a existência de recurso específico destinado a ações de alfabetização de jovens e adultos.

Além dos valores transferidos ao município, os Conselhos Escolares das unidades municipais receberam recursos diretamente por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de ações vinculadas à Educação Conectada. O Conselho Escolar da Escola Paulo Freire recebeu R\$ 4.950,00 do PDDE Básico e R\$ 2.451,00 da ação PIEC/PDDE Educação Conectada, totalizando R\$ 7.401,00. Já o Conselho Escolar da EMEI Recanto Feliz recebeu R\$ 3.870,00 do PDDE e R\$ 2.451,00 da Educação Conectada, totalizando R\$ 6.321,00.

Assim, os recursos descentralizados diretamente às duas unidades municipais totalizaram R\$ 13.722,00 em 2025. A transferência direta às escolas favorece maior autonomia na aplicação de recursos para atendimento de necessidades específicas das unidades, observadas as regras de cada programa.

De modo geral, os dados demonstram que o financiamento educacional de Sagrada Família conta com diferentes fontes e programas federais complementares, com destaque para o Salário-Educação, PNAE e PNATE. Entretanto, ao relacionar esses dados às fragilidades de infraestrutura anteriormente identificadas — como 0% de laboratórios de informática, 0% de quadras esportivas, baixa presença de bibliotecas e salas de leitura e desigualdade na distribuição dos equipamentos tecnológicos — evidencia-se a necessidade de planejamento integrado dos investimentos e de ampliação da capacidade de financiamento das melhorias estruturais da rede.

Nesse sentido, o desafio municipal consiste em articular os recursos próprios e as transferências vinculadas a estratégias de captação de recursos e adesão a programas suplementares, priorizando investimentos capazes de reduzir as desigualdades nas condições de oferta e qualificar progressivamente a infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das escolas.

Painel 05 - Relatório anual do SIOPE municipal com receitas e despesas do FUNDEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA - RS

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 6º Bimestre/2025

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.819.032,28
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	2.619.907,61
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	182.871,37
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	120.929,67
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	61.941,70
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	16.253,30
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	16.253,30
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.077.241,98
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	1.032.227,71
2.2 - 365 - Ensino Infantil	1.045.014,27
2.2.1 - Creche	1.045.014,27
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	617.852,19
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	607.852,19
3.1.1 - Corrente	607.852,19
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	10.000,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	10.000,00
3.2.1.1 - Corrente	10.000,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	2.695.094,17

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	2.077.241,98	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.675.194,17	0,00	0,00	39.033,26
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	19.900,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	2.695.094,17	0,00	0,00	0,00

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB	Valor
11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	
11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	1.929.963,41
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	2.077.241,98
12- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	
12.1 - Exigido [IEI de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00
13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital	
13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00
14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício	
14.1 - Exigido (10% de 1)	281.903,23
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	123.938,11

INDICADORES DO FUNDEB	PERCENTUAL
15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica [(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) x 100%]	75,34
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI) [(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) X 100%]	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital [(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3) X 100%]	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício [(14.2 / 1) x 100%]	4,40

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB
19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	325.976,81
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.819.032,28
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.628.405,69
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	516.603,40
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	516.603,40

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do> (Acesso em: 04/07/2026)

O Painel 05 apresenta o demonstrativo anual das receitas e despesas do Fundeb do município de Sagrada Família/RS, referente ao 6º bimestre de 2025, conforme dados do SIOPE. A análise evidencia a relevância do Fundo para o financiamento da Educação Básica e, especialmente, para a remuneração dos profissionais da educação.

Em 2025, o município registrou R\$ 2.819.032,28 em receitas do Fundeb. Desse total, R\$ 2.619.907,61 decorreram de transferências de impostos e transferências vinculadas ao Fundo. A Complementação da União ao Fundeb totalizou R\$ 182.871,37, sendo R\$ 120.929,67 relativos ao VAAF e R\$ 61.941,70 ao VAAR. Também foram registrados R\$ 16.253,30 em rendimentos de aplicações financeiras.

No campo das despesas, foram aplicados R\$ 2.077.241,98 na remuneração dos profissionais da Educação Básica. Desse valor, R\$ 1.032.227,71 foram destinados ao Ensino Fundamental e R\$ 1.045.014,27 à Educação Infantil – Creche. O relatório do SIOPE registra 75,34% no indicador de aplicação mínima na remuneração dos profissionais da Educação Básica, percentual superior ao mínimo obrigatório de 70%.

As outras despesas do Fundeb totalizaram R\$ 617.852,19, sendo R\$ 607.852,19 destinados ao Ensino Fundamental e R\$ 10.000,00 à Educação Infantil – Creche. Chama atenção o fato de as despesas apresentadas nessa categoria serem classificadas como despesas correntes, sem registro de despesas de capital.

No total, o município aplicou R\$ 2.695.094,17 em despesas custeadas com receitas do Fundeb. O demonstrativo registra R\$ 123.938,11 não aplicados no exercício, correspondendo a 4,40% das receitas do Fundo, percentual inferior ao limite máximo de 10% indicado no próprio relatório.

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de recursos da complementação VAAT em 2025. Por essa razão, os indicadores relacionados à aplicação mínima do VAAT na Educação Infantil e à destinação de 15% do VAAT para despesas de capital apresentam percentual de 0%, não havendo valor exigido para essas aplicações no exercício.

Ao final do período, o relatório apresenta saldo financeiro conciliado de R\$ 516.603,40. Esse valor resulta da disponibilidade financeira existente em 31 de dezembro de 2024, somada ao ingresso de recursos e descontados os pagamentos efetuados até o encerramento do exercício.

De modo geral, os dados demonstram que Sagrada Família cumpriu o percentual mínimo obrigatório de aplicação do Fundeb na remuneração dos profissionais da Educação Básica, destinando 75,34% para essa finalidade. Entretanto, quando os dados financeiros são analisados em conjunto com as fragilidades de infraestrutura identificadas nas escolas, destaca-se a necessidade de fortalecer o planejamento dos investimentos educacionais, especialmente quanto às despesas de capital e à ampliação e qualificação da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica.

A ausência de despesas de capital registrada no demonstrativo merece atenção no planejamento educacional de longo prazo, considerando que o diagnóstico aponta ausência de laboratórios de informática e quadras esportivas, baixa disponibilidade de bibliotecas e salas de leitura, limitações na climatização e desigualdade na distribuição dos equipamentos tecnológicos. Assim, o desafio consiste em articular o equilíbrio fiscal e o cumprimento das vinculações legais com uma estratégia progressiva de investimentos estruturantes voltados à melhoria das condições de oferta da Educação Básica.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar da Educação Básica 2025: Novo Painel de Estatísticas e Microdados. Brasília: INEP, 2026.
- **QEdu**. Indicadores educacionais e infraestrutura escolar. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Liberação de Recursos. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope>. Acesso em: jul. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

As causas do problema estão concentradas na insuficiência de investimentos estruturantes, na desigualdade da infraestrutura entre unidades e etapas e na baixa diversificação dos ambientes e recursos pedagógicos. O próprio documento registra ausência de laboratórios de informática e quadras, baixa presença de bibliotecas e salas de leitura, limitações de climatização e desigualdade tecnológica.

Causa 01 – Insuficiência de investimentos estruturantes destinados à ampliação e à modernização da infraestrutura física e pedagógica das escolas: a permanência de lacunas relacionadas a laboratórios, bibliotecas, salas de leitura, quadras esportivas e climatização demonstra que os investimentos realizados ainda não foram suficientes para universalizar condições adequadas de oferta educacional.

Causa 02 – Baixa priorização de despesas de capital para melhoria, ampliação e modernização da infraestrutura educacional: o demonstrativo do Fundeb de 2025 não registra despesas de capital, apesar da existência de fragilidades estruturais nas unidades escolares. O próprio documento aponta a necessidade de fortalecer o planejamento dos investimentos educacionais de longo prazo.

Causa 03 – Planejamento dos investimentos educacionais ainda insuficientemente articulado às fragilidades identificadas no diagnóstico da infraestrutura escolar: embora o município receba recursos de diferentes programas e fontes complementares, persistem lacunas estruturais, evidenciando a necessidade de maior integração entre diagnóstico, definição de prioridades e direcionamento dos investimentos.

Causa 04 – Desigualdade na distribuição da infraestrutura e dos recursos entre as unidades e redes de ensino presentes no território municipal: as diferenças de climatização e de disponibilidade de equipamentos tecnológicos demonstram condições distintas de oferta entre as escolas, dificultando a garantia de maior equidade educacional.

Causa 05 – Insuficiência de espaços pedagógicos especializados para práticas científicas, tecnológicas, culturais, esportivas e de leitura: a ausência de laboratórios de informática e quadras esportivas, associada à baixa disponibilidade de bibliotecas e salas de leitura, reduz a diversidade dos ambientes destinados às experiências pedagógicas.

Causa 06 – Infraestrutura das unidades de Educação Infantil ainda incompleta e insuficientemente adequada às especificidades da etapa: a ausência de bibliotecas ou salas de leitura, materiais para atividades artísticas e áreas verdes, além da presença de banheiro infantil em apenas parte das unidades, impede que as instituições atendam integralmente aos itens de infraestrutura específica da Educação Infantil.

Causa 07 – Distribuição desigual e baixa diversificação dos equipamentos tecnológicos destinados ao uso pedagógico dos estudantes: o documento demonstra concentração de computadores portáteis em uma única escola e reduzida disponibilidade de tablets, equipamentos multimídia e outros dispositivos nas demais unidades.

Causa 08 – Limitações na democratização do acesso pedagógico à internet e às tecnologias digitais no ambiente escolar: embora todas as escolas possuam internet e banda larga, o acesso direto dos estudantes e as formas de conexão por computadores e dispositivos pessoais não estão universalizados.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Insuficiência de investimentos estruturantes na infraestrutura física e pedagógica das escolas.**
- **Causa 02 – Baixa priorização de despesas de capital para melhoria e modernização da infraestrutura educacional.**
- **Causa 03 – Planejamento dos investimentos educacionais ainda insuficientemente articulado às fragilidades do diagnóstico escolar.**
- **Causa 04 – Desigualdade na distribuição da infraestrutura e dos recursos entre as unidades e redes de ensino.**
- **Causa 05 – Insuficiência de espaços pedagógicos especializados para práticas científicas, tecnológicas, culturais, esportivas e de leitura.**
- **Causa 06 – Infraestrutura da Educação Infantil ainda incompleta e insuficientemente adequada às especificidades da etapa.**
- **Causa 07 – Distribuição desigual e baixa diversificação dos equipamentos tecnológicos destinados aos estudantes.**
- **Causa 08 – Limitações na democratização do acesso pedagógico à internet e às tecnologias digitais. Parte superior do formulário**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 19 do PNE

TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA 19: BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



LEGENDA:

Problema Descritor Causa

Fonte: autoria própria.